

A MODERNIZAÇÃO
DE
FRAGATAS

REVISTA
MARÍTIMA
BRASILEIRA

ONTEM

HOJE



O que é bom para a MARINHA DOBRASIL... É bom para a REAL MARINHA INGLESA!



O MINISTÉRIO DA DEFESA DA INGLATERRA, após realizar competitivo processo licitatório em que participaram os melhores fabricantes de sonar como Thales, EDO, Raytheon e STN Atlas, selecionou e assinou contrato com a EDO CORPORATION para o fornecimento de seis sonares de casco para os novos "destroyers" Tipo "45" classe "Daring", que estão sendo construídos para a REAL MARINHA INGLESA.

O sonar EDO foi escolhido por sua melhor tecnologia e performance, e representa a segunda geração do sonar 997 F selecionado pela MARINHA DO BRASIL para as Fragatas classe "Niterói" e Corveta "Barroso" e já operacional na Fragata F43 "Liberal".



A EDO, líder mundial há 75 anos no desenvolvimento e fabricação de sistemas de detecção A/S, tem o prazer de anunciar o sonar ativo rebocado de baixa frequência "ALOFTS", seu mais recente lançamento e estado da arte, para a detecção eficaz de ameaças submarinas em águas azuis e marrons.

ALOFTS = ACTIVE LOW FREQUENCY TOWED ARRAY

EDO corporation
GLOBAL TECHNOLOGY REACH


SIMTECH

Rua do Mercado, 17 14º andar Centro Rio de Janeiro, RJ Brasil 20010-120
Tel.: 55 (xx) 21 2532-2801 Fax: 55 (xx) 21 2240-1242 e-mail:
simtech@simtech.com.br

4-273,02,02
1418
121 (7-12)



Visitando o Espaço Cultural da Marinha e o Museu Naval e Oceanográfico, não esqueça de levar uma “lembrancinha”

Seus amigos ficarão
encantados com os *souvenirs*
que você irá mostrar. São
peças artesanais que
representam o que de melhor
existe nos acervos das
unidades culturais da Marinha.
Compre, dê de presente, mas
convide-os para que
conheçam pessoalmente o
Complexo Cultural da
Marinha.

Recanto Naval Decoração Náutica

Espaço Cultural da Marinha
Telefone: (21) 3870-6025 r. 13
Museu Naval e Oceanográfico
Telefone: (21) 2533-6174





Única
Administradora
premiada



★ CONDOMÍNIOS

★ LOCAÇÕES

★ VENDAS

★ SEGUROS

Procurando uma administradora de ponta?

Parabéns, acabou sua procura!

*Solicite agora mesmo uma proposta e tenha
à sua disposição produtos e serviços do
premiado Padrão Atlântida de Qualidade.*

Atlântida, excelência na administração de bens imobiliários.

CENTRO (matriz): Av. Treze de Maio, 23 - 17º andar - Cep: 20 004-900 - Tel.: 2240-9696 / Fax: 2532-0724

COPACABANA: Rua Siqueira Campos, 168 - Lj A - Cep: 22.031-070 - Tel.: 2548-8125 / Fax: 2236-4760

SITE: www.atlantida-adm.com.br / E-MAIL: atlantida@atlantida-adm.com.br



Tecnologia Naval para Produtos e Serviços de Qualidade



Construção e reparo de meios navais, integração de sistemas de combate, fabricação de munição de médio e grosso calibres, sistemas digitais, guerra eletrônica e apoio logístico integrado.



Naval Technology Applied to Quality Products and Services

Naval Shipbuilding and Repair, Systems Integration, Ammunition Production of Medium and High Calibers, Digital Systems, Electronic Warfare, Integrated Logistic Support.

Empresa Gerencial de Projetos Navais
Edifício 8 do AMRJ - 3º andar - Ilha das Cobras
Cep.: 20091-100 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 2253-4090 / 3849-6855 / 2253-4669 Fax: (21) 2253-2141
E-mail: emgepron@emgepron.mil.br Site: www.emgepron.mil.br

EMGEPRON
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

“Agora ficou mais fácil localizar aquela matéria que li na *Revista Marítima Brasileira* e que vou pesquisar para escrever o meu trabalho.”

Já está disponível o CD Índice Remissivo por Assuntos de todas as matérias da *RMB* publicadas desde a sua fundação até o ano de 2000, ao custo de R\$ 10,00.



Fácil de ser consultado, as matérias nele encontradas poderão ser pesquisadas na Biblioteca da Marinha, que possui a coleção completa da Revista.

O banco de dados está sendo revisto, para aperfeiçoamento, e migrado de EXCEL para ACCESS, já incluindo os anos 2001 e 2002.

Brevemente o Índice Remissivo estará disponível, para consulta, na *Intranet* e na *Internet*.

Também está previsto colocar à disposição dos interessados a edição completa da nossa *Revista Marítima* em CD, na *Intranet* e na *Internet*.



Revista Marítima Brasileira / Serviço de Documentação Geral
da Marinha. — v. 1, n. 1, 1851 — Rio de Janeiro:
Ministério da Marinha, 1851 —
v.: il. — Trimestral.

Editada pela Biblioteca da Marinha até 1943.
Irregular: 1851-80.
ISSN 0034-9860.

1. MARINHA — Periódico (Brasil). I. Brasil, Serviço de Documentação
Geral da Marinha.

CDD — 359.00981
359 .005

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

v. 121 n.ºs 04/06
abr./jun. 2002

R. Marít. Bras.	Rio de Janeiro	v. 121	n.ºs 04/06	p. 320	abr. / jun. 2002
-----------------	----------------	--------	------------	--------	------------------

A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA é uma publicação oficial do COMANDO DA MARINHA, desde 1851. Entretanto, as opiniões emitidas em artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. Não refletem, assim, o pensamento oficial da MARINHA DO BRASIL. É publicada, trimestralmente, pelo SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. As matérias publicadas nesta Revista podem ser reproduzidas, desde que citadas as fontes.

Com a colaboração de seus leitores, a *RMB* será uma plataforma para a discussão de novas idéias para conquistarmos uma Marinha melhor.

Publicidade e Assinatura

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA
REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Divisão de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário S/Nº

Ilha das Cobras — Centro

20091-090 — Rio de Janeiro — RJ

☎ (21) 3870-6852

FAX (21) 3870-6716

E-mail: sdm14@sdm.mar.mil.br

Os preços do número avulso e da assinatura são os abaixo, respectivamente:

BRASIL

R\$ 7,00

R\$ 25,00

EXTERIOR

US\$ 9.00

US\$ 36.00

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Sérgio Gitirana Florêncio Chagasteles

SECRETÁRIO-GERAL DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Mauro Magalhães de Souza Pinto

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA MARINHA

Diretor

Contra-Almirante Max Justo Guedes

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Diretor

Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Roberto Oliveira Mesquita Spränger

Consultores Especiais da RMB

Vice-Almirante (Ref^o) Luiz Edmundo Brígido Bittencourt

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o) Milton Sergio Silva Corrêa

Superintendência de Documentação

Capitão-de-Fragata Dilton Ribeiro do Couto

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão-de-Corveta (T) Edina Laura Nogueira da Gama

Primeiro-Tenente (T) Simone Silveira Martins

Primeiro-Tenente (T) Rosa Nair Medeiros Ribeiro

Primeiro-Tenente (T) Ana Cristina Requeijo

Equipe Editorial

Ana Carolina Macedo Simões (Estagiária)

Célia Maria Barros Gutierrez

Denise da Silva Coutinho Koracakis

Deolinda Oliveira Monteiro

Jacir Roberto Guimarães

Luiz Carlos Miguel

Manuel Carlos Corgo Ferreira

Mauro da Silva

Tatiane de Araújo Santana (Estagiária)

Tiago Monteiro Ornelas de Lima (Estagiário)

Diagramação

Celso França Antunes

Edilson José Alves

Apoio Administrativo

Segundo-Sargento (MT-SN) João Humberto de Oliveira

Ilda Lopes Martins

Renée Pimentel Reis

Expedição

Cabo (AF) Jerônimo Ronaldo Severino Pereira

MN-QS Marcus Vinícius Lemos Cabral

Severino Ronaldo da Fonseca Araújo

Impressão

EDIOURO – Gráfica e Editora S/A

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Assinale qual a forma de pagamento desejada:

- ☐ em anexo, comprovante de depósito na conta corrente **170500-8** agência **3602-1**, do Banco do Brasil, em nome do Serviço de Documentação da Marinha, Código Identificador **777100219110400** no valor de R\$ 25,00.
- ☐ em anexo, cheque em favor do Serviço de Documentação da Marinha, no valor de US\$ 36 (exterior).
- ☐ para desconto mensal em folha de pagamento, por intermédio de Caixa Consignatária, no valor de 3% de um dia de soldo de segundo-tenente, autorizada a sua atualização.

Copie, preencha e remeta esta página para:

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Divisão de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário, S/Nº — Ilha das Cobras — Centro

20.091-000 — Rio de Janeiro — RJ

Tels.: (21) 3870-6852

FAX (21) 3870-6716

E-mail: sdm14@sdm.mar.mil.br

NOME: POSTO:

ENDEREÇO:

CEP CIDADE: ESTADO:

DATA: Nº DE CORPO (MB):

.....
ASSINATURA

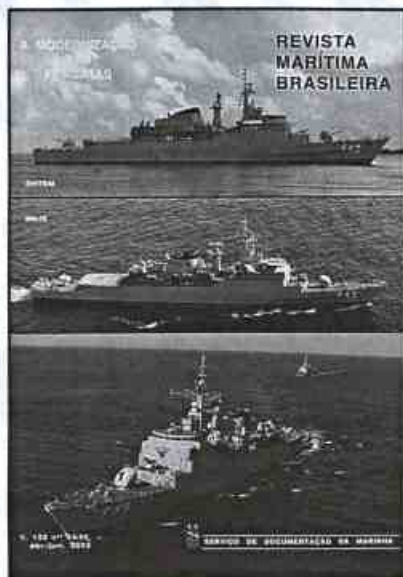
FAÇA DE SEU AMIGO MAIS UM ASSINANTE DA RMB

SUMÁRIO

- 13 **NOSSA CAPA: MODERNIZAÇÃO DAS FRAGATAS CLASSE NITERÓI**
- 21 **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA**
Airton Ronaldo Longo – Almirante-de-Esquadra – Chefe do Estado-Maior da Armada
- 41 **NOS PRIMÓRDIOS DO COMPUTADOR NA MARINHA**
Eddy Sampaio Espellet – Almirante-de-Esquadra (Ref^o)
- 43 **OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA**
Presidente Prudente José de Moraes Barros
Parte XXXVII
Mário Jorge da Fonseca Hermes – Almirante-de-Esquadra (Ref^o)
- 63 **O ALMIRANTE SYLVIO DE CAMARGO**
Carlos de Albuquerque – Almirante-de-Esquadra (FN-Ref^o)
- 73 **FORÇAS ARMADAS**
Osgarantes materiais do Estado Democrático
Rui da Fonseca Elia – Vice-Almirante
- 81 **A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**
Armando Amorim Ferreira Vidigal – Vice-Almirante (Ref^o)
- 101 **MERCOBRASIL**
Roberto Gama e Silva – Contra-Almirante (Ref^o)
- 105 **ESTRATÉGIA DA DETERRÊNCIA OU DISSUAÇÃO**
Haroldo Basto Cordeiro Júnior – Contra-Almirante (Ref^o)
- 107 **O MISTÉRIO DO U-977**
Ivo Gastaldoni – Brigadeiro-do-Ar
- 115 **NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL**
Luiz Antônio Fayet – Economista
- 121 **A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL**
Parte II
Kenneth H. Light
Tradução: *Eduardo Ítalo Pesce – Professor*
- 123 **A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NORTE-AMERICANO A PARTIR DA FRAGMENTAÇÃO NUCLEAR E SEUS REFLEXOS NO BRASIL**
Guilherme Sandoval Góes – Capitão-de-Mar-e-Guerra

- 153 **AS BICUDAS**
Lauro Nogueira Furtado de Mendonça – Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref[®])
- 161 **A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO**
Marcos Inoi de Oliveira – Capitão-de-Corveta (IM)
- 187 **SEÇÃO EGN**
POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
Uma análise crítica e comparativa
Luiz Guilherme Sá de Gusmão – Capitão-de-Mar-e-Guerra
- 217 **CARTA DOS LEITORES**
- 223 **ACONTECEU HÁ CEM ANOS**
- 229 **O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL**
- 235 **DOAÇÕES AO SDM**
- 239 **NOSSOS ARTISTAS**
- 241 **A MARINHA DE OUTRORA**
- 249 **NECROLÓGIO**
- 255 **REVISTA DE REVISTAS**
- 265 **NOTICIÁRIO MARÍTIMO**

101	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
102	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
103	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
104	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
105	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
106	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
107	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
108	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
109	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
110	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
111	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
112	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
113	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
114	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
115	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
116	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
117	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
118	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria
119	NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL	Luiz Antônio Faria - Escriba
120	A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	Paulo II. Faria



MODERNIZAÇÃO DAS FRAGATAS CLASSE NITERÓI (PROJETO MODFRAG)

A modernização das fragatas é um método de reaparelhar a Marinha... e que propicia independência do exterior com relação ao software operativo...

AS FRAGATAS

As fragatas classe *Niterói*, que entraram em serviço entre 1976 e 1980, representaram um grande avanço para a Marinha brasileira por incorporarem tecnologias até então inéditas no País, como a propulsão por turbina a gás combinada com motores diesel, os mísseis de voo rasante e o sistema de combate controlado por computação em tempo real, para citar apenas as mais significativas.

Estes navios também foram um ponto de inflexão nos conceitos de operações navais pela precisão de suas armas e sensores, pelo menor número de tripulantes, todos de elevado nível técnico, e até pelo alto padrão de

conforto propiciado a bordo para toda a tripulação. Além disso, demonstraram ser navios adequados para enfrentar quaisquer estados de mar sem perda de capacidade operativa.

Por esses motivos, a Marinha não poderia simplesmente perdê-los pelo fato de terem sido atingidos pelo inexorável processo de obsolescência técnica característico do nosso tempo.

Para modernizar o sistema de combate de todos os seis navios da classe, incluindo armas e sensores, estão sendo empregados cerca de US\$ 427 milhões, quando, para a construção de um único navio novo deste porte, tecnicamente atualizado, seria necessário despendar aproximadamente a mesma quantia.

FRAGATA LIBERAL

Modernização

RTN-30X

Radar de Direção de Tiro (AV e AR), com alcance de 23MN e que substituiu o RTN-10X. Este radar é também responsável pela guagem do míssil Aspide.

Radar de Direção de Tiro



RAN 20S

Radar de Busca Combinada (superfície e aérea) que opera na banda "E" e possui o alcance de aproximadamente 60MN para alvos aéreos. Este radar substituiu o AWS-2.

Radar

SISTEMA DE LANÇAMENTO DE DESPISTADORES DE MISSEIS (SLDM)

É um sistema composto de quatro lançadores de doze tubos e outras unidades de controle desenvolvido pelo IPQM e que possui como modos de emprego tático a "sedução", a "distração" e futuramente (com a disponibilidade de munição apropriada) a "confusão". Emprega como munição o "Chaff" sendo previstas facilidades para que com futuras atualizações de software, sejam geradas soluções de tiro para emprego de outros tipos de despistadores tal como munição de "Flare".

CHAFF



Canhão 40mm

CANHÃO 40MM MK-3

Substituiu o antigo canhão de 40MM. Como inovações ressalta-se o controle automático pelo SICONTA MK-2 (controle primário) e pela alça optrônica EOS 400-10B (controle secundário). A capacidade do magazine de carregamento de cada torreta é de 99 projéteis e neste canhão podemos utilizar além da munição antiga de 40mm, a munição 3P (Programável, Proximidade e Pré-fragmentada).

MSA



SISTEMA ALBATROS

É o sistema de defesa antiaérea que emprega o míssil Aspide como armamento. O alcance do míssil é de aproximadamente 8MN, sendo o mesmo semi-ativo. O iluminador do alvo é o RTN-30X e o controle do lançamento é realizado pelas TAU.

Radar de Superfície



TERMA SCANTER

Radar de navegação que opera na banda X e possui alcance de aproximadamente 27MN para contatos de superfície. Este radar substituiu o ZW-06.

MAGE



MAGE CUTLASS BIBW

Equipamento de detecção e análise de emissões eletromagnéticas que trabalha na banda de 2 a 18 GHz.

Alça Optrônica



EOS 400-10B

Alça optrônica que substituiu a LAS. Esta alça possui câmera de TV e de infravermelho, que trabalham com contraste de cores e de temperatura respectivamente. Também é empregada como fonte de informação de distância para o sistema, com a utilização do seu telémetro laser. Secundariamente, é utilizada para o controle das baterias principal e secundárias do armamento.

Radar de Busca Combinada



Radar de Navegação



FURUNO M 1942

Radar de auxílio à navegação.

CME



CME SLQ-1A

Equipamento desenvolvido pelo IPqM que encontra-se em fase de instalação.

Centro de Controle de Armas



CCA

São em número de três, sendo os CCA 1 e 2 para controle primário dos canhões de 4.5" e 40 mm e o CCA 3 para controle das armas abaixo d'água (Boroc e Torpedo).

SICONTA MKII



SISTEMA DE CONTROLE TÁTICO E ARMAS

Encontra-se em fase de desenvolvimento e testes de software e substituirá o CAAIS 400.



HISTÓRICO DA MODERNIZAÇÃO

De início, dada a complexidade da obra, cogitou-se de entregá-la a um contratante único estrangeiro que se responsabilizaria por todas suas etapas, desde a produção de especificações técnicas a partir dos requisitos operativos enunciados pela Marinha, até a realização dos testes finais de aceitação.

Por decisão do Almirantado tomada em junho de 1993, a idéia de ter um contratante único foi descartada, ficando decidido que a Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) supervisionaria tecnicamente o projeto, tendo a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) como encarregada da gerência executiva.

Adotando esta linha de ação, a Marinha esperava obter completo conhecimento e controle sobre todos os aspectos de engenharia de sistemas, além de gerar empregos em empresas nacionais e de fazer considerável economia.

Para se ter uma idéia da diferença de custos envolvida, o estaleiro Vosper Thornycroft, autor do projeto original das fragatas, cotou

em cerca de US\$ 100 milhões para atuar como contratante único, ao passo que os mesmos serviços prestados pela Emgepron custaram à DSAM até o momento, quando se está mais ou menos na metade do trabalho, menos de US\$ 5 milhões.

Inicialmente foi contratada para fazer a instalação e integração do novo sistema de combate modernizado a empresa Engenharia de Sistemas de Controle e Automação S/A (ESCA), que faliu devido a fraudes junto ao INSS, sendo sucedida pela empresa Informática e Engenharia de Sistemas S/A (IES), que atuou temporariamente durante o prazo necessário para que se efetuasse o novo processo seletivo vencido pelo atual consórcio DSND* - Consub. Tais percalços foram vencidos, mas acarretaram muitos atrasos imprevistos.

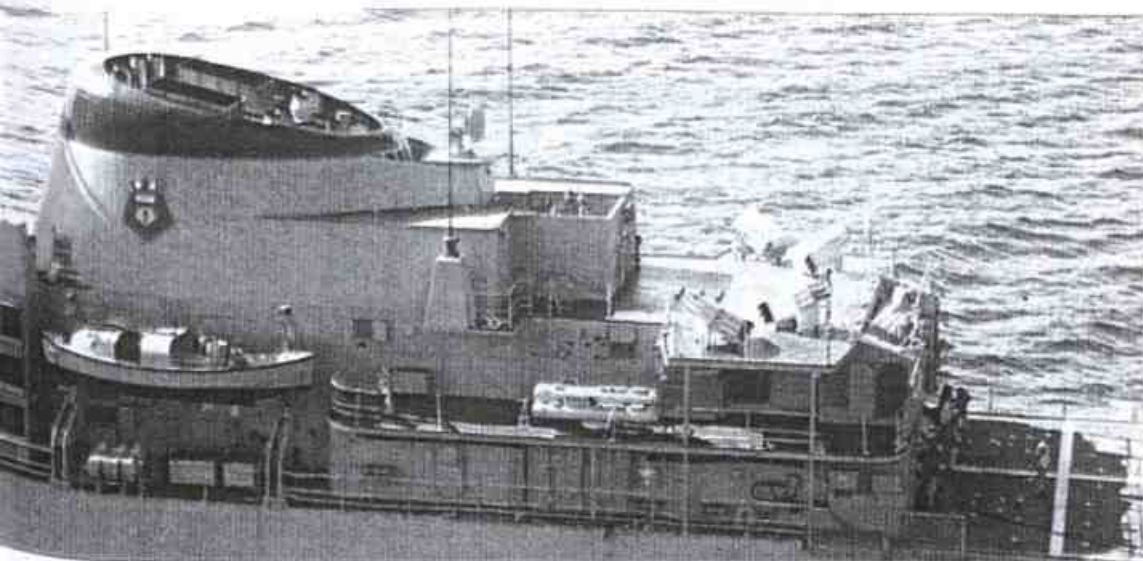


A MODERNIZAÇÃO

Sem descer a muitos detalhes, a modernização abrange a substituição:

– de mísseis antiaéreos de curto alcance *Seacat* por mísseis de médio alcance *Aspide*;

* N.R.: DSND – *Det Sonden Fields Norke Dampskibss*, que em norueguês quer dizer Companhia Noruega de Barcos a Vapor de Sonden Fields.



- de canhões de 40mm controlados manualmente por canhões de 40mm automáticos em versão específica para emprego contra mísseis;

- do sistema de controle tático desenvolvido na Inglaterra, baseado em computadores da década de 1960, pelo Sistema de Controle Tático versão II (SICONTA II) desenvolvido no Brasil, baseado nos computadores de hoje, com recursos incomparavelmente mais eficazes; e

- da totalidade dos sensores (radares, IFF, detetor de emissões eletromagnéticas, sonar e rastreador optrônico) por equipamentos atualizados de desempenho superior, já que utilizam, em larga escala, técnicas digitais de processamento de sinais.

Além disso, foi ampliada a capacidade do navio no campo da guerra eletrônica pelo acréscimo de um bloqueador de radares e de um lançador de nuvens depistadoras de mísseis guiados por radar, ambos desenvolvidos no Instituto de Pesquisas da Marinha.

A modernização atingiu ainda equipamentos menos conspícuos, como repetidora de radar no passado, odômetro e comunicações interiores.

EXECUÇÃO

Atualmente estão em modernização as fragatas:

- F43 *Liberal*, que está com o novo sistema de combate pronto para a iniciar a fase de integração do *software* operativo;

- F41 *Defensora*, que está no processo de primeiro colocar em funcionamento isoladamente cada um de seus novos sensores e suas novas armas; e

- a F44 *Independência*, que está na fase de instalação dos novos equipamentos.

Na *Liberal*, que é o navio mais adiantado, já foram realizados testes de tiro real com os novos diretores de tiro dos canhões de 114 mm e de 40 mm, dos lançadores de despistadores radar, dos torpedos e dos foguetes anti-submarinos *Borok*, todos com sucesso, o que é uma indicação segura de que se está no caminho certo (respectivamente em 8/01, 2/00, 2/01, 8/01 e 2/01).

CONCLUSÃO

A modernização das fragatas é um método de reaparelhar a Marinha que apresenta excelente razão custo/benefício.

cio, que abre a perspectiva de trabalho com sistemas modernos para muitos técnicos nacionais, e que propicia independência do exterior com relação ao *software* operativo, além de representar um avanço

tecnológico considerável em muitas áreas de engenharia.

Ao final, teremos navios de escolta aptos a cumprir missões no cenário militar naval de hoje.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Fragatas /; *Liberal* (Fragata); *Niterói* (classe de fragatas); MODFRAG; Modernização das fragatas; Nossa Capa;

* CÂMARA

Os compartimentos do navio são tradicionalmente denominados a partir do principal: a *câmara*. Este é o local que aloja o comandante do navio ou oficial mais antigo presente a bordo, com autoridade sobre o navio, ou, ainda, um visitante ilustre, quando tal honra lhe for concedida. Se embarcar num navio o comandante da Força Naval, esta autoridade maior terá o direito à *câmara*.

O navio onde embarca o comandante da Força Naval é chamado *capitânia*. Seu comandante passa a denominar-se *capitão de bandeira*.

N.R.: O texto deste quadro e de todos os demais da RMB 2ºtrim/2002 foram retirados da 7ª edição (1999) do folheto *Tradições do Mar – Usos costumes e linguagem*, publicado pelo Serviço de Relações Públicas da Marinha e organizado pelo então Capitão-de-Fragata (hoje Vice-Almirante reformado) Márcio de Faria Neves Pereira de *Lyra*.

AOS NOSSOS LEITORES

Com a permanente preocupação de ser útil aos seus leitores do presente e do futuro, a *Revista Marítima Brasileira* se propõe a divulgar idéias novas, registros históricos e opiniões que, futuramente, possam servir de excelentes fontes de consulta.

Tendo em mente este propósito, a diagramação dos artigos publicados é feita de modo a facilitar o trabalho dos nossos futuros pesquisadores. Assim sendo, procuramos adotar o seguinte sistema de trabalho:

(a) classificação por assuntos dos artigos, das notícias e de outros textos, inclusive dos tópicos que compõem essas colaborações;

(b) registro em CD-Rom da classificação por assunto de tudo o que é publicado (já existe desde o nº 1 da *RMB*);

(c) inclusão de sumários nos vários artigos e seções da revista; e

(d) utilização farta de negritos e do recurso da divisão do texto em maior número de parágrafos. Nesse sentido, contamos com a compreensão dos colaboradores, como até agora tem acontecido.

A *Revista Marítima Brasileira* gostaria de conhecer a opinião de seus leitores sobre o assunto.

Escreva-nos, telefone para nós, passe-nos um fax ou utilize o correio eletrônico para dizer-nos como vê nossa maneira de dispor e valorizar as informações que levamos ao nosso público.

Seu pronunciamento é valioso.

Muito obrigado.

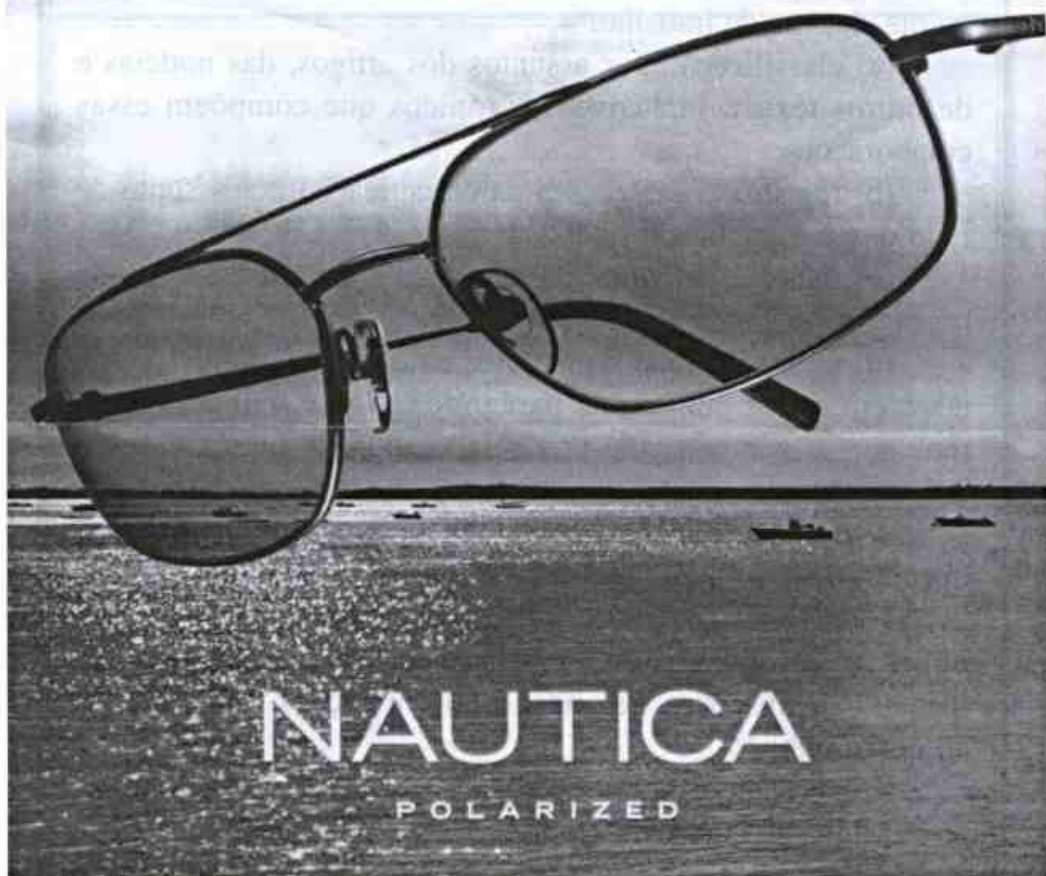
REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

LENTE POLARIZADAS

SUA PRINCIPAL PROPRIEDADE ESTÁ NO FATO DE ABSORVER A LUZ QUE É REFLETIDA HORIZONTALMENTE, PROPORCIONANDO UM CONFORTO VISUAL BASTANTE ACENTUADO. AS LENTES POLARIZADAS SÃO IDEAIS PARA QUEM TEM FOTOFOBIA!

OS MOTORISTAS QUE DIRIGEM SENDO INCOMODADOS PELOS REFLEXOS DO ASFALTO, PODEM EVITAR ESTE DESCONFORTO NA UTILIZAÇÃO DESTAS LENTES.

ELAS SÃO IMPORTADAS E SUA COMPOSIÇÃO É BASICAMENTE DE PEQUENOS CRISTAIS QUE PERMITEM A PASSAGEM DE LUZ POR APENAS UMA DIREÇÃO. NOS ÓCULOS DESTE TIPO, VÊM SELADA A PALAVRA "POLARIZED LENS".



VOCÊ PODE ENCONTRAR SEUS ÓCULOS COM LENTES POLARIZADAS NA:



Av. N. Sra. de Copacabana, 680 / 503
Copacabana - RJ - Brasil- CEP 22050-000
Tel.: 2255-6880

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA*

AIRTON RONALDO LONGO

Almirante-de-Esquadra

Chefe do Estado-Maior da Armada

SUMÁRIO

Introdução

Síntese de Avaliação Político-Estratégica

Planejamento Estratégico da Marinha

Conclusão

* N.R.: O texto é transcrito da aula inaugural proferida na EGN em 15 de fevereiro de 2002. O Almirante-de-Esquadra Longo serviu no Estado-Maior da Armada durante sete anos e meio, participando da elaboração dos principais documentos de alto nível da Marinha.

Dos cursos da EGN de 2002 participam oficiais das Marinhas da Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela, oficiais do Exército brasileiro e da Força Aérea brasileira, representantes da Marinha Mercante e servidores civis da Marinha.

SUMÁRIO DETALHADO

INTRODUÇÃO

SÍNTESE DE AVALIAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

- Pontos relevantes
- Possíveis cenários
- O acontecimento de 11 de setembro
- Relações internacionais e assuntos da atualidade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA

PLANEJAMENTO DA DEFESA NACIONAL

- Planejamento Nacional
 - Avaliação da conjuntura*
 - Política da Defesa Nacional*
 - Estratégia da Defesa Nacional*

- Planejamento Militar
 - Avaliação Estratégica Militar*
 - Política Militar Brasileira*
 - Estratégia Militar Brasileira*

- Planejamento Setorial

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA

PANM – FASE BÁSICA

- Plano Estratégico da Marinha (PEM)
 - Avaliação Estratégica Naval (AENAV)*
 - Conceito Estratégico Naval (CENAV)*
 - Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV)*
- Política Básica da Marinha (PBM)
- Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM)
- Orientações Setoriais (ORISSET)

PANM – FASE DE PREPARO E PREVISÃO

- Elaboração dos planos
- Detalhes de documentos
 - Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM)*
 - Programa de Modernização de Meios (PMM)*
 - Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM)*

PANM – FASE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

- Elementos para o Planejamento Logístico
- Plano Diretor (PD)

OUTROS DOCUMENTOS

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

É uma honra e um privilégio para o Chefe do Estado-Maior da Armada proferir a aula inaugural para os cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para oficiais superiores da Escola de Guerra Naval, no ano recém-iniciado de 2002.

O assunto a ser abordado diz respeito ao Planejamento Estratégico da Marinha. Ele se insere na Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, a qual apresenta, de uma maneira coerente, a abordagem dos diversos aspectos que contribuem para se obter uma Marinha que atenda aos interesses do País.

O tema será tratado de maneira teórica, logo vale para o planejamento de qualquer país, mas estará sempre referindo-se em especial ao Brasil e à sua Marinha.

Antes de entrar propriamente nesta sistemática de planejamento, registrar-se-ão algumas considerações sobre o mundo sociopolítico e estratégico em que se está envolvido e que sofre contínuas evoluções. É preciso percebê-las, estudá-las e compreendê-las para poder estar preparado e em constante desenvolvimento nesta profissão.

SÍNTESE DE AVALIAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

PONTOS RELEVANTES

Uma breve análise do contexto internacional apresenta os seguintes pontos relevantes:

- a **paridade estratégica** observada na Guerra Fria contribuiu para evitar-se o confronto direto entre os principais atores internacionais; não obstante, o Poder Militar permaneceu sendo percebido e utilizado como forma extrema de equacionar divergências internacionais;

- o **término do ordenamento bipolar** acarretou o desaparecimento do inimigo comum, levando os países a se orientar segundo seus próprios interesses, aumentando o surgimento de novos conflitos;

- o **ordenamento internacional** mantém-se orientado por uma superpotência militar e econômica, com unipolaridade militar;

- a manutenção de tradicionais lideranças e interesses econômicos estimula a **identificação de novas e constantes ameaças**, como as provenientes de governos radicais, de seitas religiosas, de crimes

transnacionais e de diferenças étnicas, influenciando no trato de temas como imigração, meio ambiente, narcotráfico, crescimento demográfico e consolidação de regimes democráticos;

- a **dificuldade de reconversão de complexos industriais militares** existentes em nações desenvolvidas incentiva-as a manter aquecido o comércio internacional de armas;

- a **manutenção da prática de realizar intervenções armadas** em regiões consideradas como de interesse político, econômico ou estratégico;

- a **existência de proposições para o esvaziamento do conceito de soberania**, em especial das nações em desenvolvimento ou chamadas emergentes, com o propósito de conceder maior liberdade à comunidade internacional de interferir em assuntos da competência exclusiva dos Estados; ao mesmo tempo que pressões, principalmente externas, atuam no sentido de fazer das Forças Armadas desses países meros agentes policiais contra crimes comuns;

– a busca de diminuição de antigas tensões regionais com o aumento da cooperação econômica entre os Estados, embora o comércio internacional e a economia tendam a gerar conflitos de interesse;

– a maior importância atribuída a temas transnacionais como meio ambiente, narcotráfico, questões de segurança coletiva, que, por serem de difícil solução, exigem maior intercâmbio entre as nações;

– a visualização da capacidade econômica como fonte de poder e projeção internacional; e

– o protecionismo e as barreiras aos desenvolvimentos tecnológicos.

POSSÍVEIS CENÁRIOS

Tais considerações, dentre outras, levam à formulação dos seguintes possíveis cenários sob uma forma bem ampla:

– **globalização**, com crescente interdependência entre as nações, levando a hegemonias industriais, tecnológicas, financeiras e comerciais, subordinando as economias dos mais fracos. No campo militar, reflete-se com o maior poder militar diminuindo a importância estratégica dos Poderes Militares dos Estados de menor poder econômico;

– **formação de blocos regionais**. A longo prazo, as coalizões perfeitamente identificadas visualizariam as demais como possíveis ameaças;

– **ressurgimento de fortes sentimentos nacionalistas**; e

– **possibilidade de choque de civilizações** – alinhamento político de povos possuidores de uma mesma cultura (língua, costumes, religião).

Na verdade, o atual cenário político-estratégico internacional tornou-se mais complexo e de difícil previsão. Mas é possível perceber que as ameaças caracterizam-se por atuarem de forma simultânea sobre os interesses das nações.

O ACONTECIMENTO DE 11 DE SETEMBRO

Não se poderia fazer esta breve análise político-estratégica sem mencionar o acontecimento de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, ação terrorista contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque, contando com um ineditismo no modo de execução, com pro-

porções catastróficas e incomuns.

A ocorrência de atos terroristas não é novidade, mas o atentado mostrou uma atrocidade que mesmo o Poder político, econômico e militar da única superpotência não foi capaz de prever ou evitar. O suicídio dos terroristas mostrou uma indiferença à represá-

lia, já que consideram a morte aceitável e mesmo desejável.

A procura de justificativas para o acontecimento não encontra guarida nas mentes mais sadias.

Talvez possa ser explicável:

– pela falta de liberdade de regimes autocráticos, vistos como corruptos e distantes do povo, ensejando ressentimentos e amarguras de descontentes;

– pela recusa à globalização, vista como possessiva e sufocante, acarretando um sentimento de hostilidade e até de ódio;

– pela questão ideológica de base cultural, que não conseguiu separar política de religião.

Certamente que, para um observador que viveu algum tempo nos Estados Unidos da América, a represália para a neutralização do terrorismo iria ocorrer, mesmo que fosse difícil ou até inexecutável a imediata eliminação daquela ameaça; o sucesso militar não necessariamente representaria uma vitória definitiva, mas apenas de uma batalha.

Mas o acontecimento de 11 de setembro pode caracterizar uma ruptura na evolução do sistema internacional. Pode-se desejar uma posição renovadora das relações entre as nações, um novo sistema mundial de convivência entre modos de vida diferentes e a busca da redução das disparidades de riquezas entre nações e entre indivíduos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSUNTOS DA ATUALIDADE

Os aspectos das relações internacionais da atualidade, como dito, de grande complexidade, quando associados às atividades desenvolvidas com relação à manutenção ou conquista de objetivos nacionais, acarretam novos desafios aos formuladores da Estratégia Naval.

Há que se estar cada vez mais capacitado a enfrentar a realidade que envolve — ao mesmo tempo e com os mesmos parceiros — a cooperação e a integração em assuntos de interesse comum e a competição naqueles onde não existe uma coincidência de interesses.

Fica evidente a complexidade na elaboração e execução de planejamentos que, além de envolverem temas tradicionais, também devem considerar **assuntos da atualidade** como:

- a interdependência entre os países;
- a preservação do meio ambiente marítimo e fluvial;
- a escassez de água potável;
- as pressões políticas exercidas por organismos internacionais;
- o controle de tecnologias de duplo emprego (civil e militar);
- a migração de contingentes humanos;
- os problemas relacionados às etnias, às minorias e às questões religiosas; e
- as práticas comerciais de países ou blocos mais poderosos, proporcionando focos de tensão ou potencial de contenciosos.

Além disso, vale a pena citar, pelo menos, três fatos importantes:

– mais de 95% do comércio exterior brasileiro é efetuado pelo mar (veja figura 1);

– o território brasileiro, em sua parte marítima, compreendendo as águas jurisdicionais brasileiras (mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental), engloba uma área de 4,2 milhões de km². Só a zona econômica exclusiva possui cerca de 3,5 milhões de km² (equivalente à Amazônia) (Veja figura 2); e

– a área de responsabilidade brasileira para atender às necessidades de busca e salvamento no Oceano Atlântico é de 12 milhões de km², superfície equivalente a uma vez e meia o território brasileiro (Veja figura 3).

Os sistemas de planejamento, então, devem também enfocar o apoio do Poder Militar à Política Externa, a busca de soluções de controvérsias, o fortalecimento aos processos de integração regionais e de cooperação com países que tenham interesses comuns ou complementares.

COMÉRCIO EXTERIOR MARÍTIMO

Média diária de navios

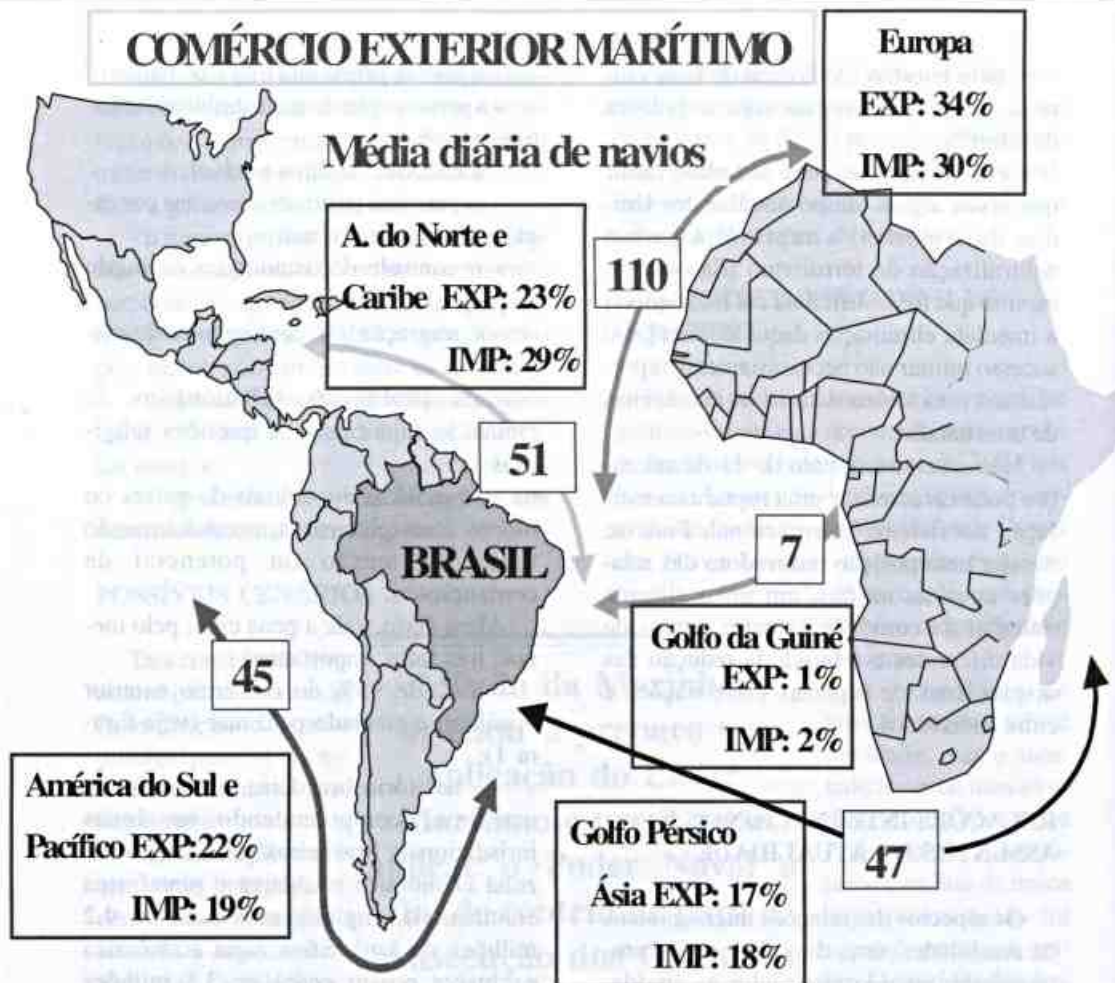


Figura 1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA

PLANEJAMENTO DA DEFESA NACIONAL

Nesse contexto, para abordar o tema Planejamento Estratégico da Marinha, algumas considerações serão apresentadas sobre a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, que permite, de forma sequencial e racional, uma ampla análise de assuntos político-estratégicos que irão subsidiar as decisões do Almirantado, refletindo-se na aplicação do Sistema do

Plano Diretor, que possibilita a administração econômico-financeira da Marinha.

O Planejamento Estratégico da Marinha está incluído na Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, observada desde a década de 70.

Para melhor entendê-lo, cabem algumas considerações sobre suas condicionantes de mais alto nível, o Nacional.

ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS



Figura 2

Figura 3

ÁREA DE BUSCA E SALVAMENTO SOB RESPONSABILIDADE DO BRASIL



O Planejamento da Defesa Nacional compreende três fases: a Nacional, a Militar e a Setorial. Nesta última, na vertente da Marinha, surge a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha.

Cabe registrar que, independente da existência de documentos ou de seus títulos e sigilos, há uma seqüência lógica que permite vislumbrar as ações a empreender pelos diversos setores da Nação.

Com o propósito de situar a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha no Planejamento da Defesa Nacional, assim como indicar orientações gerais, condicionantes e os documentos que são observados em sua elaboração, é conveniente detalhar alguns pontos da Fase Nacional e da Fase Militar.

PLANEJAMENTO NACIONAL

Na Fase Nacional, seriam tratados os aspectos globais da Política e da Estratégia Nacionais, incluindo a avaliação da conjuntura nacional e internacional, o enunciado dos Objetivos Nacionais e os caminhos ou rumos para atingi-los.

Assim, a fase Nacional englobaria a Avaliação da Conjuntura, a Política de Defesa Nacional e a Estratégia de Defesa Nacional.

A interpretação dos interesses e das aspirações nacionais deriva de um processo histórico e emerge, naturalmente, à medida que as necessidades e os interesses se cristalizam na consciência nacional, cabendo aos planejadores e formuladores das políticas tão-somente identificá-los. Dessa maneira, passarão a ser conhecidos os Objetivos Nacionais.

A Avaliação da Conjuntura

A Avaliação da Conjuntura é uma atividade contínua e rotineira, devendo estar atenta à evolução dos acontecimentos, quer nacionais, que podem se apresentar de maneira complexa e dinâmica, quer internacionais, igualmente instáveis e imprevisíveis, sobre os quais houve a preocupação de alinhar alguns aspectos de interesse global.

A Política de Defesa Nacional

A Política de Defesa Nacional deve fixar objetivos para a defesa da Nação e orientações gerais para o preparo e o emprego da capacitação nacional, incluindo os setores civis e militares, em todos os níveis e esferas de poder. Deve ter caráter abrangente, procurando ser permanente, podendo, entretanto, ser revista para efetuar as alterações que se tornarem necessárias.

A Estratégia de Defesa Nacional

A Estratégia de Defesa Nacional decorre da Avaliação da Conjuntura e da Política de Defesa Nacional, orientando o preparo e a aplicação do Poder Nacional, com vista ao atendimento dos objetivos fixados.

*

No caso específico do Brasil, até 1990 o Conceito Estratégico Nacional abordava os Objetivos Nacionais e os assuntos relacionados à Segurança Na-

cional, incluindo cenários de Emprego Político-Estratégico. Essa publicação vigorou entre 1969 e 1990.

Naquela época, a Fase Nacional compreendia:

- a Interpretação dos Interesses e das Aspirações Nacionais,
- a Avaliação da Conjuntura,
- o Conceito Estratégico Nacional e
- as Diretrizes Gerais de Planejamento.

Hoje o País possui uma Política de Defesa Nacional, aprovada em 1996.

O fato é que, com quaisquer que sejam as publicações e as denominações que se lhes dê, há que continuar a existir um caminho lógico a ser necessariamente seguido.

PLANEJAMENTO MILITAR

Na Fase Militar seriam definidos os aspectos militares da política e da estratégia nacional. Compreende a Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura, a Política Militar Brasileira ou Política Militar de Defesa e a Estratégia Militar Brasileira ou Estratégia Militar de Defesa.

A Avaliação Estratégica Militar

A Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura congregaria a influência de fatores políticos, econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos sobre o emprego dos componentes das Forças. Compreenderia a análise dos aspectos e implicações militares decorrentes das conjunturas internacional e nacional, facilitando a formulação da Política e da Estratégia Militares.

A Política Militar Brasileira

A Política Militar Brasileira estabelece os Objetivos Gerais a serem atingi-

dos pela Expressão Militar, contribuindo para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

A atual Política Militar Brasileira foi estabelecida em 1993.

A Estratégia Militar Brasileira

A Estratégia Militar Brasileira orienta o planejamento estratégico de emprego das Forças Armadas. Essa publicação veio suprir uma lacuna existente desde a saída de vigor do Conceito Estratégico Nacional, visto que este, como aquela, estabelece Hipóteses de Emprego, mesmo usando terminologias diferentes.

Tanto a Política de Defesa Nacional, anteriormente citada na fase Nacional, quanto a Política Militar Brasileira e a Estratégia Militar Brasileira estão sendo revistas e atualizadas.

No caso brasileiro, anteriormente, era prevista a existência dos seguintes documentos na Fase Militar: Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura, Conceito Estratégico Militar, Diretrizes para o Planejamento Militar, Planejamentos Militares Gerais e Planos Militares para as Hipóteses de Emprego.

No Planejamento Nacional, bem como no Planejamento Militar, nem todos os documentos indicados existiram ou existem, mas tem havido um esforço ao longo do tempo para que sejam elaborados, aperfeiçoados e atualizados, como já foi assinalado.

PLANEJAMENTO SETORIAL

Na Fase Setorial seriam realizados os Planejamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA

Passar-se-á, então, a abordar o Planejamento de Alto Nível da Marinha.

Esse planejamento é traduzido em uma sistemática lógica com componentes interdependentes, que tem por propósito a previsão e a ordenação das atividades pertinentes ao cumprimento da Missão da Marinha.

Na atualidade, a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha está em fase de adaptação às mudanças de nomenclatura de publicações ocorridas nas Fases Nacional, Militar e Setorial. Nela será mantida, em linhas gerais, sua característica

principal: a de envolver um conjunto de atividades racionais e interdependentes e que procura, considerando as orientações governamentais, fornecer instrumentos que contribuam para o perfeito cumprimento da **Missão da Marinha – “orientar o preparo e a aplicação do Poder Marítimo e preparar e aplicar o Poder Naval, a fim de contribuir para a consecução dos Objetivos Nacionais”**.

Para melhor entendimento, o Planejamento de Alto Nível da Marinha abrange três fases: a básica; a do preparo e previsão de aplicação do Poder Naval e a administrativo-financeira.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA – FASE BÁSICA

Esta fase compreende a elaboração de documentos, que têm como **propósitos**:

- a **determinação das implicações estratégicas** das conjunturas internacional e nacional, que possam afetar ou condicionar o preparo e a aplicação do Poder Naval;

- a **formulação de concepções de emprego do Poder Naval**, em face dos antagonismos e das Hipóteses de Emprego estabelecidas na Estratégia Militar Brasileira; e

- o **estabelecimento de objetivos, diretrizes e orientações** para o preparo da Marinha, considerando-se a aplicação do Poder Naval no contexto das concepções acima referidas.

Ela é constituída pelos seguintes documentos: Plano Estratégico da Marinha, Política Básica da Marinha, Orientações do Comandante da Marinha e Orientações Setoriais.

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM)

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) constitui o ponto de partida de todo o planejamento da Marinha e é o documento fundamental.

Além de ser condicionado pelos documentos nacionais e militares, interage com a Política Marítima Nacional e a Política Nacional para os Recursos do Mar.

O seu propósito é estabelecer o planejamento estratégico de longo prazo da Marinha do Brasil, formulando concepções de emprego do Poder Naval e as orientações para o cumprimento das atribuições subseqüentes e das subsidiárias.

Em sua concepção atual, o PEM foi elaborado na sub-chefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada no início da década de 70, publicado em 1974 e vem sendo periodicamente atualizado.

É constituído por três partes distintas:

- Avaliação Estratégica Naval (AENAV);
- Conceito Estratégico Naval (CENAV); e
- Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV).

Avaliação Estratégica Naval (AENAV)

A Avaliação Estratégica Naval (AENAV) **compreende um exame da situação** no nível estratégico sob o enfoque na-

val, no qual são avaliados os fatores mais significativos e relevantes da conjuntura nacional e internacional, e determinadas suas implicações com o preparo e a aplicação do Poder Naval.

Para esta avaliação são considerados os documentos nacionais e militares de alto nível já citados, a legislação nacional, acordos e tratados internacionais e políticas e diretrizes governamentais.

Entre estes documentos pode-se citar:

Legislação Nacional:

- Constituição Federal;
- Lei Complementar para o Preparo e o Emprego das Forças Armadas;
- Lei sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios;
- Lei que institui o Serviço de Patrulha Costeira;
- Lei sobre Organização e Funcionamento do Conselho de Defesa Nacional;
- Lei sobre Águas Jurisdicionais Brasileiras;
- Lei do Óleo;
- Decreto sobre Pesquisa em Águas Jurisdicionais Brasileiras; e
- outros.

Atos Internacionais:

- Carta das Nações Unidas;
- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;
- Carta da Organização dos Estados Americanos;
- Plano para Coordenação do Tráfego Marítimo Internacional;
- Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares;
- Convenção Relativa à Colocação de Minas Automáticas Submarinas de Contato;
- Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar;
- Tratado da Antártica; e

- outros.

Políticas e Diretrizes Governamentais:

- Política de Defesa Nacional;
- Política Militar Brasileira;
- Estratégia Militar Brasileira;
- Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra;
- Política Marítima Nacional;
- Política Nacional para os Recursos do Mar;
- Política Nacional para Assuntos Antárticos;
- Doutrina Básica de Mobilização Nacional; e
- outros.

O exame e a análise de todos esses documentos e da conjuntura nacional e internacional permitem identificar as atribuições, responsabilidades e envolvimento da Marinha do Brasil.

A análise é realizada com total abrangência, sem condicionantes, sendo completamente livre e aberta.

A Avaliação Estratégica Naval serve de base para a formulação do Conceito Estratégico Naval ou da Estratégia Naval que constitui a segunda parte do Plano Estratégico da Marinha.

Conceito Estratégico Naval (CENAV)

O Conceito Estratégico Naval (CENAV) se propõe, em termos amplos, a formular a concepção de emprego do Poder Naval em cenários quer de paz quer das Hipóteses de Emprego (em crises político-estratégicas e em guerra) e contemplar as ações a empreender em cada uma delas, ou seja, relacionar as operações ou ações em que os meios serão empregados, tais como: de superfície, aéreas, submarinas, anti-submarino, minagem, varredura, defesa aérea, patrulha, socorro, salvamento, caça-minas, ataque etc. Prevê, ainda, as ações a serem

empreendidas pela Marinha no cumprimento de suas atribuições subsidiárias não enquadradas no campo militar.

Enfim, o CENAV permite que se obtenha uma missão deduzida da Marinha, relacionando as tarefas a serem empreendidas para atingir os propósitos identificados.

Também são propósitos do CENAV identificar os meios adequados ao Poder Naval – o que pode ser feito por meio de uma matriz que relacione as Hipóteses de Emprego e as ações a empreender –, definir as prioridades de obtenção e relacionar as necessidades de informações estratégicas.

Em síntese, o CENAV representa a orientação maior para o preparo e emprego dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Mesmo que, pela experiência dos formuladores, se simplifique este conceito de emprego do Poder Naval, na sua elaboração estarão sempre subentendidas todas as etapas lógicas teoricamente imaginadas.

Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV)

As Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV) orientam os planejamentos decorrentes para o preparo e aplicação do Poder Naval e para a atuação da Marinha nas demais atividades.

O planejamento subsequente da Marinha do Brasil passa a ser condicionado pelas DIPNAV.

POLÍTICA BÁSICA DA MARINHA (PBM)

A Política Básica da Marinha tem o propósito de estabelecer os objetivos que devem ser alcançados pela Marinha e condiciona todo o Planejamento de Alto Nível da Marinha, em especial os Planos decorrentes do PEM e o Plano Diretor (PD).

A Política Básica da Marinha é um documento fundamental para a orientação das

atividades relativas ao preparo do Poder Naval em toda a Marinha. A atual política contém a Missão da Marinha, os Fatores Condicionantes, os Objetivos da MB e a orientação geral necessária à formulação das Diretrizes para a consecução desses Objetivos. Apresenta ainda a orientação e os conceitos que devem ser considerados pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS) na formulação de suas Diretrizes Setoriais (ORISET).

A Política Básica da Marinha encontra-se em revisão no Estado-Maior da Armada, para ser submetida ao Comandante da Marinha.

ORIENTAÇÕES DO COMANDANTE DA MARINHA (ORCOM) E ORIENTAÇÕES SETORIAIS (ORISET)

As **Orientações do Comandante da Marinha**, antes denominadas Orientações Ministeriais, têm como parâmetros os objetivos da Política Básica da Marinha (PBM) e do Plano Estratégico da Marinha (PEM) e foram introduzidas na Sistemática de Planejamento da Marinha para atender ao detalhamento de como as ações e os projetos deveriam ser desenvolvidos durante a respectiva gestão.

São orientações promulgadas **para a execução de curto prazo**.

Têm por base a determinação de necessidades de âmbito estratégico e expressam a vontade política do Comandante da Marinha.

São o instrumento eficaz que permite dar continuidade administrativa à gestão da Força.

As **Orientações Setoriais (ORISET)** permitem determinar as necessidades setoriais e estabelecer prioridades para atendê-las. Têm como condicionantes os objetivos da Política Básica da Marinha e as Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM).

Assim como as ORCOM, as ORISET detalham e priorizam ações de curto prazo.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA

– FASE DE PREPARO E PREVISÃO

ELABORAÇÃO DE PLANOS

Considerando as implicações decorrentes do Conceito Estratégico Naval (CENAV) e da orientação estabelecida na Política Básica da Marinha (PBM), a Fase de Preparo e Previsão da Aplicação do Poder Naval compreende a elaboração de planos para a compatibilização do Poder Naval com a Missão da Marinha e para o estabelecimento de medidas que visem:

– **à obtenção e ou modernização dos meios materiais da Marinha**, traduzindo-se nos **Planos de Material**:

– o Programa de Reaparelhamento de Marinha (PRM);

– o Programa de Modernização de Meios (PMM); e

– o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM);

Tais programas permitem elaborar os Planos Parciais de Obtenção e Modernização.

– **ao preparo da mobilização da Marinha** e sua coordenação em caso de guerra, por meio do **Plano de Mobilização da Marinha**;

– **à previsão das condições e modalidades de aplicação específica do Poder Naval**, por meio de Planos Operacionais, como:

– os Planos Navais de Segurança Externa, que aprofundam as concepções do emprego do Poder Naval estabelecidas no Conceito Estratégico Naval; e

– os Planos Navais de Segurança Interna (PNSI), decorrentes de Carta de Instrução do Comando de Operações Navais.

Para atender as necessidades de pronto emprego de meios navais,

caso se configure um cenário previsto ou não nas Hipóteses de Emprego, e que o Poder Naval tenha que ser usado no cumprimento das tarefas básicas para assegurar os Objetivos Nacionais, a Marinha criou a **Força-Pronta**.

– **ao adestramento da Marinha** para a execução de suas tarefas e das operações em caso de guerra, como pode ser observado nos Planos de Adestramento;

– **à implementação e à manutenção de um fluxo contínuo de conhecimentos estratégicos e operacionais por meio do Plano de Inteligência da Marinha**; e

– **ao planejamento e gerenciamento das carreiras do pessoal militar**, consubstanciados nos **Planos de Pessoal**:

– o Plano de Carreira de Oficiais da Marinha (PCOM); e

– o Plano de Carreira de Praças de Marinha (PCPM).

Assim, o planejamento iniciado na Fase Básica desdobra-se, em um nível mais diversificado, em seis **setores de atividades**: Material, Mobilização, Operações, Adestramento, Inteligência e Pessoal.

DETALHES DE DOCUMENTOS

Por terem uma grande correlação com o Plano Estratégico da Marinha, serão acrescentados alguns detalhes sobre os seguintes documentos:

Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM)

Tem como propósito a programação da obtenção de meios identificados no

PEM. O PRM é organizado em função das tarefas básicas do Poder Naval e das Hipóteses de Emprego formuladas no CENAV do PEM, da atuação em ambiente fluvial, das atribuições subsidiárias e da formação do pessoal militar.

Sua execução, entretanto, sujeita-se aos condicionamentos de natureza orçamentária. A decisão de obter um meio, seja por construção, seja por aquisição de oportunidade, é fortemente condicionada à disponibilidade de recursos. Por sua vez, a decisão de efetivar a obtenção no País ou no exterior segue uma lógica compatível com a complexidade tecnológica e a disponibilidade de infra-estrutura existente no Brasil.

Programa de Modernização de Meios (PMM)

É a consolidação das necessidades de modernização de meios, observando-se parâmetros básicos estabelecidos criteriosamente para sua execução.

Planos Parciais de Obtenção e Modernização

São elaborados para um período de tempo determinado. As obtenções poderão ser efetuadas por construção, aquisição ou conversão. As modernizações visam a aprimorar ou restabelecer o desempenho dos meios, sem modificar suas características básicas.

Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM)

Tem o propósito de dominar o conhecimento e orientar o esforço a ser despendido nas atividades do Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha.

*

O PRM, o PMM e o PDCTM permitem que os investimentos empregados na área militar colaborem de forma determinante para a implementação de avanços tecnológicos que se refletem na área civil.

Acompanhando essa tendência mundial, a Marinha do Brasil, por seus projetos de ciência e tecnologia, cria condições para capacitar empresas nacionais a se aprimorarem ao máximo e a procurarem soluções brasileiras para os problemas ligados ao mar. Por isso, é intensa a cooperação e participação de empresas e universidades nos empreendimentos realizados.

Do mesmo modo, a formação especializada da Marinha é feita em universidades nacionais e estrangeiras, estas quando necessário.

Atualmente, desenvolvem-se expressivos programas:

- de construção e reparo de submarinos;
- de modernização de fragatas, com um sistema próprio de controle tático, integrando sensores e armas;
- de tecnologias de ponta como a obtenção de combustível e propulsão nucleares.

Da mesma forma, desenvolveram-se o Enlace Automático de Dados para comunicações entre navios e aeronaves, os Terminais Táticos Inteligentes, empregados tanto em navios de guerra como em navios mercantes e os sistemas de monitoramento da propulsão e de controle de avarias.

Esses projetos constituem uma parcela dos planejamentos decorrentes da implementação da sistemática de planejamento aqui enfocada, mostrando uma aplicação judiciosa dos recursos financeiros recebidos e a importância que a Marinha dispensa ao aprimoramento de seus meios e, conseqüentemente, do pessoal empregado na execução desses avanços tecnológicos e em toda a Marinha.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA – FASE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Na Fase Administrativo-Financeira os planos de preparo e previsão de aplicação do Poder Naval são convertidos em ações a empreender ou metas físicas e na definição de recursos orçamentários, integrados na forma de um sistema administrativo dinâmico e permanente.

Esta fase é constituída pelo documento Elementos para o Planejamento Logístico e pelo Plano Diretor.

ELEMENTOS PARA O PLANEJAMENTO LOGÍSTICO

A publicação *Elementos para o Planejamento Logístico* tem o propósito de relacionar as estruturas de caráter operativo e de apoio existentes na Marinha e as decisões da Alta Administração Naval referentes a esses setores.

PLANO DIRETOR (PD)

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento, execução e controle, de caráter permanente, que define, orienta e acompanha as ações a serem empreendidas nos diversos escalões relacionados à administração orçamentário-financeira, de modo a atender às necessidades da Marinha com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

São condicionantes do Plano Diretor, no âmbito nacional, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Seus propósitos são:

- harmonizar o planejamento econômico-financeiro desenvolvido na Marinha com os planos e programas de Governo;
- possibilitar a integração de recursos; e
- possibilitar a continuidade administrativa em todos os escalões da Marinha.

A estrutura, as responsabilidades, a dinâmica, a fixação dos princípios e das diretrizes gerais que orientam o preparo e a execução do Plano Diretor são reguladas em sistemática própria, sendo os seus conceitos básicos, funcionamento, responsabilidades e procedimentos específicos estabelecidos na publicação *Normas para Execução do Plano Diretor*.

Como indicado na Estrutura Funcional, a direção-geral da Sistemática do Plano Diretor é exercida pelo Comandante da Marinha e, por delegação deste, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA). A assessoria geral é realizada pelo Conselho do Plano Diretor (COPLAN), presidido pelo CEMA, e pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), presidido pelo Comandante da Marinha.

O Conselho do Plano Diretor (COPLAN) assessora o Comandante da Marinha no trato dos assuntos relacionados com o Plano Diretor.

Aprecia o planejamento das ações a serem executadas no ano seguinte e futuros, estuda prioridades e estabelece a necessária compatibilização entre o que se pretende realizar e o que será possível executar com os recursos disponíveis.

Assim, elabora o **Plano de Ação**, que compreende o que será executado em um ano.

Cabe aos almirantes-de-esquadra, responsáveis pelos Órgãos de Direção Setorial, informarem ao Chefe do Estado-Maior da Armada as **prioridades setoriais** segundo categorias definidas por:

- **Marinha do Presente** – recursos destinados a manter em funcionamento a Marinha no melhor nível possível;
- **Marinha do Amanhã** – recursos destinados à obtenção ou modernização dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros na-

vais e das instalações necessárias à Marinha, a médio prazo; e

- **Marinha do Futuro** – recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de meios que serão necessários à Marinha em futuro mais distante.

As prioridades setoriais, levando em conta os projetos que mais concorrem para o aprestamento dos meios operativos, são consolidadas pelo Estado-Maior da Armada, no documento **Prioridade Única da Marinha (PUMAR)**.

OUTROS DOCUMENTOS

Apesar de não fazerem parte da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, algumas publicações contribuem para a elaboração dos documentos decorrentes.

Dentre eles, destacam-se:

- a Doutrina Básica da Marinha, que estabelece os conceitos e princípios doutrinários básicos destinados a orientar o preparo e a aplicação do Poder Naval e a formulação de procedimentos operativos;
- o Manual de Publicações da Marinha, que estabelece normas a serem aplicadas às publicações em uso na Marinha; e
- o Manual de Logística da Marinha, que apresenta os conceitos doutrinários básicos da logística militar aplicáveis à Marinha.

No contexto em que se processa esta análise, é de capital importância a **Doutrina Básica da Marinha**. Nela estão conceituados o **Poder Marítimo e Poder Naval**, as **Tarefas Básicas** do Poder Naval e as **Ope-**

O Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR) assessora o Comandante da Marinha na administração dos assuntos financeiros da Marinha.

Avalia o desempenho das atividades de execução das metas físico-financeiras estabelecidas num determinado período, e outras atividades relacionadas com a Administração Financeira da Marinha do Brasil.

No COFAMAR é analisada no ano corrente a execução do Plano de Ação anteriormente elaborado.

rações e Ações de Guerra Naval, tais como: Operações de Ataque, Operações Anti-Submarino, Operações Anfíbias, Operações de Minagem e Contramedidas de Minagem, Operações de Esclarecimento, Operações de Bloqueio, Operações de Apoio Logístico Móvel, Operações Especiais, Operações de Defesa de Porto, Operações de Defesa de Plataformas de Petróleo no Mar, Ações de Guerra Eletrônica, Ações de Defesa Aeroespacial, Ações de Guerra Acústica, Patrulha Costeira, Socorro e Salvamento etc.

Prevê ainda a participação de outras Forças Armadas, que podem ser brasileiras ou estrangeiras, integrando as Forças-Tarefas constituídas para atender a determinada missão.

Na verdade, a Doutrina Básica contém o que qualquer Marinha do mundo deve conhecer e estar preparada a realizar, na medida de suas necessidades e da avaliação estratégica que proceder.

CONCLUSÃO

Atualmente, a questão econômico-financeira adquiriu uma predominância sobre outros assuntos nas relações internacionais.

As imposições externas de estruturas, procedimentos e projetos inadequados ao interesse nacional podem acarretar amea-

ças à manutenção ou à consecução dos objetivos nacionais. A identificação dessas ameaças exige permanente esforço no preparo intelectual do pessoal da Marinha, assim como decisões corretas quanto ao emprego de sistemas de planejamento adequados ao cenário político-estratégico da atualidade e do futuro previsível.

A manutenção ou a conquista de objetivos nacionais de um país estão inseridos em um contexto internacional onde, de forma crescente, convivem a cooperação, a integração e uma forte competição na busca de novos espaços para o estabelecimento de influências e projeção de poder. As atividades decorrentes da implementação da Política de Defesa e da Política Exterior devem observar essa realidade.

A crescente complexidade das tarefas atribuídas ao Poder Naval, agravada com constantes reduções de recursos financeiros destinados à Marinha, sublinham a importância da judiciosa execução dos sistemas de planejamento e, sempre que necessário, a implementação de aperfeiçoamentos.

A observância da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, o que envolve o atual cenário político-estratégico assim como aqueles identificados por meio de métodos científicos, possibilita que a Marinha mantenha um perfeito acompanhamento da evolução das relações internacionais e das tendências previsíveis. O dimensionamento do Poder Naval necessário para o apoio dos interesses brasileiros decorre desse trabalho realizado seguindo esta sistemática.

O Sistema do Plano Diretor, por sua vez, contribui para que os meios navais, aeronavais

e de fuzileiros navais, a infra-estrutura de apoio e o preparo do pessoal previstos para a Marinha do Presente, para a Marinha do Amanhã e para a Marinha do Futuro estejam, no momento oportuno, prontos para serem empregados.

Uma das definições de Estratégia é a que expressa a idéia de que Estratégia é a arte de aplicar os meios disponíveis na consecução dos objetivos definidos pela Política.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite a identificação dos objetivos definidos pela Política, a análise de cada um deles, a transposição dos objetivos do Nível Nacional para o Setorial da Marinha, e a elaboração dos documentos, como a Política Básica da Marinha e o Plano Estratégico da Marinha.

Resumindo, a Estrutura Organizacional da Marinha do Brasil é coerente para a execução de todo o planejamento exposto. As Orientações do Comandante da Marinha, a Coordenação do Estado-Maior da Armada, a Execução dos Órgãos de Direção Setorial e de seus su-

bordinados e o Assessoramento ao Comandante da Marinha proporcionado pelo Almirantado, COPLAN e COFAMAR fazem com que esta estrutura funcione da melhor maneira possível.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite **identificar as necessidades** para o preparo do Poder Naval, fruto das atribuições que os representantes da Nação, no Legislativo, outorgam à Marinha, além dos encargos decorrentes de acordos e tratados internacionais e das políticas e diretrizes governamentais.

As obrigações, responsabilidades e atribuições identificadas requerem a atu-

As imposições externas de estruturas, procedimentos e projetos inadequados ao interesse nacional podem acarretar ameaças à manutenção ou à consecução dos objetivos nacionais

ação da Marinha do Brasil, que, por sua vez, necessita de meios e de pessoas para exercê-la. A atuação é realizada, principalmente, por meio de operações navais, como em todas as Marinhas do mundo. A ênfase que é dada a cada tipo de operação diferencia as Marinhas dos diversos países e tem a ver com os estudos que foram referidos.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite também **constatar a insuficiência dos recursos alocados** à Marinha do Brasil para atender às atribuições que lhe são confiadas.

Por outro lado, é sensível ainda a percepção de que outras esferas do Poder desta Nação têm de compartilhar com a Marinha do Brasil a responsabilidade de atender às necessidades do País. Mas a Marinha, felizmente, é persistente na busca do atendimento dos objetivos fixados.

Nesta apresentação, foi mostrado aos oficiais-alunos e convidados como a Mari-

nha do Brasil elabora o seu planejamento e a importância que é dada a seus meios e ao preparo de seu pessoal. Também foi mencionado que o aprimoramento intelectual contribui para o aperfeiçoamento da instituição e que a Marinha investe para preparar seus oficiais para dirigi-la no futuro.

Ao terminar e ao apresentar as despedidas fica uma exortação, parafraseando Barroso no calor da Batalha:

“Oficiais-alunos, a Marinha espera que cada um cumpra o seu dever de estudante”.

Muito obrigado.

P.S. Esta aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares-Navais é uma continuidade atualizada de aulas anteriores dos chefes do Estado-Maior da Armada, mais recentemente dos Almirantes-de-Esquadra Waldemar Nicolau Canellas Júnior (1998), Paulo Augusto Garcia Dumont (1999), Arlindo Vianna Filho (2000) e José Augusto Accioly Fragelli(2001).

AGRADECIMENTO

N.R.: Na abertura da aula inaugural, após mencionar o propósito dos cursos da EGN, disse o Almirante Longo: “Faz-se mister agradecer o comparecimento dos senhores almirantes e capitães-de-mar-e-guerra, comandantes e diretores de Organizações Militares da área Rio, que com suas presenças prestigiam este evento”.

“Agradeço, em especial, a presença do Vice-Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, ex-subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada em 1972, e ex-diretor da Escola de Guerra Naval, com quem aprendi, fazendo, muito do que será apresentado nesta aula inaugural.”

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Planejamento de Marinha /; Planejamento da Defesa Nacional;

ERRATAS

ARTIGO

100 ANOS DE CARRANCAS COM FRANCISCO GUARANY

(RMB 4º trim./2001, p. 137)

① – O último período de página 137 foi publicado com incorreção, pela qual pedimos desculpas ao autor do artigo.

O texto correto é o que se segue:

No Brasil, de 1954 a 2000, houve 15 exposições de carrancas – ou com pelo menos três delas. A de maior porte, com grande repercussão na mídia, pois patrocinada pela Fundação Roberto Marinho e outras prestigiosas entidades, em 1981 e 1982, foi montada pelo Serviço de Documentação da Marinha no Rio de Janeiro (Museu Naval), Brasília, Salvador (duas vezes) Recife, Petrolina e São Paulo (onde Guarany recebeu, da prestigiosa Associação Paulista de Críticos de Arte, o prêmio *Revelação*, aos 99 anos de idade!).

Do acervo dessa mostra constavam 30 carrancas e três figuras de proa oceânicas. Intitulou-se *Guarany – 80 anos de carrancas*.

Há 20 anos, pois.

② – No início da página 139, 6ª linha, o correto é **avaro**.

*
* *

CARTAS AOS LEITORES

O AFUNDAMENTO DO CRUZADOR BAHIA

(RMB 4º trim./2001, p. 237)

– Cancelar, na página 237, na parte superior da coluna da esquerda, o trecho entre “Contratorpedeiro *Greenhalgh* – Termo de Viagem nº 25” e “Julho de 1945”.



Serviço de Documentação da Marinha



O SDM é o órgão responsável pela memória da Marinha. O Serviço de Documentação tem como atribuição estudar, pesquisar e divulgar a história marítima brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil.

Criado em 1943, o SDM reúne atualmente sete departamentos, distribuídos em cinco prédios históricos:

- *na Sede Ilha das Cobras funcionam os Departamentos de Arquivo, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;*
- *na Rua Dom Manuel (Praça XV) fica o Museu Naval;*
- *no Espaço Cultural da Marinha estão atracados o Navio-Museu Bauru, o Submarino-Museu Riachuelo e o Rebocador-Museu Laurindo Pitta;*
- *na Rua Mayrink Veiga está a Biblioteca da Marinha;*
- *o SDM abrange ainda a Ilha Fiscal – local onde foi realizado o Último Baile do Império.*

Empenhado nesta árdua tarefa, o SDM tem desenvolvido, a cada ano, novos projetos, buscando maior interação entre a Marinha e a sociedade. Como resultado deste trabalho, cerca de 300 mil pessoas visitaram o Complexo Cultural da Marinha (SDM) em 2001.

NOS PRIMÓRDIOS DO COMPUTADOR NA MARINHA

EDDY SAMPAIO ESPELLET
Almirante-dê-Esquadra (Ref^o)

O primeiro computador da Marinha foi instalado na Diretoria de Intendência para confeccionar folhas de pagamento, no início da década de 60.

Em 1964, eu era superintendente de Ensino da Escola Naval, quando um belo dia, o secretário – funcionário civil João Batista, muito diligente e eficiente – procurou-me e declarou-me que o livro de assentamentos das notas das provas estava se esgotando.

Esse livro era enorme e antiquíssimo! Um número muito grande de turmas teve os seus graus ali registrados.

Entramos em contato com a Imprensa Naval, que tinha confeccionado aquele livro, e pedi outro igual. Acontece que, sendo o livro muito antigo, eles não tinham como confeccionar outro com presteza. Demandaria muito trabalho e levaria muito

tempo para aprontá-lo. Notei uma certa má vontade para a execução da tarefa.

Um dos oficiais da superintendência, Comandante Júlio Vidal Pessoal, estava estudando informática e me procurou, dizendo-me que o computador da Diretoria de Intendência (DI) poderia resolver o nosso problema.

Eu, que era ignorante no assunto, fiquei entusiasmado com a sugestão do Pessoal e pedi-lhe que fosse à Diretoria de Intendência verificar *in loco* se seria possível essa solução.

Com grande satisfação, recebia resposta favorável. Aí combinamos com o pessoal da Diretoria de Intendência o estabelecimento de um formulário, que seria distribuído aos professores para o registro dos graus, os quais seriam digitados no computador, em substituição ao velho e vetusto livro.

O mais impressionante é que, num piscar de olhos, no fim do ano, o computador forneceu a classificação de todo o corpo de aspirantes.

Antigamente, essa classificação levava um tempo enorme para ser feita e estava sujeita a erros inevitáveis, pois o cálculo de médias era feito à mão, com apenas o auxílio de uma máquina de somar.

Aprendi muito com a solução desse problema, e mais tarde, em 1968, quando eu era comandante do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), tive um problema semelhante, com o concurso para admissão à Escola de Sargentos.

Eram milhares de candidatos e, para a correção das provas, tinha-se que convocar os professores e pagar-lhes horas extras, dias a fio, a fim de aprontar o resultado dos exames.

Lembrei-me do livro da Escola Naval, entrei em contato com o pessoal da Inten-

dência e verificou-se a exequibilidade da solução do problema.

No concurso seguinte, já o adaptamos ao computador por meio das questões de múltiplas escolhas e, em dois tempos, obtivemos a solução do problema.

Como era a primeira vez, o encarregado convidou-me, bem como o Diretor de Intendência – Almirante Hasselmann e o Diretor do Pessoal Militar – Almirante Lobo, que era o meu chefe, para assistirmos à corrida do computador.*

Ficamos admirados com a facilidade com que se ultrapassou aquela dificuldade.

Hoje esse problema não mais existe e a sua solução é corriqueira, paiol na nossa linguagem marinheira.

Mas, naquela época, foi um sucesso!

Emocionou-me ver a facilidade com que o computador resolveu um problema tão complicado para nós.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<INFORMÁTICA> / Emprego do computador na Marinha do Brasil/;

CORDA E CABO

Diz-se que na Marinha não há corda. Tudo é cabo. Cabos grossos e cabos finos, cabos fixos e cabos de laborar..., mas tudo é cabo.

Existem, porém, duas exceções: a corda do sino e a dos relógios.

* N.R.: À época, os computadores ainda usavam cartões, daí a expressão “corrida”.

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA

Presidente Prudente José de Moraes Barros

Parte XXXVII

MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

Conclusão

Retrospecto do Governo Prudente de Moraes

A posse do Presidente

Primeiros tempos

Guerra Civil no Sul e a anistia

A morte de Floriano Peixoto

A campanha contra Prudente de Moraes

O licenciamento de Prudente de Moraes

O retorno de Prudente de Moraes

O levante da Escola Militar

O atentado contra a vida de Prudente de Moraes

A morte do Marechal Bittencourt

Prudente de Moraes recebe o apoio popular

As origens do atentado

Os inquéritos policiais

A confissão de Deocleciano Martyr

Marcelino Bispo

As punições

Os protestos da Câmara e do Senado

E agora, Campos Sales

CONCLUSÃO

“A anatomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos em nossa bandeira.

O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos em nosso partido.”

Trecho do Manifesto do Partido Republicano – 1870.

RETROSPECTO DO GOVERNO PRUDENTE DE MORAIS

A posse do Presidente

“No dia 2 de novembro de 1894, chegou ao Distrito Federal Prudente José de Moraes Barros. Na estação nenhuma autoridade o aguardava. À tarde, no hotel, recebe visita protocolar do Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante-de-ordens de Floriano. No dia seguinte, pede audiência ao vice-presidente da República, o qual não responde ao seu telegrama.

De carro de aluguel, foi Prudente prestar o juramento ao Senado, onde cálidos aplausos o festejam; e chegou ao Itamaraty sem ninguém para lhe tomar à entrada o chapéu. (...). Já estava ali com os novos ministros, perplexos, quando se apresentou Cassiano do Nascimento, ministro da Justiça. Com um rápido discurso, disse que o marechal lhe transmitia o poder.”¹

Não houve cerimônia de posse; ela fora completamente esvaziada. Esse fora o propósito. Prudente de Moraes iniciava o governo diminuído.

Floriano Peixoto não aceitara o aceno de seus partidários a ele mais chegados para permanecer ditatorialmente no governo. Gostava de dizer que era um homem da lei e da ordem e que respeitaria o Presidente eleito, embora não fosse ele o da sua preferência.

Retirou-se, pouco depois, para a estação de Divisa, na busca tardia da cura de seus males, oriundos do tempo da guerra com o Paraguai e agravados pelo desgaste sofrido com seu empenho em consolidar a República.

Nada deixou escrito sobre seu desejo de continuar no poder. Pode-se conjecturar que apenas ele e seu médico sabiam que não tinha mais saúde para tal mister.

Primeiros tempos

Todavia, Prudente de Moraes, embora enfraquecido e desprestigiado, era o Presidente da República, e, com ele, os representantes daqueles que constituíam a economia agro-exportadora dos cafeicultores do oeste paulista chegavam ao poder que almejavam e que não puderam conquistar no 15 de Novembro de 1889.

São Paulo garantira a vitória do Governo contra os federalistas do Sul e a Armada de Custódio e Saldanha. O executivo paulista não poupou recursos em dinheiro, armas e pessoal no combate aos revoltosos. No Congresso, a monolítica bancada paulista, com o apoio de Minas Gerais, então o maior colégio eleitoral, atendeu a todas as solicitações de Floriano Peixoto.

Em decorrência, o Marechal, em plena guerra civil, teve de aceitar as manobras do habilidoso político Francisco Glicério, que culminaram com a indicação para as próximas eleições dos nomes de Prudente de Moraes e do baiano Manuel Vitorino, para os cargos de Presidente e vice-presidente da República.

Aos signatários do Manifesto Republicano de 1870, redigido idealisticamente, faltou a percepção da impossibilidade de que uma Federação constituída por Estados desiguais – e com as desigualdades marcantes entre Estados ricos, remediados e pobres – não derivasse para uma Federação hegemônica sob o comando de São Paulo e Minas Gerais.

No entanto, com todo o poder de São Paulo, que em 1890 exportava mais que a soma dos demais Estados brasileiros, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelo governo Prudente.

Guerra civil no Sul e a anistia

O Presidente assumira o cargo com a guerra civil definida a favor do governo, mas ainda acesa no Rio Grande do Sul, principalmente devido à posição obstinada de Saldanha da Gama. A guerra continuava ser um sorvedouro de recursos, de vidas e um estímulo ao ódio entre brasileiros.

Prudente de Moraes teve o tirocínio e a coragem para iniciar o processo de paz. Alijou dos entendimentos políticos Júlio de Castilhos, Gaspar Silveira Martins e o Almirante Saldanha. As discussões foram encetadas entre o representante do Presidente, General Inocêncio Galvão, e o General Honorário José (Joca) Tavares, “que possuía o comando militar sobre os caudilhos em armas. Ele, não Silveira Martins, passaria a conduzir as negociações do processo de paz, que eram negociações políticas”.²

A 24 de junho de 1895, morre Saldanha em Campo Osório e, em 6 de julho, é enterrado, no Rio de Janeiro, Floriano Peixoto, sob forte emoção de enorme massa popular. Dois dos maiores empecilhos para as discussões em prol da paz não mais existiam.

As negociações foram concluídas com o acordo assinado em 23 de agosto de 1895, onde se destacou o trabalho persistente

do General Galvão de Queiroz, que não foi um simples cumpridor de ordens do Presidente, pois que tomou iniciativas da maior importância, inclusive aquela em que permitiu que se discutisse a questão da anistia, com a promessa de seu empenho pessoal junto ao Presidente, para que esse magno tema fosse encaminhado ao Congresso. Prudente de Moraes aprovou todas as iniciativas do General Galvão.

Faltou unanimidade entre os ministros no que concernia às cláusulas acordadas com os federalistas, além da oposição firme de Júlio de Castilhos.

Dentre os pontos discutidos constavam: “a posse efetiva de todos os direitos que a Constituição confere a todos os cidadãos; reconstituição do Rio Grande do Sul de acordo com a Constituição Federal; direito de requerer indenizações por prejuízos sofridos com o abastecimento das forças do governo”,³ e até a intervenção federal no Rio Grande. Dois republicanos históricos opuseram-se ao protocolo: os “generais” Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva. A paz, assim conseguida, para eles era um acinte à política do Marechal Floriano; defendiam a rendição incondicional. Contudo políticos proeminentes colocaram-se ao lado de Prudente, entre eles Campos Sales, Manuel Vitorino, Leopoldo Bulhões e Ubaldino do Amaral.

O Presidente, com o Ministério dividido, determinou ao General Queiroz Galvão que concluísse as negociações, exceção feita à intervenção federal, que feria a soberania do Estado, segundo a Constituição. A mudança da Constituição positivista do Rio Grande do Sul acabou por não ocorrer.

A Prudente de Moraes interessava a anistia. Percebia que iria necessitar da colaboração dos inimigos de ontem. Seus adversários no Congresso, na imprensa, nas ruas e nos quartéis já haviam iniciado a união de forças para uma oposição implacável ao

processo de anistia. Prudente empenhou-se pessoalmente na luta política que se travou no Congresso, ao ponto de afirmar que resignaria, se a anistia não saísse. O projeto que no Senado a concedeu ampla caiu na Câmara. Glicério, em seguida, apresenta outro com restrições; dela foram excluídos os militares que só voltariam ao serviço ativo após dois anos. A anistia foi decretada a **21 de outubro de 1985**.

A morte de Floriano Peixoto

A morte do Marechal Floriano Peixoto tornou-se acontecimento em favor de sua glorificação. Registra Luiz Edmundo: "Um terço dos moradores da cidade, ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo que levou horas e horas a desfilar (...). Vi homens de joelhos pelas ruas, senhoras que choravam. (...). Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma importância igual. (...). Para se ter uma pequena idéia do que foi esse acontecimento extraordinário, basta lembrar que no momento em que chegava à porta do Campo Santo o ataúde que conduziu o grande morto, a longa fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista pelo Largo da Glória entrando pela Rua do Catete. Uma verdadeira apoteose."⁴

"Discursos, mais que inflamados, violentos são proferidos por Raul Pompéia e Irineu Machado, interrompidos com vivas a Floriano e morras a Prudente. Dez dias depois, fanáticos florianistas atacaram a redação da *Cidade do Rio*, jornal de José do Patrocínio, que se negara a hastear a bandeira a meio pau, por ocasião da morte do Marechal Floriano. Patrocínio é obrigado a fugir da cidade."⁵

Quando a família vestia o morto, encontrou no bolso do casaco um documento escrito por Floriano, que passou a ser conhecido e entendido como o "Testamento

Político do Marechal Floriano Peixoto". Era o agradecimento que faria a um grupo de moços que iria prestar-lhe homenagem em Divisa. Dele consta: "A vós que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos."

Diz-se e repete-se que ela (a República) está consolidada e não corre perigo.

Não vos fieis nisso e não vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta mas contínua e surda. Alerta, pois!"

A campanha contra Prudente de Moraes

A campanha contra o Presidente intensifica-se após a morte de Floriano. A lembrança do Marechal, de um homem forte e decidido, contrasta com a de Prudente, apontado como fraco e indeciso. Era apodado com o apelido de *biriba*, de "*taciturno do Itamaraty*", conforme Rui Barbosa.

Após a assinatura do protocolo que determinou a paz e a aprovação pelo Congresso da anistia, a oposição tornou-se radical. A imprensa tradicional, os pasquineiros jacobinistas, com destaque para *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, por sua linguagem desabrida, e mesmo jornais monarquistas, os políticos oposicionistas, florianistas civis e militares e o movimento jacobino das ruas denegriam o Presidente, ao ponto de inibirem-no mesmo de governar.

"A cólera contra Prudente de Moraes, segundo os jacobinos, provinha de ser ele um tíbio, um fraco, que condescendia com o inimigo da véspera, concedendo-lhe paz e anistia, e que não possuía a devida atenção com a conspiração monarquista. Sua conduta nada tinha a ver com a energia, o poder de decisão, o patriotismo e o republicanismo do Marechal Floriano Peixoto."⁶

A 21 de março de 1895, reuniu-se o Clube Militar. Compareceram, além dos sócios, oficiais do Exército e da Armada alheios à instituição, políticos e civis. É aprovada moção de crítica indireta ao governo, com votos dos próprios elementos situacionistas, que é transmitida para todas as guarnições dos estados e aos “generais” Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva.

Por ocasião do primeiro aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, foram realizados vários atos de apoio à sua memória, em destaque para “(...) a procissão cívica no Rio, que conta com a participação de representantes do Clube Militar, Escola de Sargentos, Partido Republicano Federal, Apostolado Positivista, Guarda Nacional, Clube Republicano, Faculdade Livre de Direito”.⁷

A reeleição de Rui Barbosa ao Senado da República, graças ao apoio do novo governador da Bahia, o Conselheiro do Império Luiz Viana, causa a indignação dos jacobinos. Derrotara César Zama, político radical, orador fluente que, na Câmara, tanto hostilizara Deodoro da Fonseca.

A pressão contra Prudente crescia em intensidade.

Em outubro de 1895, começaram os rumores em relação ao estado de saúde do Presidente da República. Os jacobinos rejubilam. Poderiam chegar ao poder pela via normal, sem as incertezas do confronto direto com apelo à violência. Deveria ser grave o mal do qual se dizia sofrer o Chefe do Executivo.

Prudente de Moraes, doente, enfraquecido fisicamente, atacado pelo movimento jacobino-florianista, desabafa em carta dirigida a Bernardino de Campos, datada de 24 de março de 1896:

“Sei que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos chefes Generais Quintino e Glicério – e logo que se

sintam com forças para substituir-me por algum general que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte.”⁸

O licenciamento de Prudente de Moraes

Prudente de Moraes se licencia.

“Em 10 de maio de 1896, Prudente de Moraes pede licença para tratamento de saúde, sendo substituído pelo Vice-Presidente Manuel Vitorino. O precário estado de saúde do Presidente fazia crer que ele dificilmente sobreviveria.”⁹

Manoel Vitorino não fez por menos. Assumiu o cargo na certeza de que Prudente de Moraes não retornaria à Presidência. Diz da dificuldade de governar com ministros que não foram da sua escolha. Fala em governo de base duradoura e capaz de executar o programa por ele concebido. Acena, por fim, com a compreensão de Prudente, que deveria renunciar em seu favor.

Vitorino recebe apoio da bancada gaúcha, representante dos anseios castilhistas e dos florianistas do Rio Grande. Todavia, a forte e unida bancada paulista não estava a fim de entregar o poder enquanto Prudente vivesse.

Bernardino de Campos, senador – após haver passado o governo de São Paulo a Campos Sales –, bem entende os propósitos do vice-presidente e contorna habilmente, com o raciocínio de exímio enxadrista, o lance de Vitorino, que perigosamente avançara suas peças. Sugere a mudança do Ministério e promete que obterá o beneplácito do Presidente enfermo para sua proposta.

De fato, o Ministério foi alterado segundo o gosto do Presidente em exercício, exceção feita ao Ministério da Fazenda, que passou a ser ocupado pelo próprio Bernardino de Campos, em substituição a Rodrigues Alves. Com essa manobra, São Paulo continua a ditar a política econômico-financeira em favor do setor agroexportador.

tador paulista, a esta altura inserido no contexto do capitalismo internacional.

Manoel Vitorino demonstrou não possuir a habilidade ou talvez fosse mesmo muito difícil conseguir congregar a frente que o apoiava. Assim, o predomínio político jacobinista, até por falta de um programa de governo, vai pouco a pouco se desagregando. Não foi possível unir o Partido Republicano Federal, castilhistas, jacobinos, militares-florianistas e outros. Vitorino, na ausência de Prudente, agiu à semelhança de um politiquês ambicioso, mas faltava-lhe o carisma do chefe, que apenas com a sua presença assegura o apoio dos seguidores.

O País passou a viver o problema de Canudos; os sertanejos de Antônio Conselheiro eram identificados com os monarquistas que, no Brasil e no exterior, lhes prestavam apoio em material e pessoal. Não era verdade. Mas a imprensa e os políticos, exceção dos monarquistas, que sempre negaram esta acusação, convenciam a todos, tornando verdade a mentira política engendrada.

Manuel Vitorino, ao determinar o envio para os sertões da Terceira Expedição e entregá-la ao comando do Coronel Moreira César, temido pelos crimes que mandara praticar em Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, apostou alto na derrota do Conselheiro. Com a vitória rápida que esperava, teria condições políticas e apoio das correntes jacobino-florianistas para tentar a permanência definitiva no poder.

Todavia, "o homem põe e Deus dispõe", conforme o antigo brocardo.

O retorno de Prudente de Moraes

A 4 de março de 1897, em silêncio, o "taciturno do Itamaraty", segundo Rui Barbosa, o *biriba* piracicabano, o retraído e apático Presidente da República, segundo

a opinião dos que lhe faziam oposição, chega ao Catete, senta-se em sua cadeira, toma posse, participa aos governadores, para, só depois, comunicar seu ato a Manuel Vitorino, que veraneava na Tijuca.

Os jacobinos, políticos de oposição, militares florianistas e positivistas, o próprio Manuel Vitorino, entenderam que, a partir daquele momento, o poder só seria conquistado por um golpe de força. Começaram a conspirar e a encurralar Prudente de Moraes pela imprensa, no parlamento e nas ruas. O Governo passou "a oscilar entre atos de força e de timidez grave, com a desordem solta desde 8 de março pelas ruas da cidade".

A 7 de março, três dias após o retorno do Presidente, chega ao Rio a notícia da derrota sofrida pela Terceira Expedição e da morte de Moreira César. O povo sai às ruas do Rio, de São Paulo e de outras capitais, promovendo arruaças e depredações, inclusive com o empastelamento de jornais monarquistas. Nilo Peçanha, Timóteo da Costa, João Clap, Deocleciano Martyr discursam na Rua do Ouvidor e no Largo de São Francisco, incitando a multidão.

Agora, haveria a certeza da conspiração sebastianista, pois só com a presença e apoio material de monarquistas oriundos do Brasil e de fora poderiam "os sertanejos brancos" haver derrotado a Expedição bem montada, sob o comando do temido Moreira César.

"A insanidade prosseguia, animada por oradores ardorosos e pela imprensa republicana, que, sem dar ouvidos à razão e à lógica mais elementar, açulavam o povo"¹⁰ contra os monarquistas.

A residência do Coronel Gentil de Castro, monarquista atuante, que se encontrava em Petrópolis, é invadida e depredada.

A multidão pede ação rápida e enérgica de Prudente de Moraes contra os monarquistas estabelecidos em Canudos. O Clu-

be Militar se reúne com o mesmo propósito. Manuel Vitorino escreve carta que é lida na reunião, com uma tirada demagógica em seu final: "(...) Peço que transmitais aos vossos nobres camaradas o pesar profundo que me punge e podeis afirmar-lhes que para vingar a morte do distinto militar (Moreira César), estarei ao lado deles aqui ou no teatro da luta, onde for necessário a minha presença."¹¹

A violência continuava e culmina com o assassinato a tiros de Gentil de Castro, que se encontrava na companhia de Ouro Preto e Afonso Celso, na estação ferroviária, de onde seguiria para Petrópolis. Os indiciados levados ao Tribunal do Júri foram absolvidos.

O Governo, timorato, concorreu com o relatório frouxo do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente da República, para a absolvição dos assassinos, entre os quais se encontravam militares e civis, um deles filho de Benjamin Constant.

Entretanto, a situação aos poucos ia mudando, apesar de apresentar um recrutamento das ações dos jacobinos. Embora o Presidente ignorasse, o Exército – em parte e entre seus chefes – não mantinha simpatias com o grupo jacobino.

O setor agroexportador de São Paulo começara a identificar, nos jacobinos, o inimigo maior a combater.

Prudente de Moraes determinou a organização da Quarta Expedição e entregou o comando ao General Artur Oscar, florianista e dos principais chefes na luta contra os federalistas de Gumercindo Saraiva.

O *Estado de São Paulo* enalteceu o Presidente por sua "presteza e energia". Contudo, o jornal manteve sua postura contra os restauradores com a mesma ênfase. Continuava, com nuances de redação, a encerrar Canudos como movimento restaurador: "(...) Fosse ou não monarquista em seu nascedouro, o certo é que hoje o é, e que,

como tal, tem que ser tomado e, como tal, tem que ser combatido."¹²

O levante da Escola Militar

A Escola Militar da Praia Vermelha era um reduto florianista.

Os políticos que se opunham ao Presidente trabalhavam os alunos e oficiais modernos, no sentido de manter a agitação. Inexistia o respeito à hierarquia e à disciplina, preceitos basilares da instituição militar.

A Escola, em março de 1895, levantara-se. Os alunos vaiaram seu comandante, o General Jacques Ourique, deodorista e amigo de Deodoro, que, na Revolução Federalista, engajara-se contra Floriano Peixoto.

O ministro da Guerra, agora o ínclito Marechal Carlos Machado Bittencourt, paulista e não simpatizante de Floriano, ordenara que fossem requisitados 50 mil cartuchos Mauser que seriam enviados ao Rio Grande, em razão da revolução no Uruguai. A 26 de maio de 1897, dia marcado para a retirada da munição, a Escola Militar se revolta sob o comando do Capitão Servílio Gonçalves. O comandante General Girard e o sub-comandante Coronel Trompoviki são presos. As tropas do Governo cercam a Escola e dominam os rebeldes. Os alunos são recebidos pelo Ministro da Guerra, pedem para terem suas faltas reveladas e dizem "que o Governo devia atendê-los, porque eles representavam a República. O ministro responde que a República são todos os cidadãos"¹³ e, com energia, mantém o ato de expulsão dos 165 cadetes e prende os oficiais envolvidos.

Este ato de rebeldia – "num ambiente de anarquia social, onde parecia estar ausente toda a autoridade pública"¹⁴ – teve desdobramentos políticos que fortaleceram Prudente de Moraes e definiram claramente

as posições dos políticos dentro do Partido Republicano Federal.

O acontecimento refletia-se imediatamente no Congresso.

Os cadetes são defendidos por Serzedelo Correa e Francisco Glicério, com "tons de retórica babosa", recheada de "sentimentalismo matreiro", segundo Raymundo Faaro. O Governo firma posição no sentido da manutenção da ordem.

"O Estado de S. Paulo, que, aos poucos, modificava o seu pensamento, edita: "(...) seja qual for a ordem de serviços prestados à República pela Escola Militar, o reconhecimento desses serviços não pode ir até o ponto dela discutir e desobedecer as ordens emanadas das autoridades competentes (...). (...) e o ato dos estudantes é uma prova real e evidente do espírito de indisciplina que entre eles reina e governa."¹⁵

Os ânimos acirram-se no parlamento. A tensão é grande. Era chegada a hora de conhecer-se quem era quem e de que cada um definisse claramente sua posição e pensamento político.

"O Presidente quer o confronto direto e último entre o Partido Republicano Federal e sua autoridade. Telegrafa a Campos Sales: 'Representação São Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar.'¹⁶

No meio da confusão reinante na Câmara, o hábil político baiano José Joaquim Seabra, o J. J. Seabra, "que Luiz Viana fizera eleger, contrariando Glicério, e que na Câmara conserva a desenvoltura de **livre atirador**",¹⁷ no dia **28 de maio**, apresenta requerimento à Câmara, pedindo que se nomeie "uma comissão a fim de congratular-se com o Presidente da República, pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição no dia 26 do corrente".

Francisco Glicério, velha raposa, percebeu, com clareza, onde desejava chegar J. J. Seabra. Opõe-se, com veemência, à apro-

vação do requerimento, que, posto em votação, é rejeitado por 86 votos a 60. O deputado Artur Rios, presidente da Câmara, solicitou demissão do cargo, por haver votado com os governistas. O pedido é aceito por 79 votos contra 71.

No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicou nota plantada pela Presidência da República onde constou que o Sr. Francisco Glicério não expressava o pensamento do Sr. Presidente da República, e que em seu último discurso mostrara inclusive divergências. E conclui: "É provável que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambigüidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a sua posição e as responsabilidades que lhe pareçam perante a opinião."¹⁸

Em diversos Estados, mormente em São Paulo, o povo na rua divide-se entre o Presidente e Francisco Glicério. Os duelos verbais entre as partes terminavam, quase sempre, em pancadaria.

Os políticos governistas propõem reconduzir Artur Rios à presidência da Câmara. Glicério seria seu oponente.

Prudente de Moraes, conciliador, tenta negociar um terceiro nome. Glicério e Pinheiro Machado não aceitam.

Os nomes de Artur Rios e Francisco Glicério vão à votação do plenário. Artur Rios é reconduzido por 88 votos contra 76. "Ganhara com as bancadas da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo."¹⁹

A Convenção do Partido Republicano Federal ocorreu a **22 de junho de 1897**, entre ataques e acusações mútuas. Ao seu término, o Partido estava definitivamente dividido. Com Prudente de Moraes, permanecem a sua maioria. Francisco Glicério, "o General das vinte e uma brigadas", iniciara o seu ocaso político.

A agitação política e militar nas ruas continuaria crescendo. Definia-se, a cada instante e com maior clareza, o propósito

da oposição jacobino-florianista-positivista de derrubar por qualquer meio o Presidente da República.

O atentado contra a vida de Prudente de Moraes

No dia 5 de novembro de 1897, chegou ao Rio de Janeiro o General Silva Barbosa e o primeiro contingente que regressava de Canudos.

O Presidente, o vice-presidente, o ministro da Guerra, políticos, estiveram a bordo, onde o General Silva Barbosa foi cumprimentado por Prudente de Moraes.

Desembarcaram às 13 horas com destino ao Arsenal de Guerra, onde, desde cedo, concentrava-se o povo.

“Quando o chefe do governo, cercado de autoridades, atravessa o pátio do Arsenal, da multidão salta repentinamente sobre ele um anseçada do Exército, que tenta atacá-lo.”²⁰

A morte do Marechal Bittencourt

O Marechal Carlos Machado Bittencourt interpõe-se entre o assassino e o Presidente, e o Coronel Mendes de Moraes o auxilia na tentativa de imobilizar o criminoso. O marechal, atingido por golpes de faca, é morto. O tiro da pistola que o anseçada trazia falhara na tentativa de matar Prudente de Moraes.

O Presidente é rapidamente retirado da cena e conduzido ao Palácio do Catete.

“A paixão jacobina imolara um herói.”²¹

Prudente de Moraes recebe o apoio popular

Mudara, nesse instante, a situação política do País. O povo, em seu conjunto,

possui a sensibilidade para reagir a situações extremas e destituídas de qualquer sentido de grandeza. Não admitiu a infame tentativa de assassinato de Prudente de Moraes e o sacrifício do Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Aqueles que dias antes, na véspera e mesmo na manhã do dia 5 de novembro, apupavam o Presidente, enchem-se de indignação e revolta e, “na madrugada do dia 6, populares furiosos atacam e empastelam o República, a Folha da Tarde e O Jacobino. O Clube Militar reúne-se em sessão secreta. Em frente à Câmara, segundo o Estado de S. Paulo (8/11/97), a multidão aclamou entusiasticamente o Presidente da República, dando morras a Glicério, ao Partido Republicano Federal, aos jacobinos. (...) Em São Paulo, não era menor a indignação, (...) uma enorme multidão erguia vivas ao Presidente da República e bradava indignada contra o assassinato”.²²

Prudente de Moraes, embora desaconselhado, acompanha o enterro do Ministro da Guerra, ocasião em que recebeu estrondosas manifestações de apoio.

“O povo ‘em delírio de bravos, de aplausos, de saudações’, quis tirar-lhe os cavalos da carruagem, cercou-o, desagrovou-o, numa demonstração ululante de sentimentos diametralmente opostos às brutalidades da era anárquica, que acabava ali. Prudente acolheu, severo e triste, essa apoteose, para dela tirar a energia repressiva de que necessitava. Havia vigorosamente a força moral com que replicou as violências passadas: e se fez temível.”²³

“Prudente de Moraes dirigiu-se à Nação em enérgico manifesto declarando que ‘o precioso sangue de um marechal do Exército brasileiro derramado heroicamente na defesa da pessoa do chefe do Estado dá a

* N.A. Rui Barbosa, discurso de 10 de novembro, apoiando o projeto de estado de sítio. Nota de Pedro Calmon.

certeza de que os incumbidos da sustentação da autoridade pública e das instituições não hesitam no cumprimento do seu dever, ainda mesmo quando levados ao extremo sacrifício.”²⁴

O Presidente da República agiu com rapidez, acorde com o momento que lhe era inteiramente favorável: **no dia 8 de novembro**, solicitou ao Congresso a declaração do estado de sítio por 30 dias no Rio de Janeiro e em Niterói, aprovada de imediato e efetivada a 12 de novembro. Determinou, então, a abertura de diversos inquéritos, onde foram indiciados entre “os figurões da República” o Senador João Cordeiro, os deputados Alcindo Guanabara, Alexandre José Barbosa Lima, o ex-todo-poderoso Francisco Glicério e o Vice-Presidente da República, Senador Manuel Vitorino Pereira. Vários oficiais do Exército de patentes mais baixas, um oficial de Marinha, Rodolfo Lopes da Cruz, jornalistas, foram apontados por terem tido relações com o assassino, o Anspeçada Marcelino Bispo.

Prudente, na vigência do sítio, desativara a Escola Militar da Praia Vermelha, mandara fechar o Clube Militar, impedira reuniões dos grupos jacobinos, dissolvera os clubes patrióticos e calara a imprensa oposicionista.

Quanto aos políticos de oposição... bem, os políticos... “em sua grande maioria trataram imediatamente de assegurar-lhe lealdade”.²⁵ Se assim procederam foi porque eram “políticos”...

As origens do atentado

O atentado não fora um ato inopinado. Vinha sendo urdido com antecedência, a partir do retorno de Prudente à Presidência da República; para alguns, “desde a concessão da anistia de 1895 falava-se em golpe”.²⁶

Prudente, em carta a Bernardino de Campos, apontava indícios fortes para a sua

deposição: “linguagem um pouco acirrada dos jornais afetos ao jacobinismo”, reuniões secretas com a presença de Pinheiro Machado, boatos de demonstrações bélicas. Além disso, em vésperas de encerrar-se o Congresso, “o senador Quintino Bocaiuva, dirigindo-se a dois colegas, com os quais não tem intimidade, e assumindo ares de Cassandra, disse que dentro de 90 dias teríamos acontecimentos graves – que dariam em resultado a minha substituição por alguém que fizesse governo forte, seguindo a política do marechal”.²⁷

Rui Barbosa, em discurso no Senado, na sessão de 22 de setembro de 1898, afirmava: “(...) os fatos que desfecharam no terrível acontecimento de 5 de novembro eram previstos, eram notórios nesta cidade, constituíram o objeto da conversa geral, todas as suas circunstâncias eram preditas, declinavam-se nomes, lugares, datas, artifícios; tudo enfim se sabia”.²⁸ Quase um ano após o atentado, o ilustre jurista procedia como autêntico profeta de fatos. Se estava tão seguro das artimanhas conspiratórias, por que não as denunciou, na tentativa de abortá-las, da mesma tribuna e pela imprensa?

O governo, de fato, tinha conhecimento de que contra ele se tramava. Recebia informes e avisos de correligionários da Capital e dos Estados. “Por volta de junho já se veiculava a questão no Congresso, pois o senador antiprudentista Vicente Machado (28/6/97) argumentaria, indignado, que não sabia ‘quais os motivos que tem o governo para suspeitar deste ou daqueles cidadãos’ e afirmaria: ‘Estamos em franca oposição ao Sr. Presidente da República, mas oposição constitucional; não autorizamos que se desconfie de que promovemos qualquer movimento revolucionário’”.²⁹

“Ramiro Barcellos (23/7/97), senador implicado no atentado, procurando desfazer as dúvidas: ‘(...) nós que privamos com os

principais chefes militares, podemos dar testemunho da correção do seu procedimento e das injustiças que lhe tem feito o governo do País, desconfiando da tropa e da própria guarnição da Capital, procurando formar da polícia local uma espécie de guarda pretoriana (...). É preciso que de uma vez por todas se diga bem alto ao País: inventa-se, leva-se a alma tímida do Presidente da República desde que subiu ao poder, a convicção de que existe uma conspiração tramada contra S. Ex^a, conspiração em que estão envolvidos os mais qualificados membros do partido republicano e os mais distintos generais do Exército (...).³⁰

Os inquéritos policiais

Os inquéritos concluíram que o atentado resultou de elaborada trama, na qual “a eliminação do Sr. Presidente da República pela morte foi uma questão longamente discutida e premeditada pelos indivíduos que a resolveram”.^{31*}

As conclusões finais do relatório foram assim resumidas:

“1) O atentado foi fruto de conspiração há longo tempo tramada e da qual faziam parte muitos militares, em geral oficiais da baixa patente, e vários civis de importância no cenário político do País.

2) A tentativa não fora a primeira tramada pelos conspiradores. Em várias ocasiões Prudente escapara sem o saber.

3) A articulação golpista não se restringiu ao Rio de Janeiro. O gesto de Marcelino Bispo resultou de um dos planos para depor o Presidente, mas havia outros em marcha – embora totalmente independente daquele – em diferentes Estados.”³²

A confissão de Deocleciano Martyr

O nome de Deocleciano Martyr, capitão honorário do Exército e dono e editorialista de *O Jacobino*, foi o primeiro para o qual se voltaram as suspeitas. Preso e interrogado, a princípio negou as acusações, mas, ante às evidências apresentadas, acabou por confessar sua participação, “indicando um a um seus companheiros, todos co-participantes do abominável plano”.^{33**}

Esclareceu que se conspirava há muitos meses: “Pouco depois de ter o Dr. Prudente de Moraes reassumido o governo, em março, ele Deocleciano compareceu a uma reunião secreta nos fundos do Clube Militar, reunião esta composta de vários oficiais do Exército (cita os nomes), do Capitão-Tenente Rodolfo Lopes da Cruz e do Capitão Servilho José Gonçalves, ficando aí resolvido conspirar-se contra o governo (...)”.^{34***}

“A partir de então as reuniões passaram a ser realizadas na farmácia de Umbelino Pacheco, capitão reformado da Brigada Policial. Nas discussões sobre os planos para a derrubada do governo, o predominante foi o assassinato, por qualquer forma, do Presidente da República.”^{35****} Canudos era então o grande tema de acusação ao governo: “(...) aquilo era o tótem do Exército (...). A República perigava (...). Os mais terríveis inimigos ali estavam (...). O melhor era ir ao extremo (...). O mal vinha do Catete (...). O Dr. Prudente de Moraes devia deixar o governo ainda mesmo pela eliminação, pelo assassinato (...)”.^{36*****}

Resolvido este, várias tentativas foram feitas: “à do dia 7 de setembro, no jardim da Praça da República, estava presente o Capitão Marcos Curius, que comandava a

* N.A.: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, p. 85.

** N.A.: Relatório Neiva, p. 22.

*** N.A.: Relatório Neiva. Depoimento de Deocleciano Martyr, p. 72.

**** Relatório Neiva; ib, p. 73.

***** Relatório Neiva; ib., p. 23.

força incumbida do policiamento do mesmo jardim por ocasião do festival que ali se realizava; que para facilitar qualquer tentativa de assassinato contra o Presidente, o piquete que acompanhava o carro ia sempre prevenido, sendo que isso era arranjado pelo Capitão Fredolim, do 9º de Cavalaria, e pelo Capitão Barbosa, ajudante do 1º de Cavalaria; que o coronel-comandante do 1º Regimento de Cavalaria tinha completo conhecimento do plano de assassinato, porque com o mesmo coronel, ele, Deocleciano, conversou sobre o assunto na presença do tenente secretário, sabendo também o Tenente Cemobelino e o Capitão Servílio, a quem ele, Deocleciano, contava tudo”.*

“Os conspiradores já tinham aliciado Marcelino Bispo para o cumprimento da tarefa; nesse dia 7 de setembro, partiu para a Praça da República decidido a executá-la; ‘entrou pelo portão em frente ao Quartel General e colocou-se por trás do Presidente, que tinha à sua frente duas moças, vindo junto ao Presidente o General Cantuária (...), refletiu que era dia de festa nacional, que ali se achava perto do Presidente o General Cantuária que o havia tratado tão bem e arrependeu-se, saiu pelo portão fronteiro ao Corpo de Bombeiros (...)’.”**

Em seu depoimento, Deocleciano Martyr refere-se a duas outras tentativas de assassinato do Presidente a serem executadas por Marcelino Bispo: a da Academia de Belas Artes e a que deveria ocorrer no Teatro Lírico.

“Seu depoimento implica altas figuras da República: deputados; senadores e nada menos que Francisco Glicério e Manuel Vitorino.

Em relação ao primeiro, diria que ‘estive na Câmara dos Deputados e conferenciei com o mesmo general sobre o plano do assassinato do Presidente da República, dizendo-lhe, o General Glicério, tudo conhecer, estar de completo acordo e que perguntou a ele, Deocleciano, que não o procurasse mais na Câmara para não causar suspeita, entendendo-se com ele quando necessário fosse, por meio de carta ou em outro qualquer lugar que não na Câmara (...)’.”***

Quanto a Manuel Vitorino, por duas vezes com ele conversou, no Senado, ‘mas com este não teve a franqueza de relatar tudo. Deu-lhe, entretanto, ali a conhecer alguma coisa, notando que o mesmo doutor não era estranho ao plano’.”****

No entanto, ao ser acareado com outro participante da conjura, diria que, indo ao Senado, deparou com Manuel Vitorino, perguntando-lhe este: ‘Então Deocleciano, como vai o negócio?’. Compreendendo assim, que ‘pelo modo por que era feita a pergunta, que referia-se ele à tentativa contra o Presidente da República, entrou em conversação com o mesmo Dr. Manuel Vitorino sobre o assunto, dizendo-lhe que era seu desejo entender-se diretamente com ele, Manuel Vitorino, sobre a deliberação tomada por ele, Deocleciano e seus companheiros, quanto ao assassinato do Dr. Prudente de Moraes’.”*****³⁵ Diz que Manuel Vitorino fez ver que se tratava de conspiração diferente e que por isso necessitava de uma carta de Deocleciano, para apresentar aos que com ele, Vitorino, conspiravam. “O redator de *O Jacobino* teria escrito a carta, mostrando-a ao Senador João Cordeiro e, em seguida, entregando-a ‘pessoalmente ao Dr. Manuel Vitorino Pereira, que, lendo-a,

* N.A.: Relatório Neiva, ib, pág. 75-76.

** N.A.: Relatório Neiva. Depoimento de Marcelino Bispo, p. 58.

*** N.A.: Ib. Depoimento, Deocleciano Martyr, p. 74.

**** N.A.: Ib., ibidem, p. 74.

***** N.A.: Relatório Neiva – Depoimento de Deocleciano Martyr, p. 74.

achou-a muito boa e disse-lhe que ficava assim a provar à Convenção que se estava trabalhando, recomendando a ele, Deocleciano, toda cautela e segredo".³⁶

"Também o Senador João Cordeiro estaria a par: 'conversando com ele, Deocleciano, disse conhecer todo o fato, achando magnífico o assassinato, como meio prático e rápido de resolver a situação'."

Irineu Machado e Barbosa Lima aprovavam o plano, ficando o conspirador, desse modo, 'ciente de que desde seu início as reuniões a que se referiu eram conhecidas desses políticos e deles tinham apoio'.³⁷

Os depoimentos deixam clara a familiaridade de que Deocleciano desfrutava junto aos políticos e militares. Frequentava regularmente o Congresso, onde confabulava com deputados e senadores do núcleo considerado jacobino. A carta que diz ter enviado a Manuel Vitorino foi escrita no 1º Regimento de Cavalaria, sobre a mesa do Capitão Servílio Gonçalves. Na manhã do atentado, fora esperar o resultado deste nas instalações daquele Regimento, 'jogando o solo com Capitão Servílio e outros oficiais'.³⁸

Marcelino Bispo

Oriundo de Murici, Alagoas, era um ingênuo, conforme se depreende de seu depoimento. Sentou praça em Pernambuco. "Era trabalhador e obediente, se bem que bisonho e taciturno, segundo João Doria Filho. Idolatrava Floriano Peixoto. Provinha de uma região na qual, como em todo o Nordeste, o fanatismo ajudava, em parte, a superar o pauperismo e a miséria".³⁹ Leitor de *O Jacobino*, admirava Deocleciano Martyr pelo modo como enaltecia o Marechal em seus artigos e editoriais. Desejava

conhecê-lo. Conseguiu, ao procurá-lo no jornal, no final de agosto de 1897. Deocleciano percebe, de imediato, que Marcelino Bispo seria a pessoa ideal para executar o plano que tinha em mente. Começa a doutriná-lo; domina-o psicologicamente. Em período breve de tempo, havia-o convencido a assassinar o Presidente da República.

Seguem alguns extratos do seu depoimento: "(...) republicano como é e fanático pela memória do Marechal Floriano Peixoto, a linguagem do mesmo Deocleciano lhe agradava"; que sendo ele Marcelino, "da terra do homem e quem ele, Deocleciano, adorava e que todo alagoano tinha obrigação de ser jacobino e que o Governo perseguia muito os florianistas". Que pouco tempo depois de conhecê-lo, Deocleciano perguntara-lhe "se ele era capaz de entrar em uma coivara de fogo para fazer ressuscitar o Marechal Floriano, caso fosse possível". "Que o Capitão Deocleciano lhe disse que a questão de Canudos era feita pelo Governo, com o intuito de fazer voltar a Monarquia, e isso os jornais diziam todo dia (...); que o Governo perseguia o Exército e que o único general que trabalhava a favor do Exército era o General Artur Oscar."

O espírito simplório do anseçada era trabalhado, moldado em estereótipos. A repetição destas simplificações aumentava-lhe a vontade de "ser útil à Pátria". Já se encontrava à mercê de Deocleciano.

Após Marcelino Bispo, no dia 7 de setembro, haver desistido de matar o Presidente, Deocleciano continuou a pregação, animando-o a continuar firme no seu juramento, "na certeza de que ele seria o sucessor de Floriano, que também tinha sido soldado como ele". "Era preciso – dizia-lhe –

* N.A.: Ib, ibidem, pp. 77-78.

** N.A.: Ib, ibidem, p. 74-75.

*** N.A.: Ib, ibidem, p. 37.

que Marcelino não fosse como era um homem inteligente para não ler os jornais republicanos o que se dizia do Presidente. Ele, Deocleciano, não era quem pregava isoladamente a morte do traidor: que Marcelino lesse bem..." Na manhã do atentado recebeu as últimas recomendações de Deocleciano Martyr: "que era chegada a ocasião dele cumprir o seu juramento como amigo da memória de Floriano e de salvar a vida de muitos bons republicanos que viviam por aí na miséria; que ele respondeu-lhe que era mais amigo de Floriano, do que ele Deocleciano o era".

"E indo para o Arsenal, não falou mais com os seus camaradas e ficou esperando a volta do Presidente para dar-lhe o tiro".³⁹ São passagens de seu depoimento à polícia.

As punições

Os conspiradores apontados no Relatório Neiva foram punidos severamente, com penas que variaram da prisão ao desterro. Prudente de Moraes, agora senhor da situação, sob a vigência do estado de sítio, decidiu liquidar o Partido Republicano Federal e a oposição. Contudo, Manoel Vitorino e Francisco Glicério foram poupados.

Registra Pedro Calmon: "A repressão descambara em perseguição. Um senador e três deputados foram mandados para o presídio de Fernando de Noronha. O próprio Pinheiro Machado não escapou à prisão. Interceptaram-lhe um telegrama, em que o capataz de sua estância prevenira que a tropa seguia... Referia-se à de mueres, despachada para Sorocaba".⁴⁰ Ainda Pedro Calmon: "Foi o Supremo Tribunal quem pôs cobro à prepotência, concedendo – 16 de abril de 98 – a ordem de *habeas corpus*, que impetrou Rui, em favor dos congressistas desterrados (João Cordeiro, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Major Tomás Cavalcanti). Defendera Rui a tese

de que, com a cessação do sítio, não podiam continuar presos os não processados (26 de março). Por um voto, o tribunal denegou a ordem, que veio a conceder 20 dias mais tarde, quando, com os mesmos argumentos, outros advogados a pleitearam. Fixou a doutrina de que fora do sítio não lhe persistem as consequências.

Insurgiu-se o Congresso, fatigado desse longo período de insegurança. O governo cometera atos de força, que tinham, em verdade, dissipado o perigo de novas perturbações. Como dissolvera a Escola, fechou o Clube Militar. Reduzira a irritação das classes armadas, contava com a solidariedade dos conservadores, impusera a ordem. Bastava! Por 92 votos contra 85, a Câmara negou licença para o processo dos deputados. O Senado recusou-se a concedê-la no caso de Manuel Vitorino. Rejeitou a Câmara, por fim, a emenda senatorial que suspendia durante o sítio as imunidades parlamentares. Isentava a tribuna política... Derrotado neste pormenor, indignou-se o Presidente, pensou em renunciar, tachou de inconstitucional a decisão judiciária (mensagem de 12 de maio). Mas concluiu em paz o quadriênio.

O "marechal de ouro" momentaneamente ofuscou o de ferro."⁴¹

Os protestos da Câmara e do Senado

Passado o episódio, discutiu-se no Congresso as medidas repressivas aplicadas por Prudente de Moraes; os parlamentares atingidos usaram a palavra para atacar o Presidente.

O mencionado Senador Ramiro Barcellos, da Tribuna do Senado (24/9/98), interpreta o atentado: "Os que se acercavam do poder aproveitaram um momento que lhes parecia favorável a seus interesses políticos e estimularam uma repressão cega e indiscriminada. Ia-se fazer eleições para

Presidente da República dentro de breve período; era preciso que um agrupamento que se fizera ao redor do poder, constituído de certos elementos políticos, tivesse a vitória certa, e então tratou-se de aproveitar o fato de 5 de novembro no sentido de seu plano (...) Foram eles de tal ordem que não é infundada a suspeita que já tenho ouvido manifestada de que o fato de 5 de novembro foi adrede preparado.”⁴²

O Senador B. de Mendonça Sobrinho (sessão de 21/9/98), no seu discurso, diz que o Presidente, ao tomar medidas infundadas, obtidas em função de declarações debaixo de maiores suplícios, foi repudiado pela sociedade e pelos políticos: “(...) foi condenado, não somente pela população do País, mas por todos os poderes constituídos da Nação; foi condenado pelo Senado, negando licença para o processo de deputados; foi condenado pelo mais alto tribunal de justiça de nosso país, concedendo um *habeas corpus* aos presos e desterrados que se achavam na Ilha de Fernando de Noronha”. Falou, ainda, que Prudente de Moraes havia encetado “a maior perseguição que jamais se desenvolveu neste país contra o ilustre presidente do Senado, contra senadores e deputados respeitáveis, a quem se lançou a pecha infamante de assassinos, de co-participantes de um crime inaudito (...)”.⁴³

O deputado Galeão Carvalho (sessão de 21/7/98) ataca o Relatório Neiva, ao dizer que resultara de inquisições feitas “em segredo de justiça, em pleno estado de sítio, submetendo as testemunhas e os indiciados réus a toda a sorte de vexames e de torturas”. Portanto, “semelhante documento nenhuma prova faz contra os nossos distintos companheiros e de modo algum podia inspirar à Câmara a convicção

de que os Srs. General Glicério, Irineu Machado, Torquato Moreira, Alcindo Guanabara e Alexandre Barbosa Lima são autores e cúmplices da tentativa de assassinato contra o Sr. Prudente de Moraes”. Sobre Marcelino Bispo, afirma que foi um instrumento político utilizado pela própria Presidência, que o silenciara temendo declarações comprometedoras: “Todos aqueles que depuseram como indiciados no inquérito policial confessaram, depois de torturas por que passaram. E, demais, que dúvida pode ainda existir no nosso espírito, se é certo que Marcelino Bispo foi encontrado com **machos** nos pés, quando foi verificada a sua morte? Será possível negar-se este fato que foi testemunhado por toda a imprensa desta cidade? Os **machos** nos pés de Marcelino Bispo falam mais alto do que todas as declarações posteriores feitas pelos acusados como autores e cúmplices do atentado de 5 de novembro.”⁴⁴

Outros discursos nas altas casas do Poder Legislativo, onde parlamentares buscavam retratar-se, batiam na tecla de que os respectivos depoimentos prestados durante o inquérito policial foram feitos sob tortura física e psicológica. “Em suma, todos se retrataram posteriormente, com exceção de Marcelino Bispo, que morrera antes.”⁴⁵

Políticos, militares e civis, no que concernia a Deocleciano Martyr, “procuraram ver nele o radical feroz, de atitudes incendiárias com os quais não comungavam e só lhes mereceria desprezo: ‘São as declarações desse homem sem valor moral algum antes do atentado – diz Galeão Carvalho (sessão de 21/7/98 da Câmara) – que adquirem o máximo valor de acusação contra homens eminentes da República’.”⁴⁶ No entanto, “há provados indícios de que era distinguido com sinais de apre-

* N.A.: “Realmente, Marcelino Bispo foi encontrado morto no dia 24 de janeiro de 1898, com pesos amarrados aos pés, mas a declaração oficial seria de morte por enforcamento.”

ço pela oposição. O General Artur Oscar, por exemplo, mandou-lhe um telegrama publicado com destaque pelos jornais *O País* e *República*: 'Canudos, 5 de outubro – Capitão Deocleciano Martyr – Apesar da intriga atirada contra mim e as valorosas forças sob meu comando, venci jagunços e confundi conselheiristas. Nossa bandeira tremula triunfante sobre os escombros restauradores. Glória a Floriano! Viva a República! Artur Oscar'.⁷⁴⁷

Os prudentistas não se calaram. Responderam à altura, tendo por alvo principal o Partido Republicano Federal.

"Foi, é fora de dúvida, o Partido Republicano Federal," foi essa originalíssima oposição constitucional que, desde os primeiros dias de sua organização, deu um pontapé na lei das leis e começou a explorar a sanha dos jacobinos e o descontentamento dos soldados; foi essa estranha oposição parlamentar que, nas questões mais graves e melindrosas, abandonava as suas cadeiras no Parlamento e pedia ao povo que fosse ouvir na rua os discursos incendiários dos seus oradores mais rancorosos (...).

Não é exato que o célebre "A bala", este grito de guerra, este brado de resistência sanguinolenta, teve todas as honras de uma divisa de partido? Não é exato que em várias manifestações populares se firmou ostensivamente uma aliança ofensiva e defensiva com o jacobinismo nacional? (...). E não é exato que, enquanto de um lado o Dr. Prudente de Moraes estendia a sua mão leal ao General Barbosa, do outro lado o Dr. Manuel Vitorino sorria ao ouvir o discurso violentíssimo com que, do alto de um banco de bordo, o infatigável senhor Barbosa Lima lançava por entre os grupos da soldadesca

macilenta as sementes de foco de uma nova revolta de quartéis?".⁷⁴⁸ Se o atentado obtivesse êxito, atingiriam os seus fins: "O Sr. Manuel Vitorino seria a figura presidencial, o Sr. Alcindo Guanabara, ministro da Fazenda; o Sr. Barbosa Lima, da Guerra e o Sr. Glicério, árbitro da situação."⁷⁴⁹

"Talvez alguns desses políticos (entre eles outros não citados pelo articulista) não tenham tido participação direta no atentado de 5 de novembro, mas o núcleo jacobino que o apoiava criou condições para ele: Lauro Sodré, no Senado, pregava o direito de insurreição; Barbosa Lima, na Câmara, apontava Prudente à sanha popular; José Mariano justificava o assassinio político; o jornal *República* afirmava que o chefe do governo não presidiria a edição de seu sucessor; Deocleciano suspirava pela ditadura nas páginas de *O Jacobino*. Além disso, vários indícios surgidos levantavam suspeitas de que Glicério e o vice-presidente estariam mesmo implicados na conspiração ou, ao menos, saberiam que ela se desenvolvia. Foi no mínimo estranha a conduta deste último por ocasião do crime. Ciente de que o ministro da Guerra morreria, não procurou ver o cadáver, como seria natural. Além disso, 'salta do seu escaler e, em vez de correr para o Palácio do Catete, como lhe cumpria, fossem quais fossem suas queixas, não impõe silêncio aos jacobinos que o aclamaram, meter-se no seu coupê e manda tocar para casa'.⁷⁵⁰

A despeito de a Justiça não haver encontrado provas da culpabilidade de muito dos implicados, dos protestos de inocência destas, de o Parlamento optar pelo resguardo das imunidades, o governo ganhou a partida.⁷⁵¹ Prudente de Moraes pacificara o País.

* N.A.: Leia-se Francisco Glicério.

** N.A.: Editorial do *Correio de Notícias da Bahia*.

*** N.A.: *O Estado de São Paulo* (10/11/97), p. 1, Editorial.

**** N.A.: *Ib.*

*
* *

Campos Sales foi o candidato natural. Ficara sempre com Prudente. Comandara os "históricos". Era governador de São Paulo, Pinheiro Machado e Glicério – o primeiro, um político em ascensão, que acabaria por ser um dos árbitros da República; o segundo, próximo ao completo ostracismo político – apresentaram a chapa da oposição formada por Júlio de Castilhos e Lauro Sodré. Os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, com facilidade, elegeram a chapa constituída por Campos Sales e Rosa e Silva para vice-presidente, este representando o Norte.

A chapa da maioria "tinha, não o voto, mas o poder dos Estados. Ninguém falasse de autenticidade eleitoral, em democracia lisa: continuava o povo à margem daquele dissídio de personagens, que descia das alturas da 'política', feitas e desfeitas as operações pelo arbítrio dos dirigentes – a que não faltava a brutalidade policial. O **presidencialismo** lá estava. Segundo Afrânio Peixoto, em *A Esfinge*, o presidente '... senhor absoluto nos dois primeiros anos do governo e humilhado nos outros dois,

em que já começa a governar o oligarca sucessor...'.⁵¹⁴

*
* *

E AGORA, CAMPOS SALES

Antes de assumir, Campos Sales viajou à Europa, sem comitiva, para tratar da difícil negociação com os banqueiros, capitaneados pela Casa Rothschild, "tradicionais banqueiros do Brasil, a fim de estabelecer o plano de um *funding loan*".

A transmissão do poder foi tranqüila.

Os militares retiraram-se do cenário político. Não possuíam mais força. Exército e Marinha desunidos. A Marinha sofrera rude golpe em consequência da Revolta da Armada. O Exército esfacelara-se em Canudos, perdendo o crédito dos dias de Floriano junto à opinião pública. Não havia alternativa para os chefes militares senão o retorno à vida profissional, na tentativa de reconstruir essas instituições, agora, dentro do princípio de que a "obediência aos superiores, fixada na lei e nos regulamentos, é o cerne da disciplina e do dever militar".

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO.)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Política; Militar; Prudente de Moraes (P.R.); Bittencourt, Carlos (Marechal); Martyr, Deocleciano; Bispo, Marcelino; Jacobinismo;

* N.A.: Citado por Pedro Calmon, op. cit., p. 2.033.

BIBLIOGRAFIA

1. *Revista Marítima Brasileira* – Vol. 120, nº 4/6 – abr-jun de 2000, p. 25.
2. *Ib.*, nº 1/3 – jan-mar de 2000, p. 38.
3. *Ib.*, nº 4/6 – abr-jun de 2000, p. 30.
4. *Ib.*, nº 4/6, p. 32.
5. *Ib.*, p. 33.
6. *Ib.*, p. 38.
7. *Ib.*, p. 39.
8. *Ib.*
9. *Ib.*
10. *Revista Marítima Brasileira*, vol. 120, nº 7/9, jul-set 2000, p. 43.
11. *Ib.*, p. 44.
12. *Ib.*, p. 46.
13. *Ib.*, p. 48.
14. FAARO, Raymundo – *Os Donos do Poder*, vol. 2 – Editora Globo, 7ª edição, Rio de Janeiro, 1987, p. 557.
15. *Revista Marítima Brasileira*, vol., 120, nº 7/9, jul-set 2000, p. 49.
16. FAARO, Raymundo – op. cit., p. 558.
17. CALMON, Pedro – *História do Brasil*, vol., VI, século XX. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1959, p. 2.013.
18. *Revista Marítima Brasileira*, nº 7/9, jul-set 2000, p. 50.
19. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.013.
20. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – *Os Radicais da República*. Editora Brasiliense S.A, São Paulo, SP, 1986, p. 61.
21. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.013.
22. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., p. 62.
23. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2028.
24. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco – *Os subversivos da República*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, SP, 1986, p. 158.
25. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., p. 62.
26. *Ib.*, p. 71.
27. *Ib.*
28. *Ib.*, p. 72.
29. *Ib.*, p. 71.
30. *Ib.*
31. *Ib.*, p. 63.
32. *Ib.*, p. 64.
33. *Ib.*
34. *Ib.*
35. *Ib.*, pp. 65, 66 e 67.
36. *Ib.*, p. 68.
37. *Ib.*
38. *Ib.*, p. 69.
39. *Ib.*, pp. 69 e 70.
40. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.030.
41. *Ib.*, pp. 2030 e 2031.
42. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., pp. 72 e 73.
43. *Ib.*
44. *Ib.*, pp. 73 e 74.

45. Ib.
46. Ib., p. 75.
47. Ib.
48. Ib., pp. 75 e 76.
49. Ib., pp. 76 e 77.
50. Ib., p. 79.
51. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.032.

ERRATA

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA

Parte XXXVI (RMB – 4º trim/2001, p. 52) e
 Parte XXXVIII (RMB – 1º trim/2002, p. 111 etc.)

A seguir o texto correto (em negrito a palavra corrigida):

- (1) Na sua quase totalidade, nunca tinham visto o mar. Conheciam, tão-somente, as agruras que lhes oferecia a natureza **adusta**, a vida miserável em que eram e, ainda, 100 anos depois, são mantidos, graças à “benignidade” de governantes inescrupulosos, determinados a preservar a ignorância e a credence daquela gente. Porque esta é a plataforma oculta de seus políticos.
- (2) pág. 113 (1ª coluna – 3º§) – Curiboca; 2ª coluna, último §: se o *permitir*.
- (3) pág. 115 – 1ª coluna, 1º§: Conselheiro *Dantas*.
- (4) pág. 117 – 2ª coluna, 3º§: que garantia *seu* retorno a Portugal.
- (5) pág. 118 – 1ª coluna, 2º§: difícil missão que a si *próprio* conferira.
- (6) pág. 120 – 1ª coluna, 1º§: Que abdicassem as *venturas* mais fugazes ...; e não a manchassem nunca com o *sacrilégio* de um sorriso.
- (7) pág. 121 – 2ª coluna, último §: a abolição *do cativoiro*, a República.
- (8) pág. 122 – 1ª coluna, 1º§: O eixo do poder político *rocava* para São Paulo.
- (9) pág. 124 – 1ª coluna, 3º§: Um poder concorrente *ao* que, até então...
- (10) pág. 126 – 1ª coluna, 6º§: Os *boatos*, agora acrescidos...
- (11) pág. 128 – 1ª coluna, 2º§: vai fazer uma carnificina medonha nos maltrapilhos e quase *inermes* fanáticos de Canudos.
- (12) pág. 129 – 1ª coluna, 1º§: Não se constituía em *surpresa*.
 último parágrafo: Seu relatório pecou pela falta de *isenção*;
- (13) pág. 130 – 1ª coluna, penúltimo §: – consta o que seria a *secessão*.
- (14) pág. 131 – 1ª coluna, 3º§: “Não *damos* nem pedimos quartel”.
 2ª coluna, 1º linha: – certamente *terrível* –

BIBLIOGRAFIA DA PARTE XXXVI

OBS.: Deveria ter sido publicada na *RMB* do 1º trim./2002

1. LITRENTTO, Oliveiros. *Canudos, visões e revisões*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1988, p. 257. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
2. *Ib.*, p. 241.
3. LITRENTTO, Oliveiros. *Ib.*, p. 64
4. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (O homem)*. 22ª Edição, Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1952, p. 82.
5. *Ib.*, p. 63.
6. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 242. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
7. LITRENTTO, Oliveiros. *Ib.*, p. 53.
8. CUNHA, Euclides da. Op. cit., pp. 90, 93.
9. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos, cartas para o Barão*. Edusp, Editora Universidade de São Paulo, SP, 1999, p. 81.
10. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 108.
11. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 81.
12. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 119.
13. *Ib.*, p. 123.
14. *Ib.*, p. 129.
15. *Ib.* p. 123.
16. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 27.
17. *Ib.*, pp. 27-28.
18. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 132.
19. *Ib.*, p. 134.
20. *Ib.*, p. 132.
21. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit. p. 246. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
22. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 144.
23. *Ib.*, pp. 146 e 147.
24. *Ib.*, p. 150.
25. *Ib.*, p. 152.
26. *Ib.* p. 153, nota de rodapé.
27. *Ib.* p. 153.
28. *Ib.*, p. 155.
29. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit. p. 245. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
30. *Ib.*, p. 243.
31. *Ib.*, p. 244.
32. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 37.
33. *Ib.*
34. *Ib.*, p. 40. Entrevista do Barão de Jeremoabo ao *Jornal de Notícias* (4/3/1897).
35. *Ib.*, p. 59.
36. *Ib.*, p. 45.
37. *Ib.*
38. *Ib.*, p. 47.
39. *Ib.*, p. 51.
40. *Ib.*, p. 52.
41. *Ib.*, p. 49.
42. *Ib.*, p. 53.
43. *Ib.*, p. 54.
44. *Ib.*, p. 56.
45. *Ib.*, p. 61.
46. *Ib.*, p. 63.
47. *Ib.*, p. 64
48. *REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA* – vol. 121, 04/6, abr./jun., 2001, p. 90.
49. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 259. Depoimento de Jorge Calmon (Apêndice).
50. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 74
51. *Ib.*, pp. 78 e 79.

O ALMIRANTE SYLVIO DE CAMARGO*

Homenagem da RMB ao seu centenário de nascimento.

CARLOS DE ALBUQUERQUE
Almirante-de-Esquadra (FN-Ref⁹)

O Almirante Sylvio de Camargo nasceu em Santa Rita do Sapucaí, MG, a 16 de fevereiro de 1902, filho do professor João Batista de Oliveira Camargo e de D. Amélia de Almeida Camargo.

Seus primeiros estudos foram feitos no Grupo Escolar Modelo de Alfenas, em que seu pai era diretor, e posteriormente no Instituto Moderno de Educação e Ensino, também em Alfenas.

Em razão de circunstâncias vigentes desde a sua época de oficial subalterno, teve uma carreira atípica na Marinha, cabendo enfatizar, sobretudo, que sempre se empenhou a fundo no exercício de todas as funções exercidas, como na execução de todas as tarefas que lhe foram atribuídas.

Seus atributos pessoais de inteligência, iniciativa e pertinácia, que lhes foram característicos desde a infância, indicavam o futuro de um homem muito produtivo, dotado de elevado grau de liderança. Como exemplo precoce, demonstrativo da sua personalidade, registra-se o fato de ter-se dirigido, por moto próprio, ao Gabinete do Ministro da Marinha, quando ainda era adolescente, candidato à Escola Naval, e sem o apoio de seus pais, pois não encontrara o seu nome na lista dos aprovados nos exames realizados. Na certeza de que lograra melhores graus do que alguns outros candidatos incluídos na lista, não hesitou em agir em seu favor, mesmo desacompanhado de seus pais, que não

* N.R.: Veja a transcrição da entrevista gravada em 27 de março de 1984 e publicada na revista *O Anfíbio*, dentro do Projeto Memória do CFN.

residiam no Rio de Janeiro. A sua determinação assumiu maior realce quando, recebido por um oficial de Gabinete, teve impedida a sua apresentação ao ministro, por estar este de saída, não podendo recebê-lo. Mesmo assim, escapando da vigilância do oficial, penetrou no aposento do ministro, o qual, tomando conhecimento do fato, determinou ao seu auxiliar que anotasse o caso. De fato, o ministro solucionou a questão, determinando o acréscimo de vagas suficientes para incorporar aqueles que tinham sido aprovados nos exames.

Iniciou sua carreira como segundo-tenente da Armada, servindo no Encouraçado *Minas Gerais*, onde, a partir de setembro de 1922, estagiou em diferentes divisões, culminando como *spotter* do capitânia da Esquadra no ano de 1924. Porém, quando ainda recém embarcado, vivenciou a movimentação do navio para Santos, destinado a prestar apoio às forças legalistas de São Paulo, diante da ameaça dos revoltosos das guarnições federais lá sediadas, juntamente com a de parte da Força Pública do Estado, devendo, para isso, permanecer naquele porto. Participou ele, nessa ocasião, de ações em terra, particularmente no campo das informações.

Em 4 novembro de 1924, estando ele de Oficial de Serviço, foi preso pelo comandante do navio, em face da ocorrência de sublevação de oficiais e praças, os

quais se solidarizavam com a movimentação do Encouraçado *São Paulo*, em ação revolucionária.

A sua condição de preso à disposição do ministro da Marinha por conspiração contra o regime não impediu o ato de sua promoção a primeiro-tenente, em 12 do mesmo mês, dado que o cômputo do interstício

ocorrera antes da sua detenção, a 30 de setembro. O seu recolhimento como preso deu-se, inicialmente, no Quartel do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e, posteriormente, na Ilha do Bom Jesus e Fortaleza de Santa Cruz, além dos períodos de baixa aos Hospitais Centrais do Exército e da Marinha. Tal período foi encerrado com o Alvará de Soltura de 8 de abril de 1927, da 1ª Auditoria de Marinha, tendo decorridos, portanto, dois anos e cinco meses de detenção. O contido nos seus assentamentos deixa entrever que a Administração Naval de então não aceitou com isenção o retorno daqueles oficiais que se opuseram ao regime, ao verificar-se fatos da movimentação do Tenente

Camargo após ser libertado, como o de ter passado um ano e cinco meses adido à DP e o de ter sido movimentado, em apenas quatro meses, de meados de setembro de 1928 a meados de janeiro de 1929, para quatro navios: Cruzador *Barroso*, Contratorpedeiro *Sergipe*, Contratorpedeiro *Paraíba* e Encouraçado *Floriano*. Embarcado em se-



O Capitão-de-Corveta Sylvio de Camargo em uniforme para a Parada de 7 de Setembro

guida no Cruzador *Rio Grande do Sul*, passou um período de embarque de um ano e dois meses em que foi promovido a capitão-tenente, por antigüidade.

Com a investidura do novo governo de 1930 e a assunção do novo ministro da Marinha, Almirante Protógenes Guimarães, ocorreu a anistia do pessoal envolvido na sublevação política, solucionando, pois, a sua situação. O Capitão-Tenente Camargo teve a sua promoção retroagida, contando antigüidade a partir de 23 de agosto de 1928.

Servindo na Diretoria de Navegação, recebeu a missão de guardar o Banco do Brasil, como medida preventiva do novo governo, dado o conturbado momento político, e por sua atuação eficiente na preservação dos bens, dinheiro e papéis existentes, fez jus ao reconhecimento das autoridades do novo governo.

Convidado para ser ajudante-de-ordens do novo ministro da Marinha, optou, no entanto, por servir no Regimento Naval, sob as ordens do Capitão-de-Fragata Durval Guimarães, então seu comandante. Tal escolha deveu-se não só a sua simpatia pelos fuzileiros navais, mas também a sua experiência vivida por ocasião de sua missão em São Paulo, quando lhe ficou evidente o despreparo da Marinha na condução de forças em terra. A esse tempo, estando em curso ações revo-

lucionárias contra o governo, a Marinha enviou contingentes de tropa de fuzileiros navais para Campos, São Paulo e Santa Catarina, ainda sem missão definida, portanto sem estruturação adequada e destituída de apoio, ficando à mercê das forças amigas locais.

Como o ajudante do Regimento Naval era obrigado a residir em quartel, assumiu então, como recém-casado, a casa que lhe competia. Embora ainda capitão-tenente, era a terceira pessoa da hierarquia do Regimento e incumbido de, praticamente, toda a atividade executiva da unidade, contando para isso com todo o apoio pessoal de seu comandante, Capitão-de-Fragata Durval.

Tal convivência com a tropa deu-lhe um aprofundado conhecimento de suas condições e motivações, deixando-lhe claro o seu patriotismo e espírito de cor-

po, contudo carentes de nível de escolaridade e preparo profissional.

Não havia um quadro de oficiais devidamente formados como fuzileiros navais

e, ante a evidência da necessidade de medidas necessárias à superação de tal situação, tomou a si a incumbência de propor as metas que visualizava para alcançar o devido preparo da tropa, baseado

precipuamente em novos padrões de instrução para os subalternos e na formação de oficiais especificamente formados para o comando de tropa.

Tendo o comandante do Regimento se entusiasmado com as suas idéias, assumiu ele a condução das ações conseqüentes,



Como capitão-de-corveta, comanda o destacamento de Fuzileiros Navais em parada



No Campo de Gericinó, no início da década de 40. Da E p/D: 1º Ten. Ivan Dias Vieira, Alte. (FN) Milciades Portela Ferreira Alves, Capitão-de-Fragata Sylvio de Camargo, Ten-Cel. (USMC), assessor do CFN, Capitão-de-Corveta (FN) Rubens Constant de Magalhães Serejo e um coronel do Exército não identificado

as quais passaram a depender de um novo Regulamento, pelo qual seria possível restaurar as condições de tropa combatente do Corpo de Fuzileiros Navais.

Sendo designado, no início de abril de 1931, para comandar a Torpedeira *Goiaz*, destinada à execução de levantamento hidrográfico na Baía de Guanabara, teve o seu comando interrompido, em julho do mesmo ano, ao ser designado pelo Ministro da Marinha para servir em seu Gabinete, como oficial de ligação com o Gabinete do Ministro da Guerra.

Com a eclosão da Revolução de São Paulo, em 1932, na qual grande parte das guarnições militares lá sediadas se engajaram, determinando a pronta reação do Governo – da qual a Marinha desejava participar –, com o imediato emprego de tropas legais aquarteladas na área e sub-

seqüente reforço de outras unidades, especialmente do Rio de Janeiro, tornou-se indispensável o estabelecimento de medidas coordenadoras.

Em decorrência da ofensiva das tropas revoltosas, ocorreu um confronto de forças do Exército em Cunha, RJ, pelo que coube a um contingente da Marinha a execução de uma ação diversionária sobre o flanco inimigo, para o que foram mobilizados substanciais meios para apoio dos combatentes navais. Apesar desse empenho, ocorreram inúmeros transtornos no desenvolvimento das ações, por sua vez realizadas de forma desarticulada.

Como observador, o Capitão-Tenente Camargo, contando com a sua vivência com a tropa, além de conhecimentos adquiridos em manuais militares, pôde melhor observar as falhas cometidas e, com isso,

identificar as suas causas. Não tendo havido um exame inicial de situação, com a devida avaliação dos fatores táticos, o comando daquela força não tivera como planejar adequadamente as ações a serem desencadeadas e, com isso, não pudera estruturar e nem conduzir a sua tropa como desejado, redundando numa execução descoordenada. Consta em seus assentamentos a sua presença na área conflagrada, de 9 de julho a 3 de outubro de 1932, bem como o elogio do Ministro da Marinha pela sua atuação.

Teve ele, então, a oportunidade de visualizar claramente a principal causa de tais insucessos, dada a prova observada da necessidade de as ações terrestres, necessariamente, requererem a sua condução por profissionais da guerra no ambiente terrestre; viu-se responsável perante as autoridades navais de apresentar-lhes, com fidelidade, as suas conclusões.

Por efeito da aprovação do Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais, um grupo de cinco oficiais optantes foi trans-

ferido para o novo Quadro, estando nele incluído o Capitão-Tenente Camargo e do qual era mais antigo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Durval Guimarães, motivo pelo qual foi nomeado o primeiro comandante-geral do novo Corpo de Fuzileiros Navais.

A esse tempo, a sugestão de serem os oficiais fuzileiros navais formados em curso específico na Escola Naval não obteve aceitação pelo Gabinete do Ministro da Marinha, pela preferência estabelecida, como prêmio, para o aproveitamento dos subalternos graduados oficiais que tinham se distinguido nas operações contra forças revolucionárias.

Com o propósito de melhor qualificar os oficiais fuzileiros navais para o exercício das futuras funções previstas no novo Regulamento, foram matriculados na Es-

cola das Armas do Exército (hoje, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) os optantes mais modernos, junto a alguns outros candidatos que se apresentaram. Embora não dispondo o Comandante Camargo da mesma fa-



O então Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Sylvio de Camargo passa em revista a tropa sob seu comando no Dia do Marinheiro de 1943.

Acompanha-o o Capitão-de-Corveta (FN) Gilberto Stemple da Silva – (Foto CFN)

cidade de seus colegas de se dedicarem somente aos compromissos escolares, uma vez que fora matriculado no curso sem prejuízo de suas funções de oficial de ligação, logrou no encerramento o mesmo excelente conceito, conforme fez constar o comandante da Escola, em elogio nominal.

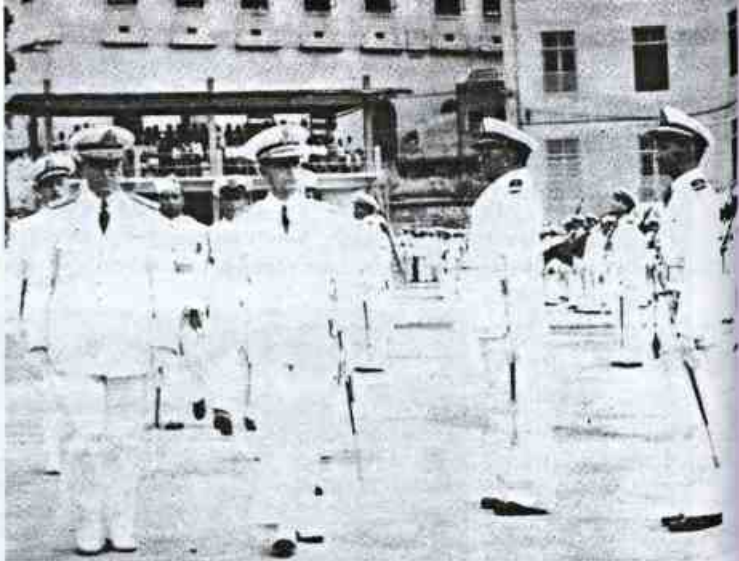
A sua função de ligação com o Exército continuou mantida, inclusive após a sua promoção a capitão-de-corveta, ocorrida em 18 de janeiro de 1934. No mês seguinte foi alvo de expressi-

vo elogio do General Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, que deixara o cargo.

Foi dispensado de suas funções no Gabinete do Ministro da Marinha em julho do mesmo ano, por ter sido designado para estagiar no *Royal Marine Corps*, Inglaterra, onde permaneceu por cerca de quatro meses.

Apresentado de retorno ao Quartel de Fuzileiros Navais da Ilha das Cobras, em fevereiro de 1935, assumiu as funções de encarregado do Pessoal do CFN, retornando assim ao convívio da tropa. A par dos encargos funcionais, deu preferência às atividades dirigidas à instrução e ao adestramento, com o objetivo de superação do seu despreparo evidenciado, cabendo destacar os exercícios de campanha, na região da Baía da Ilha Grande, com aproveitamento da movimentação dos navios da Esquadra em manobras naquela área, bem como atividades compatíveis destinadas às Companhias Regionais de FN, em particular às de Ladário e Belém.

Ocorrendo a essa época a Intentona Comunista, em 1935, e diante da ordem do comandante-geral do CFN de formar toda a



17 de novembro de 1948. O Almirante Camargo recebe do Almirante Seahorn o cargo de comandante-geral do CFN. – (Foto *O Anfíbio*)

tropa do quartel e deslocá-la para o Arsenal de Marinha, tomou a iniciativa de contactar, devidamente autorizado, o ministro da Marinha, no sentido de alertá-lo quanto ao perigo de tal empenho de uma tropa sem organização adequada e despreparada, pelo que propunha a formação de um batalhão de fuzileiros navais devidamente constituído e orientado por uma ordem de movimento, em que seriam definidas metas de conduta. Formado o batalhão, que constituiria um contingente de vanguarda, seguiu-se a sua marcha em direção à Praia Vermelha, tendo, no entanto, permanecido na altura da Esplanada do Castelo.

Chamado novamente pelo Ministro da Marinha, o Comandante Camargo, mais uma vez, recebeu a incumbência de fazer a devida ligação com o General Dutra, que comandava as ações contra os insurretos, tornando-se novamente o oficial de ligação, a quem aquele chefe transmitiu os seus agradecimentos, bem como estabeleceu que a tropa de fuzileiros apenas permanecesse em condições de emprego, o que não se tornou necessário.

Interrompendo o exercício de suas funções por ter sido matriculado na Escola de Guerra Naval, em dezembro do mesmo ano, novamente comprovou o seu conceito de oficial de elevado nível intelectual e proficiente na realização de seus trabalhos ao obter a primeira classificação na turma.

O ineditismo de sua monografia, fundamentada na ameaça dos meios aéreos em desenvolvimento sobre as esquadras das principais Marinhas do mundo, segundo uma nova perspectiva assumida por determinada corrente de pensamento estratégico naval, surpreendeu a oficialidade, então dedicada aos estudos doutrinários.

Baseado no fato de que engenhos aéreos seriam capazes de afundar navios de guerra, desenvolveu, pois, o seu raciocínio, na tentativa de iden-

tificar as suas conseqüências na formulação da Estratégia Naval, sobretudo no que dizia respeito à Marinha brasileira.

O seu intento, no entanto, de promover futuros debates sobre a matéria, que lhe parecia de maior importância, foi frustrado pela medida determinada pelo Estado-Mai-

or da Armada de classificar como secreto o seu trabalho, impedindo considerações não autorizadas sobre a questão. Foi mantido naquela escola, como auxiliar de ensino, durante o ano de 1938.

Em janeiro do ano seguinte reassumiu as funções de encarregado do Pessoal, tendo, em maio do mesmo ano, assumido interinamente as funções de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. No ano seguinte, coube-lhe ainda assumir, de forma interina, as funções de segundo comandante e de comandante-geral do CFN.

No exercício das funções de encarregado do Pessoal do CFN, foi promovido por merecimento em junho de 1940 ao posto de capitão-de-fragata (FN), quando lhe foi atribuída pelo comandante-geral a tarefa de elaboração do novo Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.

Em seguida, em outubro do mesmo ano, foi nomeado subchefe do Estado-Maior do CFN, quando, a par de suas funções, foi designado por aviso ministerial membro da comissão constituída pelo Exército para re-



Visita do Presidente da República, Marechal Eurico Dutra, às instalações do CFN. Acompanha-o o (E) ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem, e (D) o Almirante Sylvio de Camargo. (Foto tomada no portão do Presídio Naval) – (Foto CFN)

América, no ano de 1952, de quase um mês de duração, ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, acompanhado de oficiais de seu gabinete e de seu estado-maior; e a sua participação, em 1954, na comitiva do ministro da Marinha destinada a inspecionar os estabelecimentos navais do Sul do País e os postos de fronteira existentes ao longo do Rio Uruguai.

A insuficiência de verbas e o não-cumprimento da decisão inicial tomada pelo Ministro Sylvio de Noronha de instituir o grupo de trabalho pertinente e da sua aprovação às sugestões propostas conduziram a uma sensível lentidão no andamento das obras, o que, aliado à sucessão subsequente dos titulares do Ministério da Marinha, propiciou o surgimento de novas idéias para ocupação daquela área, geradoras de novas preocupações do Almirante Camargo. Tais foram a da instalação de uma base de contratorpedeiros e a da construção de um cais de minério, no local do já existente no canal do Boqueirão, proposta por empresários do setor minerador.

Buscando influir na obtenção de recursos para as obras projetadas, obteve apoio de congressistas seus conhecidos para apresentação e votação de um projeto que destinava à Marinha um reforço de verba, formalmente atribuído à construção do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais.

Na intenção de evitar maiores atrasos no andamento das obras, comparecia com regular frequência ao Campo da Ilha do Governador, acompanhando os trabalhos de construção, e não raramente apresentan-

do sugestões para superação de problemas junto aos engenheiros responsáveis.

Infelizmente, em 1952, veio a sofrer um grande abalo em sua vida pessoal, pela perda, em acidente aéreo, de seu primogênito, Sylvio de Camargo Filho, então um jovem segundo-tenente da Força Aérea Brasileira. Apesar do enorme impacto sofrido, não demonstrou arrefecimento em sua atividade posterior, parecendo mesmo que procurava alento para o seu sofrimento na plena aplicação de suas energias ao trabalho.

Em dezembro de 1955 teve a oportunidade de ver a concretização do seu maior objetivo ao participar, como principal homenageado dos fuzileiros navais e na presença de todos os chefes navais da ativa sediados no Rio de Janeiro, bem como dos vários ex-ministros da Marinha que tiveram envolvimento no empreendimento, da festiva inauguração do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais. O evento representou para ele o merecido reconhecimento de seus serviços dedicados, com todo o seu empenho, à Marinha e à Pátria, já que solicitara a sua transferência para a Reserva Remunerada.

De acordo com a lei vigente e por fazer jus a mais duas promoções concedidas em legislação estabelecida para militares enquadrados nos respectivos casos, foi promovido, por Decreto de 24 de janeiro de 1956, ao posto de almirante-de-esquadra e em seguida transferido para a Reserva Remunerada.

Passou o cargo de comandante-geral do CFN, a 1º de fevereiro, ao Vice-Almirante (FN) Rubens Constant de Magalhães Serejo.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES> / Camargo, Sylvio (VA-FN);

FORÇAS ARMADAS:

Os garantes materiais do Estado Democrático

RUI DA FONSECA ELIA
Vice-Almirante

SUMÁRIO

Introdução
Soberania e defesa da Pátria
A essência constitucional das Forças Armadas
Conclusão

INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, desde a promulgação da Constituição Federal, que em breve completará seu 14º aniversário, uma preocupante questão institucional vem trazendo intranquilidade às lides castrenses. **Trata-se de eventuais interferências do Poder Judiciário nas questões disciplinares no âmbito militar*** (negrito da RMB). A ingerência justificar-se-ia pelo princípio constitucional da inafastabilidade

de daquele Poder da União, que vem consagrado como uma das garantias fundamentais do cidadão no inciso XXXV do artigo 5º da Carta Magna. Diz o inciso: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Na crença de que estariam respaldados nessa provisão constitucional, alguns inadaptados à vida militar têm recorrido à Justiça Federal (Comum, não Militar) contra punições disciplinares legalmente impostas pelos seus respectivos comandantes.

* N.R.: Todos os negritos são de autoria do autor, exceto quando indicado.

São impetrados *habeas corpus* – instrumento este vedado expressamente na Constituição aos militares –, mandados de segurança e até ações ordinárias.

Embora esta prática, contrária à índole militar, que decorre de uma visão estrábica do texto constitucional, seja ainda um acontecimento residual, a sua mera existência já é suficiente para intranquilizar a boa ordem administrativa militar.

Por outro lado, a experiência do autor em dois anos e meio à frente da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (a DPMM tem no elenco de suas tarefas aquela de administrar as questões de Justiça e Disciplina afetas ao nosso pessoal militar) tem demonstrado, felizmente, que tais ações judiciais via de regra não prosperam. Mesmo quando eventualmente logram a concessão de liminares ou sentenças por alguns juízes de primeira instância, são reformadas, também via de regra, nos Tribunais Federais de segunda instância ou superiores.

A meu ver, podemos creditar essa confortadora constatação à crescente competência profissional com que os nossos oficiais bacharéis em direito e nossos assistentes jurídicos civis vêm elaborando as informações técnicas necessárias para que a Advocacia Geral da União (AGU) possa prover a defesa da Administração Militar, o que a AGU vem fazendo, faça-se Justiça, com não menos competência.

Ora, se é verdade que os direitos e as garantias fundamentais balizaram de forma primacial o texto constitucional, como bem demonstra o extenso elenco de incisos do

art. 5º abordando a matéria (são 77 incisos!), não menos verdadeiro é o fato de que o mesmo texto confere aos militares um tratamento diferenciado, que deriva das especialidades do seu caráter constitucional, que vem insculpido em conformidade com a grandeza da Missão que o poder constituinte lhes outorgou. Em outras palavras, na abordagem das questões militares, notadamente daquelas onde estão em jogo a hierarquia e a disciplina – base organizacional das Forças Armadas –, não é possível deixar-se de fazer a devida ponderação entre os valores dos específicos parâmetros constitucionais que balizam a conduta dos militares em confronto

com aqueles dos direitos individuais.

Uma outra raiz da questão parece-me estar na incompreensão por parte de alguns dos nossos Operadores do Direito (como hoje são chamados aqueles que labutam na área jurídica, como juízes, advogados e promotores, por exemplo) do real posicionamento institucional

das Forças Armadas dentro da Constituição da República e, ainda, na crença absurda – felizmente também residual – de que as Forças Armadas seriam um corpo estranho ao Estado Democrático de Direito, quando a realidade diz justamente o contrário.

Abstraindo-se das razões históricas e ideológicas que possam estar emoldurando a aludida ingerência, este trabalho procurará demonstrar, através de uma breve incursão no texto constitucional de 1988, apoiada na seleção de algumas conceituações da lavra de renomados doutrinadores do sistema jurídico pátrio, que as Forças Armadas são parte inalienável do Estado Democrático de

Não é possível deixar-se de fazer a devida ponderação entre os valores dos específicos parâmetros constitucionais que balizam a conduta dos militares em confronto com aqueles dos direitos individuais

Direito e, muito além disso, são, *ultima ratio*, os garantes materiais de sua própria sobrevivência. Em razão disso, a Lei Maior a elas conferiu uma relativa autonomia jurídica, que se sobressai, de forma muito especial, no que tange ao trato das **questões que envolvem a hierarquia e a disciplina, sua base institucional** (grifo RMB).

SOBERANIA E DEFESA DA PÁTRIA

Inicialmente, tornam-se necessárias algumas considerações teóricas sobre o conceito de Soberania, por certo o bem constitucional mais nobre posto sob a tutela das Forças Armadas.

Sob o título I, "Dos Princípios Fundamentais", no seu artigo **primeiro**, reza a Constituição Federal de 1988:

"Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I – a **soberania**;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Veja-se que, sob o Título **primeiro** da Constituição, o seu **primeiro** artigo, também no seu **primeiro** inciso, proclama a soberania como o cimeiríssimo fundamento da República. E nem poderia ser diferente, porquanto não existe Estado não soberano.

Ainda que lógico seja admitir algumas limitações à soberania, que cada vez mais se acentuam nas relações internacionais hodiernas, claro está que quanto menor o poder nacional do Estado, máxime na sua expressão militar, maiores limitações serão impostas à sua vontade nacional. Verdade que se constata em cada página de qualquer livro de História, da qual hoje somos partícipes ao vivo através da mídia televisada.

O ilustre jurista e professor Celso Ribeiro Bastos, no seu *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*, leciona: "A per-

Quanto menor o poder nacional do Estado, máxime na sua expressão militar, maiores limitações serão impostas à sua vontade nacional

gunta que formulamos sobre o termo **soberania** (grifo RMB) ainda ser útil para qualificar o poder do Estado deve ser dada uma resposta condicionada. Estará caduco o conceito se por ele entendermos uma quantidade certa de poder que não possa sofrer contraste ou

restrição. Será termo atual se com ele estivermos significando uma qualidade ou atributo da ordem jurídica estatal. Nesse sentido ela é ainda soberana porque, embora exercida com limitações, não foi igualada por nenhuma ordem de direito interna, nem superada por nenhuma outra externa".

Prosseguindo, o mestre cita conceituados publicistas, dos quais selecionamos a frase de Kelsen: "(...) temos, pois, que, juridicamente, o Estado é soberano porque, senão de sua conduta, só ele decide sobre a eficácia do seu Direito."¹

É de um civilista brasileiro ímpar, Rui Barbosa, a lapidar constatação: "(...) Uma nação que confia nos seus direitos, em vez

1 BASTOS, Celso Ribeiro – *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política* – 4ª edição – São Paulo: Saraiva, 1999, p. 81 e 82.

de confiar nos seus marinheiros e soldados, engana-se a si mesma, e prepara a sua própria queda. A defesa de um Estado é o mais importante de seus problemas.”²

Os acontecimentos internacionais – de ontem, de hoje e de sempre – estão a confirmar as palavras de Rui Barbosa.

E será sob o Título “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas” que encontraremos na Carta Magna, no específico Capítulo destinado às Forças Armadas, a definição:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.**”

O experiente advogado e professor de Direito Constitucional Humberto Ribeiro Soares, em PARECER jurídico especialmente elaborado para a Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, assim se manifesta sobre o assunto: “(...) Afinal, as Forças Armadas foram constitucionalmente postas distintivamente na topografia do texto maior, a incumbirem-se da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. (...) As Forças Armadas hão de proteger superior e nobilissimamente o Estado, a Nação, o Estado Federal Total (noção de Kelsen supra), e, *ultima ratio*, sua **soberania**, que não pode ser entendida relativizada ou amesquinhada, vez que se constitui, na luz da sua pleni-

tude, um designado **fundamento explícito em que se apóia a República Federativa do Brasil, ex vi do art. 1º da Carta Magna**”³.

Dando suporte às suas convicções, o professor Humberto cita o eminente constitucionalista José Afonso da Silva, ele próprio um colaborador na elaboração do texto constitucional de 1988, que afirma categoricamente:

“As Forças Armadas são os garantes materiais da subsistência do Estado e da perfeita realização de seus fins. (...) É em função do seu poderio que se afirmam, nos momentos críticos da vida internacional, o prestígio do Estado e da sua **soberania**.” De tal sorte, “sua missão essencial é a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, o que vale dizer, defesa, por um lado, contra agressões estrangeiras em caso de guerra externa, e, por outro lado, defesa das instituições democráticas, pois a isso corresponde à garantia dos poderes constitucionais...”⁴

E José Afonso da Silva, com sua incontestável autoridade, arremata: “Reconhece-lhes, a Constituição, importância e relativa autonomia jurídica decorrente de seu caráter institucional.” Sublinhe-se, à exaustão: **relativa autonomia jurídica**.

Na mesma esteira, o eminente professor, jurista e constitucionalista Paulo Bonavides, um ardoroso apologista da Constituição de 1988, num dos seus consistentes trabalhos – *Do País Constitucional ao País Neocolonial: a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado Institucional* –, ao comentar a traição separatista na versão de

2 Citado pelo Prof. José Miguel Arias Neto no artigo “MARINHA DO BRASIL, COMO IMAGEM DA NAÇÃO: pensamento de monarquistas e republicanos sobre a Marinha do Brasil em fins do século XIX”. In: *Revista Marítima Brasileira* – JUL/SET. 2001 – p. 109.

3 SOARES, Humberto Ribeiro. “PARECER Nº 388/2000 – HRS – DISCIPLINA E HIERARQUIA como valores institucionais da Forças Armadas e seus conseqüências à luz da Constituição Federal”. Rio de Janeiro, Agosto de 2000.

4 DA SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 18ª edição, São Paulo, Malheiros Editores, 2000. Citado pelo Prof. Humberto Ribeiro Soares, in: Op. Cit. p. 12.

hoje e “outras ameaças e traições”, assevera: “...Com a difusão do falso princípio de que o poder militar se tornara inútil na sociedade de nosso tempo, postulava-se um desarmamento indireto e precipitado que só os pequenos, e não os grandes, o fariam. Estes últimos poderiam até, por disporem de arsenais atômicos, se dar ao luxo de reduzir suas forças convencionais.” E conclui: “...Preconizavam-se, pois, diretrizes de ação que, executadas, afetariam a segurança externa, comprometendo, ao mesmo passo, a integridade territorial do País.”⁵

Em suma, Soberania e Defesa da Pátria são conceitos correlatos que se entrelaçam e caminham juntos em razão da mesma essência e, assim, os preceitos que regem a organização e o emprego das Forças Armadas avultam no texto constitucional em razão da nobilíssima missão que lhes é destinada, ou seja, o resguardo do primeiríssimo fundamento do Estado.

A ESSÊNCIA CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

Na seção anterior, realçamos o valor da Soberania como o fundamento primeiro do Estado. Por via de consequência, veremos que nós militares recebemos tratamento diferenciado por parte do legislador constituinte, especificamente no que tange a restrições de algumas liberdades individuais. Por outro lado, com base nos princípios também fundamentais da Cidadania e da

Dignidade da Pessoa Humana (incisos II e III do art. 1º), a ênfase nos Direitos Humanos permeia todo o texto constitucional. Dessa forma, o art. 5º, sob o título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, explicita nada mais nada menos do que 77 disposições a respeito. Em contrapartida, por exemplo, no mesmo artigo 5º, o seu inciso LXI reza: “Ninguém será preso sem em flagrante delito ou por ordem fundamentada de autoridade judiciária competente, **salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar definidos em lei.**”

Observe-se que sob o mesmo capítulo onde estão elencados os direitos fundamentais, a Constituição veda expressamente aos militares uma das mais intocáveis garantias individuais, que diz respeito diretamente à liberdade, ou seja, eles **podem** ser presos sem ordem fun-

damentada da autoridade judicial competente. Tal disposição já seria uma forte evidência da importância que a Lei Maior confere à disciplina militar. Mas existem diversas outras normas constitucionais no mesmo sentido, como veremos mais adiante.

Voltando ao art. 142, vemos que elas são instituições nacionais permanentes e regulares. **Nacionais** porque pertencem inteiramente à Nação. **Permanentes** significando que a sua dissolução só acontecerá na hipótese de exaurir-se o próprio Estado. E, sendo **regulares**, explica o mesmo José Afonso, “significa que deverão contar com efetivos suficientes ao seu funcionamento

5 BONAVIDES, Paulo. *Do País Constitucional ao País Neocolonial – A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado Institucional*. São Paulo. Malheiros Editores, 1999, p. 181.

normal, por via do recrutamento constante, nos termos da lei".⁶

Sua base institucional é estruturada na **hierarquia** e na **disciplina**, sem as quais seria de todo impraticável a realização da sua missão e todas as guerras estariam perdidas sem que fosse necessário um dispa-ro sequer.

Em razão disso, a tutela de tais valores foi de tal ordem, que nem mesmo se permitiu o acesso ao solene instituto do **habeas corpus** no trato das questões disciplinares militares (parágrafo 2º, art. 142 da CF/88).

Por certo, o poder constituinte bem compreendeu a superlativa importância da preservação desse dois princípios maiores que, para a Instituição Militar, "assumem caráter **fundante**, e não meramente **instrumental**, como podem ser para outras atividades do Estado", como nos alerta o mencionado professor Humberto.

Vale dizer, em favor da ordem pública e da segurança do Estado, a *Lex Mater*, na ponderação dos valores constitucionais, atribui peso específico maior à hierarquia, à disciplina e ao princípio da autoridade, em detrimento da garantia individual do militar, eis que cidadão apartado, que livremente escolheu, sob juramento solene, o serviço da Pátria.

Ressalte-se que, além da já citada soleníssima garantia individual do **habeas corpus**, outros relevantes direitos individuais, que dizem respeito à própria liberdade, são objetos de restrição à classe militar, para quem o dever para com a Pátria, levado ao extremo pelo sacrifício da própria vida, sobreleva-se a concessões individu-

ais que se amesquinham diante da grandeza da missão.

Diga-se, missão livremente escolhida pelos seus integrantes.

Nesse sentido, estão as vedações constitucionais postas nos incisos IV e V do citado art. 142, a saber:

"IV – ao militar são proibidas a **sindicalização** e a **greve**;

V – o militar, enquanto em serviço ativo, não pode ser filiado a **partidos políticos**."

É de se notar, também, que, ao tratar da **nacionalidade**, em seu art. 12, a Constituição, após afirmar não existir distinção entre brasileiros natos e naturalizados, espe-

cifica que são privados de brasileiro nato os seguintes cargos: "I – de Presidente e Vice-Presidente da República; II – de Presidente da Câmara dos Deputados; III – de Presidente do Senado Federal; IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V – da

carreira diplomática; VI – de **oficial das Forças Armadas**; VII – de Ministro de Estado da Defesa." (parágrafo 3º do art. 12).

Uma vez mais, óbvio está a proteção institucional aos ditames da **soberania**, estabelecida na obrigatoriedade de que os quadros da oficialidade de nossas Forças Armadas sejam preenchidos pelos brasileiros natos, ao lado de altos mandatários da República.

Nessa mesma proa rema o inciso X do retromencionado artigo 142, ao referir-se às situações especiais e às peculiaridades das atividades militares: "X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras

**Cada direito é
consequência de um dever;
tanto mais ter-se-á direitos
quanto mais forem as
obrigações e
responsabilidades**

6 DA SILVA, José Afonso. Op. Cit. p. 653.

condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras **situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades** de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.”

Tais limitações e especificidades, repita-se, decorrem da exata compreensão que a sabedoria do texto constitucional teve da nobilíssima missão da Forças Armadas.

Deveres e direitos

Por derradeiro, torna-se necessária uma consideração sobre os deveres.

Claro está não ser possível a criação de uma sociedade onde vigem somente direitos, que dizer, onde não existam os correspondentes deveres. Se assim fosse, estaríamos diante da institucionalização da anarquia.

Por outro lado, ao militar, em razão de sua própria essência constitucional, cabe antever, antes de quaisquer outros direitos, os seus deveres para com a Pátria.

Vale aqui reproduzir os dizeres bem oportunos de outro conceituado jurista, Ricardo Lobo Torres, autor do trabalho denominado *A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos*, onde estabelece a imprescindível correspondência entre os direitos fundamentais e os não menos fundamentais deveres, posto que ambos servem ao mesmo tempo de garantia para o exercício da liberdade, eis que prescindem uns dos outros. A saber:

“...A cidadania, que envolve os direitos humanos, os políticos, os sociais, os econômicos, os coletivos e difusos, compreende os deveres correspondentes.”

“...Decorre sobretudo da idéia de solidariedade que informa a cidadania.”⁷

Diríamos ainda: cada direito é consequência de um dever; tanto mais ter-se-á direitos quanto mais forem as obrigações e responsabilidades.

Constata-se, portanto, que, em decorrência da superlativa relevância de sua missão, as Forças Armadas mereceram da

Constituição uma alocação em estratificações distintas daquelas onde se encontra a Administração Pública, tomada no seu sentido genérico.

CONCLUSÃO

Nas eventuais abordagens das questões disciplinares militares, calcadas no princípio da inafastabilidade

do Poder Judiciário, é preciso que os nossos dignos representantes do poder jurisdicional não se descuidem da relativa autonomia jurídica que a Constituição Federal atribuiu às Forças Armadas.

Tal autonomia, como se procurou demonstrar, advém de suas especificidades institucionais, que resultam, em última análise, de sua elevada destinação constitucional.

Como a ninguém é dado o direito de reescrever a Constituição, a competência exclusiva das Forças Armadas para apreciar questões disciplinares não pode ser usurpada.

Como a ninguém é dado o direito de reescrever a Constituição, a competência exclusiva das Forças Armadas para apreciar questões disciplinares não pode ser usurpada

7 LOBO, Ricardo Torres. *A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos Fundamentais*, p. 310. Citado pelo Prof. Humberto Ribeiro Soares. Op. Cit. p. 48.

Desconhecer essa verdade é romper com o princípio da independência e da harmonia entre os poderes da União, princípio este irreformável e que, por sua relevância, já vem capitulado no art. 2º da Constituição.

A Constituição Federal de 1988, ao contrário do que muitos ainda hoje imaginam, bem compreendeu o balizamento teleológico que orienta a missão institucional das Forças Armadas. Elas são, e serão, estrutura permanente de Estado Democrático de Direito e, no dizer do mestre José Afonso da Silva, “os garantes materiais da subsistência do Estado e da perfeita realização de seus fins”.

Felizmente, os assédios à cidadela da hierarquia e da disciplina levados a efeito por alguns dos nossos operadores do Direito (juízes, advogados e promotores, mais especificamente) têm sido até então even-

tuais e em número relativamente reduzido. Mesmo assim, o fato é que o grau de sensibilidade da questão, que encerra inclusive matéria constitucional, aliado à reconhecida morosidade processual que ainda predomina do âmbito do nosso Judiciário, vem acarretando alguma intranquilidade à ordem administrativa militar. Felizmente, também, tais demandas judiciais têm sido até então – em sua grande maioria – denegadas, quer ainda na primeira instância, quer através de reforma pelos Tribunais Federais de segunda instância ou superiores.

É preciso, portanto, que nós militares adquiramos as noções básicas que balizam as questões jurídicas, notadamente no campo constitucional, o que seria de grande ajuda na prevenção de eventuais tentativas de ladeamento do Texto Maior.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Missão das Forças Armadas /; Constituição de 1988;

SAUDAR O PAVILHÃO

Como já foi explicado, faz parte do cerimonial saudar com a continência o Pavilhão Nacional, que é arvorado na popa, das 8 horas até o pôr-do-sol.

Isto se faz ao entrar a bordo pela primeira vez e ao sair pela última vez no dia.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA*

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Caracterização da área

A ação governamental na Amazônia brasileira

As razões da cobiça internacional

Energia

Água potável

Reserva mineral

Biodiversidade

Os pretextos para a internacionalização

A questão ambiental

A questão indígena

A questão do tráfico de drogas

Conclusões

* N.R.: Veja também:

– “Amazônia brasileira” – *RMB* – 1º trim./2000 – p. 89.

– “Conservação dos ecossistemas amazônicos” – *RMB* – 4º trim./2000 – p. 199.

– “A Amazônia, sua invasão, seu desmatamento e queimada” – *RMB* – 4º trim./2001 – p. 95.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a Amazônia é como caminhar sobre o fio afiado de uma navalha. A cada passo é preciso máxima cautela, pois as idéias sobre a região dividem a sociedade e o analista corre o risco de ser acusado de xenofobia, vendo ameaças por todos os lados, ou de ingênuo, alheio à excepcional importância da Amazônia e, por consequência, à cobiça que ela desperta.

Há, ainda, outros aspectos que dificultam a abordagem.

Como a região é pouco conhecida, os dados das diversas fontes nem sempre coincidem. O mito e a lenda, desde tempos antigos, dominam a imaginação dos comentaristas; teorias, algumas muito pouco científicas, tornam quase impossível distinguir o falso do verdadeiro.

Os pressupostos, decorrentes de uma visão romântica inconsequente (o mito do "bom selvagem") ou de interesses objetivos nem sempre confessáveis, são frequentes e, em pouco tempo, transformam-se em convicções inabaláveis.

Além disso, há uma certa imprecisão dos autores sobre a Amazônia a que eles se referem, porque há várias.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Sob o ponto de vista geográfico, a Amazônia é a grande área formada pela bacia do Rio Amazonas, que compreende parte do território de seis países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. De acordo com esta definição, as três Guianas, que não fazem parte da bacia

hidrográfica do grande rio, estão fora da Amazônia¹.

No Brasil, pela Lei 1.806, de 1953, que regulamentou um artigo da Constituição de 46 referente ao desenvolvimento da Amazônia, foi criada a Amazônia Legal brasileira, que, por força da política de desenvolvimento então estabelecida, estendeu a área da Amazônia no Brasil, bem além dos critérios puramente hidrográficos, para aplicação de incentivos fiscais. A Amazônia Legal, além de compreender toda a Região Norte do País, abrange o estado de Mato Grosso e a parte do Maranhão situada a oeste do meridiano 44° de longitude Oeste.

Quando da criação do Pacto Amazônico, em 1978 – uma tentativa para promover uma ação coordenada dos países membros para o desenvolvimento da região amazônica –, por razões de ordem política, foram incluídos a Guiana e o Suriname (a exclusão da Guiana Francesa, território de ultramar da França no continente sul-americano, deveu-se também a considerações políticas).

A Pan-Amazônia* – expressão algumas vezes usadas para distinguir a grande Amazônia, isto é, a que compreende toda a bacia do rio, as diversas Amazonas nacionais – tem uma superfície de 7 milhões de km², representando 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil. Ela dispõe de 1/3 das florestas latifoliadas existentes². Estende-se por três fusos horários e pelos dois hemisférios.

Apesar desse imenso espaço físico, a Amazônia abriga apenas 2,5 milésimos da população terrestre.

* N.R.: A Pan-Amazônia não tem nada a ver com o Pacto Amazônico.

1 N.A.: Rigorosamente falando, há uma pequena penetração fluvial na República da Guiana, o que incluiria uma diminuta região do país na Amazônia. Em geral, porém, isso não é feito.

2 N.A.: Embora o Amazonas seja apenas o terceiro rio em extensão, a sua bacia é a maior do mundo, sendo duas vezes maior que a do Mississipi-Missouri e 2,5 vezes maior que a do Nilo.

3 N.A.: Isto é, de folhas largas.

A floresta cobre cerca de 70% da região, e é do tipo *hiléia*⁴; apesar das queimadas e da ação irresponsável de algumas madeireiras, a floresta ainda é praticamente virgem, já que somente 8% de sua área sofreu a ação antrópica, isto é, provocada pelo homem.

Costuma-se dizer que a região foi descoberta pelos espanhóis e conquistada pelos portugueses. De fato, a foz do Rio Amazonas foi avistada pela primeira vez em fevereiro de 1500 por Vicente Pinzón, que se referiu ao "mar dulce"⁵, e mais tarde o rio foi reconhecido por Francisco Orellana, que começou a explorá-lo em 1534, a partir do Rio Napo, até chegar à foz do Amazonas, em 1542. A conquista portuguesa só começou quase 100 anos mais tarde, com a excursão

de Pedro Teixeira (1637-9), que fez o percurso inverso ao de Orellana, indo da foz do Amazonas até Quito, no Peru, retornando mais tarde a Belém. Pouco mais tarde, a bandeira de Raposo Tavares chega ao Amazonas vindo pelo interior, complementando a ação colonizadora de Pedro Teixeira. O Tratado de Madrid (1750), ao reconhecer o princípio do *uti possidetis*, assegurou o domínio português sobre a região.

O Rio Amazonas, com o nome de Marañon, nasce no Lago Lauricocha, nos Andes Peruanos, a 4 mil metros de altura.

Ao entrar no Brasil, passa a ter o nome de Solimões até receber o Rio Negro, afluente da margem esquerda, quando passa a ter o nome de Amazonas.

Dos Andes ao Atlântico, o Amazonas estende-se por cerca de 5,5 mil quilômetros, recebendo aproximadamente 11 mil afluentes, com em torno de 19 mil km navegáveis. É o rio mais caudaloso do mundo, despejando no Atlântico 643,5 milhões de m³ de água/dia, cerca de 60 vezes mais que o Nilo⁶.

A Amazônia Legal brasileira tem a área de 4,8 milhões de km², o que corresponde a aproximadamente 56,5% do território nacional; sob o critério hidrográfico, a Amazônia brasileira tem 3,2 milhões de km², ou seja, 37,6% do nosso território.

Segundo a Embrapa, a Amazônia

brasileira é constituída por 50% de floresta densa, 30% de floresta aberta, 4% de mata de várzea, sendo os outros 16% de áreas não florestadas, compreendendo campos de várzea, campos de terra virgem e as chamadas manchas férteis, existentes em toda a área⁷.

No Brasil, o Rio Amazonas estende-se por cerca de 3,1 mil km, sendo que, em qualquer época do ano, ele dá acesso a Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, a navios com calado de até 4,5 metros, e a Manaus, já nas margens do Rio Negro, a navios de até 10 m de calado.

A Amazônia deveria pertencer aos Estados Unidos a fim de que para lá fossem enviados os escravos do sul do país

Mabthero Maury
(Em meados do século XIX)

4 N.A.: Expressão criada pelo sábio naturalista alemão Humbolt para definir a floresta amazônica como tropical úmida.

5 N.A.: Antes, portanto, da descoberta do Brasil. O volume de água descarregado pelo rio é tão grande que ainda a certa distância da foz os espanhóis sentiam o efeito da água doce.

6 N.A.: Devido à precipitação fluvial na região, os rios são caudalosos.

7 N.A.: Por exemplo, a região entre os Rios Tapajós e Xingu é constituída por terra roxa muito fértil, onde a atividade agrícola é intensa; a região de Humaitá (AM) é outra mancha fértil significativa.

A importância geopolítica da Amazônia brasileira evidencia-se na existência de 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima. A conexão entre a bacia fluvial, de boa navegabilidade, e o Atlântico faz com que a Amazônia se articule com os grandes mercados dos Estados Unidos e da União Européia.

A Amazônia brasileira, no sentido Leste-Oeste, tem cerca de 3 mil km, e, no Norte-Sul, de 2 mil.

Das 532 reservas indígenas catalogadas pela Funai, 358 estão na Amazônia, e dessas, cerca de 50% ainda não foram demarcadas. Uma das maiores reservas já demarcadas é a Reserva Yanomâni*, que envolve áreas de dois países – o Brasil e a Venezuela –, o que, evidentemente, é no mínimo uma inconveniência.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Desde os primeiros anos de colonização, os portugueses mantiveram fechadas as

entradas marítimas da Amazônia a navios de bandeira estrangeira e esta situação perdurou até 1867, quando, por um decreto de 1866 de D. Pedro II, foi finalmente autorizado o trânsito de navios de todas as bandeiras na bacia amazônica brasileira⁸.

As excursões de caráter científico eram, contudo, autorizadas, embora nem sempre os objetivos dessas excursões fossem os declarados⁹.

A Amazônia sempre foi objeto de atenção de pesquisadores de todo o mundo mas, depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento do interesse sobre os problemas ambientais, ela passou a ser considerada como área prioritária. A UNESCO chegou a propor a criação de um

A Amazônia sempre foi objeto de atenção de pesquisadores de todo o mundo, mas, depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento do interesse sobre os problemas ambientais, ela passou a ser considerada como área prioritária

Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, idéia que não prosperou.

Em 1952, no governo constitucionalista de Vargas, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), com sede em Manaus, para a realização de pesquisas sistemáticas na Amazônia brasileira.

* N.R.: Veja também "A república socialista Yanomami" na RMB 2º trim./1997, pág. 237 e, para mais alguma outra informação, a RMB 2º trim./1993, pág. 267 e RMB 2º trim./2000, pág. 274.

8 N.R.: Desde 1854, porém, o Brasil assinara com o Peru um tratado que permitia a navios peruanos a navegação na parte brasileira do Rio Amazonas.

9 N.R.: Um exemplo notável é o da expedição do oficial da Marinha dos Estados Unidos Willian Lewis Herndon à Amazônia, em meados do século XIX, cujo objetivo não declarado era dar ao Governo dos Estados Unidos uma estimativa correta da potencialidade da Amazônia e da importância da livre navegação no grande rio. Devo ao Almirante Fernando Mendonça da Costa Freitas a lembrança do fato e o envio do artigo *Herndon, Maury and the Amazon Basin*, de 1971, de onde tirei preciosas informações.

Herndon era primo e cunhado do também oficial da Marinha dos Estados Unidos Malthew Maury, o criador da Oceanografia, que defendia a tese, que inspirou a expedição, de que a Amazônia deveria pertencer aos Estados Unidos a fim de que para lá fossem enviados os escravos do sul do país, livrando-se assim os americanos da sua população negra e aproveitando-se ainda do trabalho escravo numa região rica em recursos naturais.

Hoje, o INPA é um órgão de excelência sobre a região, possuindo um herbário com mais de 180 mil espécies da flora regional; 200 mil insetos já catalogados e mais 5 milhões conservados em álcool para posterior catalogação; coleção de vertebrados com 1.814 répteis, 2.500 mamíferos e 100 mil exemplares de peixes. Uma mostra extraordinária da biodiversidade da região.

No ano seguinte, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA), transformada em 1966 em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com sede em Belém, hoje tristemente famosa por não ter promovido, como era o seu objetivo, o desenvolvimento da área e ter servido de pretexto para o desvio dos recursos públicos lá aplicados.¹⁰

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi criada em 1957, dando a Manaus a condição de Porto Livre. Em 1967, foram estabelecidos para a ZFM – uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus – incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário. É então definida a Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e

Roraima. No ano seguinte, os benefícios da ZFM foram estendidos para toda a Amazônia Ocidental.

A mudança da capital para Brasília, em 1960, deu ensejo à conquista do centro-oeste do Brasil; com a produção agrícola do cerrado surgiu a necessidade de escoá-la para os grandes centros consumidores e, graças à articulação da bacia amazônica com o Atlântico, impôs-se o seu transporte até os portos fluviais do Amazonas e daí para os mercados externos. As rodovias Brasília-Belém, Brasília-Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus são as grandes vias que

ligam o centro-oeste à Amazônia criando um sistema multimodal – rodovia-hidrovia – de grande significado estratégico¹¹.

Na década de 70 é ativado o Projeto Radar da Amazônia (Radam), que teve o propósito de inventariar em bases científicas a superfície e

o subsolo da região. As informações obtidas com o Radam ainda são a melhor fonte de informações – muitas vezes são as únicas – sobre as características geográficas da Amazônia (mapas geológicos, geomorfológicos, cobertura vegetal e pedologia)¹².

Em 1985, é criado o Projeto Calha Norte, que tinha como grandes objetivos o estabelecimento de um arco de presença e se-

Deve-se reconhecer que a rodovia tem um papel de fixação do homem à terra maior que o do rio, que é, entretanto, insuperável como via de transporte

10 N.A.: Por essa razão, pela Medida Provisória 2.145, de 2/5/01, a Sudam foi extinta, sendo criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. A Amazônia a que se refere a Medida Provisória é a Amazônia Legal. Para 2001, já foram previstos R\$ 308 milhões para o Fundo e, para 2002, R\$ 440 milhões; a partir daí, até 2013, esse valor será atualizado pela variação acumulada da receita corrente líquida da União.

11 N.A.: Menos êxito tiveram as rodovias, ainda inconclusas, paralelas ao Amazonas, como a Transamazônica, que tinha o propósito de cortar as três grandes rodovias perpendicularmente, criando uma malha rodoviária significativa, e a Perimetral Norte, cujo objetivo era revitalizar a região à margem esquerda do Amazonas. Deve-se reconhecer que a rodovia tem um papel de fixação do homem à terra maior que o do rio, que é, entretanto, insuperável como via de transporte.

12 N.A.: Pedologia é o estudo do solo.

gurança de Tabatinga até Macapá, por meio da instalação de agências de diversos órgãos públicos federais – como Ministério da Saúde, Funai, Ibama, Polícia Federal –, além das Forças Armadas. Infelizmente para o País, apenas as Forças Armadas fizeram o seu trabalho, ficando o projeto limitado à criação de pelotões de fronteira, com pequenos efetivos, nas proximidade dos quartéis já existentes ou dos campos de pouso da Força Aérea ou dentro do alcance dos navios da Marinha para apoio logístico¹³.

Ainda nos anos 80, foi criado o Grupo-Executivo para as Terras do Baixo Amazonas (Gebam), com o propósito de promover e acompanhar projetos de desenvolvimento e colonização daquela região e propor medidas para a solução de seus problemas fundiários.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) foi criado em 1990; sua principal componente é o Sistema de Vigilância da Amazônica (Sivam), cuja implementação só foi iniciada em 1997.

O Sivam é uma rede de coleta e processamento de informações que tem como objetivo levantar, tratar e integrar todas as informações obtidas por cada órgão governamental presente na Amazônia. O sistema deverá estar operacional em 2002.

“O Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”

Gorbachev

(ex-premier da União Soviética,
presidente de ONG)

A presença governamental mais ativa na região amazônica é, e sempre foi, a das Forças Armadas: os postos de fronteira guardados pelo Exército, a conquista paulatina mas contínua da bacia hidrográfica feita pelos navios da Marinha, a multiplicação dos campos de pouso para os aviões da Força Aérea são realizações que representam uma importante contribuição para a segurança da área, além do significado que têm para o desenvolvimento, pois os militares dão instrução e apoio médico-sanitário

às populações isoladas onde não chegam os outros órgãos governamentais, e, mais importante, pela ação cívica que acompanha essas realizações.

Ainda no passado recente, o Brasil permitiu a instalação de projetos para o desenvolvimento da Amazônia de inspiração e capital totalmente estrangeiro: a Fordlândia, na década

de 40, um retumbante fracasso; o Projeto Jari, na década de 70, nacionalizado e redirecionado posteriormente. Hoje, isso já não me parece possível devido à maior consciência dos brasileiros da importância da Amazônia e dos riscos de sua desnacionalização.

A partir da década de 60, alguns importantes projetos têm tido prosseguimento, tais como:

13 N.A.: Por essa razão, o Projeto Calha Norte vem sendo acusado de ser um projeto de militarização da Amazônia, quando o seu mais importante objetivo é, pelo contrário, a “civilização” da área, transmitindo às populações locais as noções fundamentais de cidadania. Hoje, o Ministério da Saúde vem contribuindo para a assistência às populações ribeirinhas fornecendo as equipes de saúde que guarnecem os Navios de Assistência Sanitário-Hospitalar (NASH) que, em número de três, são operados pela Marinha.

– a Hidroelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins – embora o Tocantins não pertença à bacia amazônica¹⁴, as consequências da disponibilidade de energia elétrica para a região amazônica foram muito importantes;

– a descoberta e a exploração da província mineral de Carajás;

– a construção e operação da fábrica de alumínio da Alumar, no Maranhão;

– igualmente a da Albrás-Alunorte, em Barcarena, no Pará;

– a extração de bauxita na região do Rio Trombetas, a cargo da Mineração Rio do Norte;

– a reorientação do Projeto Jari, para a produção de caulim e celulose branqueada, próximo à fronteira entre o Pará e o Amapá;

– a recente integração da rodovia Cuiabá-Porto Velho com a hidrovia do Rio Madeira e a região produtora de Mato Grosso, fazendo chegar ao porto de Itacoatiara a produção daquele Estado, está permitindo uma redução do custo do transporte de tal ordem que a soja, por exemplo, pode chegar aos mercados americano e europeu a preços altamente competitivos no mercado internacional¹⁵;

– a criação do Corredor Multimodal de Transporte da Região Norte, que compre-

derá a continuação da Ferrovia Norte-Sul, a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins¹⁶ e a melhoria da Rodovia Belém-Brasília, garantirá, através do uso de todos os meios de transporte, a abertura de um corredor de exportação de extraordinário valor, trazendo a produção do meio-oeste para os portos de Itaqui e Ponta da Madeira, ambos no Maranhão, e Vila do Conde, no Pará.

Resta ainda o maior de todos os projetos, que terá consequências inimagináveis para a região e para o País: a saída para o Pacífico. A possibilidade dessa saída se dar através da Amazônia, para um ou mais portos peruanos – Callao, Ilo e Matarani –, é real.

Devemos considerar, porém, que as vulnerabilidades da Amazônia são grandes. Além da imensidão dos espaços e da baixa densidade populacional, que constituem em si mesmos um formidável obstáculo ao desenvolvimento, a região sofre a ação indiscriminada de madeireiros e de garimpeiros ilegais, de narcotraficantes e de praticantes de todos os tipos de ilícitos. A questão indígena está longe de ter solução e, muito provavelmente, será necessária uma ampla e drástica revisão dos princípios que têm norteado a ação governamental nesse setor.

14 N.A.: O Tocantins deságua na Baía de Marapatá, no Rio Pará. Com o Araguaia forma a bacia Tocantins-Araguaia. Há duas eclusas em construção no Tocantins que, quando prontas (possivelmente em 2002 e 2003), darão à hidrovia Tocantins-Araguaia mais de mil quilômetros de extensão. A hidrovia do Rio Capim, que sai de Tocantins até o porto de Vila do Conde, em Belém, escoia a produção de caulim através desse porto.

15 N.A.: Itacoatiara está cerca de 270 km de Manaus. O porto tem uma área de aproximadamente 150 mil metros quadrados e é capaz de movimentar 5 milhões de toneladas de soja por ano. Os grãos colhidos no Mato Grosso percorrem 980 km de caminhão até Porto Velho, pela Rodovia Cuiabá-Porto Velho, sendo transferidos no Rio Madeira para nove balsas, com capacidade de 18 mil tons, que, depois de percorrerem 1.115 km do rio, chegam a Itacoatiara, no porto da Hermosa Navegação da Amazônia. Daí, os grãos são armazenados ou transferidos para navios Panamax, de 60 mil tons., que os transportam para o exterior. No ano de 2000, foram transportadas 905 mil toneladas de soja, gerando uma receita de US\$ 174 milhões, 36% a mais que em 1999; em 2001, espera-se transportar 1,1 milhão de toneladas (no período de janeiro a julho já se transportara mais do que em todo o ano 2000). Próximo do terminal graneleiro, a Hermosa opera um terminal de fertilizantes, provenientes, na atualidade, de Israel, fazendo o trânsito no Madeira um dos mais intensos do Brasil.

16 N.A.: A obra está paralisada por ação de naturalistas brasileiros e ONGs internacionais relacionadas com o meio ambiente através de sucessivas liminares concedidas pela justiça brasileira.

O aumento contínuo do número de Organizações Não Governamentais (ONGs) na área — já há mais de uma centena delas — é um dado que não pode deixar de ser considerado em qualquer análise da Amazônia. Se há muitas bem-intencionadas, agindo sob inspiração de sentido humanitário, outras há cujas intenções não são claras e que podem representar ameaça aos interesses nacionais.

O mesmo pode-se dizer das missões religiosas, tão comuns na região.

AS RAZÕES DA COBIÇA INTERNACIONAL

Para uma avaliação das riquezas da Amazônia que possam justificar a cobiça internacional, vamos analisar o potencial da região em relação à energia, água potável, riqueza mineral e, finalmente, biodiversidade.

Energia

Um dos maiores problemas da humanidade é o de geração de energia, da qual somos tão dependentes.

A forma mais óbvia de geração de energia na Amazônia é a **hidroelétrica** e, de fato, a potencialidade da região a esse respeito é muito significativa. Embora os problemas ambientais¹⁷ não permitam o desenvolvi-

mento de grandes usinas hidroelétricas do tipo clássico, não será difícil a utilização de “usinas a fio d’água”, que aproveitam o fluxo natural do rio em direção à sua foz. Um simples desenvolvimento tecnológico permitirá a construção de muitas pequenas usinas desse tipo, fazendo com que alguns analistas afirmem que 2/3 do potencial hidroelétrico a explorar no Brasil estejam na Amazônia.

A energia produzida hoje ainda é majoritariamente a produzida **por combustível de origem fóssil**, apesar dos impactos negativos dessa prática sobre o meio ambiente. Guerras têm sido feitas pelo domínio das áreas onde estão as maiores reservas de petróleo. Sendo o petróleo um bem não renovável e sendo crescente o seu uso desde o início da revolução industrial, no fim do século XVIII, a descoberta de novas reservas passa a ter um extraordinário valor estratégico.

A Amazônia é, nesse aspecto, uma das regiões menos explo-

radas do mundo e o seu potencial é ainda uma incógnita. Na Amazônia brasileira, apesar disso, já há uma Província Petrolífera em plena produção, localizada na bacia do Rio Urucu, na confluência dos Rios Tietê e Coari. Ela pode produzir por dia cer-

A queima de combustíveis fósseis é responsável por 97% da energia consumida pela humanidade. Os países desenvolvidos são responsáveis por 73,6% desse total

*

Os Estados Unidos, o grande poluidor individual, recusam-se a assinar o Protocolo de Quioto, sob a alegação de que não podem prejudicar as suas indústrias

17 N.A.: Sendo o Amazonas um rio de planície, o seu desnível de Tabatinga à foz é quase insignificante, da ordem de 20 milímetros por quilômetro. O rio se desloca na calha principal com uma velocidade de 3 a 4 nós, podendo esse valor chegar a 5 nós nos trechos mais estreitos.

ca de 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural (é a maior reserva de gás já descoberta no Brasil) e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha). A produção de Urucu abastece todo o Estado do Amazonas, especialmente a cidade de Manaus; através de gasodutos, o gás natural chega até Porto Velho. Novas jazidas, em fase de avaliação, foram localizadas na Bacia do Juruá. Na medida em que decresçam as reservas conhecidas de petróleo, a pesquisa de novas reservas aumentará e a Amazônia é uma imensa região ainda virgem a esse respeito.

No que diz respeito à produção de **energia nuclear**, apesar do nosso desconhecimento sobre a Amazônia, há estimativas de que cerca de 2% do urânio natural e 30% das reservas de tório existentes no mundo estejam na Amazônia brasileira. A confirmação dessas expectativas – que muito facilmente poderão ser superadas – dará à região um enorme potencial para a geração de energia nuclear.

É, entretanto, na produção de **energia da biomassa** que se encontra a esperança de transformar a Amazônia na maior produtora de energia do mundo. Diz o professor Bautista Vidal:

“O futuro da energia está nos trópicos, notadamente no Brasil, onde o Sol é o fator natural de fornecimento de energia por meio da vasta floresta tropical.”

A diminuição das reservas de petróleo – pode-se estimar que elas durem talvez um pouco mais de 40 anos – e o aumento dos custos de sua exploração tornam a

biomassa – onde a energia solar é fixada através da fotossíntese – uma fonte alternativa, limpa sob o ponto de vista ecológico e inesgotável porque renovável.

A biomassa florestal energética, isto é, a lenha e seus derivados, como o carvão vegetal, o gás, o alcatrão, representa “o segmento quantitativamente mais importante do modelo de desenvolvimento econômico e social baseado no uso e na valorização da biomassa tropical”. Um programa racional, que se coadune com as peculiaridades da região, garantirá esse aproveitamento com a preservação da floresta.

Um outro segmento de extrema relevância é a produção de **óleo diesel a partir de óleos**

vegetais combustíveis, como o dendê, a mamona etc. Só na Amazônia existem em torno de 70 milhões de hectares de áreas adequadas ao plantio do dendê, com produtividade média de 4 toneladas/ano/hectare (o plantio de forma perene ou semiperene se desenvolve em solos relativamente pobres). Dessa forma, seria possível

produzir pouco mais de 5,8 milhões de barris/dia de óleo diesel na área disponível na Amazônia. Citamos mais uma vez Bautista Vidal:

“Na região amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter com o óleo extraído do coquinho do dendê o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita. Isso apenas do dendê, embora existam no Brasil centenas de óleos vegetais que podem substituir esse derivado de petróleo, como o óleo de mamona, babaçu, girassol, colza, amendoim e tantos outros”.

Toda essa imensa potencialidade energética amazônica pode ser usada preservando-se as características básicas da região, ao contrário do que hoje se pratica quando se substitui a floresta por culturas tradicionais e por pastagem. A utilização da floresta para fins energéticos, através da rotação do sub-bosque, mantendo-se a cobertura dos extratos superiores, é ecologicamente correta.

Uma das mais importantes aplicações da biomassa florestal é a da **siderurgia de carvão vegetal**. Até 1946, toda a produção de ferro-gusa e aço brasileira estava baseada no carvão vegetal. Depois disso, o grande desenvolvimento de nossa siderurgia teve como base tecnologia japonesa, que usa o carvão mineral importado. Hoje, impõe-se a reversão dessa dupla dependência, tecnológica e energética, voltando-se a usar o carvão vegetal.

Não se deve julgar que a agricultura energética vá prejudicar a agricultura de

alimentos. Como mostra o professor Vidal, para alimentar uma população de 160 milhões seria necessária uma área de 26 milhões de hectares ou apenas 3% do território nacional.

Embora não relacionado especificamente com a Amazônia, mas um segmento importante na valorização da biomassa tropical como produtora de energia, é a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e da mandioca (Proálcool). Com a tecnologia atual, a produtividade média desse tipo de cultura é da ordem de 6 mil litros de etanol/ha/ano. Nessas condições, uma produção de 50 bilhões de litros/ano, ou 880 mil barris de álcool/dia, quantidade muito superior às necessidades previstas para atender ao consumo nacional até o fim do século, necessitaria de

8,5 milhões de hectares, ou, aproximadamente, 1% do território nacional¹⁸.

Para concluir, mais uma vez apelamos para Bautista Vidal:

Uma reserva que se estende por dois Estados, como é o caso da reserva Ianomâni, representa insuportável vulnerabilidade estratégica

*

A insistência da comunidade internacional em se referir à “Nação Ianomâni” é a primeira etapa de um processo que visa ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas

18 N.A.: A matriz energética brasileira, ano de 1997, mostra como ainda é pequena a contribuição da biomassa (18,5%):

Derivados de petróleo e gás natural.....	37,4%
Energia hidroelétrica	38,6%
Lenha e carvão vegetal	7,8%
Bagaço de cana.....	7,4%
Álcool.....	3,3%
Coque de carvão mineral.....	3,0%
Carvão mineral.....	1,0%
Outros.....	1,5%

Com a tecnologia já disponível, o total da energia da biomassa poderia passar dos 18,5 % para 40%.

"A importância estratégica desse programa pode ser evidenciada por sua contribuição em pelo menos três áreas distintas: desenvolvimento regional, contribuição ao equilíbrio do balanço de pagamentos e redução dos custos dos alimentos, além da criação de empregos, redução da dependência externa e aumento do poder nacional."

Água potável

Um dos maiores problemas do século XXI será, sem dúvida, o da falta de água doce. Muitas guerras no passado, e ainda hoje, foram motivadas pelo controle das regiões produtoras de petróleo; no futuro, é possível que elas sejam feitas pelo controle dos mananciais de água doce.

O planeta Terra dispõe de 1.400 milhões de quilômetros cúbicos de água. Desse volume, 97% são de água salgada e os 3% restantes são de água doce. Da água doce existente, 77% correspondem à água congelada nas duas calotas polares, 22% às águas subterrâneas e apenas 1% corresponde às águas superficiais (rios, lagos etc). Aparentemente, a água doce disponível seria suficiente, embora mal distribuída, mas a degradação ambiental provocada pelo homem vem contaminando as águas subterrâneas e as superficiais, podendo-se prever que, dentro de mais algumas dezenas de anos, em especial nas

regiões mais desenvolvidas, surjam sérios problemas de água (há previsões de que em 2025 já haverá escassez de água nos Estados Unidos).

Excluídos os pólos, a Amazônia é o maior reservatório de água doce do mundo, mas como o aproveitamento da água das calotas polares é uma possibilidade remota, não só pelo alto custo como pela incerteza quanto às consequências causadas ao ecossistema mundial, a Amazônia, a esse respeito, é vital.

Os 15 maiores rios do mundo são responsáveis por 1/3 da água superficial da terra e o Amazonas sozinho responde por 15% desse total, sendo o maior caudal do planeta. Há outros três rios amazônicos entre os dez maiores rios do mundo: o Juruá, o Madeira e o Purus são, respectivamente, o 8º, o 9º e o 10º rios mais

extensos do planeta. A bacia amazônica como um todo corresponde a 1/5 de toda água superficial do planeta.

Reserva mineral

A Amazônia é a maior reserva mineral do globo. A área coberta pelo Pacto Amazônico, que inclui as três Guianas, compreende pelo menos seis gigantescas províncias minerais. A reserva de Carajás, por exemplo, já em produção, é a maior reserva polimineralizada do planeta, com aproxima-

Na década de 80 foram localizados, na serra do Rio Surucucu, em Roraima, depósitos consideráveis de cassiterita, o minério de estanho, com o teor de 80%, praticamente à flor da terra (a 70 centímetros da superfície); até então, as principais reservas conhecidas eram as da Malásia, com minério de estanho de teor de 36%, encontrado a 150 metros de profundidade

damente 20 bilhões de toneladas de minério de ferro, com teor de 60%; 1 bilhão de toneladas de minério de cobre, a 1%; 150 milhões de toneladas de níquel, a 1,5%; além de boas quantidades de manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, alumínio e amianto.

Na Amazônia, não só as reservas minerais são colossais, mas o teor do minério é muito elevado em relação à média mundial.

Assim, na década de 80 foram localizados, na serra do Rio Surucucu, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, depósitos consideráveis de cassiterita, o minério de estanho, com o teor de 80%, praticamente à flor da terra (a 70 centímetros da superfície)¹⁹. Recentemente, a maior reserva de nióbio do mundo foi localizada próximo a São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro; estas reservas correspondem a 90% das reservas conhecidas de nióbio e, muito provavelmente, este será um dos minerais mais importantes deste século XXI.

Biodiversidade

Um dos mais espetaculares desenvolvimentos de nossa era é o da biotecnologia.

Segundo estimativas sérias, a Pan-Amazônia dispõe de 30% do banco genético do planeta, sendo a maior fonte natural de pro-

duto farmacêuticos, bioquímicos e agrotômicos. É possível que todas as patologias e disfunções do planeta possam encontrar solução na Amazônia.

Dados disponíveis no Sivam apontam que na Amazônia existem 200 espécies de árvores diferentes por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando cerca de 2 milhões de exemplares.

Laboratórios internacionais têm obtido patentes de produtos farmacêuticos desenvolvidos geneticamente de produtos naturais da Amazônia (o caso do urucum é bastante conhecido).

A biopirataria é hoje uma realidade cujo controle, como é fácil de perceber, é absolutamente impossível.

OS PRETEXTOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Identificadas as razões da cobiça internacional pela Amazônia, fica fácil apontar os

possíveis pretextos para a sua internacionalização.

O quadro político-estratégico atual aumenta as possibilidades de intervenção, não necessariamente armada, mas, mais facilmente, através de pressões políticas, econômicas ou de outra ordem.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da Guerra Fria, começou a de-

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da Guerra Fria, começou a delinear-se uma nova ordem mundial que, com a desagregação da União Soviética, em 1991, caracteriza-se pela existência de uma única superpotência, os Estados Unidos, de caráter nitidamente intervencionista

19 N.A.: Quando essa descoberta foi anunciada, houve acentuada queda nos preços internacionais do estanho, já que, até então, as principais reservas conhecidas eram as da Malásia, com minério de estanho de teor de 36%, encontrado a 150 metros de profundidade.

linear-se uma nova ordem mundial, que, com a desagregação da União Soviética, em 1991, caracteriza-se pela existência de uma única superpotência, os Estados Unidos, de caráter nitidamente intervencionista. Superadas as dificuldades econômicas decorrentes da disputa hegemônica com a ex-União Soviética²⁰, os Estados Unidos vêm se posicionando como árbitro da nova ordem mundial. Delineia-se um mundo praticamente monopolar. As recentes intervenções da OTAN, totalmente dominada pelos Estados Unidos, na Bósnia-Herzegovina e, especialmente, em Kosovo, sem qualquer consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, portanto, em clara violação à Carta das Nações Unidas, comprova nitidamente a crescente tendência intervencionista. Segundo declarações recentes do ex-Presidente Clinton, sempre que não houver concordância entre os in-

teresses dos Estados Unidos e os da ONU, os Estados Unidos intervirão sem ouvirem o Conselho de Segurança – na verdade, o receio do veto da Rússia ou da China é a motivação para não fazer a consulta.

Os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário.

Os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário

O Estado, num mundo cada vez mais globalizado e de crescente tendência para a regionalização, vai abrindo mão de suas prerrogativas, por sua própria vontade, quando adere a organismos transnacionais governamentais – como é o caso da ONU, OEA, Nafta, Mercosul, União Européia etc. – ou por força de pressões internacionais feitas de Estado para Estado ou feitas por ONGs, cada vez mais numerosas e mais poderosas.

Esta verdadeira “desnacionalização” do Estado não ocorre, porém, com a mesma intensidade em relação a todos os Estados.

São os Estados de menor poder nacional os objetos preferenciais das pressões.

A Marinha dos Estados Unidos abandonou a sua postura clássica de “Marinha de águas azuis” para a de “Marinha litorânea”, projetada para apoiar ações de intervenção. A OTAN abandonou os limites a que se tinha imposto pelo Tratado de Washington e

está se estendendo para o leste europeu; há, no interior da organização, uma forte corrente que defende a sua atuação em qualquer parte do mundo, sempre que os interesses ocidentais possam estar em risco, porque, segundo alegam, de outra forma ela perderia credibilidade. A União Européia está desenvolvendo uma Força de Intervenção Rápida, para intervir *out of Europe*, onde os seus interesses sejam considerados ameaçados.

20 N.A.: Os Estados Unidos rapidamente recuperaram a sua economia depois da Guerra Fria, e, por causa disso, a sua política externa vai se caracterizando por uma certa arrogância imperial que ainda não existia à época da Guerra do Golfo (1990-1), quando o seu principal esforço foi para conseguir o apoio político da comunidade internacional, tanto bilateralmente como através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e econômico da Alemanha, Japão, Kuwait e Arábia Saudita.

Após essas considerações estratégicas – que claramente favorecem as intervenções – e a identificação das reais riquezas da Amazônia – que, com certeza, podem despertar a cobiça internacional –, vamos discutir certas questões que podem ser usadas como pretexto – as alegações são sempre apresentadas sob as mais nobres alegações – para justificar a internacionalização da Amazônia.

A questão ambiental

Para muitos, a maior floresta tropical (*rain forest*) existente é o pulmão do mundo e, por essa razão, deve permanecer intocada, na qualidade de “patrimônio da humanidade”.

François Mitterrand, ao defender idéias de “soberania relativa” e a “doutrina de ingerência”, tinha em mente a Amazônia. O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, nunca escondeu o seu ponto de vista: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Gorbachev, ex-premier da União Soviética e hoje presidente de uma das mais importantes ONGs, declarou que “o Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

As queimadas na Amazônia recebem a mais ampla divulgação na mídia internacional, mesmo quando elas se dão em áreas desflorestadas que serão usadas para plantio. Apesar da ação ilegal de madeireiros, apenas 8% da floresta foi destruída.

Com o aumento da interferência do homem sobre a natureza, principalmente após o início da era industrial no fim do século XVIII, a atmosfera começou a receber quan-

tidades de gases muito superiores às resultantes dos fenômenos naturais, sem que se criassem dispositivos capazes de controlar esse excesso. A queima de combustíveis fósseis, responsável por 97% da energia consumida pela humanidade, despeja na atmosfera cerca de 5,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono – dado de 1987 – e a quantidade descarregada vem aumentando 7,5% ao ano. Os países desenvolvidos são responsáveis por 73,6% desse total. Desde o início da era industrial até hoje, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera elevou-se de 280 para 353 partes por milhão (ppm).

Na opinião de alguns técnicos, a preservação da floresta é essencial para impedir o agravamento dessa situação. Outros técnicos, porém, alegam que a concentração de carbono na atmosfera seria controlada pelos oceanos, estes sim os verdadeiros pulmões do mundo, através

da variação do grau de acidez de suas águas. Na dúvida, ou sob outras motivações, as pressões internacionais para a preservação da floresta são crescentes.

Embora não haja nenhuma dúvida de que o maior responsável pelo despejo de gás carbônico na atmosfera é a descarga das indústrias e dos automóveis, os Estados Unidos, o grande poluidor individual, recusam-se a assinar o Protocolo de Quioto, uma tentativa de certa importância para reduzir a emissão de gases, sob a alegação de que não pode prejudicar as suas indústrias. Responsabilizar o desmatamento da Amazônia pelo agravamento do efeito estufa é apenas um pretexto para internacionalizá-la e desviar a atenção do mundo do verdadeiro problema.

Os objetivos preferenciais das pressões nesta verdadeira “desnacionalização” do Estado são os de menor poder nacional

É óbvio que defendemos o cumprimento de um programa adequado para a Amazônia, onde sejam proibidas as queimadas mesmo nas áreas desflorestadas (a queimada elimina a umidade do solo, logo prejudica a sua fertilidade); onde as derrubadas de árvores sem controle sejam impedidas por prejudicarem o delicado ecossistema; onde os garimpos ilegais, que poluem com mercúrio os rios da região, sejam definitivamente fechados.

Incontestavelmente, a nossa maior defesa contra a internacionalização da Amazônia está na exploração racional de suas riquezas, respeitando a natureza mas sem perder de vista que o homem deve ser o objeto do desenvolvimento.

A questão indígena

A política indigenista brasileira é um dos maiores equívocos de nossa história.

A pretexto de se preservar a "cultura" indígena, está se procurando isolar os povos nativos em gigantescas reservas, maiores do que muitos Estados europeus, onde os índios estariam livres dos malefícios da civilização. A dimensão das reservas é justificada pelo nomadismo dos selvícolas, importante elemento da sua cultura (se é que é válido equiparar o deslocamento dos índios de um lugar para o outro devido ao esgotamento da área ocupada ao verdadeiro nomadismo, como, por exemplo, dos berberes do norte da África).

Tal política, que peca pela total falta de bom senso, é uma clara demonstração de que a racionalidade é posta de lado quando há um forte envolvimento emocional ou ideológico. Ela é totalmente irrealizável, pois, na atualidade, com o desenvolvimento das comunicações, é absolutamente impossível isolar uma comunidade, por mais longínqua e de difícil acesso que seja o seu *habitat*; a história comprova que nenhuma barreira jamais conteve o avanço da civilização.

A Marinha dos Estados Unidos abandonou a sua postura clássica de "Marinha de águas azuis" para a de "Marinha litorânea", projetada para apoiar ações de intervenção

A política **não faz sentido**, já que seria uma tolice negar aos índios o acesso à educação e à medicina moderna²¹, aspectos positivos de nossa cultura²², ou fazê-los retornar a hábitos antigos, como o canibalismo, elemento cultural muito importante no passado.

A política **não é inteligente** – sinto-me tentado a dizer que é estúpida – porque, sem trazer nenhum benefício aos índios, prejudica o País, impedindo que este grupo de brasileiros possa, através de sua integração à Nação, trazer a sua contribuição à nacionalidade.

A política **é racista** porque, embora alegue o respeito aos direitos humanos dos índios, na verdade despreza os índios e os considera inferiores, incapazes de assumir as responsabilidades dentro de uma sociedade moderna.

Finalmente, a política **é impatriótica** porque nos torna extremamente vulneráveis a acusações internacionais de violações dos

21 N.A.: Ainda que ela tenha aspectos indesejáveis.

22 N.A.: Apesar da potencialidade farmacêutica de alguns produtos da floresta, não creio que os curandeiros possam fazer o melhor pela saúde dos índios.

direitos humanos e até de genocídio, já que será impossível evitar ações eventuais de bandidos e contraventores nas áreas de reserva, com conseqüências nefastas para a integridade dos índios²³.

As pressões internacionais no sentido da manutenção dessa política absurda são grandes; a mídia nacional abraçou entusiasticamente a "causa dos índios", levando a opinião pública, mal esclarecida, a defendê-la intransigentemente. Hoje, qualquer manifestação contrária a essa tola política é vista como demonstração da intolerância e falta de respeito aos direitos humanos dos índios, quando é exatamente o contrário.

Uma reserva que se estende por dois Estados, como é o caso da reserva Ianomâni*, representa insuportável vulnerabilidade estratégica. A insistência da comunidade internacional em se referir à "Nação Ianomâni" é a primeira etapa de um processo que visa ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas²⁴.

A segregação dos índios em reservas, esta espécie de jardim zoológico, onde eles

ficarão expostos à pesquisa de antropólogos totalmente desvinculados da realidade e à curiosidade de turistas "ecológicos", ávidos para vislumbrar o "bom selvagem", livre no seu ambiente natural, é uma violência praticada contra esses brasileiros que precisam ser, o mais rapidamente possível, integrados à sociedade²⁵.

A questão do tráfico de drogas

A Amazônia, devido à sua imensidão e ao seu vazio populacional, é uma região onde a fiscalização de qualquer ilícito é bastante problemática, exigindo vultosos recursos humanos e materiais. Os grandes produtores de drogas, estabelecidos na Bolívia, no Peru, e principalmente na Colômbia, conhecem bem essa situação, e usam a Amazônia para trânsito de seus produtos.

Como os Estados Unidos são o grande mercado consumidor, e em face das dificuldades de reprimir o consumo da droga, as autoridades americanas têm procurado promover, nos países produtores, intensa campanha para erradicação das plantações e

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, nunca escondeu o seu ponto de vista: "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós"

* N.R.: Veja N.R. da pág. 84 deste artigo.

23 N.A.: Um recente incidente na reserva Ianomâni, de ínfimas proporções, levou um procurador da República do Brasil a declarar que o País estava cometendo genocídio contra os povos da floresta. Mais tarde, verificou-se que o incidente sequer ocorrera na reserva brasileira e sim na venezuelana, por ação de garimpeiros irregulares.

24 N.A.: Existe em tramitação na ONU um projeto da índia guatemalteca Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho em prol dos povos indígenas, concedendo "autonomia" aos povos primitivos.

25 N.A.: Nesse sentido, a ação governamental deve ser pronta e abrangente, criando os meios necessários para que a integração se faça sem provocar um choque cultural.

destruição dos laboratórios de refino. O grande esforço está sendo feito no momento na Colômbia. A complicada situação política desse país²⁶, com o envolvimento dos grupos de guerrilha com os narcotraficantes, torna a operação muito problemática, aumentando a possibilidade de incidentes de fronteira, inclusive com o Brasil. Embora até o momento a participação norte-americana pareça ser apenas financeira, exceto pela presença de "observadores" – foi assim, exatamente, que teve início a intervenção no Vietnã –, a posição brasileira de não permitir a violação de suas fronteiras por quaisquer grupos armados, inclusive das forças de repressão governamentais, poderá gerar atritos com os Estados Unidos, que não terão dúvida em acusar o Brasil de estar impedindo o combate efetivo aos traficantes de drogas.

Como não parece ser possível um eficaz combate às drogas na Colômbia sem uma solução prévia para a crise política, o problema não tem solução a curto prazo e a instabilidade na região permanecerá ou aumentará. O fato de o Suriname ser um importante ponto para o trânsito de drogas para os Estados Unidos e a Europa, sem que as autoridades locais pareçam capazes de impedir essa situação, complica ainda mais o problema. A idéia de que a internacionalização da Amazônia é uma etapa indispensável no processo de eliminar o tráfico de drogas não é estranha aos dirigentes de alguns países e às ONGs ligadas à região.

CONCLUSÕES

É indubitável que as riquezas da Amazônia despertam a cobiça internacional e que, no futuro não muito remoto, o agravamento da crise de água potável ou aproximação do esgotamento das reservas de petróleo, com a conseqüente crise energética, poderão dar aos países amazônicos um poder que as grandes potências não aceitarão.

Não faltam pretextos, como vimos, para uma intervenção no sentido de forçar a internacionalização da área.

O estabelecimento urgente de uma política correta para a Amazônia, a níveis nacional e regional, é um imperativo, embora, forçoso seja reconhecer, alguns países amazônicos se deixem iludir por ajudas "desinteressadas" e permitam ingerências de fora nas áreas sob o seu controle, o que, em breve, poderá ser causa de graves problemas²⁷.

Com o projeto Sivam o Brasil está dando um passo importante para o controle da Amazônia brasileira no que diz respeito ao meio ambiente e aos ilícitos praticados. O projeto Calha Norte deve ser restaurado na sua plenitude, com a participação não só dos militares, mas das demais organizações governamentais.

O impulso que nos levou ao Planalto Central e deste para a Amazônia deve prosseguir, com o desenvolvimento e melhoria dos acessos rodovias-ferro-hidroviários aos portos da região que se comunicam com o resto do mundo.

26 N.A.: Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) são grupos guerrilheiros de esquerda que se opõem ao governo, apelando para a luta armada; por outro lado, as Forças de Autodefesa da Colômbia são forças de direita, ilegais, que se opõem à guerrilha de esquerda. Suspeita-se que todos esses grupos armados tenham envolvimento com o narcotráfico, pelo qual seriam financiados.

27 N.A.: Em algumas áreas a presença de estrangeiros chega a ser constrangedora. O Rio Guaporé define a fronteira da Bolívia com o Brasil (Roraima) e na sua margem esquerda há extensa floresta contínua preservada pelos bolivianos como parque de preservação ambiental, sob os auspícios de uma entidade de defesa ecológica americana. A segurança da área é garantida por lanchas de patrulha guarnecidas por bolivianos e americanos.

O Pacto Amazônico deve ter a necessária prioridade na nossa agenda internacional, de modo que as ações dos Estados membros possam ser coordenadas em proveito do conjunto.

Para o Brasil, o acesso ao Pacífico, através da Amazônia, é um projeto redentor,

de repercussões políticas e econômicas de magnitude inimaginável. Como executá-lo, com um mínimo de dano ambiental, é o desafio que temos de enfrentar.

Impõe-se a adoção urgente de uma política indigenista que procure integrar o índio à comunidade, sem choques culturais.

Para concluir:

"Porque caminhamos para o futuro e precisamos desenvolver nossas forças, nossas potências, precisamos descobrir a força do possível que há em nós, a fim de podermos atualizá-la, vivificá-la, para que ela possa viver no futuro".

Maria do Carmo T. Miranda – "Desafio Amazônico".

✉ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ÁREAS> / Amazônia /; Internacionalização da Amazônia;

BIBLIOGRAFIA

1. "Amazônia: Próxima Guerra?", Poder – *Revista Brasileira de Questões Estratégicas*, nº 1, jan-fev 1999, p.7-18.
2. Ayres, Márcio, "A biodiversidade é de todos nós", *Jornal do Brasil*, 16/8/2001.
3. Bautista Vidal, J.W., "A Energia da Biomassa", *Poder*, nº 1, p.57-68.
4. ———, *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência*, Ed. Vozes, Petrópolis (RJ), 1991, 213p.
5. "Desafio Amazônico: O Futuro da Civilização dos Trópicos", Sergio de Salvo Brito (ed), ed. Universidade de Brasília, 1990, 247p.
6. Elia, Alte. Rui da Fonseca, "A Marinha na Amazônia Ocidental", *Revista Marítima Brasileira* nº 120 (7/9): 69-86, jul-set 2000.
7. Fortuna, Alte. Hernani Goulart, "Amazônia: Visão Político-Estratégica", *Revista da Escola Superior de Guerra (ESG)*, nº 39-2000, p. 43-57.
8. Friede, R. Reis, "A Questão Amazônica, um Desafio à Soberania Nacional", *Revista Marítima Brasileira* nº 115 (1/3): 85-7, jan-mar 1995.
9. Gama e Silva, Alte. Roberto, "O Aquecimento Contemporâneo da Atmosfera – O Efeito Estufa", *Revista Marítima Brasileira* nº 120 (7/9): 173-84, jul-set 2000.
10. ———, "São Mesmo Nossos os Minerais Não Energéticos?", ed. do autor, RJ, 1987, 164p.
11. "Hidrovia do Madeira é rota de saída para a soja", *Valor Econômico*, 31/8, 01 e 2/9/2001.

12. Lucena, Gal. Zenildo de, "A Amazônia é a área estratégica prioritária", *Poder* n° 1, p. 23-6.
13. Luiz Sergio Silveira, Alte., *As Hidrovias Interiores do Brasil*, Fundação dos Estudos do Mar, RJ, 2001, 193 p.
14. Meira Mattos, Gal. Carlos, "A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira", *Revista da ESG* 19-1991, p. 165-88.
15. Moreira Alves, Márcio, "A Marinha na Amazônia, vista por um jornalista", *RMB* 120 (7/9): 183-8, jul-set 2000.
16. Passarinho, Jarbas, "Militarização da Amazônia", *Jornal do Brasil*, 12/08/2001.
17. Poyares, Paulo Gabriel Drummond, "A Amazônia, nossa?", *Jornal O Globo*, 16/8/2001.
18. Reddick Jr., James P., "Herndon, Maury and the Amazon Basin", *US Naval Institute Proceedings*, March 1971, p. 56-63.
19. Soublin, Jean, "Amazônia vista da França", *Revista do Clube Naval*, n° 318, abr-mai-jun 2001, p.38-42".

O CERIMONIAL DA BANDEIRA

Os navios da Marinha do Brasil, quando em contato com terra (atracados, fundeados ou amarrados), arvoram a Bandeira Nacional no *pau da bandeira*, na popa.

Ao suspenderem, no instante em que é desencapelada a última espia ou o ferro arrancado ou é largado o arganém da bóia, a Bandeira é arriada na popa e içada, em movimentos contíguos, no mastro de combate, mas de forma que nunca deixe de estar içado o Pavilhão Nacional. Não há cerimonial nessas ocasiões.

A Bandeira do Cruzeiro, que é arvorada no pau do jegue, acompanha os movimentos da Bandeira Nacional na popa. Ou seja, é içada e arriada junto com esta.

O Pavilhão Nacional é içado às 8 horas da manhã e arriado exatamente na hora do pôr-do-sol. O cerimonial consta de sete vivas tocado com o apito do marinheiro (e simultaneamente com o toque do corneteiro, quando houver) e das continências de todo o pessoal. Quem estiver cobertas abaixo, permanece descoberto e em silêncio, atento. O cerimonial do arriar é maior e consta de formatura geral da tripulação. Após o arriar, é costume o cumprimento geral de "boa-noite" entre todos os presentes, sendo primeiramente dirigido ao comandante.

HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO

Pertencente ao Espaço Cultural da Marinha, há um setor dedicado à evolução do domínio humano sobre as águas, desde os mais usados meios primitivos até os gigantescos petroleiros modernos.

Há também uma exposição sobre a técnica da ciência náutica, mostrando o progressivo aperfeiçoamento dos métodos utilizados para obter-se a posição das embarcações no mar, dando ênfase especial à ação dos navegadores portugueses. Estimulados e dirigidos pelo Infante Dom Henrique, criaram novos tipos de embarcações, tábuas e instrumentos para o cálculo da latitude no mar e cartas náuticas posicionando, o mais corretamente possível, os acidentes descobertos e o desenho das costas avistadas.

Todo esse conhecimento pode ser obtido visitando o Espaço Cultural da Marinha, aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min, localizado à Av. Alfred Agache s/n, Praça XV.



MERCOBRASIL

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref®)

Uma das grandes diferenças, senão a maior, nas trajetórias do Brasil e dos Estados Unidos da América tem sua origem na maneira como os dois países se separaram das respectivas metrópoles.

No Brasil, como é sabido, não houve propriamente uma ruptura com Portugal e, como consequência, uma mudança de comportamento após a independência política.

Além de ter aceito a responsabilidade pelo pagamento de uma dívida de 2 milhões de libras esterlinas, contraída por Portugal junto à Inglaterra, para “escravidar o Brasil”, no dizer de José Bonifácio, O Patriarca, o Imperador Pedro I ainda concordou que o seu pai, o rei João VI de Portugal, ostentasse o mesmo título de Imperador do Brasil, conforme este último fez constar na “Carta de Lei”, de 15 de novembro de 1825, que aprovou o “Tratado” com que Portugal reconheceu a independência política do Brasil.

No tocante ao comportamento do novo Estado, prosseguiu o Brasil com o estigma colonial de fornecer, desvairadamente, bens primários para os países mais avançados, para compensar a aquisição externa de produtos mais sofisticados, vício que, deploravelmente, ainda perdura até hoje.

Tal acomodação perniciosa fez com que o Brasil perdesse o bonde da industrialização!

Os norte-americanos, ao contrário, cortaram abruptamente os laços que os ligavam à Monarquia inglesa, em obediência fiel às recomendações de Thomas Paine, contidas no livro *Common Sense*: “o sangue dos mártires e a voz lamuriante da natureza clamam pela separação”.

E assim foi feito!

A proclamação da independência política, em julho de 1776, resultou de um longo período de guerra, iniciado em 19 de abril de 1775, na cidade de Lexington, e só decidido em 19 de outubro de 1781, com a ren-

dição do comandante das tropas inglesas, Lorde Cornwallis, em Yorktown, Virgínia.

O novo Estado, formado com a união das 13 colônias originais, logo assumiu postura introspectiva, tratando de promover o bem-comum a partir dos seus próprios recursos. A preocupação com o desenvolvimento interno, incluindo a expansão do domínio territorial e do mercado interno, chegou a tal ponto que, decorridos mais de cem anos, sem que qualquer dignitário norte-americano de primeiro escalão visitasse a Inglaterra, quando lá aportou o General Ulysses Simpson Grant, em viagem particular, depois de ter comandado os exércitos da União na Guerra de Secessão e de cumprir dois períodos de mandato presidencial (1869 a 1877), foi logo interpelado pelo prefeito de Sheffield sobre o motivo da aversão do seu país em relação ao livre comércio.

A resposta de Grant foi incisiva e exemplar: "Durante séculos a Inglaterra usou o protecionismo, levado ao extremo, para obter resultados satisfatórios para o seu povo. Não há nenhuma dúvida de que essa postura foi responsável pelo seu poderio atual. Agora, decorridos muitos anos, a Inglaterra julga proveitoso adotar o livre comércio, por considerar-se forte e próspera o suficiente para abolir o protecionismo. Nós, dos Estados Unidos da América, estamos progredindo rapidamente e, no futuro, vamos competir com a Inglaterra em todos os mercados do mundo. Af então, quando esgotados todos os benefícios oferecidos pelo regime protecionista, chegará a nossa vez de batalharmos pelo livre comércio".

A continuidade dessa estratégia, ao longo dos anos, elevou o país à prosperidade e à posição de destaque que hoje desfruta no cenário internacional.

Como previra Grant, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, os norte-

americanos, devidamente fortalecidos, insistiram para que todos os Estados das duas Américas adotassem a "política de portas abertas" (*open door policy*), conforme consta nas atas da célebre Conferência de Chapultepec, realizada na cidade do México. A medida não chegou a ser aprovada, devido à oposição de alguns dos participantes, dentre eles o Brasil, então sob a esclarecida direção do Presidente Getúlio Vargas.

No momento, após disseminarem o vírus fatal da globalização no "Novo Mundo", os norte-americanos voltam à carga com a idéia da criação de uma área de livre comércio regional, a chamada ALCA, versão atualizada da *open door policy* de Chapultepec.

Se já se havia facilitado o acesso dos estrangeiros ao compartimento econômico dos países que caíram no "conto da globalização", agora, com a adesão ao novo pacto econômico, conceder-se-á exclusividade ao Estado mais poderoso do planeta para que disponha de todos os bens daqueles que reincidirem no erro, caindo no "conto da ALCA".

Com efeito, no caso do Brasil, que nos interessa, a situação de grande inferioridade financeira em que se encontra perante o gigante do Norte, como bem demonstram os índices anuais de produção dos dois países – 9 trilhões de dólares para os Estados Unidos da América e 651 bilhões para o Brasil (relação aproximadamente igual a 11:1) –, óbvio está que esse tipo de associação não trará qualquer benefício para o primo pobre.

No tocante ao primo rico, inverte-se a situação, uma vez que os norte-americanos, para chegarem à posição que hoje desfrutam, já consumiram boa parte dos recursos naturais localizados no seu próprio território, circunstância que os tornam vulneráveis sob o prisma estratégico.

Enquanto isso, o endividado e dependente Brasil é, incontestavelmente, o campeão mundial dos recursos naturais, portanto potencialmente forte e rico.

Destarte, só há uma resposta digna para a insistência norte-americana em agregar o Brasil à ALCA: aquela dada aos ingleses de Sheffield pelo ex-Presidente Ulysses Simpson Grant.

Isto posto, faltará, apenas, mudar o pensamento dos brasileiros em relação às associações econômicas que em nada contribuem para o seu próprio bem e, como consequência, transformá-los em adeptos incondicionais do "MERCOSUL", isto é, do mercado interno do próprio país.

O "MERCOSUL" é a única opção à disposição dos brasileiros para o rompimento do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Incorporando ao processo econômico, com boa aceleração, os 60 milhões de compatriotas que sobrevivem abaixo do limite da miséria e mais os 80 milhões classificados como pobres, desencadear-se-á uma reação em cadeia capaz de multiplicar geometricamente a riqueza do País, distribuindo-a, com justiça, entre todos os habitantes desse Brasil prodigioso.

Para deflagrar o processo, entretanto, faz-se necessário que os governantes sejam sobretudo nacionalistas, além, é claro, de probos, competentes e eficientes.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Globalização;

FLÂMULA DE COMANDO

No topo do mastro dos navios da Marinha do Brasil existe uma flâmula com 21 estrelas. Ela indica que o navio é comandado por um oficial de Marinha. Se alguma autoridade a quem o comandante esteja subordinado organicamente (dentro de sua cadeia de comando) estiver a bordo, a flâmula é arriada e substituída pelo pavilhão-símbolo daquela autoridade. A flâmula é trocada nas passagens de comando e em nenhum outro caso é arriada.

Riachuelo

Submarino-Museu



A vida embaixo d'água

Ele passou 17.699 horas e 41 minutos embaixo d'água. Imagine, dias e dias sem sentir o calor do sol, imerso na solidão dos oceanos. Esta foi a jornada do Submarino *Riachuelo*. Construído em 1973, na Inglaterra, foi incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Esteve em atividade por 20 anos, navegando 181.924,88 milhas. Em 1997, passou para o Serviço de Documentação da Marinha, sendo transformado em submarino-museu. Visite o *Riachuelo* e tenha uma noção da vida a bordo ao percorrer os seus compartimentos. Conhecendo os armamentos, máquinas e outros equipamentos do *Riachuelo*, você vai experimentar um pouquinho do dia-a-dia dos submarinistas.

O *Riachuelo* está atracado ao cais do Espaço Cultural, Av. Alfred Agache, s/nº - Centro. A visitação pode ser realizada diariamente das 12h às 17h.

Visitas guiadas para escolas e grupos
podem ser marcadas pelos telefones
(0XX-21) 3870-6025 e 3870-6879.

ESTRATÉGIA DA DETERRÊNCIA OU DISSUAÇÃO

(Terceiro de quatro artigos)

HAROLDO BASTO CORDEIRO JÚNIOR
Contra-Almirante (Ref^o)

Este artigo pertence a uma série em que o autor apresenta as diversas estratégias que foram adotadas após a Segunda Guerra Mundial, a saber: “Contenção Periférica”, publicado no 3º trim./2001, pág. 45, “Retaliação Maciça”, no 4º trim./2001, pág. 109, “Deterrença ou Dissuação” (a ser publicada no próximo número) e “Resposta Flexível”.

(A SER PUBLICADO NO PRÓXIMO NÚMERO)



Com ele você vai saber tudo sobre as aventuras do Brasil nos mares

Ele vai voltar. E quando isto acontecer, a História dos Mares do Brasil nunca mais será esquecida. Ele saiu de cena estrategicamente, mas logo as cortinas voltarão a ser descerradas e o Centro vai ganhar mais uma opção cultural. O Museu Naval está em fase de restauração. As obras estão a todo vapor. Enquanto isso, você pode visitá-lo na Internet, no endereço: <http://www.sdm.mar.mil.br/mno.htm>.

Saiba mais sobre a participação da Marinha na História do Brasil, desde o período das grandes navegações até 1910 - ano que marca a reestruturação da nossa Marinha com a incorporação dos primeiros encouraçados. O roteiro do Museu abrange *As Grandes Empresas do Descobrimento, As Invasões dos Séculos XVI e XVII, Conflitos das Fronteiras no Sul, Lutas da Independência, Campanha Cisplatina, Guerra Contra Rosas e Oribe, A Marinha do Reinado de D. Pedro II, Guerra do Paraguai, Revolta da Armada e a Marinha de 1910.*

Outra atração é a exposição sobre o Almirante Marquês de Tamandaré, na qual você conhece a trajetória marcante do Patrono da Marinha, vivenciada por todo Século XIX com elos até os dias de hoje.

Navegue pela Internet e conheça parte do acervo do Museu, rico em conteúdo histórico e artístico. Saiba mais sobre as figuras de proa da Fragata *Niterói* e do Vapor *D. Afonso*, e sobre a espada do Almirante Barroso. Conheça também o quadro "Salvamento da Nau *Vasco da Gama*", de Eduardo de Martino, o colar da Ordem da Rosa, o cronômetro de ouro e fotos do Imperador D. Pedro II, já no exílio - um presente da Princesa Isabel ao Marquês de Tamandaré.

Venha navegar no nosso site, e em breve poderá nos visitar!

O MISTÉRIO DO U-977

IVO GASTALDONI

Brigadeiro-do-Ar

SUMÁRIO

Introdução

O último cruzeiro

A assunção do comando

A partida da Alemanha

Rumo ao mar aberto

O desembarque de tripulantes e o encalhe

A viagem para a Argentina

Nas Ilhas de Cabo Verde

No Atlântico Sul

Na Argentina

Um comentário

INTRODUÇÃO

A intrigante história do U-977 foi contada por seu próprio comandante, através de um livro publicado em 1950, quando o ex-submarinista já residia na Argentina. Heinz Schaeffer, jovem, porém experiente capitão da força submarina alemã, abdicou de um longo anonimato para contestar o jornalista Ladislav

Szabo, que publicou pela Editora Tabano, de Buenos Aires, um livro onde afirmava: "Hitler Vivo! Fugiu para a Argentina a bordo do U-977".

À época, um jornal noticiou a chegada de pessoas importantes do III Reich que, fugindo dos julgamentos do pós-guerra, se abrigaram em território argentino com o beneplácito do General Perón. Contudo, alguns deles foram dali seqüestrados ou

extraditados para julgamento na Europa, enquanto outros se espalharam pelo Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil, onde continuam vivos ou estão enterrados.

O diretor do Setor América Latina do Centro Simon Wiesenthal, Shimon Samuels, afirma que centenas de alemães foram para a Argentina, sendo que 14 deles eram criminosos de guerra; desses, os mais importantes eram Adolf Eichmann, Josef Mengele, Dinko Sakic, Erick Priebe, Josef Schwanberger e Walter Kutschmann. Entretanto, o número 1 deles todos, Martin Bormann, nunca foi encontrado. Tampouco foi esclarecido como esses personagens nazistas vieram ter na América Latina, mas não há dúvidas de que eles tiveram forte suporte da Alemanha, pois todos desfrutavam de boa situação econômica.

Vamos à narrativa do livro escrito pelo capitão do submarino alemão, cujo título é *U-BOAT-977*.

O ÚLTIMO CRUZEIRO

A assunção do comando

Era Natal de 1944, quando o Capitão Heinz Schaeffer, então instrutor na Escola de Submarinos, recebeu o comando do *U-977*.

O barco deveria ser preparado para combater em alto-mar e as revisões necessárias seriam executadas em Hamburgo. No princípio de abril de 1945 o serviço foi dado como pronto, mas o comandante, que tinha a obrigação de combater o inimigo, discordou e solicitou a troca das baterias que só acumulavam 70% da sua capacidade, a renovação de algumas peças que estavam em serviço há mais de um ano, a instalação

de uma blindagem na torreta, a substituição do equipamento de rádio e um tempo mínimo para treinar a tripulação no emprego do *schnorchel*. Tudo lhe foi recusado e recebeu ordens para aprestamento em Kiel.

A guerra estava prestes a acabar. Parecia que o destino do povo alemão seria o aniquilamento. Hamburgo preparava sua defesa, enquanto Kiel era bombardeada diariamente. Não se viam mais as esquadrilhas de caças alemães. Os sentimentos mais profundos de Schaeffer rebelavam-se contra a continuação inútil da guerra e revoltavam-se ao espetáculo de líderes civis incapazes e covardes, que incitavam e enviavam velhos e crianças para as frentes de combate, enquanto seus atos desmentiam suas palavras.

Quase tudo pronto, Schaeffer vai a Berlim para despedir-se da mãe. Vê bondes tombados e barricadas elevando-se por toda parte. Regressa para Kiel e encontra o porto envolto por espesso nevoeiro provocado pelo bombardeio intenso.¹

A partida da Alemanha

Em meados de abril, compondo um grupo com outros dois submarinos, o *U-977* rumava para a Noruega, onde receberia um complemento de combustível e teria dois dias de exercícios com o *schnorchel* recém-instalado. Nesse trecho, estava prevista uma parada em anteporto dinamarquês para receber mantimentos. Assim foi feito e, lá chegando, tiveram uma agradável surpresa: o inspetor de paiol permitiu que fossem recebidos barris de manteiga, presuntos, ovos e tudo o mais que se pudesse imaginar de bom.²

¹N.A.: Teria Schaeffer ido a Berlim simplesmente visitar sua mãe ou teria sido convocado para receber missão secreta?

²N.A.: As iguarias introduzidas a bordo insinuam que o barco receberia passageiros importantes. Ou será que os alimentos estavam sobrando?



U-570

NO
AMRJ



U-977

EM
19 SET 45

ASPIRANTES
DA
ESCOLA NAVAL
EM
VISITA
AOS
SUBMARINOS
ALEMÃES

Os então aspirantes Brígido,
Léo Rosa e Márcio Lyra

Idem, Viegas, Rodolfo
Vasconcelos, Voned, Brígido,
Márcio Lyra e Melechi



A viagem das costas dinamarquesas em diante deveria ser feita em mergulho, pois estariam na área mais vigiada pelos ingleses, visto que qualquer submarino alemão em direção ao Atlântico teria forçosamente que passar por ali.

Tão logo entraram em mar aberto, a antena detetora de emissões de radar denunciava a aproximação de aviões e o barco é obrigado a mergulhar antes mesmo da tripulação se familiarizar com o emprego do *schnorchel*.

Passam pela região minada mais perigosa, navegando a 50 metros de profundidade.

Em breve, seria necessário recarregar as baterias num procedimento aparentemente fácil, pois o *schnorchel* permitiria o funcionamento dos motores diesel embaixo da água.

Mas não foi o que aconteceu.

A falta de treinamento do piloto (timoneiro) fazia com que o *schnorchel* se elevas-

se demais para, em seguida, o submarino embicar até 20 ou mais metros de profundidade. O barco parecia uma ondulante serpente do mar e, nesse sobe e desce, os tripulantes eram submetidos a um sofrimento doloroso e sufocante.

Explica-se: Quando o *schnorchel* mergulha e a válvula se fecha, o ar necessário aos diesels é tomado do ar que está no compartimento. Em seguida, o mastro do *schnorchel* torna a subir e a equalização da pressão revela-se por um mugido: os olhos parecem sair das órbitas e os tímpanos ficam a ponto de explodir.

A viagem segue seu curso e o submarino alcança a base de Christiansund, em 26 de abril de 1945.

Chega a notícia da morte de Hitler e da ascensão de Dönitz ao Comando Geral e a Chefe de Estado.

No dia 1º de maio, os 48 homens da tripulação têm sua última reunião em terra, convencidos de que o Reich, antes tão orgulhoso, está derrotado e ocupado pelas tropas inimigas.

Rumo ao mar aberto

No dia seguinte, partem com a determinação de navegar em submersão durante o dia e com *schnorchel* à noite, agora em me-

lhores condições porque o piloto já conseguia manter o barco nivelado. Poucos dias depois, o tubo principal do periscópio teve uma avaria irreversível e isso foi uma grande perda porque seriam obrigados a navegar às cegas, sem ver se os motores estavam soltando fumaça ou se havia grupos de caça

e destruição nas proximidades.

Estavam na maior ratoeira e aproveitavam as horas de escuridão para recarregar as baterias e esconder o rastro de bolhas deixado pelo mastro do *schnorchel*. Além disso, o ronco dos diesel trabalhando em mergulho e outros ruídos diversos praticamente impediam a utilização dos aparelhos de escuta.

Com frequência, o sensor anti-radar acusava emissões e o barco era obrigado a recolher o *schnorchel* para descer a maiores profundidades.

Já estavam há cinco dias nessa expectativa angustiante de receber bombas a qualquer momento, sem ver o sol ou qualquer outra claridade natural e, ainda por cima,

**Já estavam há cinco dias
nessa expectativa
angustiante de receber
bombas a qualquer
momento, sem ver o sol ou
qualquer outra claridade
natural e, ainda por cima,
proibidos de fumar**

proibidos de fumar, quando lhes chega uma mensagem oficial resumindo a situação e determinando capitular. Ocorre que a assinatura dessa mensagem ficou ignorada porque, no momento de sua transmissão, uma vaga cobriu a antena de recepção.

Permaneceu, então, uma dúvida: teria a mensagem sido enviada por Dönitz ou seria astúcia do inimigo, que se apoderara de algum posto de transmissão, com os respectivos códigos?

Na noite seguinte chega uma mensagem assinada pelo "Comitê Aliado", determinando vir à tona, informar posição e içar galhardetes azuis ou brancos.

O Comandante Schaeffer discute o assunto com seus homens, entre os quais há um marinheiro que conhece a Argentina e lhes fala sobre as oportunidades que o grande país da América do Sul poderia oferecer. Resultam duas hipóteses: seguir para a Argentina ou desembarcar em um trecho deserto da costa norueguesa, de onde se poderia tentar o regresso para a terra pátria viajando de carona. Adota-se a solução mista, pois 16 tripulantes preferem desembarcar e o comandante, com os outros 31, prosseguiria para a Argentina³.

O desembarque de tripulantes e o encalhe

O desembarque seria feito nas proximidades de Bergen. O U-977 estava completando oito dias de mergulho, era noite e deveria estar muito escuro. O submarino emerge e vai se aproximando lentamente da costa. A navegação ao longo de um litoral desconhecido, sem qualquer luz ou auxílio rádio, é extremamente difícil, principalmente em se tratando da Noruega, devido aos prolongamentos rochosos sob a

superfície das águas. O vento soprava de terra e a sonda acusava 10 metros de profundidade. O submarino movimentava-se apenas com um motor elétrico, mantendo o outro motor engatado a ré. A sonda indica 8 metros, depois 5 metros e raspa no fundo de areia para, em seguida, a proa empinar-se sem choque nem barulho e adernar cerca de 30 graus. O barco parece preso e não recua nem com toda força a ré.

Os botes de borracha são lançados com os 16 tripulantes para aliviar o peso, mas nem assim o submarino se mexe.

O engenheiro-mecânico trabalha febrilmente: a água de lastro é bombeada para fora e os motores elétricos giram em rotação máxima. Inútil. Resta uma esperança: as garrafas de ar comprimido estão cheias e talvez a embarcação consiga erguer-se quando o ar expandido nos tanques de lastro estiver escapando por baixo. Dito e feito. Ouve-se o assobio do escape de ar. Os motores roncam. Sobre o convés, sente-se nitidamente a enormidade do esforço. O submarino vibra. Leme a boreste e força total. Viva! O barco se mexe, recua. A proa abaixa-se. A sonda indica 10 metros e o timoneiro vira de bordo. Amanhece. As águas ainda são pouco profundas, cerca de 100 metros. O comandante ordena pousar no fundo. Há muito tempo pela frente.

A viagem para a Argentina

O instante de trégua concedido pelo comandante esgota-se. A viagem até a Argentina, contornando por cima da Inglaterra, vai começar em 10 de maio. Era necessário agir com extrema prudência, visto que os ingleses vigiavam a área severamente. Nenhum dirigente do Terceiro Reich deveria evadir-se (palavras do próprio Schaeffer)⁴.

³N.A.: A decisão de prosseguir para a Argentina é, no mínimo, insólita, pois é sabido que, acabada a guerra, o que os combatentes mais querem é voltar para casa.

⁴N.A.: Quem teria dito a Schaeffer que os ingleses envidariam maior esforço para impedir que nazistas lhes escapassem? Teria ele ouvido isso por ocasião de sua ida a Berlim?

Sem ver o céu ou o sol, seguem navegando por uma semana, sempre acompanhados pela mesma tensão interior e a mesma incerteza.

Durante o dia, o U-977 desloca-se a 50 m de profundidade e a noite em imersão *schnorchel*.

Nem sempre podem mergulhar ao amanhecer, porque precisam de mais uma ou duas horas com os motores diesel para carregar as baterias defeituosas.

É Schaeffer quem diz: *"Talvez tripulemos o último submarino alemão e suspeitem que esteja a nosso bordo algum personagem que esteja sendo procurado."*

A viagem se estende por 18 dias quase sem alterações. A tripulação apresenta sintomas de nervosismo e a maior parte dos homens está com olheiras. Os rostos começam a empalidecer e assumem um tom esverdeado. É visível a falta que sentem da

claridade do dia: não há sol nem ar puro. Faz frio e tudo é úmido. As anteparas revestem-se de mofo. Não se pode jogar fora os detritos da cozinha, que se amontoam. O cheiro é repugnante e, ainda por cima, há moscas. A vida parece cada vez mais insuportável e os problemas mecânicos começam a surgir.

A junta do cabeçote de um dos motores diesel apresenta vazamento do óleo. Era só o que faltava! A tripulação se desdobra e em dois dias a avaria é reparada.

A falta de sorte não termina aí, pois o segundo diesel também pára. A partir desse dia, não se passam 24 horas sem algum enguiço. A revisão geral, tão necessária, não fora feita; agora, pagavam um alto preço.

Seis semanas intermináveis.

Nenhuma distração. Sempre os mesmos rostos macilentos. Os nervos são submeti-

dos às mais rudes provas. Avarias e sujeiras dominavam. Só havia uma solução: jogar fora o lixo por um dos tubos lança-torpedos. Para isso, o torpedo seria arrastado para dentro do barco, os detritos colocados dentro do tubo e ejetados com ar-comprimido. O primeiro oficial sugere disparar o torpedo para poupar o trabalho de arrastá-lo, mas Schaeffer tinha consciência da importância de manter todos os torpedos para poder provar, se fosse o caso, que nenhum havia sido empregado.

A navegação em mergulho já durava 50 dias. Estavam ao largo da França. O verão se fazia sentir e as roupas colavam no corpo. O contato permanente do sal com a pele provo-

cava coceiras. Alguns tinham erupções cutâneas, outros, furúnculos. Mas era preciso suportar, pelo menos até a altura de Gibraltar.

Sessenta dias de baixo d'água. Um sol ofuscante deve reinar na superfície e eles

nem sabem mais como são o céu e o sol.

Os homens também começam a mojar e os tubos de cobre ligados aos instrumentos de bordo estão cobertos pelo azinhavre.

Os olhos sem brilho e os acessos de tosse passam a ser características comuns.

Em 15 de julho, os tripulantes completam 66 dias sob a água e são informados que irão à superfície durante a noite. Os homens antegozam as delícias do ar fustigando seus rostos, das ondas embalando seus pensamentos e das estrelas compondo um cenário bem mais aprazível.

Nas Ilhas de Cabo Verde

Avistam as Ilhas de Cabo Verde e animam-se com a idéia de abordar a Ilha Branca, praticamente desabitada. Tinham con-

sumido 40 toneladas de combustível nas 1.800 milhas percorridas em 66 dias e restavam outras 40 para percorrer 5.500 milhas até alcançar a Argentina⁵.

A tentativa de abordar a ilha fracassa devido à ressaca e o comandante resolve fundear para dar um descanso aos seus homens e permitir-lhes pegar um pouco de sol. Divertem-se a valer em barcos de borracha, navegando em todas as direções; alguns deles tentam cavalgar nos golfinhos, outros apenas relaxam dentro d'água.

A noite é quente e organizam uma festa para cantarem juntos, coisa que não faziam há muito tempo. Lembram-se dos companheiros que desembarcaram na Noruega e cismam: estariam eles atrás de arames farpados ou teriam conseguido voltar para casa?

No Atlântico Sul

Dia seguinte, levantada a âncora, um diesel ronca suavemente e tomam a direção Sul.

Passou-se a última ilha do arquipélago e o sol queima no céu. O mar se estende a perder de vista e os tripulantes de folga espreguiçam-se sobre o convés, ocupados em bronzear seus corpos pálidos. Comparada com o período anterior, a viagem passa a ser vilegiatura. Em poucos dias, as manchas e erupções de pele desaparecem. E por aí vão, sempre afastando-se de qualquer tráfego. Fazem um aquaplanos de madeira que, rebocado no costado do barco, permite que os homens se revezem no surfar e tomar banho. Disfarçam o barco para pa-

recer um pesqueiro, construindo uma amurada e até uma chaminé fictícia.

Os tripulante permanecem o maior tempo possível no convés, onde degustam suas refeições enriquecidas com peixe fresco. Ouvem música e o noticiário pelo rádio. Ficam sabendo da rendição do *U-530* em Mar del Plata e do aprisionamento de toda a tripulação. Distinguem no céu os reflexos das luzes do Rio de Janeiro.

Schaeffer reúne a tripulação para um exame de situação. Seria aconselhável afundar o barco e cada um tentar a fuga por conta própria? Breve um de nós estará nas mãos da polícia e os aliados porão nossas pessoas em leilão. Suspeitarão estar entre nós, só Deus sabe, quais personagens do Reich. Na minha opinião, diz o comandante, a melhor solução é entrar no porto. Não poderão nos culpar de nada.

Em 17 de agosto de 1945, dia de sol brilhante, avistam a costa argentina. Alguns homens alimentam o desejo de desaparecer por ocasião da chegada ao porto, o que deverá ocorrer no princípio da noite, mas Schaeffer os desencoraja porque isso prejudicaria seu plano. Como provar que não houve, além dos membros da tripulação, personalidades alemãs desembarcadas secretamente?⁶

Na Argentina

O *U-977* entra no porto e lança âncora. Três embarcações da esquadra argentina aproximam-se, o *Caça-Minas Py-10* e dois

⁵N.A.: Percorrer 1.800 milhas em 66 dias significa a ridícula velocidade de 1,13 nós. Ainda que em regime bem econômico, a velocidade em submersão é da ordem de 3 nós e quando em operação com *schnorchel* é de cerca 6 nós, ou seja, 4,5 nós em média, portanto, as 1.800 milhas poderiam ter sido percorridas em 17 dias e haveria um lapso de 48 dias sumidos. Este lapso de tempo seria mais do que suficiente para passar ao largo da Patagônia, realizar um desembarque secreto no extremo sul e regressar para Mal del Plata.

⁶N.A.: Curioso esse raciocínio de Schaeffer, pois a tripulação já estava desfalcada dos 16 que ficaram na Noruega. Há suspeitas de que, por ocasião do desembarque ocorrido em 10 de maio, outros personagens embarcaram no misterioso submarino.

submarinos, quando uma equipe de inspeção sobe a bordo. Depois de pequeno interrogatório, o pessoal é transferido para o Cruzador *Belgrano*, cuja tripulação, em uniforme branco, os recebe perfilada no convés. Diz Schaeffer: *"Sinto um vivo reconhecimento por essa atitude cavalheiresca. Conduzido para o refeitório de oficiais, faço meu relatório apoiado nos documentos e cartas marítimas que trago comigo."*

Schaeffer é mantido preso em excelente cabine onde nada lhe falta, nem mesmo o bom uísque escocês. O interrogatório prossegue, desta feita sendo conduzido pelos argentinos auxiliados por uma equipe norte-americana recém-chegada.

As sessões continuaram sendo feitas nos Estados Unidos, onde Schaeffer permanece preso por alguns meses.

A pergunta básica em todos os interrogatórios foi: *"Capitão, temos motivos para acreditar que pessoas importantes esta-*

vam em seu navio e foram desembarcadas em algum ponto sul do continente"?

As respostas de Schaeffer foram sempre negativas, mas há quem pense que ele mentiu.

UM COMENTÁRIO

Ao longo de toda a sua narrativa, Schaeffer demonstra obsessiva preocupação em defender-se de uma acusação que ainda não lhe fora feita: a de ter tido passageiros clandestinos a bordo. Aliás, esta hipótese é bastante plausível, como se infere nas notas finais.

A possibilidade de criminosos nazistas terem se evadido escondidos em submarinos sempre foi considerada, haja vista o caso do *U-534*, que, afundado em 5 de maio de 1945 e resgatado em agosto de 1993, revelou em seu interior uma centena de garrafas de vinho francês e alguns baús vazios.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Guerra submarina /; *U-977*; Fuga para a Argentina;

NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL

A realidade do presente é triste, mas o futuro é muito promissor.

LUIZ ANTÔNIO FAYET*
Economista

SUMÁRIO

Risco econômico da "Empresa Brasil"
Ambiente Institucional
Ambiente Político-Administrativo
Conclusões

Por dever de ofício, há mais de 40 anos trabalho permanentemente fazendo avaliações de riscos, ora para empresas ou projetos específicos, ora para cenários macroeconômicos.

As diversas metodologias empregadas não variam na essência, tanto para um caso como para os outros, pois a economia de um país é por definição o somatório das dos seus habitantes.

A atual discussão sobre o caso brasileiro propicia a oportunidade de se fazer

um exercício sobre nossa realidade e estimar riscos, como nestas notas que extraí de um recente trabalho.

RISCO ECONÔMICO DA "EMPRESA BRASIL"

Começemos por um apanhado sintético e com valores aproximados das contas nacionais, que se parecem com as contas de uma empresa, focando os últimos sete anos:

* N.R.: O autor é economista e consultor de empresas e foi deputado federal, presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), do Banco do Estado do Paraná e do Banco do Brasil.

– o endividamento externo privado saltou de 61 bilhões de dólares em 1994 para 119 bilhões de dólares em 2001, passando a representar perto de 25% do PIB;

– a dívida total do setor público evoluiu de R\$ 153 bilhões em 94 (30% do PIB) para R\$ 660 bilhões em 2001 (54 % do PIB), sendo que parte vem sendo dolarizada e continua crescendo;

– a soma dos juros pagos na dívida pública total alcança a grandeza da ordem de 700 bilhões de reais nos sete anos, ou seja, mais da metade do PIB atual ou, ainda, 16 usinas de Itaipu;

– quando comparamos as receitas e despesas do Governo Federal, constatamos que ele vem obtendo superávites; entretanto, nesta conta não estão incluídos os juros da dívida interna, os quais representaram mais de duas vezes o superávit. Por isso, a dívida continua crescendo;

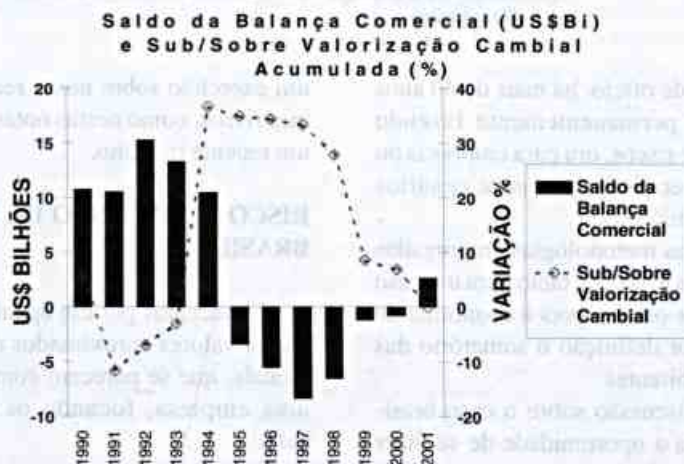
– a carga tributária passou de 23% para 34%, crescendo perto de 40% e atingindo níveis que desafiam a capacidade contributiva de uma população que é muito pobre. Perversamente, este fato determinou que a sonegação fiscal se tornasse uma defesa generalizada dos agentes econômicos;

– a evolução do PIB por habitante foi de 5,5%, menos de 1% ao ano, muito baixa, tendo em vista as necessidades da sociedade. Entretanto, cabe salientar que, se crescer mais rápido, demandará mais infraestrutura, que hoje já está comprometida por deficiências;

– as contas externas nos últimos três anos têm apresentado rombos superiores a 50 bilhões de dólares/ano, requerendo empréstimos e investimentos estrangeiros para se equilibrarem. Tais procedimentos vão determinando uma crescente vulnerabilização e dependência internacionais. Diga-se, alienação da soberania;

– a política cambial durante todo o período manteve o dólar artificialmente barato, beneficiando as importações e dificultando as exportações de bens e serviços. Poderíamos configurar que o governo subsidiou os que venderam ao Brasil e criou uma espécie de imposto para seus exportadores. Adicionalmente, a crise da Argentina prejudica as exportações e poderá significar, em 2002, uma redução de 3 bilhões de dólares, ou mais.

O gráfico a seguir dá uma idéia clara dos desastrosos resultados do período.



FONTES: S. Martenetz Consultoria Econômica, L. A. Fayet e MDIC/SECEX.

Somando-se o que o Brasil deixou de ganhar no comércio externo, em média 12,4 bilhões de dólares/ano, e o que passou a perder, em média 3,3 bilhões de dólares/ano, em sete anos deu de graça para produtores e empregados de outros lugares do mundo um mercado de mais de 110 bilhões de dólares, mais de 20% do PIB. O pior está em que os países ricos defendem o livre comércio mas a cada dia criam mais barreiras nos seus mercados, com sobretaxas (por exemplo: aço, sucos e café) e especialmente subsídios para os produtos rurais.

Para manter o equilíbrio anterior, o dólar deveria estar cotado próximo de R\$ 3,00.

A inflação medida pelo IPA e pelo IGP ultrapassam 100%, enquanto o IPCA, que é a medida oficial, fica em 78%, caracterizando a existência de inflação represada. Havendo ajuste no câmbio e crescimento econômico, automaticamente a inflação deverá aumentar levemente, entretanto, sem comprometer o importante equilíbrio relativo conquistado.

No período, os juros primários variaram entre 60% e 17,5% a. a., comprometendo o custo das dívidas internas e a competitividade da produção.

Analisando todos esses dados oficiais, conclui-se que a situação da "Empresa Brasil" é bastante delicada e não tem recuperação a curto prazo.

AMBIENTE INSTITUCIONAL

Fazendo uma análise retrospectiva para dez ou 20 anos, constata-se que o País teve uma grande evolução institucional.

A Constituição de 1988 e outras novas leis aprovadas criaram um quadro de direitos e relações muito mais bem definidos e,

principalmente, procuraram premiar a responsabilidade na gestão pública e punir os desvios.

Entretanto, usando uma expressão bem brasileira, "a lei ainda não pegou"; conseqüentemente, os investidores, e mesmo as pessoas, não se sentem seguros quanto à aplicação das normas legais.

Alguns fatos são flagrantes, como a demora das decisões judiciais, o mau funcionamento dos Procons, a confusão de normas regulatórias das "agências de controle de concessões" etc. Basta ler o noticiário da imprensa para sentir os desencontros.

Essas questões são muito relevantes, pois geram um clima de incertezas e descontrole para os agentes econômicos, que só se aventuram a investir em condições especulativas, ou seja, "ganhar antes de aplicar o seu".

Queiramos ou não, o Brasil não se enquadra no conceito de "institucionalizado" e por isso tem um risco elevado, tanto para investidores de dentro como para os de fora. À medida que as "leis forem pegando" o conceito mudará; de qualquer forma, já melhorou muito, já é um outro país.

AMBIENTE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

As características do ambiente institucional transbordam para esse campo; há uma grande sensação/constatação na sociedade de que a gestão pública é corrupta e ineficiente e que a impunidade premia os abusos e os criminosos. Logo, os investidores não podem descartar as hipóteses de chantagem e extorsão contra seus negócios.

A criação do estatuto da reeleição para cargos do Executivo e o uso despuadorado e impune das máquinas públicas nas eleições representam um grande retrocesso para o País. São exemplos os casos da contenção forçada do preço do dólar pelo Banco Central e, no Paraná, da redução em 50% nos preços dos pedágios, tudo isso ocorrido no ano eleitoral de 1998. Passadas as eleições, veio a verdade. Hoje, em especial, os ultra-sensíveis mercados financeiros refletem esta síndrome.

O Congresso Nacional, que é e continuará sendo conservador, comporta-se e compõe-se dentro das determinações do Poder Executivo, que tem um forte poder de persuasão não ideológico.

Os partidos políticos, de modo geral, não têm base ideológica; são regidos por conveniências regionais e a legislação específica não favorece melhorias no quadro, mas o sentimento democrático consolidou-se e as diversas correntes de opinião desejam essa consolidação.

Hoje os mais bem posicionados candidatos à Presidência fazem o mesmo discurso, prometendo mudanças na falida política econômica, análoga à da Argentina. Inclusive o candidato governista tenta passar mensagens de mudança.

Ganhe quem ganhar a eleição, terá de estruturar uma base de apoio parlamentar, que será fatalmente conservadora, determinando um baixíssimo risco de radicalismos e, dada a situação econômica e social, se obrigará a "construir um pacto político" para a reconstrução nacional.

CONCLUSÕES

Embora o grande grau de simplificação exposto, pode-se afirmar que o Brasil apre-

senta um elevado risco para operações de curto e médio prazos, pois os fundamentos da economia estão muito fragilizados e não se sabe exatamente como agirá um próximo governo para "iniciar" o longo processo de reversão. Entretanto, como os principais candidatos condenam a política econômica, espera-se que a produção e o emprego passem a ter prioridade.

Os aspectos institucionais e político-administrativos deverão continuar melhorando, mas não recomendam que os investidores exponham-se. Reservas de liquidez e segurança cambial são fundamentais.

Os riscos tipo Movimento dos Sem Terra (MST), violência urbana etc. são frutos

da incompetência e da falta de vontade política para resolver as raízes dos problemas. É possível mudar e existem os meios, principalmente através da austeridade no cumprimento das leis e do crescimento econômico.

O Brasil detém os maiores estoques de

terras agricultáveis e a maior reserva de energia renovável do mundo, uma das maiores disponibilidades de água potável e recursos minerais, um povo bom, criativo e construtivo. Foi um dos países que mais cresceram nos últimos 50 anos e é hoje a fronteira mais promissora do desenvolvimento mundial, independentemente de quem ganhe a Presidência. Para quem deseja estabelecer-se com visão de longo prazo, é provavelmente a melhor opção no planeta, mas necessitará paciência e preparo para a luta.

As linhas do cenário atual são antigas, já foram previstas no meu artigo "Rumo ao iceberg" -junho/1998. Os analistas de risco estão certos, o Brasil foi colocado numa situa-

Os riscos tipo MST, violência urbana etc. são frutos da incompetência e da falta de vontade política para resolver as raízes dos problemas

ção de alta vulnerabilidade, mas, no momento, eles também estão ajudando as especulações, e a mídia, de modo geral, fala o que interessa aos seus patrocinadores, ampliando a confusão. O poder de recuperação de nossa economia é tão grande que, movendo câmbio e ju-

ros, ela poderá gerar o início de uma sólida e revolucionária recuperação, trazendo significativas melhorias nos índices sociais.

A realidade do presente é triste mas o futuro é muito promissor.

Espero chegar vivo até lá.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ECONOMIA> / Risco Brasil; Economia do Brasil;

SAUDAR UM NAVIO DE GUERRA AO LARGO

Quando um navio de guerra passa a menos de 200 jardas de outro, saúda-o ou é por ele saudado, dependendo da antiguidade dos comandantes (ou da maior autoridade a bordo). O apito e, em alguns navios de maior porte com fuzileiros navais embarcados, a corneta dão os sinais para as continências individuais de todos os que se achem no convés.

Venha visitar o Espaço Cultural e embarque na história da navegação!



ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA

AV. ALFRED AGACHE S/Nº CENTRO - INFORMAÇÕES: (0XX-21) 3870-6025 3870-6870

Ao visitar o Espaço Cultural da Marinha, você vai embarcar numa sensacional viagem pela história do Brasil. Logo na entrada, a exuberante Galeota D. João VI vai transportá-lo ao século XIX. Construída em 1808, em Salvador, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

O Espaço Cultural apresenta mais três módulos. No seu itinerário, percorra a *História da Navegação*, mergulhe na *Arqueologia Subaquática* e conheça a *Coleção Alves Câmara* - composta por modelos de embarcações regionais brasileiras e por ferramentas utilizadas na construção das embarcações. Há ainda uma sala de exposições temporárias, onde a arte também conta a nossa história.

Senhores passageiros, a viagem ainda não terminou. Ela continua a bordo do Navio-Museu *Bauru*, antigo Contratorpedeiro, que participou da Segunda Guerra Mundial e do *Submarino-Museu Riachuelo*, atracado no cais do Espaço.

É a Marinha cada vez mais perto de você, valorizando a cultura e a nossa História.

ABERTO À VISITAÇÃO DE TERÇA A
DOMINGO, DE 12H ÀS 17H, COM
ENTRADA E ESTACIONAMENTO

A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL*

Parte II

KENNETH H. LIGHT

Tradução de: EDUARDO ITALO PESCE

Professor

PARTE 2

A ser publicada no próximo número.



Tesouros do Fundo do Mar

Moedas de ouro, prata e cobre; porcelana chinesa - verdadeiros tesouros resgatados do fundo do mar. A Marinha do Brasil também se dedica à arqueologia subaquática, e hoje possui um valioso conjunto de peças recuperadas, em diferentes sítios arqueológicos, de embarcações naufragadas na costa brasileira de 1648 a 1916.

O acervo ainda inclui utensílios domésticos, louça e cerâmica, que foram cuidadosamente restaurados; também armamentos – canhões e munição.

As técnicas no trabalho científico de resgate de sítios arqueológicos estão representadas através de diorama em tamanho natural. A Arqueologia Subaquática pode ser vista no Espaço Cultural da Marinha, à Av. Alfred Agache, s/nº – Centro.

Mais informações: (0XX21) 3870-6025/3870-6879.

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NORTE-AMERICANO A PARTIR DA FRAGMENTAÇÃO NUCLEAR E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

"A globalização não é um conceito sério e nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países, e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital que sempre são a causa de graves problemas."

John Kenneth Galbraith

GUILHERME SANDOVAL GOÉS
Capitão-de-Mar-e-Guerra

SUMÁRIO

Introdução

As origens da guerra fria: a grande estratégia da contenção de Kennan

A fragmentação nuclear e seu significado estratégico

As características do contexto internacional na era pós-bipolar

Entendendo a construção do modelo do *engagement and enlargement*

A dimensão econômica da estratégia do *engagement and enlargement*

A nova iniciativa estratégica norte-americana; a reedição da guerra nas estrelas

A estratégia norte-americana e seus reflexos no cenário sul-americano

Conclusão

INTRODUÇÃO

Avaliar a conjuntura internacional não deixa de significar avaliar os reflexos da estratégia global dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo. Com rigor, as estratégias norte-americanas transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos outros países. E sendo as-

sim, este trabalho se propõe a apresentar uma visão crítica sobre a trajetória estratégica daquele país desde o fim da Segunda Guerra Mundial até nossos dias. Para tanto, vamos analisar, desde a Grande Estratégia da Contenção, passando-se pelo modelo do *Engagement and Enlargement*, até, finalmente, se chegar à hodierna matriz do Sistema de Defesa Estratégica Antimíssil.

A Estratégia da Contenção* surgiu no final dos anos 40 e foi utilizada por várias décadas para enfrentar o mecanismo de propagação do império soviético.

Nascida da visão prospectiva de George F. Kennan, antigo embaixador norte-americano na URSS, esta estratégia projetou a idéia-força do confronto indireto entre as duas superpotências, dando origem, por consequência, à famosa Guerra Fria.

Já o modelo do *Engagement and Enlargement* foi formulado em fevereiro de 1995, durante o governo de Bill Clinton.

Seu fulcro estratégico deriva do vínculo direto que cria entre a segurança nacional e a questão econômico-comercial, que passam então a caminhar indissolúvelmente juntas.

Finalmente, o tão contestado Sistema de Defesa Estratégica de George W. Bush, uma insofismável reedição da Estratégia Guerra nas Estrelas.

O Escudo Antimíssil dos Estados Unidos vem sendo objeto de forte reprovação internacional pela interrupção que provoca no processo de redução das tensões internacionais.

Em perícia analítica, este trabalho pretende demonstrar que a evolução do pensamento estratégico dos Estados Unidos se depara com dois grandes momentos de ruptura paradigmática e que são a fragmentação da ameaça nuclear global e o ataque terrorista de 11 de setembro (o grifo é meu).

A primeira quebra de paradigma veio com a desintegração soviética que trouxe em seu bojo a chamada **fragmentação nuclear**, que nada mais significa do que a redução de um confronto nuclear em escala planetária e a conseqüente entrada em vigor de uma nova matriz de desafios, constituída pelas atuais ameaças regionais, transnacionais e de proliferação das armas de destruição em massa.

Em essência, a fragmentação nuclear simboliza a passagem de um mundo político-estratégico para um universo econômico-

co-comercial. Representa, em termos concretos, de um lado, o desaparecimento da Estratégia de Kennan, de índole nuclear e preocupada em coarctar** a expansão soviética; do outro, o nascimento da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, com viés econômico-comercial e interessada em definir sistematicamente a inserção

internacional dos Estados Unidos dentro da era pós-bipolar.

O segundo momento histórico de ruptura dentro do pensamento estratégico dos Estados Unidos vai ocorrer com o ataque terrorista ao Pentágono e ao World Trade Center. Por seu surpreendente ineditismo, ainda requer tempo para melhor maturação científica e acadêmica. Não obstante isso, é legítimo inferir que o evento de 11 de setembro de 2001 vai revogar o modelo do *Engagement and Enlargement* na medida

A evolução do pensamento estratégico dos Estados Unidos se depara com dois grandes momentos de ruptura paradigmática, que são a fragmentação da ameaça nuclear global e o ataque terrorista de 11 de setembro

* N.R.: A quase totalidade dos negritos são da RMB.

** N.R.: Coarctar – reduzir de tamanho, circunscrever (Novo Aurélio).

em que este valorizava em excesso a questão econômico-comercial em detrimento da segurança nacional.

Com efeito, o ataque direto ao solo estadunidense vai demandar uma revitalizante revisão de princípios e preceitos estratégicos, que certamente irão constituir um novo paradigma de segurança nacional para aquele país.

A análise das estratégias norte-americanas é importante pela contribuição que projeta para a compreensão dos seus principais reflexos sobre o cenário sul-americano e em especial sobre o Brasil. Em plano acadêmico, este trabalho vai realizar um estudo analítico tendente a demonstrar as implicações diretas das diferentes estratégias norte-americanas para o contexto sul-americano.

E assim é que vamos perquirir as graves consequências para o aperfeiçoamento democrático das nações latino-americanas advindas da Estratégia de Kennan. Na mesma direção, vamos perscrutar a tentativa de engajar as Forças Armadas sul-americanas no combate ao *narcoterrorismo* sob os auspícios da nova ordem militar de Williamsburg.

Finalmente, ao sistematizar a dimensão econômica da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, vamos entender a razão pela qual a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), ultrapassando o simples escopo de projeto de um único governo, transformou-se em projeto de Estado para os Estados Unidos, em nítida ameaça aos interesses geopolíticos brasileiros.

Sob este aspecto, vamos assinalar que um verdadeiro estadista deve entender o enigmático jogo de interesses geopolíticos que movimenta o cenário internacional. Para enfrentar a penetração geopolítica dos Estados Unidos no contexto sul-americano,

vamos esboçar um possível modelo de reação, pautado em dois grandes princípios capazes de informar a integração sul-americana: a liderança brasileira dentro do espaço geopolítico sul-americano e a imprescindibilidade de realizar uma inserção internacional multilateral, isto é, uma atuação internacional ampla e diversificada, não alinhada automaticamente aos Estados Unidos. O apotegma* é simples: "ou o Brasil assume sua natural liderança na América do Sul, ou então se subordina geopoliticamente aos Estados Unidos".

É, portanto, dentro desta perspectiva de inteligência independente que vamos engendrar um modelo estratégico composto de três grandes fases: (Veja a Figura 1)

1) Fase de inserção internacional multipolar caracterizada pela abertura simultânea das Frentes Européia, Atlântica e Asiática;

2) Fase de integração interna do chamado triângulo sul-americano, formado pelos três grandes conjuntos geopolíticos da América do Sul: o Arco Amazônico, o Pacto Andino e o Cone Sul; e

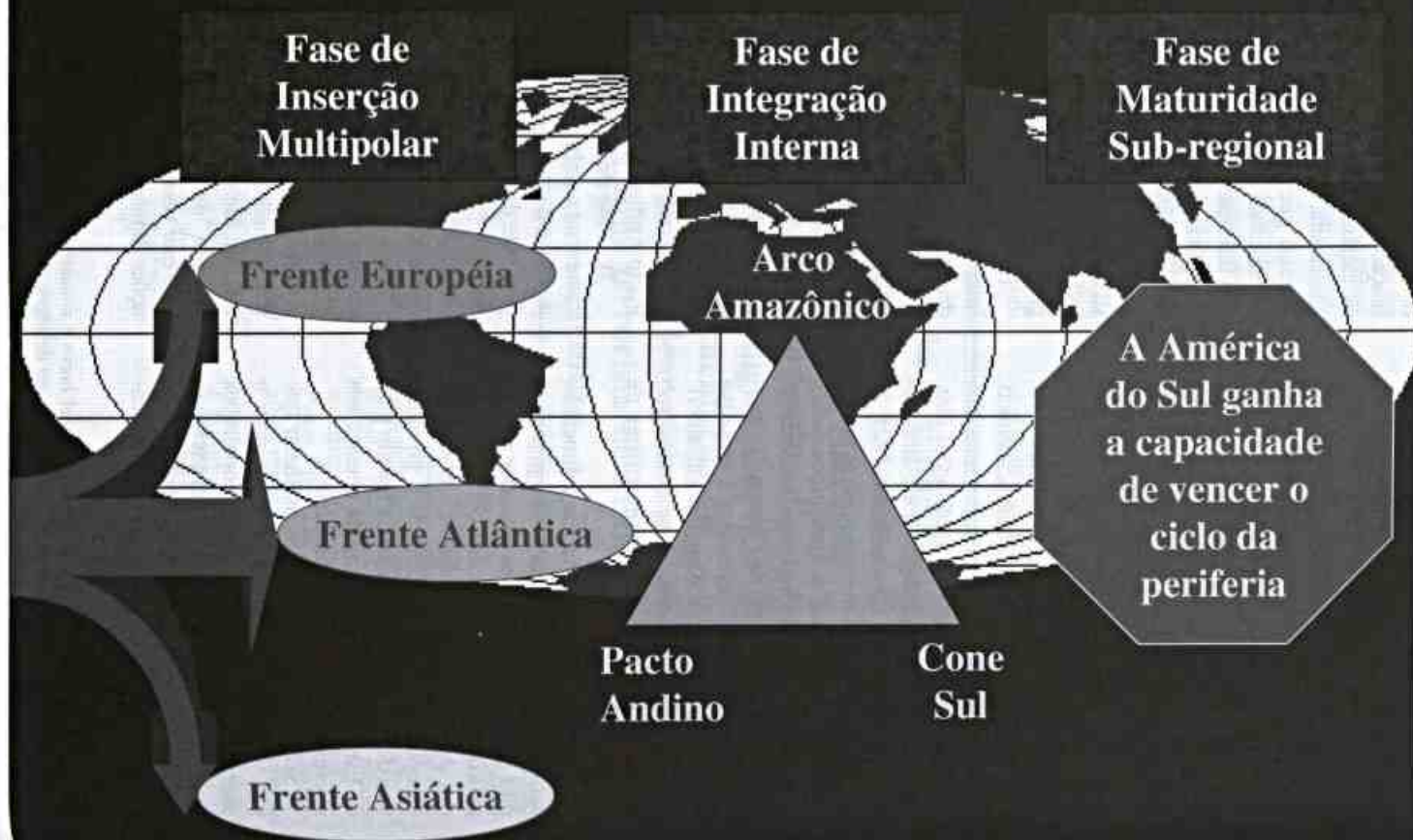
3) Fase de maturidade sub-regional, sustentada pela idéia-núcleo de que a América do Sul como um todo ganhe a capacidade de executar o conceito de investimento seletivo, isto é, escolher investimentos internacionais que não produzam o ciclo da periferia.

Esta construção estratégica poderia se transformar no conceito diretor da política externa brasileira (o grifo é meu), que tradicionalmente não sistematiza a projeção internacional do País. Com rigor, a inserção internacional do Brasil é feita em total anomia** de princípios estratégicos, fato este que vem reduzindo a efetividade das ações diplomáticas do País. Aliás, um dos

* N.R.: Apotegma – aforismo, sentença vocal breve e conceituosa (*Novo Aurélio*).

** N.R.: Anomia – ausência de leis, de normas ou de regras de organização (*Novo Aurélio*).

FIGURA 1 O MODELO ESTRATÉGICO DE REAÇÃO



propósitos deste trabalho é evidenciar que a Estratégia do *Engagement and Enlargement* nada mais representa do que um verdadeiro sistema estratégico de inserção internacional dos Estados Unidos na era pós-bipolar.

Cumpre, finalmente, alertar ao leitor que, nesta tarefa de traçar o perfil de evolução do pensamento estratégico dos Estados Unidos, outro caminho não se terá senão o de trilhar a intrincada tessitura terminológica daquele país, que comporta termos tais como *Bottom-Up Re-view, Strategic Defense Initiative, Europe First, Strategy of Flexible and Selective Engagement, Kennan's Containment Strategy* e muitos outros.

AS ORIGENS DA GUERRA FRIA: A GRANDE ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO DE KENNAN

Para bem entender as preocupações do mundo estratégico norte-americano a partir da fragmentação nuclear, é necessário retroceder aos tempos do fim da Segunda Guerra Mundial e investigar a chamada Grande Estratégia da Contenção, obra intelectual de George F. Kennan. Ainda durante as Conferências de Yalta e de Potsdam no período pós-guerra, imperava no seio da comunidade estratégica norte-americana a visão utópica do Presidente Roosevelt que acreditava na coexistência pacífica entre a democracia e o comunismo.

Em sua opinião, a rivalidade ideológica não seria necessariamente seguida de uma disputa geopolítica, isto é, a divisão inter-

nacional efetuada nas negociações do fim da guerra seria respeitada pelas duas superpotências. Acreditava, portanto, Roosevelt que haveria, sim, uma disputa ideológica, mas não dava crédito à possibilidade de surgir uma lide geopolítica.

Em franca oposição ao pensamento rooseveltiano, despontou a visão de Kennan, primeiro estrategista norte-americano a perceber que a URSS não era simplesmente um aliado difícil nas negociações políticas do pós-guerra, mas, ao revés, era, inquestionavelmente, o principal opositor geopolítico dos Estados Unidos no contex-

to mundial que surgia. Em seu alvitre, o fim colimado do Kremlin seria estabelecer um mundo unipolar sob a dominação comunista.

Em consequência, urgia elaborar uma estratégia de reação, apta a enfrentar as tendências expansionistas de Moscou. As idéias de Kennan foram rapidamente assimiladas em

Washington e assim nasceu a Grande Estratégia da Contenção, que se denomina na sua língua original *Kennan's Containment Strategy*.

Em sentido amplo, o magistério estratégico de Kennan patrocinou a idéia-força de proteger, em primeiro lugar, o contexto europeu, cenário considerado crítico no quadro da rivalidade bipolar. Era o conceito estratégico do **Europe First**. Tal proteção se estabeleceu por intermédio de um cordão sanitário costurado em torno da Europa Oriental. Com rigor, para compreender plenamente o conceito em testilha,* é mister examinar, no plano geopolítico, seu

Em essência, a fragmentação nuclear simboliza a passagem de um mundo político-estratégico para um universo econômico-comercial

* N.R.: Testilha – briga, luta; debate. Discussão (Novo Aurélio).

alicerce teórico, qual seja, a Teoria das Fímbricas, doutrina clássica idealizada pelo professor holandês Nicholas Spykman.

A **Teoria das Fímbricas** foi formulada com o propósito de se contrapor ao modelo geopolítico do poder terrestre de Halford Mackinder, cujo ponto arquimediano era a progressiva conquista da *Ilha do Mundo* a partir do controle da Europa Oriental, denominada de *Coração da Terra* ou *Heartland*. O Estado Nacional que tiver a capacidade de dominar a *Ilha do Mundo* comandará o mundo.

Em oposição, Spykman construiu sua matriz antítese e que era exatamente a ocupação das bordas da *Ilha do Mundo* e que foram por ele mesmo chamadas de *Rimland*. O controle do *Rimland* teria a finalidade de evitar a expansão da potência que dominasse o *Coração da Terra*, impedindo-a de atingir a *Ilha do Mundo*. Em síntese, a matriz das Fímbricas visava a isolar o país adversário no *Coração da Terra*, impedindo-o, portanto, de avançar em outras direções.

Para dar concretude ao modelo das Fímbricas, o pensamento estratégico norte-americano recorreu a um velho e conhecido axioma de sua política externa, *id est*,^{*} usou aliados, tratados e acordos internacionais para alcançar seus próprios objetivos estratégicos. E tanto foi assim que, para manter o isolamento geopolítico do império soviético dentro do *Heartland*, o gênio pragmático estadunidense costurou a formação de blocos internacionais para a conquista de suas bordas.

Sob este aspecto, para defender o oeste da Eurásia constituiu a OTAN (NATO), Organização do Tratado do Atlântico Norte; para evitar a expansão para o Oriente Médio, engendrou a OTCEN, Organização do Tratado do Centro e, finalmente, para eliminar a projeção comunista sobre o continente asiático, criou a OTASE, Organização do Tratado do Sudeste da Ásia.

De clareza meridiana, portanto, a competência da política externa norte-americana em planejar arranjos internacionais tendentes a solucionar problemas estratégicos que lhes são inerentes. As construções estratégicas norte-americanas têm o condão de exportar as suas próprias ameaças para ou-

tros países que vão se movimentar na cena mundial sob o influxo da espora norte-americana, porém, pensando tratar-se de seus autênticos interesses.

Não obstante toda a sua efetividade e ao contrário do que se poderia supor, a Estratégia de Kennan não ficou isenta de censu-

ra dentro da intelectualidade de seu país.

No centro das acusações, despontava a crítica de fraqueza estratégica do sistema kenneniano.

Na visão de seus opositores, a tepidez do modelo em debate impediu a formulação de uma estratégia mais agressiva e que fosse capaz de explorar, com força máxima, o então monopólio nuclear norte-americano.

O cerne do pensamento anti-kenneniano residia na perspectiva de instaurar um mundo unipolar, esteado^{**} na hegemonia nuclear dos Estados Unidos naquela época, o

O Estado Nacional que tiver a capacidade de dominar a *Ilha do Mundo* comandará o mundo

Halford Mackinder
Estrategista

* N.R.: *id est* – isto é.

** N.R.: Estear – sustentar com esteios ou escoras; escorar; amparar; sustentar, proteger (Novo Aurélio).

que certamente caracterizaria a imposição da tão propalada *pax americana*.

Apesar desta forte argumentação, não concordo com tal tese porque o monopólio nuclear dos Estados Unidos deu-se por um curtíssimo período de tempo, e, o que é mais importante, a construção da arma nuclear era uma macrodecisão do Kremlin de caráter irrevogável, sendo certo que a URSS não aceitaria sob nenhuma hipótese a supremacia norte-americana. Daqui se pode deduzir,* portanto, a correção da opção estratégica, pautada nas idéias de Kennan.

O estudioso da Grande Estratégia da Contenção tem ainda o dever acadêmico de apontar um outro ponto capital de perscrutação, que é a inaplicabilidade da estratégia de valorização da democracia no contexto latino-americano. Em termos simples, isto significa dizer que o uso da democracia como vetor estratégico de combate ao expansionismo soviético foi enfraquecido na América Latina.

Com efeito, a estratégia norte-americana para a América Latina não demorou em estimular os governos ditatoriais, em detrimento dos próprios valores democráticos.

Na visão estadunidense, esta era, incontestavelmente, a forma mais econômica de confrontar a propagação do comunismo no contexto latino-americano. Foi a própria letra da Estratégia da Contenção que revelou a tendência de apoiar os regimes militares na

América Latina. Estava escrito textualmente, não era nem mesmo necessário dissimular. Tais regimes eram, no quadro da Contenção, um instrumento a serviço dos altos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Resta indagar se foi ou não coincidência a realidade que se vivenciou em toda esta região. Em verdade, toda a América Latina optou por trajetórias estratégicas de governos militares que enfrentavam melhor a ameaça comunista. Deixa-se para reflexão do leitor, em exame concreto da realidade, se a opção estratégica adotada pela América Latina, e em especial pela América do Sul, atendeu aos seus próprios interesses ou, ao contrário, se foi apenas a concretização de uma estratégia que lhe era exterior e emanada dos Estados Unidos da América do Norte.

As construções estratégicas norte-americanas têm o condão de exportar as suas próprias ameaças para outros países que vão se movimentar na cena mundial sob o influxo da espora norte-americana, porém, pensando tratar-se de seus autênticos interesses

A FRAGMENTAÇÃO NUCLEAR E SEU SIGNIFICADO ESTRATÉGICO

Como já afirmado na introdução deste trabalho, o significado estratégico da fragmentação nuclear quer dizer, simplesmente, a redução do risco de um confronto nuclear em escala planetária e o conseqüente surgimento de três novas categorias de desafios. Foi a própria Estratégia do *Engagement and Enlargement* que deu trato sistêmico a esta nova segmentação de desafios ao Estado norte-americano.

* NR.: Deduzir – inferir, deduzir, concluir (*Novo Aurélio*).

Tal sistematização foi assim efetuada:

1) **As ameaças regionais ou ameaças centradas em Estado-nação.** Dentro desta categoria estão aqueles países com estrutura geopolítica capaz de provocar desequilíbrio em áreas consideradas vitais aos interesses estratégicos norte-americanos e que possuem capacidade nuclear. Exemplos típicos: China, Índia, Rússia e Paquistão. O Brasil poderia estar incluído neste fechado clube se não tivesse abdicado da construção de sua arma nuclear;

2) **As ameaças transnacionais** são constituídas pelo terrorismo internacional, pelo crime organizado, pelas ameaças ao meio ambiente, pelo radicalismo islâmico *et alii*. Exemplos concretos desta categoria são: Grupos Al Qaeda, Jihad islâmico, Hamas e as Farc colombianas;

3) **As ameaças de proliferação das armas de destruição em massa.** Dentro desta classe estão os chamados Estados-bandido ou Estados-Fora da Lei, tais como Líbia, Irã, Iraque e Coreia do Norte. Estes três últimos países formam o chamado "eixo do mal" (*Axis of Evil*), sendo que tal tríade é apontada pela atual administração Bush como principal ameaça à humanidade, tanto pelo apoio que dá ao terrorismo, como pela capacidade nuclear e biológica (Negritos do autor).

Este novo quadro de ameaças, transformado em corpo de doutrina pelo modelo do *Engagement and Enlargement*, é estrategicamente complexo, vez que representa o desaparecimento da alta previsibilidade estratégica do cenário bipolar, presciência* esta patrocinada pelo chamado **princípio do alinhamento necessário**.

Explica-se melhor.

Durante a Guerra Fria, o sistema de forças internacionais era impulsionado pela

disputa entre dois grandes centros com completa correspondência econômica, geopolítica e militar. Existia, por conseguinte, plena paridade em todos os campos do poder nacional. O poder de atração das duas superpotências era completo em si próprio.

As demais nações se limitavam a observar o princípio do alinhamento geopolítico necessário, isto é, a escolher a qual das duas superpotências iriam se perfilhar.

De fato, o princípio em testilha criava um ambiente de alta previsibilidade estratégica, na medida em que as manobras nacionais eram facilmente prognosticadas pelo restrito poder de barganha retido pelas nações periféricas.

As ações internacionais perpetradas por tais países cingiam-se apenas em ameaçar trocar de lado.

Como amplamente visto anteriormente, a Teoria das Fímbrias na Europa e os regimes militares na América Latina resolveram esta problemática de reduzir a propagação do eixo comunista.

Em síntese, é de se recordar que a fragmentação nuclear veio à luz a partir de 1989, superando quase 40 anos de predominância da ameaça nuclear global. Simboliza, em última instância, a passagem de um mundo político-estratégico para um universo econômico-comercial. Em termos reais, retrata fielmente a passagem da Estratégia da Contenção de Kennan para o modelo do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton.

Enfim, a fragmentação nuclear é o conseqüente supremo do colapso soviético, com ela nascendo uma matriz tríplice de ameaças para os Estados Unidos.

Tais ameaças circunscrevem um contexto global pós-fragmentação de alto grau

* NR.: Presciência – qualidade de presciente; providência, previsão; pressentimento, presságio; ciência inata, anterior ao estudo (*Novo Aurélio*).

de complexidade porque deixa de existir a plena paridade entre os centros internacionais de poder.

As assimetrias econômica, geopolítica e militar dos novos pólos mundiais que despontam dentro da recomposição da nova Ordem Mundial vão caracterizar melhor tal complexidade e é por isso que serão analisadas, com minudência, em seguida.

AS CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO INTERNACIONAL NA ERA PÓS-BIPOLAR

Por ser a única superpotência ainda existente, acredita-se que estamos vivendo sob os auspícios da chamada *pax americana*. A meu alvedrio,* creio que tal interpretação é errônea na medida em que os Estados Unidos não têm capital geopolítico suficiente para impor um cenário internacional unipolar, vale dizer, um quadro mundial onde não haja reação geopolítica por parte das demais nações do mundo. O estabelecimento da *pax americana* seria sinônimo da natural entregadura dos Estados Unidos para reger unilateralmente as relações internacionais, o que evidentemente não é verdadeiro.

Destarte, o grande desafio deste capítulo será demonstrar que o contexto internacional, na era pós-bipolar, é, ao mesmo tempo, **economicamente tripolar, geopoliticamente multilateral e militarmente unilinear** (Negritos do autor).

Em outros termos, com a desintegração soviética, a superioridade militar dos Estados Unidos não foi necessariamente correspondida com sua hegemonia econômica e muito menos com o alinhamento geopolítico automático.

Coexistem, por conseguinte, dentro do contexto pós-fragmentação, o tridimensionalismo econômico, o multilateralismo geopolítico e o unipolarismo militar de âmbito mundial.

Como anteriormente visto, a fragmentação nuclear consolidou a passagem de um

mundo político-estratégico para um universo econômico-comercial. Neste passo, as relações comerciais em âmbito global se libertaram da pesada amarra do risco nuclear. Inaugurava-se a era do **mercado-centrismo**, uma verdadeira apologia da abertura mundial de mercados.

Estas transformações radicais ensejaram o aparecimento de um contexto internacional

de alta competitividade econômica, onde se destacam três grandes pólos de atração comercial, a saber: os Estados Unidos, única superpotência remanescente, e as duas megapotências, a União Européia e o Japão.

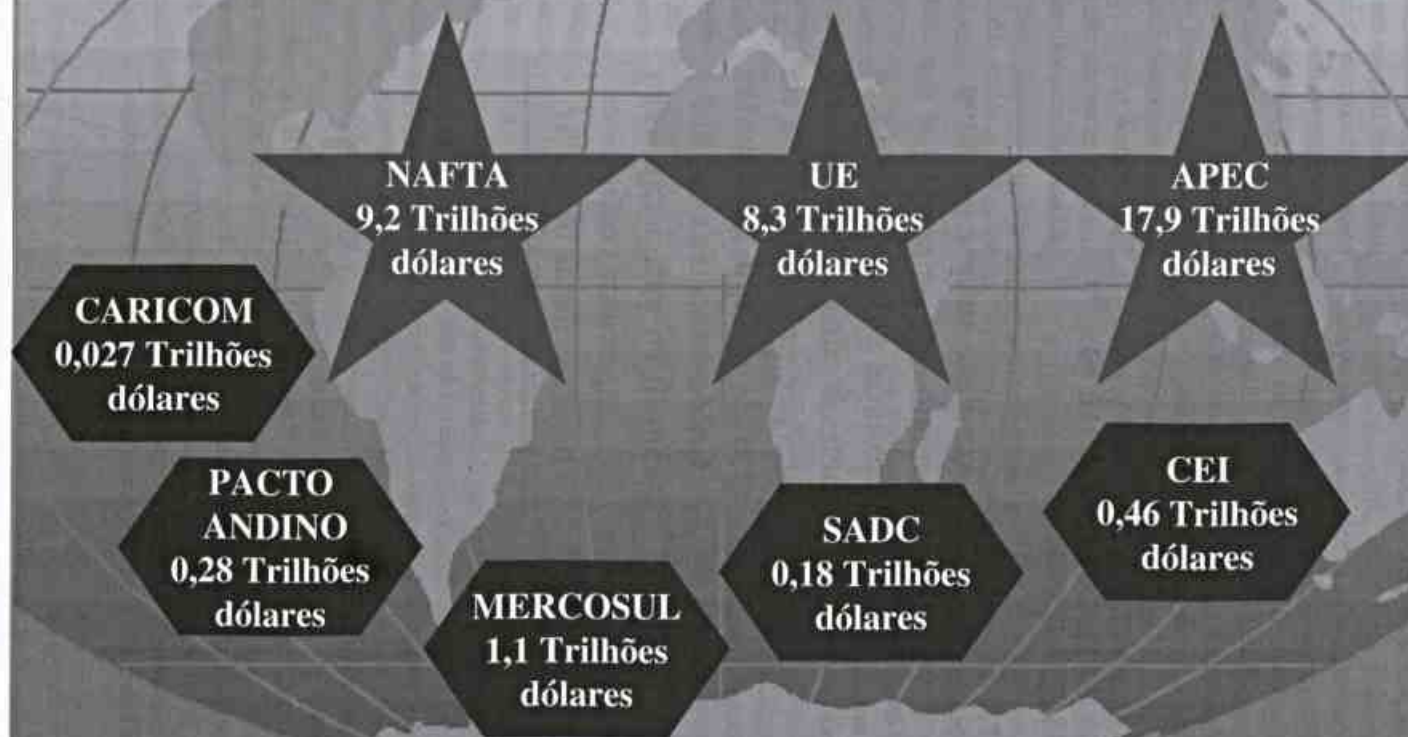
Estes três grandes centros formam o chamado **triângulo econômico mundial**, responsável por quase 75 por cento do controle, tanto dos fluxos comerciais, como também dos fluxos de investimentos internacionais.

Acredita-se que estamos vivendo sob os auspícios da chamada *pax americana*. A meu alvedrio, creio que tal interpretação é errônea na medida em que os Estados Unidos não têm capital geopolítico suficiente para impor um cenário internacional unipolar

* N.R.: Alvedrio – talvez; vontade própria (*Novo Aurélio*).

FIGURA 2

**A superioridade do Triângulo Econômico Mundial
aferida a partir de seus respectivos blocos regionais**



Na realidade, a consolidação da tripolaridade econômica mundial remonta ao ano de 1989 com o nascimento do tão propalado Consenso de Washington, perpassa pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, até, finalmente, se chegar ao esquema global de pactos comerciais de dimensões continentais, engendrado em 1995 pela Estratégia do *Engagement and Enlargement*.

Com o Consenso de Washington, instaurou-se, de forma sistêmica, o ciclo da periferia, que se caracteriza pela alta dependência dos países subalternos ao capital financeiro advindo do triângulo econômico mundial.

Já a Organização Mundial de Comércio representa a perpetuação da famosa Rodada Uruguai, fórum internacional que privilegia o debate da progressiva redução das taxas de importações com o propósito de estimular o comércio global. Com rigor, a pauta de debates da OMC vem favorecendo a tripolaridade econômica mundial, posto que a questão da proteção agrícola dos países ricos nunca foi incluída na pauta em comento.

Finalmente, a formação de grandes blocos continentais simboliza o ponto final desta trajetória de abertura de novos mercados, tema central da superioridade do triângulo econômico mundial.

Uma simples análise visual da Figura 2 mostra o abismo existente entre os blocos

comerciais liderados pelo triângulo econômico mundial e o resto do mundo. Observe que o Mercosul é a quarta potência econômica do globo terrestre, sendo suplantado apenas pelo NAFTA* (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), pela União Européia e pela APEC** (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

A disparidade é evidente: enquanto o Mercosul caminha na trilha da casa de 1 trilhão de dólares, a União Européia e a Nafta atingem o patamar de 9 trilhões.

Não há como contestar, por consequência, o surgimento de um contexto mundial economicamente tripolar. Eis aqui caracterizado o

tridimensionalismo econômico mundial. (Negrito do autor.)

No plano geopolítico internacional, nossa análise indica que, atuando em paralelo ao chamado triângulo econômico mundial e representando um complicador a mais, surgem as chamadas potências emer-

gentes ou ascendentes, tais como China, Índia, Brasil e Rússia. Estes países, procurando garantir maior latitude de atuação dentro da cena internacional, vão disputar novos nichos de poder em suas respectivas áreas de influência. Deste modo, a busca de hegemonia regional por parte das potências ascendentes ameaça o controle internacional exercido pelos Estados Unidos e em menor grau pelas outras nações do G7.*** Tal fato vai caracterizar o surgimento

Somente com iniciativas sub-regionais de integração será possível diminuir a dependência externa e, por consequência, vencer o ciclo do empobrecimento estatal

* N.R.: NAFTA – Instrumento de integração das economias dos Estados Unidos, Canadá e México. Em vigor em 1994. (*Almanaque Abril/2000*).

** N.R.: APEC – Bloco econômico formado para promover a abertura de mercados entre 20 países da Ásia e Hong Kong (China) que responde por cerca de metade do PIB, 40% do comércio mundial. (*Almanaque Abril/2000*).

*** N.R.: G7: Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Canadá e Japão.

de um **contexto internacional geopoliticamente multipolar**.

A explicação plausível que justifica o movimento geopolítico de reação das potências emergentes vem do fato de que tais países não possuem condições de enfrentar diretamente o triângulo econômico mundial e em especial os Estados Unidos.

Em termos simples, isso significa dizer que as nações ascendentes, muito embora em razoável nível de desenvolvimento, ainda dependem do fluxo de investimentos internacionais para fechar seus respectivos balanços de pagamento.

É de se recordar, entretanto, que tais investimentos internacionais são controlados pelo triângulo econômico mundial, seja diretamente, por intermédio do Grupo dos Sete, seja indiretamente, pela sua influência no âmbito do Fundo Monetário Internacional.

Diante disso resta comprovada a grande dependência das nações emergentes em relação à tripolaridade econômica mundial.

Entre as causas que acarretam tal dependência estão: inexistência de poupança interna, balança de transações correntes estruturalmente deficitária, pequeno número de empresas multinacionais com origem nas potências emergentes, grande número de empresas multinacionais de origem norte-americana, européia e/ou japonesa, levando lucros para fora do país e, finalmente, elevada dívida externa.

Todo este quadro econômico adverso faz com que as potências ascendentes ainda necessitem dos investimentos advindos do triângulo econômico mundial. E é exatamente isso que caracteriza o chamado **ciclo da periferia** ou do **empobrecimento estatal**, ciclo este que impede o avanço das nações emergentes. (Negritos do autor.)

Com rigor, é a própria realidade econômica das potências ascendentes que as impede de vencer, sozinhas, o ciclo da periferia.

Esta é a razão pela qual necessitam consolidar novos espaços geopolíticos de influência.

Somente com iniciativas sub-regionais de integração será possível diminuir a dependência externa e, por consequência, vencer o ciclo do empobrecimento estatal. Esta é a única maneira de enfrentar a penetração internacional do triângulo econômico mundial.

Em suma, a idéia-força que impulsiona o movimento geopolítico das nações emergentes repousa exatamente sobre o fortalecimento de projetos de integração sub-regional. Isso vai fortalecer o debate "globalização versus regionalização", caracterizando o nascimento de um quadro mundial geopoliticamente multipolar.

Eis aqui, nitidamente, evidenciado o **multilateralismo geopolítico de escopo universal**. (Negrito do autor.)

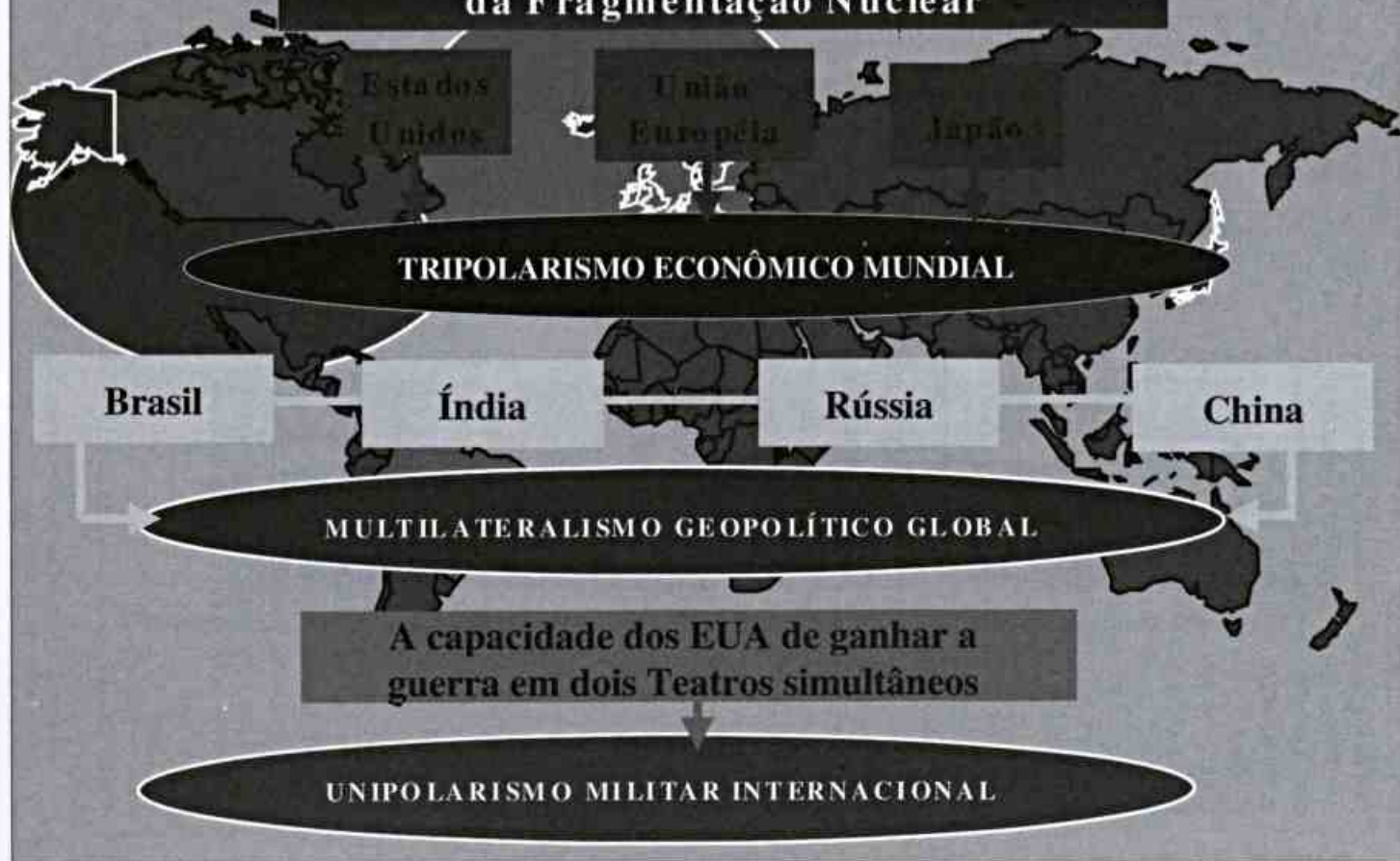
Finalmente, permeando o tripolarismo econômico e o multilateralismo geopolítico, desponta a insofismável **hegemonia militar norte-americana**.

Com efeito, não há nação no mundo capaz de enfrentar militarmente os Estados Unidos. A sua superioridade militar é irresponsável, o seu orçamento de defesa vai alcançar, em 2003, o patamar de quase 370 bilhões de dólares, valor muito superior ao PIB de muitos países do mundo.

A idéia da hegemonia militar dos Estados Unidos não é recente, ao contrário, vem sendo reeditada desde a época da Estratégia Militar do *Flexible and Selective Engagement*, promulgada em fevereiro de 1995 pelo General John M. Shalikashvili. Seguindo a senda da estratégia que lhe era superior, ou seja, a Estratégia de Segurança Nacional do *Engagement and Enlargement*, a estratégia militar se ocupou das ameaças advindas das Potências Regionais e dos chamados Estados-Fora da Lei.

FIGURA 3

**A nova Ordem Mundial a partir
da Fragmentação Nuclear**



Para enfrentar tais ameaças, nasceu o grande imperativo militar dos Estados Unidos de hoje, qual seja, **ganhar a guerra em dois grandes Teatros de Operações ao mesmo tempo.** (Negrito do autor.)

Preciso é que se perceba, portanto, que a decisão estratégica de ganhar dois conflitos regionais simultâneos é a consequência natural da fragmentação nuclear na esfera militar, e, o que é mais importante, tal capacidade se transformou na pedra angular que vem mantendo a hegemonia militar dos Estados Unidos em termos mundiais.

Em outro dizer, a aptidão de ganhar a guerra em dois teatros regionais simultâneos solidifica a idéia de que vivenciamos um contexto internacional militarmente unipolar.

Com rigor, o pensamento estratégico militar norte-americano, abeberando-se na lógica do conflito regional, quer desestimular intenções agressivas por parte de um *Estado-bandido*, no caso dos Estados Unidos já estarem engajados em um outro teatro regional de grande magnitude.

Seria o caso, por exemplo, do atual engajamento com o Afeganistão, estimulando a agressão por parte de um país do "eixo do mal", tais como Iraque, Irã, Coreia do Norte ou até mesmo por uma potência regional, tais como Índia ou Paquistão.

Em conclusão, é puro zotismo* acadêmico afirmar que a *pax americana* entrou em vigor a partir da falência geopolítica do império soviético.

Conforme amplamente analisado, restou evidente a incapacidade norte-americana de impor o unipolarismo geopolítico de escopo universal. Em seu lugar, nasce um contexto internacional que é, a um só tempo, economicamente tripolar, geopoliticamente multilateral e militarmente unilinear. Veja a Figura 3, que sintetiza esta idéia.

ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO DO MODELO DO *ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT*

A antiga questão de perquirir** a natu-

reza do poder, tal qual formulada por Michel Foucault, tematiza-se na polêmica noção de que o poder em si não existe, não é algo como a propriedade que se possui ou não. Na visão de Foucault, o que existe são relações ou práticas de poder, o que significa dizer que o poder é

algo que se disputa, que se estimula. É, portanto, com este caráter relacional foucaultiano do poder que se deve, ou pelo menos se deveria, interpretar a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos; tal é, em essência, a gênese de sua construção.

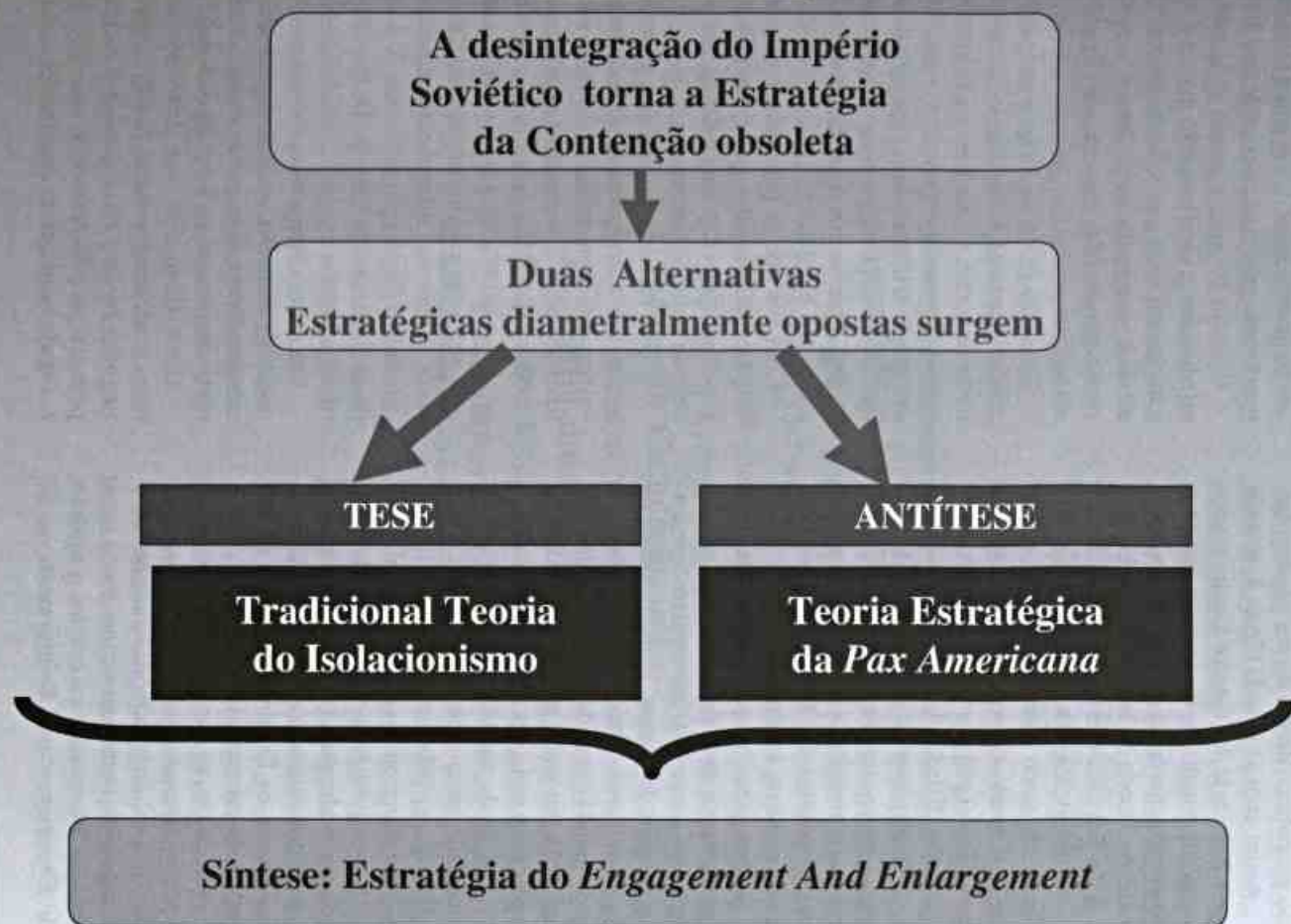
Com efeito, o modelo do *Engagement and Enlargement* é uma estratégia de inserção internacional por excelência que visa a ampliar o poder norte-americano cada vez mais.

É neste mister que os cenários geopolíticos mundiais serão disputados, serão esti-

A democracia é simples mecanismo de mercado, onde as nações são os consumidores e as empresas multinacionais norte-americanas os empreendedores

* N.R.: Zotismo – estado, condição ou ação de zote; estupidez, palermice, tolice, idiotice (*Novo Aurélio*).

** N.R.: Perquirir – investigar com escrupulo; inquirir minudentemente; pesquisar, indagar, perscrutar, esquadrinhar (*Novo Aurélio*).

FIGURA 4

mulados de acordo com a iniciativa norte-americana. Não há mais espaço para a omissão geopolítica dentro da era pós-bipolar.

Assim, com a ajuda da Figura 4, observe que a Estratégia dos Estados Unidos é a solução intermediária entre duas posições diametralmente opostas, isto é, de um lado a tradicional teoria do isolacionismo, do outro a já tão discutida tese da *pax americana*.

A concepção do isolacionismo, também conhecida como *America First*, continua até hoje sendo defendida com ardor por considerável parcela da comunidade estratégica dos Estados Unidos.

Tese responsável pelo esplêndido progresso norte-americano no período entre guerras, representa de certa maneira a omissão geopolítica dos Estados Unidos dentro do contexto internacional.

Estrategistas há que a defendem pelas vantagens que propiciam *inter alia*^{*} o fortalecimento do mercado interno norte-americano, o maior do planeta Terra, a redução de gastos militares, o maior orçamento de defesa do mundo (cerca de 370 bilhões de dólares/ano) e um maior grau de independência em face das variações do cenário mundial.

Apesar de todas essas vantagens, a sociedade norte-americana repeliu a tese isolacionista pela simples perspectiva de perda de controle do sistema global.

A inércia internacional dos Estados Unidos era inadmissível e conseqüentemente instava construir uma estratégia positiva que mantivesse os Estados Unidos no núcleo central do contexto das nações.

Em síntese, na impossibilidade de impor a *pax americana* e, ao mesmo tempo, repudiando a validade da teoria isolacionista, o estrategista norte-americano gerou uma solução intermediária e que foi o modelo do *Engagement and Enlargement*.

A seiva estratégica do modelo norte-americano vem da percepção de que a inserção internacional de um país é fator preponderante para o bem-estar de seu povo.

E assim foi que o gênio pragmático estadunidense idealizou uma matriz de segurança nacional que vincula estrategicamente a prosperidade econômica, a valorização universal da democracia e a hegemonia militar mundial.

Em outro dizer, atreladas a um projeto político superior, estão acopladas três estratégias gerais, a econômica, a cultural e a militar, formando em conjunto uma única **estratégia tridimensional** (negrito do autor), cujo escopo magno visa a maximizar a projeção internacional dos Estados Unidos na era pós-bipolar.

Com este tipo de pensamento em mente, percebe-se melhor que Estratégia dos Estados Unidos é, por excelência, um modelo de inserção internacional.

A bem da verdade histórica, é preciso alertar que a interpretação da valorização universal da democracia deve ser feita a partir de belveder^{**} investigativo mais elevado.

Neste sentido, a democracia não é um princípio axiológico em si, a ser tutelado pelo seu próprio valor intrínseco, mas, ao revés, é mais um instrumento estratégico colocado à disposição da matriz de entrada econômica dos Estados Unidos sobre os demais países.

Em suma, a democracia é simples mecanismo de mercado, onde as nações são os consumidores e as empresas multinacionais norte-americanas os empreendedores.

Diante disso, é de bom alvitre entender que a verdadeira essência da Estratégia do *Engagement and Enlargement* é indicada pelo seu próprio *Nomen Strategikós*, isto é, **engajamento**, traduzindo a idéia núcleo

* N.R.: *Inter alia* – entre outras.

** N.R.: Belveder – pequeno mirante de onde se descortina um vasto panorama; terraço em local elevado.

de repudiar a tradicional tese do isolacionismo e **engrandecimento** (negritos do autor), simbolizando o sistema estratégico tridimensional engendrado para ampliar a sua projeção internacional.

Aliás, não foi sem razão que o próprio nome desta estratégia foi usado como ponto de partida da crítica internacional.

Sob este aspecto, a nomenclatura da estratégia foi usada para denunciar sua linha-gem de dominação, na medida em que indicava nitidamente a vocação expansionista da matriz americana.

A Estratégia dos Estados Unidos foi rejeitada em sua pretensão de se transformar em símbolo universal de desenvolvimento.

Sob color* de engrandecimento mundial, ocultava-se, na verdade, uma estratégia tridimensional de dominação estadunidense.

Em consequência, a comunidade internacional, em especial a doutrina francesa, não demorou a reprovar a

estratégia norte-americana, já que esta foi devidamente interpretada como sendo uma simples questão de retórica e formulada em total arpejo da opinião pública mundial.

Em suma, foi a própria denominação que revelou a natureza estratégica do modelo do *Engagement and Enlargement* e assim sendo, dois anos após a sua promulgação, o nome da estratégia foi trocado, passando a se chamar *in verbis*: *National Security Strategy for a New Century*, isto é, Estratégia de Segurança Nacional para um Novo Século.

A meu talante,** acredito que embora o nome da estratégia tenha sido mudado, a sua essência, a sua vocação, o seu espírito continuaram os mesmos, *id est*, ampliar, sistemicamente e cada vez mais, a esfera de reverberação política dos Estados Unidos da América dentro da nova ordem mundial.

A DIMENSÃO ECONÔMICA DA ESTRATÉGIA DO ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT

A Estratégia pós-fragmentação de Bill

Clinton se caracteriza pela primariedade das relações comerciais globais em detrimento de outras questões, inclusive a da segurança nacional. Sob este aspecto, o fortalecimento da economia dos Estados Unidos mediante a abertura de novos mercados internacionais passou a ocupar lugar especial dentro da matriz de segurança nacional daquele país.

E não foi por acaso que a economia norte-americana atingiu seu ápice ainda na vigência da era do *Engagement and Enlargement*. Durante este período os Estados Unidos tiveram um crescimento ininterrompido de quase nove anos, o maior de toda a história daquele país. Esta é a razão pela qual a estratégia econômica merece ser analisada em separado.

Por não ter condições de impor a unipolaridade econômica mundial, a Estratégia do *Engagement and Enlargement* planejou um mecanismo grandioso que se utiliza

Apoiando a Estratégia do Engagement and Enlargement surge nada mais nada menos que a própria Organização Mundial do Comércio, apta a manobrar multilateralmente sob o influxo dos altos interesses norte-americanos

* N.R.: Color – cor, coloração; colorear (*Novo Aurélio*).

** N.R.: Talante – vontade, desejo, arbítrio; empenho, diligência (*Novo Aurélio*).

FIGURA 5

A dimensão econômica da Estratégia dos EUA



de três grandes zonas de livre comércio de dimensões continentais e que são:

- Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);
- Mercado Transatlântico (União Européia);
- Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

Apoiando estes três grandes centros de atração comercial, surge nada mais nada menos que a própria Organização Mundial do Comércio, apta a manobrar multilateralmente sob o influxo dos altos interesses norte-americanos. É o próprio texto da Estratégia dos Estados Unidos que chama tal sistema estratégico de **Constelação Mundial do Comércio**. Veja a Figura 5. (Negrito do autor.)

Pelo menos, no campo teórico, esta engenharia estratégica teria a capacidade de promover a prosperidade econômica dos Estados Unidos, uma vez que tais blocos ficariam diretamente sob a influência daquele país.

A criação deste sistema poligonal de pactos comerciais foi a arma encontrada para, a um só tempo, enfraquecer o rival japonês na região da Ásia e do Pacífico, manter abertas as portas de penetração dos Estados Unidos no continente europeu e, finalmente, consolidar o espaço geopolítico das Américas em favor da entrada norte-americana.

É de se mencionar, entretanto, que as elites políticas da Europa e da Ásia rapidamente perceberam a grandiosidade do sistema norte-americano e, em consequência, formularam um modelo geopolítico de reação.

No cenário europeu, ocorreu a aceleração da integração da União Européia e a consolidação do Euro como moeda única,

enquanto no contexto asiático foi criada a Área de Livre Comércio da Ásia (AFTA), sem a presença dos Estados Unidos, Canadá e México, componentes do NAFTA e que fazem parte da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

A iniciativa geopolítica de consolidação da AFTA pretende afastar da região a presença hegemônica norte-americana.

Infelizmente, a intelectualidade da América do Sul ainda não percebeu a sutileza do sistema poligonal dos Estados Unidos e assim permanece como o único dos três pólos, sem talento para desenhar uma matriz com caminhos próprios, tendentes a formar um mundo geopolítico sul-americano, coeso e forte na sua unicidade. A luta contra a inferioridade sul-americana será infrutífera se não

ocorrer a sua integração geopolítica.

Em plano acadêmico, a Constelação Mundial do Comércio da Estratégia dos Estados Unidos foi buscar inspiração dentro da **Teoria da Tríade** (negrito do autor), obra intelectual dos

empresários e acadêmicos do Clube de Roma, dentre tais Rockefeller e Kissinger. Também conhecida como Teoria do Trilateralismo Mundial, esta concepção geopolítica clássica foi elaborada ainda nos idos dos anos 70 e visava a fortalecer a economia dos Estados Unidos, a despeito do isolamento dos países comunistas.

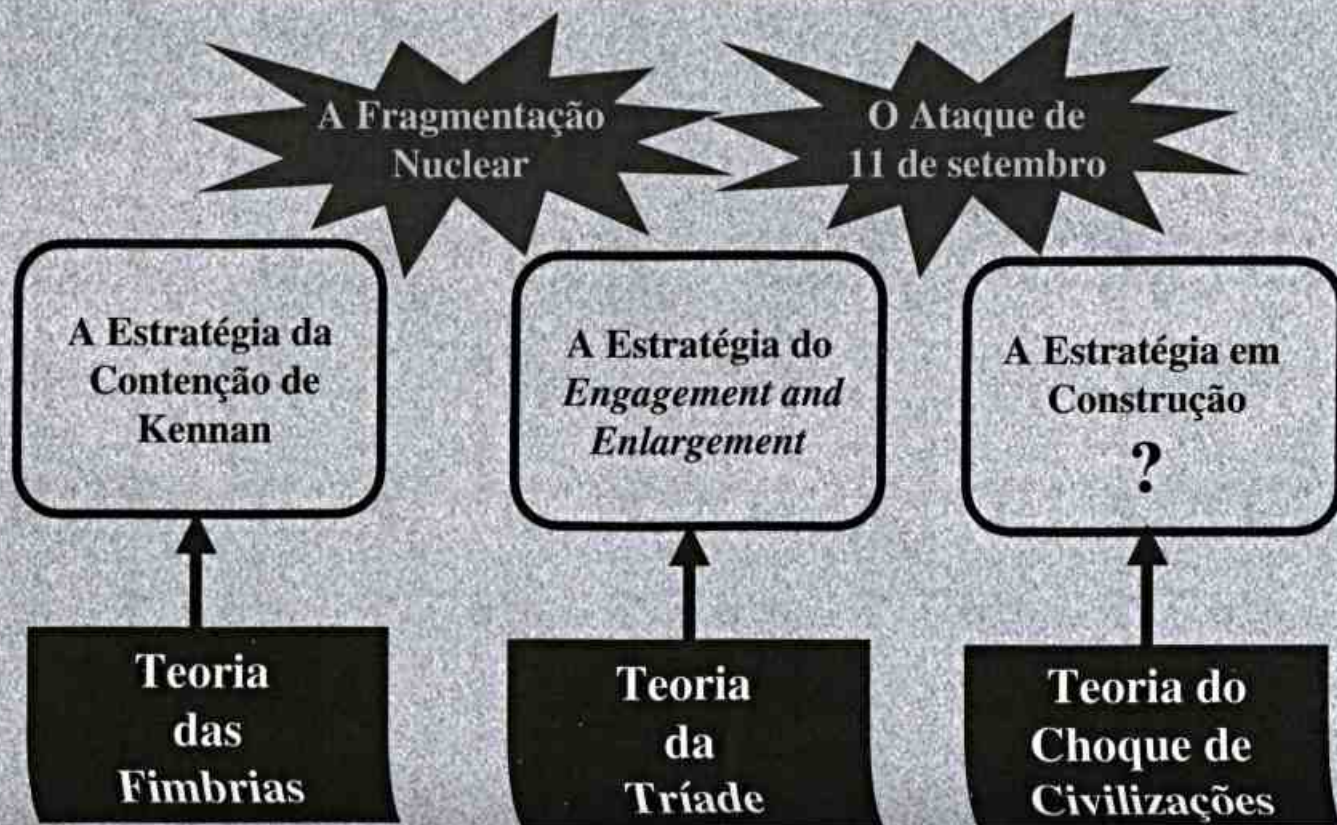
Para tanto, idealizou a formação de um cenário mundial, pautado em três grandes edifícios geopolíticos: o bloco americano, sob a égide dos Estados Unidos e do dólar; o bloco europeu, sob o pálio da Alemanha e do marco, e, finalmente, o bloco asiático, sob o acicate^{*} do Japão e do iene.

A luta contra a inferioridade sul-americana será infrutífera se não ocorrer a sua integração geopolítica

* N.R.: Acicate – espora de uma só ponta; pua; incentivo, estímulo (*Novo Aurélio*).

FIGURA 6

As Teorias Geopolíticas Clássicas como fundamento das estratégias norte-americanas



Observe que a Teoria da Tríade retirava a União Soviética da cúpula do contexto das nações, rebaixando-a a país periférico do bloco europeu.

Com isso, os três grandes blocos continentais ficariam diretamente sob a influência dos Estados Unidos, único líder do mundo, e tendo como auxiliares diretos as megapotências, o Japão e a Alemanha. Em certo sentido, o domínio global dos Estados Unidos seria exercido mediante a atuação de países suseranos,* Japão e Alemanha, responsáveis pelo controle direto dos respectivos países vassallos no âmbito de seus blocos.

Com efeito, não há como contestar a nítida influência da Teoria da Tríade na elaboração do sistema poligonal da Estratégia do *Engagement and Enlargement*.

A única diferença é que agora estamos falando de blocos organizados internacionalmente, isto é, ALCA, Mercado Transatlântico e APEC.

O que não muda é a vassalagem dos países periféricos, que continuam recebendo tratamento inferiorizado no âmbito das relações comerciais de nível global.

Em conclusão, a dimensão econômica é preponderante dentro da tridimensionalidade da Estratégia do *Engagement and Enlargement*. Isso quer dizer que a prosperidade econômica dos Estados Unidos suplanta as outras duas dimensões, a militar e a cultural.

A partir do advento de 11 de setembro, tal quadro vai mudar radicalmente.

Os imperativos de segurança nacional dos Estados Unidos ganham nova roupagem, posto que agora o combate ao terrorismo exsurge** em plenitude.

A estratégia em construção vai fazer retornar a primazia da dimensão militar no plano mais amplo da segurança nacional. A vulnerabilidade do Estado norte-americano aos ataques terroristas vai estimular a integração de todas as forças estatais no seu combate. A necessidade imperiosa de conter o risco de ataques nucleares, químicos e biológicos vai estimular a construção de um arranjo internacional voltado para aniquilar o "eixo do mal", ou seja, os

países-bandido Irã, Iraque e Coreia do Norte.

O legislador e o estadista norte-americanos terão que descobrir novas fórmulas que conciliem leis draconianas e o tradicional espírito de liberdade do povo norte-americano.

O choque de civilizações tenderá a aumentar as tensões internacionais.

A exploração econômica do G7 terá que ser revista e o protecionismo agrícola dos países ricos deve ser tema inegociável dentro da pauta de debates da Organização Mundial do Comércio.

Enfim, podemos concluir afirmando, com a ajuda da Figura 6, que a Teoria das Fimbrrias serviu de fundamento para a Estratégia da Contenção de Kennan, enquanto a Teoria da Tríade forneceu as bases teóricas para a Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton.

A revisão aspiniana de 1993 é o fenômeno estratégico que reflete com mais perfeição a evolução do pensamento militar norte-americano a partir da fragmentação nuclear

* N.R.: Suserano – que possui um fundo do qual outros dependem (*Novo Aurélio*).

** N.R.: Exsurgir – erguer-se, levantar-se (*Novo Aurélio*).

Resta, agora, indagar se caberá à Teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington respaldar o futuro paradigma de segurança dos Estados Unidos, ora em construção.

A NOVA INICIATIVA ESTRATÉGICA NORTE-AMERICANA: A REEDIÇÃO DA GUERRA NAS ESTRELAS

Para entender completamente a proposição estratégica do Governo Bush, é preciso remontar ao ano de 1993 e examinar a reformulação estratégica denominada de *Bottom-Up Review*, operada sob o pálio intelectual do então secretário de Defesa, Les Aspin.

Em essência, o *Bottom-Up Review* significa aquela já citada decisão estratégica de ganhar a guerra em dois grandes Teatros de Operações simultâneos, decisão esta nascida de uma revisão feita de baixo para a cima, como a indicar o próprio nome do documento elaborado pelo secretário Les Aspin.

A revisão aspiniana de 1993 é o fenômeno estratégico que reflete com mais perfeição a evolução do pensamento militar norte-americano a partir da fragmentação nuclear.

Com efeito, é um divisor de águas, na medida em que traduz, de um lado, a decadência da estratégia Guerra nas Estrelas, símbolo máximo da doutrina armamentista do governo Reagan, grande incentivador da escalada nuclear com altos gastos em Defesa. Do outro lado, marca o nascimento da Estratégia Militar do Engajamento Seletivo e Flexível e da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, estratégias que constituem as duas faces de um mesmo projeto nacional de redução de gastos militares e de valorização econômica do governo Clinton.

Antes da revisão estratégica de 1993, a pedra angular do pensamento militar dos

Estados Unidos recaía na predominância do risco nuclear global.

E tanto foi assim que a dissuasão do terror nuclear condicionou a elaboração de todos os modelos norte-americanos, desde a estratégia da **Resposta Flexível**, passando-se pelas construções estratégicas da **Coeexistência Pacífica** e da **Destruição Mútua Assegurada** até, finalmente, chegar-se à famosa estratégia planetária, ou como ficou mais conhecida, a estratégia da **Guerra nas Estrelas**, principal responsável pela desintegração soviética. (Negritos do autor.)

Embora de extrema importância, a análise das estratégias nucleares refoge* ao escopo deste trabalho, razão pela qual será aqui abandonada.

Não obstante isso, é importante fixar bem a noção de que o ciclo de estratégias com viés nuclear termina com a elaboração da Guerra nas Estrelas, apogeu da trajetória armamentista de Ronald Reagan, e que a revisão de Les Aspin tratou de nulificar, criando a idéia núcleo da capacidade militar de ganhar duas guerras regionais ao mesmo tempo, referencial suficiente para manter a hegemonia militar norte-americana em termos mundiais e também apropriado à nova matriz tríplice de ameaças surgida com a fragmentação nuclear.

Com a chegada de George W. Bush ao poder, ocorre então uma reversão de rumo estratégico, iniciando-se a quebra da tendência de redução das armas nucleares em vigor desde 1972, com o Tratado ABM com a Rússia. Em seu lugar, retoma-se o legado armamentista da doutrina Reagan. A única diferença entre as estratégias de Reagan e Bush repousa no inimigo, ou seja, a mesma estratégia está sendo ressuscitada para enfrentar a nova ameaça dos chamados países-bandido e em especial o "eixo do mal" – Iraque, Irã e Coreia do Norte.

* N.R.: Refoge – de refugir –, tornar a fugir, fugir novamente (Novo Aurélio).

A Estratégia da Guerra nas Estrelas recebeu originalmente a designação de *Strategic Defense Initiative* (SDI) e seu propósito era garantir a integridade do território norte-americano por intermédio de um sistema de defesa antimísseis que combina estações terrenas e de satélites com a capacidade de anular a efetividade de mísseis balísticos, portadores ou não de ogivas nucleares, lançados contra os Estados Unidos.

A meu siso,* acredito que esta iniciativa norte-americana deveria ser acusada de retrógrada por trazer de volta o clima de suspeição, experimentado durante toda a Guerra Fria.

Além de rejeitar o conceito estratégico da *Força em Redução* de Bill Clinton, rompe o equilíbrio entre as potências nucleares na medida em que os Estados Unidos passam a ficar imunes aos ataques disparados contra o seu território.

Tal escudo antimísseis vai permitir, por um período inicial, a superioridade dos Estados Unidos da América, mas, por outro lado, após a devida maturação intelectual por parte das elites das potências nucleares, poderá provocar uma nova escalada nuclear.

A ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA E SEUS REFLEXOS NO CENÁRIO SUL-AMERICANO

O pensamento estratégico dos Estados Unidos confronta duas visões antagôni-

cas sobre o papel da América do Sul dentro do cenário pós-bipolar. Com efeito, a relevância estratégica do continente sul-americano para os Estados Unidos varia de acordo com a dimensão da perspectiva em análise.

No plano da Segurança Nacional, por exemplo, a importância estratégica da América do Sul chega mesmo a ganhar laivos de nulidade.

Esta quase insignificância estratégica deriva de um elenco diverso de fatores, a saber: é a região mais desmilitarizada do planeta; é uma área internacional livre dos extremismos religiosos e, por via de consequência, livre de ataques terroristas; é um conjunto geopolítico caracterizado pela ausência de potências nucleares, já que Brasil e Argentina abdicaram desta prerrogativa e, o que é mais importante, não des-
ponta do contexto sul-

No plano da Segurança Nacional, a importância estratégica da América do Sul chega mesmo a ganhar laivos de nulidade

*

O sexto axioma do Princípio de Williamsburg consigna a tentativa de transformar o poder militar das nações sul-americanas em simples força policial

americano nenhum país que possa ser classificado como *Estado-bandido* ou *Estado Fora da Lei*, dentro da categoria das ameaças de proliferação das armas de destruição em massa.

Em consequência, sob a ótica da matriz pós-fragmentação, restam para o continente sul-americano apenas as ameaças transnacionais, valendo repetir, o terrorismo e o crime organizado internacionais, o fluxo migratório de pessoas, os danos ambientais *et alii*.**

* N.R.: Siso – sentido; bom-senso; juízo, tino, prudência, circunspeção (*Novo Aurélio*).

** N.R.: *et alii* – e outros.

Eis a razão pela qual as elites políticas sul-americanas estão sendo seduzidas no sentido de orientar o uso de suas Forças Armadas para o combate a este tipo de ameaça, que tenta ser exportada dissimuladamente pelo estrategista norte-americano.

Para dar fundamento a uma afirmação deste jaez, basta recorrer ao documento denominado *United States Security Strategy for the Americas*, assinado pelo então secretário de Defesa daquele país, William J. Perry, em 1994. Este documento é a Estratégia dos Estados Unidos para as Américas.

Tal Estratégia formulou seis grandes axiomas denominados de **Princípios de Williamsburg** (local da Reunião), dentre os quais, mais precisamente, o sexto consigna a tentativa de transformar o poder militar das nações sul-americanas em simples força policial.

Com efeito, é por simples interpretação literal dos princípios de *Williamsburg* que se descortina a iniciativa dos Estados Unidos de envolver as Forças Armadas sul-americanas na luta contra o *narcoterrorismo*.

Sob o pretexto de aumentar a segurança hemisférica, os Estados Unidos revigoram a idéia de solidariedade hemisférica, criando o conceito de responsabilidade compartilhada, que nada mais significa do que a redução das Forças Armadas sul-americanas em simples milícia policial. Em síntese, a **nova ordem militar de Williamsburg** deixa entrever que a manutenção da paz e

da segurança no contexto sul-americano ficará a cargo dos Estados Unidos, não havendo mais necessidade de manter, no âmbito do continente, as ameaças externas. (Negrito do autor.)

As construções estratégicas militares da América do Sul devem convergir para um fim superior e comum, qual o combate ao *narcoterrorismo*, razão quintessencial pela qual ainda se justifica a existência de Forças Armadas.

Em rápida digressão e mudando-se o que deve ser mudado, a Estratégia dos Estados Unidos para as Américas faz lembrar o conceito filosófico do **Leviatã hobbesiano**. (Negrito do autor.)

Com efeito, se Thomas Hobbes, para legitimar o absolutismo, pregava que os cidadãos comuns deveriam entregar suas liberdades individuais para que o monarca absoluto, o Leviatã, o Deus mortal, proporcionasse paz e segurança dentro do ambiente de caos do Estado da Natureza, a nova ordem militar de **Williamsburg** sugere que os Estados Unidos, um verdadeiro **Leviatã de Estados Nacionais**, a nação todo-poderosa e militarmente hegemônica, devem proporcionar a segurança coletiva em âmbito hemisférico em troca das soberanias relativizadas das nações sul-americanas.

que devem agora erigir o *narcoterrorismo* como núcleo central de suas respectivas formulações estratégicas de Segurança Nacional. (Negritos do autor.)

A nova ordem militar de Williamsburg sugere que os Estados Unidos, um verdadeiro Leviatã de Estados Nacionais, a nação todo-poderosa e militarmente hegemônica, devem proporcionar a segurança coletiva em âmbito hemisférico em troca das soberanias relativizadas das nações sul-americanas

É, portanto, dentro deste panorama de relações estratégicas de subalternidade que o sexto princípio de Williamsburg deve ser repellido e é exatamente pelo mesmo motivo que o conceito estratégico da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) deve ser plenamente compreendido pela elite intelectual brasileira.

A ZPCAS é uma construção genuinamente brasileira em termos de segurança hemisférica e tem o propósito cardinal de neutralizar qualquer iniciativa tendente a criar um mecanismo multilateral de Defesa nos moldes da OTAN.

Em essência, a ZPCAS tem o dom de neutralizar a presença hegemônica norte-americana no hemisfério e, o que é mais importante, serve como **vetor geopolítico da projeção internacional brasileira**, tanto em relação à América do Sul como em relação à África Atlântica, com ênfase especial à África do Sul e aos países de língua portuguesa. (Negrito do autor.)

Em síntese, a visão dominante dos Estados Unidos sobre o papel das Forças Armadas da América do Sul no contexto pós-bipolar chega mesmo às raias da nulidade.

Os Estados Unidos querem, agora, exportar o *narcoterrorismo* como tema central da segurança hemisférica, como da mesma forma exportaram, no período da bipolaridade, o engodo da predominância das operações anti-submarino no contexto do Atlântico Sul. Há que se vencer a dissimulação estratégica dos Estados Unidos no âmbito sul-americano.

Se, em termos de Segurança Nacional, o papel da América do Sul é ancilar* e insignificante, o mesmo não acontece no **plano econômico**.

Sob a ótica dos fluxos de exportações norte-americanas, o mercado da América

do Sul começou a ganhar relevo a partir das reações européia e asiática ao plano montado pela dimensão econômica da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, cujo zênite é atingido com a criação da Constelação Mundial do Comércio, ou seja, o sistema poligonal de pactos comerciais. Consulte a Figura 5 novamente.

A criação de modelos geopolíticos de reação, tanto na Europa como na Ásia, quebrou a grandiosidade do aparato norte-americano e, o que é mais grave, fez com que a ALCA se transformasse em projeto de Estado para os Estados Unidos, vez que o cenário latino-americano acabou subsistindo como único bloco geopolítico incapaz de construir uma concepção própria de resistência.

Dentro deste panorama de inaptidão geopolítica de reação, ganha relevância a teorização feita pelo Coronel Mafra, do Exército brasileiro, ao engendrar a sua **Teoria do Quaternio**.

Seu grande mérito repousa na idéia-força de que as nações latino-americanas não devem aceitar tratamento inferiorizado por ocasião da formação de grandes blocos extra-hemisféricos. Com isso, rejeita a tripolaridade econômica mundial e propõe a formação de um **contexto mundial quadripolar**, tendo-se como grandes centros de atração geopolítica, além dos tradicionais blocos norte-americano, europeu e asiático, o bloco latino-americano, integrado e atuando com unicidade geopolítica. (Negrito do autor.)

A **essencialidade da Teoria do Quaternio** reside no seu repúdio a todas as outras grandes concepções geopolíticas clássicas que colocam o bloco latino-americano em relação de subalternidade com os Estados Unidos.

* N.R.: Ancilar – relativo a ou próprio de ancila; auxiliar; subsidiário (*Novo Aurélio*).

Ancila – escrava, serva (*Novo Aurélio*).

Com efeito, as teorias tradicionais criam um eixo de verticalidade que sempre inferioriza a América Latina em relação aos Estados Unidos, e assim acontece na Teoria das Pan-Regiões do General Karl Haushoffer ao criar a Pan-América sob a égide dos Estados Unidos, e assim só suceder na Teoria das Casas ou Zonas Monetárias de Jacques Brochard, ao engendrar a Federação das Américas sob o influxo do dólar norte-americano e, finalmente, assim costuma ocorrer na Teoria da Tríade do Clube de Roma ao inferiorizar todos os países americanos em relação aos Estados Unidos.

Apesar de ser reconhecidamente a melhor solução geopolítica para as nações periféricas das Américas do Sul e Central, a meu talante, acredito que a implementação da Teoria do Quaternio é de difícil exequibilidade.

Sob este aspecto, basta constatar que o México já se encontra irremediavelmente vinculado ao NAFTA e que os países do Caribe e da América Central estão mais próximos estrategicamente dos Estados Unidos do que de qualquer outro país sul-americano; enfim, a integração do espaço geopolítico da América Latina, livre da interferência norte-americana, é tarefa hercúlea que se encontra no limiar da intangibilidade.

Assim sendo, creio que a única solução remanescente perpassa inexoravelmente pela redução do espaço geopolítico da Teoria do Quaternio para o continente sul-americano. Isso significa dizer que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida da construção de um modelo geopolítico de reação ao projeto norte-americano de penetração internacional. Não há outro caminho a trilhar: ou a América do Sul se integra ou se subordina geopoliticamente aos Estados

Unidos; ou o Brasil assume sua liderança na América do Sul ou vê seu sonho de hegemonia regional esvair-se.

Sob este aspecto, vale trazer a lume a concepção estratégica desenvolvida por uma equipe de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) que tinha por escopo nuclear o estudo das perspectivas de integração da América do Sul no mundo globalizado.

Para fazer face à estratégia de projeção estadunidense, foi planejado um modelo estratégico, engendrado sob os cânones da liderança brasileira no cenário sul-americano e sob os auspícios da imprescindibilidade de realizar uma inserção internacional multipolar, vale repetir, uma projeção internacional não vinculada a um único pólo de atração, como por exemplo a ALCA.

Neste mister, advogou-se a inserção brasileira realizada de modo equânime entre os três principais blocos mundiais, isto é, ALCA, União Européia e APEC.

Além disso, não se pôde descurar da projeção brasileira no continente africano.

E assim é que a **Frente Atlântica** foi incluída dentro do modelo estratégico de reação constituído de **três fases** distintas, porém interdependentes e complementares entre si.

Com ajuda da Figura 1, verifique inicialmente a **fase externa de inserção multipolar** caracterizada pelas Frentes Européia, Atlântica e Asiática. O propósito básico desta fase é fortalecer a integração sul-americana mediante o estabelecimento de acordos comerciais envolvendo o Mercosul e os demais blocos continentais, bem como incentivar a projeção sul-americana e em especial a brasileira no continente africano.

A **segunda fase** de jaez interno pretende avançar no processo de integração me-

Há que se vencer a dissimulação estratégica dos Estados Unidos no âmbito sul-americano

dianete a interconexão dos três principais conjuntos geopolíticos da América do Sul, o Arco Amazônico, o Pacto Andino e o Cone Sul.

Tal fase recebeu a denominação de integração do **triângulo geopolítico sul-americano**. (Negrito do autor.)

Seu propósito básico é solidificar a ALCSA, isto é, a Área de Livre Comércio da América do Sul, cujo ponto de partida foi dado a partir da decisão fundamental de interligar permanentemente o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

Finalmente, surge a **terceira etapa**, denominada de **fase de maturidade sub-regional**, que se pauta na idéia-força do investimento seletivo. (Negritos do autor.)

Sob este aspecto, a América do Sul, com inserção independente e integrada internamente, ganharia a capacidade de receber investimentos estrangeiros não malignos, isto é, investimentos internacionais que não produzam o chamado ciclo da periferia ou do empobrecimento estatal.

Em outras palavras, a América do Sul, atuando como um todo, poderia ganhar dimensão geopolítica tal que permitisse desarticular o mecanismo estrutural de déficit na balança de serviços.

Com rigor, os investimentos estrangeiros chegados em um ciclo se transformam em remessa de lucros ou pagamentos de juros no ciclo seguinte, provocando cada vez mais alta dependência dos fluxos internacionais de capitais.

Em suma, **as três fases** visam a fortalecer o projeto sub-regional de integração, em nítida oposição ao alinhamento automático

aos Estados Unidos, cujo plano tem como espeque* a rápida consolidação da ALCA, fator fundamental para a prosperidade da economia dos Estados Unidos, especialmente diante do sucesso da União Européia e da reação asiática.

Nossa proposição tem o fito de sistematizar a inserção internacional do Brasil a partir da integração sul-americana, feita mediante a projeção multipolar das frentes externas e da interligação dos três principais cenários geopolíticos sul-americanos.

Não há outro caminho a trilhar: ou a América do Sul se integra ou se subordina geopoliticamente aos Estados Unidos, ou o Brasil assume sua liderança na América do Sul ou vê seu sonho de hegemonia regional esvair-se

*

Urge ao Brasil afastar a sua postura geopolítica introspectiva e recuperar o tempo perdido, assumindo a liderança sul-americana

CONCLUSÃO

Este trabalho acadêmico procurou *Ab Initio Usque Ad Mais*** analisar a evolução do pensamento estratégico dos Estados Unidos de um modo independente e crítico.

Pela sistematização das estratégias norteamericanas, foi possível perceber que a in-

* N.R.: Espeque - escora; apoio, arrimo, amparo (*Novo Aurélio*).

** N.R.: *Ab Initio Usque Ad Mais* - deste o início até o fim.

serção internacional de um país deve ser ato soberano, sem maiores limitações impostas por nações hegemônicas e poderosas.

Pela sua dimensão geopolítica, as estratégias norte-americanas tendem a possuir efeitos de extraterritorialidade, que avançam, diretamente, sobre o terreno interno das demais nações do mundo. E assim ocorreu com os governos militares durante a vigência da Estratégia de Kennan, e assim está acontecendo com as nações periféricas que não conseguem reagir ao esquema do *Engagement and Enlargement*.

Dotadas de extraordinária lógica de construção, as estratégias estadunidenses buscam sempre concepções geopolíticas clássicas que lhes sirvam de fundamento.

Sob este aspecto, é iniludível a influência da Teoria das Fímbrias na Estratégia da Contenção de Kennan e é irresponsável a ascensão da Teoria da Tríade sobre a Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton.

Resta aguardar para saber se a Teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington será a fonte de inspiração de um novo modelo pós-ataque terrorista de 11 de setembro. Veja novamente a Figura 6.

Em belveder de investigação mais elevado, compreendeu-se a que a Estratégia do *Engagement and Enlargement* se abeberou da idéia-força de que Segurança Nacional e prosperidade econômica caminham indissolúvelmente juntas.

Aliás, é neste mister que acredito que os ataques terroristas de 11 de setembro irão retirar a validade do modelo do *Engagement and Enlargement*.

O estadista e o legislador norte-americanos terão que repensar um novo paradigma de Segurança Nacional, considerando agora novas formas de relações internacionais e novas fórmulas de combate ao terrorismo.

Se a Estratégia da Contenção teve validade por várias décadas, a Estratégia do *Engagement and Enlargement* terá vida curta.

O futuro paradigma de Segurança Nacional dos Estados Unidos vai ter que repensar a sua forma de atuação internacional.

Atitudes radicais, tais como a da Convenção de Kioto ou a do abandono da Conferência anti-racismo, terão que ser reconsideradas.

A solução vislumbrada terá que privilegiar a igualdade de oportunidades para todos os Estados nacionais. **O ciclo da periferia terá que ser combatido.**

Não é somente a nação mais poderosa do mundo que tem a

tarefa de repensar seu modelo de inserção internacional; o Brasil também a tem. Deitado em berço esplêndido por muito tempo, o gigante brasileiro, pela própria natureza, país de perfil continental e atlântico, se omitiu geopoliticamente do cenário sul-americano. Tal afastamento motivou o surgimento de um vácuo de poder na medida em que nenhuma outra nação sul-americana reunia as condições geopolíticas para liderar o processo de integração subcontinental.

Assim sendo, urge ao Brasil afastar a sua postura geopolítica introspectiva e recuperar o tempo perdido, assumindo a liderança sul-americana que lhe é demandada pelos demais países do continente.

São posturas tais que engrandecem a nação brasileira e que denegam a relação de subalternidade, relação esta imposta pela tripolaridade econômica mundial

Neste mister, há que se construir um modelo geopolítico genuinamente sul-americano, que privilegie a exploração das vocações naturais das suas diversas sub-regiões e que potencialize as intercomplementaridades de comércio intracontinental.

É edificante constatar a postura internacional positiva do Brasil na recente questão da quebra de patentes dos remédios contra a AIDS e também a firmeza do governo brasileiro na complicada discussão em torno da proteção agrícola dos países ricos no âmbito da OMC.

São posturas tais que engrandecem a nação brasileira e que denegam a relação de subalternidade, relação esta imposta pela tripolaridade econômica mundial.

Em sentido acadêmico, este trabalho propôs, em um primeiro momento, repensar a inserção internacional do Brasil mediante o estabelecimento das Frentes Européia, Atlântica e Asiática.

Ao depois, sugeriu desenvolver uma matriz de cooperação subcontinental a partir da integração dos três principais conjuntos

geopolíticos sul-americanos. Sob este aspecto, os cenários do Arco Amazônico, do Pacto Andino e do Cone Sul se mesclariam, formando o ideal mundo geopolítico sul-americano, forte e coeso, apto a quebrar o ciclo da periferia por intermédio da aplicação do conceito de investimento seletivo.

Com efeito, seria estabelecida uma política sul-americana uniforme, evitando-se a maligna e desordenada busca de investimentos estrangeiros que trazem vantagens, mas não tantas quantas as que são apregoadas.

Há um custo político alto a ser pago pelas gerações futuras que já nascem sem perspectivas de reação.

Em suma, fortalecer o espírito de latinidade e abduzir* o estigma de inferioridade da alma sul-americana são tarefas difíceis, mas não impossíveis.

É preciso perseverar e perseverar.

Ou a América do Sul se integra sob a hegemonia benigna brasileira, ou então se confirmam as clássicas teorias geopolíticas que sempre a inferiorizam em relação aos Estados Unidos da América do Norte.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Estratégia /; Fragmentação nuclear; Modelo de *engagement and enlargement*; Guerra nas estrelas;

* N.R.: Abduzir – afastar parcial ou totalmente da linha mediana do corpo; desviar de um ponto, afastar, arredar (Novo Aurélio).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. "ALCA: o jogo já começou". *Revista da Câmara Americana de Comércio*. São Paulo, n. 369, Mensal, 11p, 2001.
2. ASPIN, Les. *Report on the bottom-up review*. Washington, DC: s.ed. 1993, 109p.
3. BRODIE, Bernard. *War and politics*. New York, 1973.
4. CHOMSKY, Noam. "Um divisor de águas para os Estados Unidos". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 2001. p.14.
5. CAMINOTO, João. "Resposta do Mercosul à União Européia deve sair até fim de setembro". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2001.
6. COHEN, William S. *Report of the quadrennial defense review*. Washington, DC: 1997, 70p.
7. CLINTON, William. *A national security strategy of engagement and enlargement*. Washington, DC: 1995.
8. COLSON, M. "La strategie americaine". In: *Conférence au Collège Interarmées de Défense*. Paris, 1996. 17p.
9. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA(Brasil). "Fundamentos doutrinários". Rio de Janeiro: A Escola, 1998.
10. _____. *Fundamentos das relações internacionais e conceitos de atuação no campo externo*. Rio de Janeiro, 2001.
11. _____. *Geopolítica: introdução ao estudo*. Rio de Janeiro, 2001.
12. _____. *O pensamento geopolítico brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001.
13. HANDEL, Michel I. *Masters of war: Sun Tzu, Clausewitz and Jomini*. Portland, 1992, 176p.
14. _____. *Weak states in the international system*. London, 1981.
15. HOBBSBAWN, Eric. "Entre a razão e a insanidade. Uma reflexão sobre os atentados". *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 set. 2001.p. 12.
16. SKLAR, Holly. *The trilateralism*. Boston, 1980, 604p.
17. KEEGAN, John. *The second world war*. New York, 1989, 608p.
18. KENNAN, George F. *American diplomacy*. New York, 1951,127p.
19. LLOYD, Richmond M. *Strategy and force planning framework*. Newport, RI, 1995, pp 1-14.
20. NIXON, Sonda J. *The global economy*. Washington, DC: 1994, pp3-6.
21. OWENS, Mackubin. *The evolution of u.s. military strategy since world war II: an overview*. Newport, RI, 1995, pp 433-445.
22. PALMER, Colton. *A history of the modern world*. 8ed. New York, 1989, pp 1057-1065.
23. PARET, Peter. *Makers of modern strategy from Machiavelli to the nuclear age*. New Jersey, 1986, 941p.
24. PERRY, William J. *United states security strategy for the Americas*. Washington, DC: 1995.
25. SHALIKASHVILI, John M. *National military strategy of flexible and selective engagement*. Washington, DC: 1995.
26. _____. *National military strategy of shape, respond, prepare now: a military strategy for a new era*. Washington, DC: 1997, 30p.
27. SPANIER, John, STEVEN, W. Hook. *American foreign policy since world war II*. 13.ed. Washington, DC: 1995, 356p.
28. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do pensamento naval estratégico brasileiro*.

AS BICUDAS

LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

- Introdução
- As traineiras (*trawlers*)
 - Características*
 - Os nomes*
 - A construção*
 - O armamento*
- A participação na guerra
 - As ações do Henrique Dias*
- A guerra termina
- Servindo a paz.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar-se o último ano da década iniciada em 1930, acumulavam-se no ambiente europeu as evidências de que as sucessivas crises que envolviam as nações do Velho Continente encaminhavam-se para um desfecho sangrento.

A delicadeza da situação resultava em ponderável aumento das Forças Armadas

daquelas nações, à época alinhadas em lados opostos e, como não poderia deixar de ser, a Armada britânica não haveria de deixar-se surpreender pelos eventos bélicos, os quais aparentavam estar cada vez mais próximos.

A chamada Grande Guerra, iniciada em 1914, havia demonstrado ao insular império a indispensável necessidade de utilizar, na defesa do extenso litoral fronteiro ao conti-

nente europeu, a numerosa frota de barcos pesqueiros de que dispunha, quer na limpeza das águas prontamente infestadas de minas, quer no ataque aos submersíveis que se aproximassem.

AS TRINEIRAS (TRAWLERS)

Assim sendo, como suplemento à construção naval em seu próprio território, já superlotada de encomendas, o Reino Unido, por intermédio da firma Campbell and Sons, de Glasgow, contactou os estaleiros da Ilha do Viana, de propriedade do Sr. Henrique Lage, sobre a possibilidade de construir seis trineiras (*trawlers*) nesses estaleiros.

Aceita a proposta, devidamente encaminhada por meio dos bons ofícios da Embaixada britânica, então sediada no Rio de Janeiro, foi imediatamente assinado o competente contrato, conforme referendado pela empresa construtora, em julho de 1939, contrato este do qual assumiu a responsabilidade a firma The Marine Navigation Company Ltd..

Características

Possuiriam as embarcações casco de aço, apresentando desenho tipicamente britânico. Não seriam elegantes, porém sólidas, com o deslocamento previsto de 680 toneladas, em condições de carga leve, atingindo, porém, as 920, se completado seu carregamento.

Suas dimensões seriam de 53,8 metros de comprimento total; 8,54 de boca; 4,88 de calado leve, o qual, porém, poderia atingir os 6,8 metros, em condições de carga máxima.

As máquinas dessas trineiras seriam alternativas, de tríplex expansão, desenvolvendo 1.000 HP, o que lhes permitiria alcançar velocidades estimadas entre 12,5 e 14 nós.

Possuiriam duas caldeiras cilíndricas, aquatubulares, próprias para a queima de carvão, o que era compatível com a produção carbonífera britânica, de excelente qualidade, além de evitar o consumo excessivo de óleo, em caso de escassez, condição previsível, dada a eventualidade, cada vez mais próxima, de nova guerra na Europa.

Os nomes

A primeira delas haveria de receber o nome de *Pargo*, segundo nos informa o Dr. Pedro Brando, Superintendente das Organizações Henrique Lage, após o falecimento do ilustre brasileiro que dera nome à organização, superintendente este a quem coube fazer a oração de praxe, por ocasião do lançamento ao mar desta unidade.

As demais receberiam os nomes de *Pampeiro*, *Pampo*, *Parai*, *Palombeto* e *Paru*, segundo o ilustre historiador Almirante Lucas Alexandre Boiteux.

Ocorre, entretanto, que a publicação inglesa *Janes Fighting Ships* relaciona outra série de nomes para tais navios, denominando-os *Pargo*, *Papaterra*, *Pâmpano*, *Parati Pelegrim* e *Paru*. Estas discordâncias estão a indicar que, se ambas as informações estiverem corretas, como é lícito supor, algumas delas teriam tido seus primeiros nomes alterados durante a construção, o que analisaremos a seguir.

A construção

O que importa constatar é que, ao ter início o temido conflito, envolvendo a Grã-Bretanha, a 3 de setembro de 1939, já haviam decorrido dois meses desde a assinatura do contrato, para que fossem construídas as novas embarcações. Entretanto, o início das obras ter-se-ia atrasado, pois o Volume V, Tomo 2, da *História Naval Brasileira* registra como época para tal início o mês de **fevereiro de 1941**.

Não obstante, a construção teve rápido desempenho, pois já a **11 de junho de 1942**, era lançada às águas da Guanabara a **primeira** dentre elas, a já referida *Pargo*. Sobre seu nome, que está em desacordo com a referida publicação inglesa, não restam dúvidas, conforme pode ser constatado na obra intitulada *Porque não temos Construção Naval no Brasil*, de autoria do já referido Sr. Pedro Brando. Este nome é confirmado pelo Almirante Boiteux. Mais tarde, ser-lhe-ia atribuído, em definitivo, o nome de *Matias de Albuquerque*.

A **segunda traineira** a ser lançada ao mar seria a *Pampeiro*, conforme registra o volume V dos *Subsídios para a História da Marinha do Brasil*, tendo a cerimônia sido realizada em **2 de julho**, o mês seguinte, embora o referido volume dos *Subsídios* refira-se à mesma data da primeira dentre elas, certamente por engano. Segundo o *Janes*, seu nome, porém, seria *Papaterra*. O nome desta segunda belonave viria a ser *Filipe Camarão*, quando incorporada à Marinha do Brasil.

A **24 de agosto** do mesmo ano, foram, todas as traineiras em construção, transferidas para a Armada brasileira.

Pedro Brando refere-se a que tenham sido cedidas, porém como, segundo os termos do contrato para sua construção, seu pagamento seria feito, "em prestações um tanto por unidade, sendo a primeira no lançamento, a segundo quando a obra estivesse em meio e a terceira por ocasião da entrega, descontados os preços dos materiais a serem fornecidos pelos ingleses e as máquinas que deviam vir da Inglaterra", pouco teria sido desembolsado, para sua construção até o momento, tratando-se assim de um tipo de cessão praticamente sem despesas para o doador, cabendo mesmo notar que a maquinaria, em parte, foi também construída pelas oficinas da Ilha do Viana.

Certamente o grosso, senão a totalidade dos ônus, há de ter cabido ao Erário brasileiro. A **terceira traineira** terá sido provavelmente a *Pâmpano*, pois não pode seu nome ter sido *Pargo*, citado pelo *Janes*, à vista do que já foi exposto, podendo-se estimar que a publicação inglesa tenha trocado os nomes entre a primeira e a terceira traineiras, já que uma fotografia desta embarcação, existente na mesma obra de Pedro Brando, mostra-nos um nome cujo comprimento é de todo compatível com a palavra *Pâmpano*, palavra que por outro lado tem o mesmo significado de *Pampo*, citado por L. Boiteux.

Este vaso viria a ser batizado *Henrique Dias*, e seria seguido pela **quarta unidade**, cujo nome inicial deveria ter sido *Parati*, o qual seria alterado para *Fernando Vieira*. Quanto a esta nomenclatura, não pairam dúvidas, tendo mesmo sido objeto de uma fotografia, ilustrando artigo da lavra do Engenheiro Pedro Carlos da Silva Telles, publicado na *Revista Marítima Brasileira* (3º trim./98) quando ainda no berço em que foi construído.

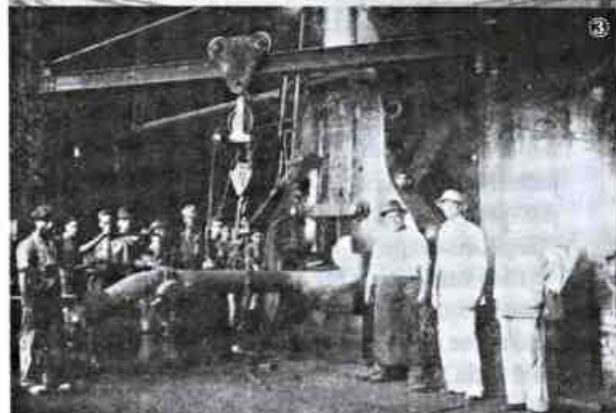
Logo a seguir, a **12 de outubro de 1942**, o Aviso número 1.708 do Ministro da Marinha classificava as traineiras, ainda em construção, na categoria de corvetas, tendo sido, assim, as primeiras belonaves nacionais a adotar a nova nomenclatura, a qual ressuscitava aquela que incluía tantas das nossas belonaves, ao tempo do Império.

A **quinta** a ser lançada ao mar seria a futura *Vital de Negreiros*, a **11 de dezembro** do mesmo ano. A já referida publicação *Janes Fighting Ships* atribui-lhe o nome primitivo de *Pelegim*, que, entretanto, não consta na relação de L.A. Boiteux, relação esta em que resta sem correspondência, unicamente, o nome *Palombeto*, correspondendo, portanto, a esta unidade.

Podemos supor, à vista de tal duplicidade, que tenha ocorrido a substituição do nome primitivo, durante a construção, o



①



②



- ① Fase preliminar da construção das corvetas
- ② Lançamento ao mar da *Fernandes Vieira*
- ③ Forjamento da madre do leme de uma das corvetas
- ④ Colocação da base da máquina
- ⑤ Colocação da caldeira na *Henrique Dias*
- ⑥ *Henrique Dias* pronta

O NASCIMENTO das BICUDAS

Fotos:

1, 3, 4 e 5 do livro *Por que não temos construção naval*

2 e 6 – SDM



que, aliás, teria também ocorrido com a *Filipe Camarão*.

Última dentre as novas corvetas seria a *Barreto de Menezes*, belonave esta que só viria a sulcar as águas da Guanabara a **2 de janeiro de 1943**. Quanto a esta não há

discordância entre as fontes disponíveis à consulta. Seu nome primitivo era, simplesmente, *Paru*.

Receberam elas indicativos iniciados pela letra F, seguida do numeral correspondente, a saber:

	Entrada em serviço	Incorporação operativa
F-1: <i>Matias de Albuquerque</i>	11 jun 43	17 set 43 (Grupo Patrulha do Sul)
F-2: <i>Filipe Camarão</i>	11 jun 43	17 set 43 (Grupo Patrulha do Sul)
F-3: <i>Henrique Dias</i>	10 set 43	17 set 43 (Grupo Patrulha do Sul)
F-4: <i>Vidal de Negreiros</i>	20 nov 43	03 dez 43 (Grupo Patrulha do Sul)
F-5: <i>Fernandes Vieira</i>	11 mar 44	14 mar 44 (Grupo Patrulha do Sul)
F-6: <i>Barreto de Menezes</i>	09 out 44	07 nov 44 (Força Naval do Sul)

O Grupo Patrulha do Sul (GPS) teve seu nome alterado para Força Naval do Sul (FNS), a partir de 24 de abril de 1944.

O armamento

Para atender às exigências bélicas de suas novas finalidades, foram, as novas unidades, dotadas com o armamento necessário e compatível com suas futuras atividades, recebendo um canhão de 3 polegadas (76 milímetros) de calibre, instalado no castelo de proa, além de quatro metralhadoras *Oerlikon* de 20 mm, todas estas peças de duplo propósito, ou seja, podendo ser utilizadas tanto para tiro de superfície, como para tiro antiaéreo. As metralhadoras foram montadas em reparos singelos, duas em cada bordo.

Receberam, ainda, as indispensáveis calhas para lançamento de bombas de profundidade, instaladas a ré. Às quatro primeiras, foram ainda aduzidos dois morteiros, para lançamento de tais bombas, pelos respectivos bordos.

Foram, é claro, dotadas com os já indispensáveis e modernos equipamentos, batizados, respectivamente, de sonar e radar, quedando-se prontas e apetrechadas para as ásperas campanhas a que estavam destinadas.

A PARTICIPAÇÃO NA GUERRA

No início de 1944 foram empregadas em saídas fora da barra para instrução dos aspirantes.

Numa destas missões, o autor destas linhas, em um exercício de Postos de Combate, teve a oportunidade de disparar seus primeiros tiros, iniciando uma longa carreira como artilheiro.

Cabe assinalar que nessas mesmas águas, fronteiras à barra da Guanabara, foi afundado, por um avião *Catalina* da FAB, o submarino germânico *U-199*, após persistente caçada, em que foi abatido um avião norte-americano.

A atuação das novas belonaves materializou-se, porém, com a escolta de comboios, em especial, entre o Rio de Janeiro e Florianópolis; porém, embora em caráter eventual, dois deles prolongaram-se até Recife.

Guarneciam-nas 588 homens, dentre os quais 24 oficiais e 48 sargentos, que se desdobraram incansavelmente, na efetivação de 98 escoltas de comboios, assim distribuídos:

F1 – 20 comboios;

F2 – 21 comboios;

F3 – 27 comboios;

F4 – 20 comboios;

F5 – 9 comboios;

F6 – 1 comboio.

Os dois comboios para Recife (ida e volta) foram integrados, entre outros navios, pela F1 – *Matias de Albuquerque*.

Cabe assinalar que, ao contrário do que tem sido divulgado, a região Sul do País não ficou imune aos ataques dos submarinos adversários, tendo, em suas águas, sido afundados dois submersíveis, a saber, o U-199, já mencionado, e o U-513, comandado por um dos ases da Marinha alemã, o Capitão-de-Corveta Fritz Guggenberg,* destruído nas águas próximas a Florianópolis.

O reverso da medalha também cabe assinalar, pois, no litoral, próximo ao Cabo de São Tomé, foi torpedeado e afundado o Navio-Auxiliar da Marinha brasileira *Vital de Oliveira*, com o sacrifício de uma centena de vidas humanas, enquanto no litoral paulista eram destruídos dois navios mercantes, a saber, o *Campos*, ao largo de Alcatrazes, e o *Tutóia*, cerca da praia da Juréia, com a morte de 19 de seus tripulantes, além de diversas outras unidades de bandeira estrangeira, sem esquecermos de mencionar o fracassado ataque ao Contratorpedeiro *Greenhalgh*, também no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

As ações da Henrique Dias

Das ações ofensivas dessas corvetas, persistem os registros de duas dentre elas, referentes à *Henrique Dias*, então sob o comando do Capitão-de-Corveta Daniel dos Santos Parreira.

A primeira ocorreu a 4 de junho de 1944, quando a belonave obteve contato sonar e avistou uma esteira fosforescente,

indicativa de submarino, a 24° 30' S e 046° 30' W, e passou a executar o procedimento recomendado para a efetivação dos ataques anti-submarinos, aparentemente sem sucesso. Encontrava-se, então, ao largo do litoral do Estado de São Paulo.

A 5 de agosto, sendo parte da escolta do comboio JF-20, que seguia da Guanabara para o porto de Florianópolis, teve novamente contato sonoro com um objeto submarino, às 10h40, lançando-lhe oito bombas, sem que lhe fosse possível constatar os resultados, porém com a certeza de ter afugentado o eventual agressor.

A mesma corveta, juntamente com a *Matias de Albuquerque*, nas **noites de 20 e 21 de julho** do mesmo ano, receberam ordens para navegar de São Francisco, com rumo Norte e, chegando ao largo do porto de Santos, permanecerem em patrulha fora da barra, pois existiam informações de eventuais avistamentos de submersíveis na área, além de terem ocorrido outros contatos, indicativos de sua presença.

A GUERRA TERMINA

Terminada a conflagração, em cujo desenrolar desempenharam satisfatoriamente seus papéis, as seis corvetas não pareciam identificar-se com as novas necessidades da Marinha, em tempos de paz, além de que, não obstante sua solidez, eram observadas com certa "reserva" pela maioria da oficialidade naval.

Sua construção incomum fazia serem conhecidas com o epíteto de "bicudas", certamente devido ao altaneiro castelo de proa, tão necessário aos bravios mares do norte europeu, porém pouco comuns aos olhos de nossos marinheiros.

* N.A.: O Capitão-de-Corveta Fritz Guggenberg afundou o famoso porta-aviões inglês *Ark Royal*.

Ao apreciá-las, determinado oficial, bem conhecido pelos seus ditos sarcásticos e grande aficionado à arte da fotografia, definiu-as de modo a ganhar foros de notoriedade, com a seguinte frase: "São navios com proa de cruzador, popa de *destroyer* e chaminé de fábrica". Classificação prazerosamente aceita, por bem se ajustar as suas características.

SERVINDO A PAZ

A solução foi subordiná-las, de roldão, à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), onde não faltaria ensejo para bem utilizá-las e que, à época, encontrava-se bastante desprovida de embarcações que lhe permitissem cumprir suas tão essenciais atividades. Constituiriam elas, assim, o maior acervo de uma reconstituída Flotilha Hidrográfica, à qual logo estaria incorporada a Corveta *Rio Branco*, vindo-se-lhe juntar os oito caça-submarinos de madeira, de construção americana, os famosos e infortáveis caças-pau.

A 3 de junho de 1946, seria esta Flotilha dissolvida, arriando-se do mastro da *Filipe Camarão* a insígnia de seu último chefe, o Capitão-de-Corveta Jorge Pais Leme.

Excluídas a *Matias de Albuquerque* e a *Fernandes Vieira*, as outras quatro continuaram subordinadas à DHN, a ser empregadas nos serviços de balizamento e de manutenção dos faróis, serviços para os quais mostravam-se bastante apropriadas, à vista de disporem de espaçosos paióis, sendo então reclassificadas para a categoria de navios faroleiros.

Além de disporem de paióis avantajados, eram dotadas de grande raio de ação, o que lhes permitia comissões de larga duração, realizando campanhas simultâneas, que tinham a duração média de três meses, para o Sul e para o Norte do País.

Eram, não obstante serem navios desgraciosos e sujeitos às desagradáveis fainas de recebimento de carvão, navios

confortáveis. Sobre ele expressa-se um de seus ex-comandantes, o então Capitão-de-Corveta Carlos Joaquim Magalhães, a respeito da *Vidal de Negreiros*, "que seu camarote tinha uma suíte, um escritório ao lado (com escrivaninha e sofá) e um balcão espaçoso, com vista permanente para o mar. No mar, em viagem, jogava muito menos... era tranqüilo... o ambiente fazia-se repousante, quer estivéssemos atracados no cais, ou em viagem, em mar aberto".

Era uma opinião abalizada, que o presente autor confirma totalmente, pois num destes navios, a *Barreto de Menezes*, esteve embarcado.

A 13 de janeiro de 1947, o ministro da Marinha resolveu que fosse dada baixa numa das corvetas e mandou entregá-la à Escola de Pesca Darcy Vargas, situada na Ilha da Marambaia. Cremos que se trate da *Fernandes Vieira*, pois não mais encontramos registros desta embarcação, posteriormente, embora conste no Vol. II dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil* que tenha sido a *Vidal de Negreiros* que não foi, de fato, entregue.

Ainda o Vol. VI dos mesmos *Subsídios* informa-nos que, encontrando-se a *Filipe Camarão* na Base Naval de Val-de-Cães, sofrendo reparos, viu-se presa de um incêndio, que atingiu razoáveis proporções, embora sem resultados graves, salvo a intoxicação e algumas queimaduras em um marinheiro, felizmente sem maior gravidade.

Em 7 de abril de 1952, novas determinações do ministro da Marinha mandavam transferir para a área pesqueira mais uma das antigas corvetas. Tratava-se agora da *Matias de Albuquerque*, a ser passada à responsabilidade da Confederação dos Pescadores, dentro do pensamento de incentivar a economia pesqueira no Brasil, para o que foi determinada sua baixa da Armada Nacional, conforme aviso expedido a 4 de abril do já citado ano de 1952.

A 14 de julho do ano seguinte, determinaria a mesma autoridade que fosse retirada do serviço a *Filipe Camarão*. Esta decisão cancelava aviso semelhante, que havia determinado a baixa da *Barreto de Menezes*.

Esta nova medida resultou em curto *sursis* à antiga corveta, pois, já no ano da graça de 1954, tendo seguido para o Norte, em serviços específicos de atendimento e manutenção do balizamento e dos faróis, até o extremo norte do País, sob o comando do Capitão-de-Corveta Rodolpho Cruz de Vasconcellos, ao manobrar, no acesso ao porto de Tutóia, a 4 de novembro, montou sobre um banco de areia, cujos limites haviam-se alterado, sem que tal alteração tivesse sido carteadada, tendo sido vãos todos os esforços de seu experiente comandante e o socorro do Rebocador *Triunfo* para safá-la da enrascada, o que, tendo se mostrado impossível, tornou indispensável seu abandono, tornado impositivo quando mostrou-se à evidência ser iminente seu emborcamento, evitando-se, destarte, a ocorrência de perdas humanas.

As ex-corvetas *Vidal de Negreiros* e *Henrique Dias* continuaram a bem exercer suas novas funções de navios faroleiros até o ano de 1959.

Finalmente, Aviso de 16 de junho desse ano mandava dar baixa à primeira dentre as duas, decisão que também atingia a segunda, nesta mesma data. Estas determinações foram afinal cumpridas em 7 de janeiro de 1960, com a realização das respectivas Mostras de Desarmamento.

Prestariam, porém, ainda, seus preciosos serviços à nação brasileira, na qualidade de navios pesqueiros, pois, conforme determinado a 19 de abril de 1959 pela mes-

ma autoridade que determinara suas baixas, foram adaptados à pesca, respectivamente, de arrastão e de atum.

Terminou, assim, a experiência das seis robustas "bicudas", cujos serviços, na paz e na guerra, mais do que justificaram sua inclusão na Armada brasileira, à qual serviam com eficiência e dedicação.

A título de reconhecimento, citemos os nomes de seus comandantes, durante a Segunda Guerra Mundial:

F1 – *Matias de Albuquerque* – Capitão-de-Corveta Francisco Bulcão Viana; Capitão-de-Corveta Luiz Filipe de Filgueiras Souto; Capitão-de-Corveta Jorge Campelo Maurício de Abreu; Capitão-de-Corveta Henrique Cesar Moreira; Capitão-de-Corveta Osmar Almeida de Azeredo Rodrigues.

F2 – *Filipe Camarão* – Capitão-de-Corveta João Pereira Machado; Capitão-de-Corveta Adalberto de Barros Nunes (futuro ministro da Marinha de 1969 a 1974); Capitão-Tenente Luiz Philipe Caldas Lacê Brandão;

F3 – *Henrique Dias* – Capitão-de-Corveta José Santos de Saldanha da Gama; Capitão-de-Corveta Daniel dos Santos Pereira; Capitão-de-Corveta José Machado Pavão;

F4 – *Vidal de Negreiros* – Capitão-de-Corveta Antonio Raja Gabaglia; Capitão-de-Corveta Djalma Garnier de Albuquerque; Capitão-Tenente Paulo Emílio Ferreira da Silva;

F5 – *Fernandes Vieira* – Capitão-de-Corveta Fernando de Almeida Rodrigues; Capitão-de-Corveta Manoel Poggi de Araújo; Capitão-Tenente Victor Crocchia de Moraes;

F6 – *Barreto de Menezes* – Capitão-de-Corveta Luiz Henrique Marques da Costa.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Corvetas classe *Matias de Albuquerque*; Campanha do Atlântico Sul;

A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

MARCOS INOI DE OLIVEIRA
Capitão-de-Corveta (IM)

SUMÁRIO

Introdução

Processos administrativos e orçamento

Fases das práticas orçamentárias

Fase inicial - Como gastar - Categorias de despesa

Segunda fase - Em que gastar - Orçamento por desempenho

Terceira fase - Por que gastar? - Orçamento-programa

Orçamento-programa (PPBS)

Orçamento por resultados

O orçamento brasileiro até 1999

O orçamento público

Ciclo orçamentário

Lei do Plano Plurianual (PPA)

Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI)

Técnica de Orçamento-Programa

Classificação Funcional-Programática

Níveis de agregação

Crítica ao Orçamento Brasileiro até 1999

O novo modelo orçamentário brasileiro

O Decreto nº 2.829/98

A Portaria nº 117/98

Estruturas programáticas

A implantação do Novo Modelo

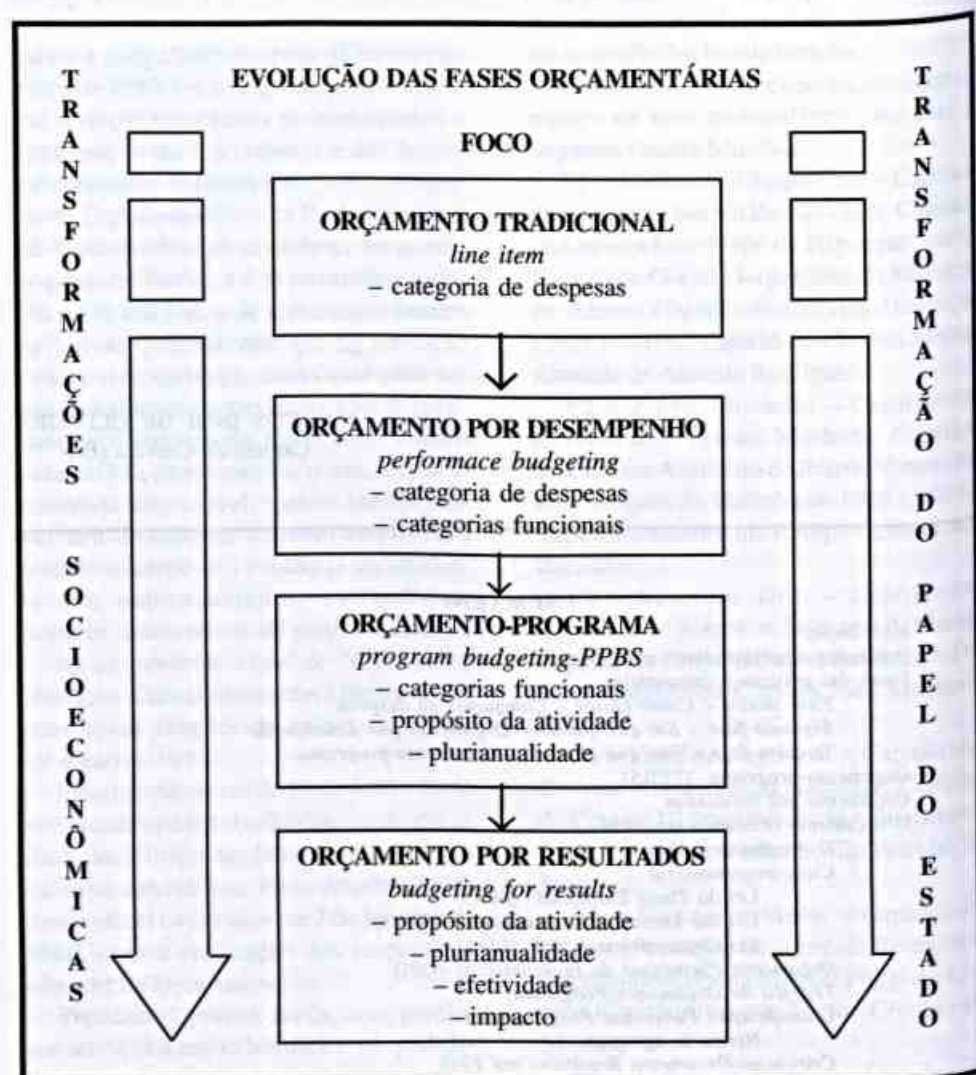
Avanço Brasil

Características do novo modelo orçamentário.

INTRODUÇÃO

A evolução das práticas orçamentárias públicas, para efeito de análise, pode ser dividida em quatro fases distintas, cuja su-

cessão é motivada por alterações havidas no papel do Estado durante o século XX. Chamá-las-emos de fase unidimensional, bidimensional, tridimensional¹ e, a partir da década de 90, fase tetradimensional.



Fonte: Adaptado de CUNHA, Armando S. M. "As tentativas de racionalização das práticas orçamentárias". *Orçamento governamental. Op. cit.*

¹ CUNHA, Armando S. M. "As tentativas de racionalização das práticas orçamentárias". *Orçamento governamental. Op. cit.*

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTO

Útil para a compreensão da relação existente entre faseamento orçamentário e papel desempenhado pelo Estado é seguir o raciocínio de Allen Schick², por meio do qual se alinha cada fase do orçamento público à ênfase dada a um processo administrativo básico, a partir da categorização elaborada por Robert Anthony³.

Segundo este autor, todo esforço administrativo pode ser classificado em um dos seguintes processos:

- planejamento estratégico;
- controle gerencial; e
- controle operacional.

O processo denominado **planejamento estratégico** cuida da tomada de decisão quanto aos objetivos estratégicos (estabelecimento e modificação) da organização e quanto aos recursos necessários para atingi-los, assim como trata dos princípios e valores básicos que orientam estes processos decisórios; o processo de **controle gerencial** visa a assegurar que os recursos organizacionais, ao serem empregados no alcance dos objetivos estabelecidos, sejam utilizados da melhor maneira possível; e, por último, o **controle operacional** possui por finalidade certificar que as tarefas sejam executadas em conformidade com os padrões previamente estabelecidos.

Schick, ao aplicar a categorização anthonianiana às práticas orçamentárias, afirma que o planejamento é precipuamente ligado à etapa de preparação do orçamento, uma vez que nele são estabelecidos os objetivos a serem alcançados.

Salienta, por outro lado, que não se deve confundir predominância com exclusividade, pois na etapa de preparação orçamentária também se fazem presentes aspectos concernentes aos processos de controle gerencial e de controle operacional.

O controle gerencial estaria distribuído por todas as etapas do ciclo orçamentário, consistindo no "elo entre os objetivos e as atividades executadas"⁴, posto que neste processo são empreendidas as tarefas relacionadas ao detalhamento dos objetivos organizacionais em projetos e atividades, e a atribuição destes às unidades da estrutura organizacional.

O processo de controle operacional aplicado ao orçamento é predominantemente ambientado na fase de execução, por meio de auditoria, na qual se busca obter a congruência entre diretrizes estabelecidas e tarefas executadas.

Como dito anteriormente, a tripartição acima é útil para a compreensão da evolução das fases orçamentárias, permanecendo válida, em muitos aspectos, para o estudo de sistemas de planejamento e controle ora em voga.

Cumprido alertar, entretanto, que a diferença de ambiência existente entre a década de 60 e a atual é significativa: naquela, o ambiente era relativamente estável e previsível; nesta, a característica distintiva é a velocidade da mudança do ambiente e a imprevisibilidade do futuro.

O próprio termo, planejamento estratégico, caiu em desuso, estando presentes na literatura administrativa atual os termos administração e gestão estratégica.

² SCHICK, Allen. "The road to PPB: the stages of budget reform". DAVIS, James W. (org.). *Op. cit.*

³ ANTHONY, Robert N. *Planning and control systems: a framework for analysis*. Boston: Harvard University, 1965.

⁴ SCHICK, Allen. *Op. cit.*, p. 211.

Em razão desta evolução, a noção antiga, por exemplo, de que o planejamento estratégico seria um processo a ser centralizado e executado pela alta administração não mais atende às necessidades organizacionais, o que fica evidenciado ao se analisar a atual fase da evolução do orçamento.

O orçamento, visto como um instrumento de planejamento e controle, possui por propósito "reduzir o caráter aleatório (risco) da gestão das atividades organizacionais"⁵. Estas, por seu turno, são empreendidas a fim de que seja atingida a missão da organização, que é a motivação de sua existência.

Sob tal enfoque, um **sistema de planejamento e controle** pode ser classificado em **três diferentes papéis**, em função de sua natureza:

- papel de antecipação;
- de integração; e
- de reação.

Exerce um papel antecipador quando busca compreender comportamentos futuros, com o intuito de solucionar problemas

antes que surjam; integrador, ao procurar manter em congruência a estratégia da organização e os elementos da sua estrutura; e reativo, nas ocasiões em que possui por fim corrigir comportamentos que sejam desviantes em relação ao planejado.

Neles podem ser aplicados, também, os **critérios** de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

A **eficiência** preocupa-se com o "como fazer" uma atividade programada, buscando a otimização dos recursos empregados na sua execução; à **eficácia** interessa, precipuamente, "o que fazer" para atingir o objetivo previamente estabelecido; a **efetividade** visa a avaliar "como o que foi feito" modificou a realidade, isto é, de que forma a ação empreendida impactou a situação-problema; e a **economicidade** cuida da relação impactos alcançados *versus* recursos empregados.

Sinteticamente, o orçamento relaciona-se com os processos administrativos concebidos por **Robert N. Anthony**, consoante o contido no quadro a seguir:

<i>Ciclo orçamentário</i>		
Processo administrativo	Papel fundamental	Critério enfatizado
Planejamento estratégico	Antecipação	Efetividade e economicidade
Controle gerencial	Integração	Eficácia
Controle operacional	Reação	Eficiência

FASES DAS PRÁTICAS ORÇAMENTÁRIAS

Fase inicial – como gastar

Na fase inicial, ao Estado competiam as funções básicas de prover a segurança,

justiça e administração, e o orçamento era elaborado em uma única dimensão: a dimensão das **categorias de despesa (line-item)**, que descrevia em quais elementos de gasto a receita pública seria utilizada, em termos de serviços, compras de material, pagamento de pessoal etc.

5 CUNHA, Armando S. M. *O papel do orçamento*. Mimeo.

O foco da decisão orçamentária era o objeto do gasto e a pergunta norteadora do processo era **como gastar?**

Nesta época, o requisito básico do orçamento público era o de ser financeiramente equilibrado, isto é, o total da despesa não deveria exceder o total da receita: a execução orçamentária era neutra em relação à economia do País.

A concepção do papel do Estado na vida econômica era a de o governo ser um mal necessário, não havendo espaço para discussões sobre a validade social de programas governamentais⁶.

Robert D. Behn⁷, ao discorrer sobre a evolução dos paradigmas que orientaram a Administração Pública, afirma que as idéias expressas por Woodrow Wilson, Frederick Taylor e Max Weber forneceram o fundamento teórico para o estabelecimento do paradigma inicial, em termos da

necessidade de se controlar as atividades governamentais e do conceito de eficiência. **Wilson** propôs a separação entre o processo político e o processo administrativo como forma de combater a corrupção que, ao final do século XIX, grassava na Administração Pública norte-americana. Ao processo político caberia a tomada de decisões a respeito sobre quais ações governamentais a serem executadas, enquanto a administração seria responsável por

implementá-las da forma mais eficiente possível. **Taylor** levou a aplicação do conceito de eficiência à ciência administrativa ao seu ponto máximo – a Administração Científica: cada tarefa possuiria um melhor método de execução, sendo função do administrador, então, obter a racionalização das atividades organizacionais e assegurar que estas fossem executadas exatamente da forma estabelecida.

Weber, por seu turno, definiu que a “burocracia é o mais eficiente mecanismo organizacional; portanto, a burocracia é o instrumento ideal para a implementação dos princípios de Taylor”⁸.

Poder-se-ia gastar, em um determinado período, mais do que se arrecadava, desde que o déficit impulsionasse a atividade econômica

Segunda fase – Em que gastar

A segunda fase da evolução das práticas orçamentárias possui sua origem associada aos impactos causados pela depressão de 1929, na economia mundial, recessão e

desemprego em massa, que obrigaram o Estado a rever o seu papel.

O ideário keynesiano, aplicado à política norte-americana do New Deal, tornou o requisito orçamentário de equilíbrio financeiro obsoleto: poder-se-ia gastar, em um determinado período, mais do que se arrecadava, desde que o déficit impulsionasse a atividade econômica.

Neste enfoque, o requisito passou a ser de o Estado possuir um orçamento econo-

6 SCHULTZE, Charles L. *The politics and economics of public spending*. Washington: The Brookings Institution, 1968.

7 BEHN, Robert D. *The New Public-Management Paradigm and the Search for Democratic Accountability*. [on line]. Arquivo disponível na internet via WWW. URL: [HYPERLINK Http://www.willamenet.org/ipmn](http://www.willamenet.org/ipmn) [Http://www.willamenet.org/ipmn](http://www.willamenet.org/ipmn). Arquivo capturado em março de 1999.

8 *Ibidem*, p. 3.

micamente equilibrado que lhe permitisse influir ativamente nos rumos da economia, implicando o aumento das ações sob sua responsabilidade. Estas passaram a ser avaliadas pelo processo político em função dos benefícios que trariam para a economia como um todo, como, por exemplo, o programa de frentes de trabalho, proposto por Roosevelt.

Um papel estatal mais complexo requer, necessariamente, um sistema orçamentário mais complexo.

Nos Estados Unidos, pode-se estabelecer como marcos para a fase bidimensional a aprovação das Emendas ao Ato de Segurança Nacional (1949) e do Ato de Procedimentos Orçamentários e Contábeis (1950), ambos resultantes das recomendações contidas na primeira Comissão Hoover (1949).

São considerados marcos porque efetivamente alteraram as práticas orçamentárias, embora as idéias não fossem novas: em 1912, a Comissão Taft já sugeria uma proposta orçamentária em termos de tarefas a serem executadas, porém não logrou sucesso, em virtude de questões políticas⁹. O ato de 1949 "foi a primeira expressão do Congresso sobre a idéia de orçamento baseado em desempenho"¹⁰.

Além dos elementos de gastos, o sistema orçamentário deveria passar a oferecer uma descrição das atividades do Estado, em termos de funções: construção de rodovias, compra de armamentos etc.

O foco é a tarefa a ser executada e a pergunta orientadora da tomada de decisão orçamentária é **em que gastar?**

Esta fase da evolução orçamentária, denominada **orçamento de desempenho** (*performance budgeting*), reflete a necessidade de haver maior transparência nos gastos públicos, em consequência da evolução do papel do Estado, que não era mais visto como um mal necessário.

Em razão disso, além de haver a necessidade de se controlar os gastos públicos (processo administrativo de controle operacional), havia também a necessidade de se gerenciar as crescentes ações governamentais (processo administrativo de controle gerencial): "na literatura de orçamento por desempenho, o orçamento é descrito como uma ferramenta de gestão"¹¹.

O conceito de **orçamento baseado em desempenho** pode ser apreendido por meio do exposto por Mosher:

"As modificações que nós temos associado ao orçamento por desempenho, tais como a simplificação e a redução das apropriações, revisão das classificações e outras igualmente importantes, são apenas parte do conceito. Sublinhando estas mudanças está a noção que representa um radical afastamento da prática e dos modelos de pensamento anteriores. A simplicidade é que quando nós estamos orçando e autorizando fundos,

Dinheiro é fornecido para atividades e funções, ao invés de ser fornecido para compras e pagamentos

Frederick C. Mosher

9 SMITHIES, Arthur. "Conceptual framework for program budgeting". In: NOVICK, David (ed.). *Program budgeting: program analysis and the federal budget*. Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

10 MOSHER, Frederick C.. *Program budgeting: theory and practice with particular reference to the U.S. Department of the Army*. New York: Stratford Press, 1954, p. 41.

11 SCHICK, Allen. *Op. cit.*, p. 220.

estamos provendo recursos para coisas que deverão ser feitas, ao invés de coisas que deveriam ser compradas. Dinheiro é fornecido para atividades e funções, ao invés de ser fornecido para compras e pagamentos.”¹²

Terceira fase – Por que gastar? – Orçamento-Programa

A terceira fase da evolução orçamentária, tridimensional, tem início na década de 60, em que o papel do Estado era bastante diferente daquele da época do orçamento tradicional.

A doutrina do *welfare state* havia aumentado sobremaneira a participação pública na economia, havendo a necessidade de se implementar “uma técnica para controlar os programas federais e orçamentos, ao invés de tê-los a nos controlar”¹³.

Esta prática orçamentária foi o **Planning-Programming-Budgeting System (PPBS)**, que visava a proporcionar maior racionalidade às escolhas orçamentárias, instruindo-as sob três dimensões: elementos de gastos, propósitos de gastos (diferente de descrição de atividades) e comportamento das ações governamentais ao longo do tempo, sendo o orçamento visto como uma etapa do planejamento¹⁴.

O papel do Estado, neste período, pode ser compreendido por meio do **modelo de Richard Musgrave**, segundo o qual o setor público possuiria três principais funções:

- manutenção do **equilíbrio econômico**, mediante controle da atividade econômica, via política fiscal;

- **uma função distributiva**, por intermédio da promoção de ajustamentos nas rendas das pessoas, grupos e regiões; e

- **uma função alocativa**, por meio da qual o Governo decidiria em quais políticas públicas iria aplicar os seus recursos.

Enquanto as duas primeiras, estabilizadora e distributiva, são socialmente determináveis, posto que informadas por juízos políticos, a última seria instruída por um processo decisório racional baseado na avaliação dos benefícios de cada política, percebidos pelos cidadãos. Estes cidadãos são entendidos, no modelo, como consumidores dos produtos ofertados pelo poder público¹⁵.

O **Planning-Programming-Budgeting System (PPBS)** pode ser entendido como conjunto de diretrizes para a tomada de decisão orçamentária. É um processo de alocação entre programas que competem entre si pelos recursos. O foco é o **propósito da atividade** e a pergunta orientadora do processo é **por que gastar?**

O foco nos produtos, aliado à dimensão plurianual e à aplicação de critérios, com caráter prospectivo, para mensuração de desempenho, alinha esta fase ao processo administrativo de planejamento estratégico.

Obs.: Em razão de o PPBS, em tese, prover a fundamentação teórica para o desenvolvimento do Plano Diretor da Marinha do Brasil¹⁶, é analisado com maior detença mais adiante.

Esta fase também é conhecida por **orçamento-programa (program budgeting)**.

12 MOSHER, Frederick C. *Op. cit.*, p. 81.

13 U. S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. *Performance budgeting: past initiatives offer insights for GPRA implementation*. GAO/AIMD-97-46. Washington, march, 1997, p. 35.

14 CUNHA, Armando S. M. As tentativas de racionalização do gasto público. *Orçamento governamental*. *Op. cit.*

15 BURKHEAD, Jesse. “The budget and the democratic government”. DAVIS, James W. (ed.). *Op. cit.*

16 “O Plano Diretor (PD) foi criado em 1963 a partir da adoção, pela Marinha, da técnica de orçamento-programa (...)” (SECRETARIA GERAL DA MARINHA. SGM-101, p. 1-1).

É relevante salientar as diferenças existentes entre ela e a antecedente, posto que na literatura sobre teoria orçamentária confunde-se, algumas vezes, orçamento-programa (*program budgeting*) e orçamento por desempenho (*performance budgeting*).

Este enfatiza o **processo do trabalho** (descrição de funções e de atividades), possui como processo administrativo básico o controle gerencial, aplica critérios retrospectivos de avaliação; **aquele** privilegia o **propósito das atividades**, o caráter da avaliação é prospectivo e tem uma orientação voltada para o planejamento estratégico.

A fase unidimensional, por seu turno, estaria centrada nos processos administrativos voltados ao controle operacional.

O aperfeiçoamento do sistema democrático, envolvendo maior participação da sociedade no estabelecimento dos objetivos do Estado, e a crescente dicotomia existente entre necessidades crescentes e recursos escassos, levaram os decisores públicos a buscarem novas alternativas para as práticas orçamentárias. Durante a década de 90, experiências havidas em diferentes países apontam para a existência de uma nova fase, tetradimensional, em que o orçamento será orientado pela estimação (gestão estratégica) e avaliação (*accountability*)¹⁷ dos resultados das ações públicas.

Para o planejamento da ação governamental é fundamental a avaliação dos resultados, e nesta assumem papel preponderante os critérios da efetividade e da economicidade.

Na fase anterior, surgimento do PPBS, estes critérios foram concebidos e possuíam relevância, todavia o estágio embrionário da técnica administrativa ligada a sua aplicação não permitiu que fossem exploradas todas as possibilidades inerentes aos seus conceitos.

ORÇAMENTO-PROGRAMA (PPBS)

O **Planning-Programming-Budgeting System (PPBS)**, também tratado na teoria orçamentária como orçamento-programa, foi concebido a partir de estudos empreendi-

dos por pesquisadores da Rand Corporation, sendo considerado o marco inicial um estudo de **David Novick**, de 1954, por meio do qual explana como o conceito de programa pode ser aplicado ao processo orçamentário de defesa norte-americano. Em 1961, o PPBS foi implantado no Departamento de Defesa, sob a gestão de **Robert McNamara**¹⁸.

Ao ser convidado, no auge da Guerra Fria, para assumir o cargo de secretário da Defesa, **McNamara** recebeu do Presidente norte-americano, **John F. Kennedy**, a missão de atingir os seguintes objetivos:

- desenvolver a força militar, adequando-a às necessidades decorrentes da Política Externa, sem se prender a restrições orçamentárias; e
- fazer com que tal força operasse a um custo mínimo.

McNamara efetivamente reorganizou todo o complexo de defesa norte-americano.

O PPBS, por ocasião da sua introdução no Departamento de Defesa, foi um instrumento de integração e controle, permitindo a centralização do processo decisório quanto à alocação dos recursos orçamentários

17 Não há uma tradução exata. Há textos que utilizam os termos responsabilização e responsabilidade.

18 HELD, Virginia. "PPBS comes to Washington". DAVIS, James W. (org.). *Op. cit.*

no, tornando-o uma estrutura sob seu comando, e o meio utilizado para executar esta revolução organizacional foi a transformação do processo orçamentário, por meio da adoção do PPBS¹⁹.

A percepção, à época da implantação do PPBS, era a de McNamara ter conseguido romper a tradicional lógica de proposta orçamentária das Forças Armadas norte-americanas, passando a alocar recursos por missões que eram distribuídas por todo o Departamento de Defesa.

No modelo antigo, os recursos orçamentários eram alocados a cada serviço (Marinha, Força Aérea e Exército), em função de uma classificação elaborada por atividades executadas. O PPBS permitiu que o secretário de Defesa obtivesse efetivo controle sobre todos os órgãos subordinados (centralização), sendo visto como "o instrumento por meio do qual são tomadas decisões para expandir ou para cortar programas existentes, o processo por meio do qual novos programas são adotados, e o modo pelo qual o orçamento final é determinado"²⁰.

Portanto, o PPBS, por ocasião da sua introdução no Departamento de Defesa, foi um instrumento de integração e controle, permitindo a centralização do processo decisório quanto à alocação dos recursos orçamentários.

William M. Capron²¹, na sua avaliação do PPBS, via-o também como um posterior meio para a racionalização da estrutura e dos processos do Departamento de Defesa, uma vez que evidenciaria e excluiria as atividades executadas em duplicidade, além de permitir uma descentralização do processo decisório em relação à execução das atividades, já que estas estariam inseridas no processo de macroplanejamento da organização.

A diferença dos pressupostos da decisão orçamentária existente entre o PPBS e o modelo de processo orçamentário anterior, baseado no conceito de orçamento por desempenho (*performance budgeting*), é entendida ao se comparar a classificação orçamentária de cada modelo, consoante o quadro a seguir²²:

COMPARAÇÃO ENTRE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA DEPARTAMENTO DE DEFESA NORTE-AMERICANO	
Por atividades – 1950	Por programas – 1963
– Pessoal militar – Manutenção e operação – Obtenção e produção – Aquisição e construção – Componentes civis – Pesquisa e desenvolvimento – Mobilização industrial – Administração- outras atividades	– Forças estratégicas de retaliação – Forças de defesa continentais e de mísseis – Forças de emprego geral – Forças de transporte aéreo e marítimo – Forças de reserva – Pesquisa e desenvolvimento – Apoio geral – Defesa civil – Programa de assistência militar

¹⁹ DANCY, Albert G. "Department of Defense research and development". *Public Administration Review*, 36(3): 347-355, july/august 1977.

²⁰ BUSINESS WEEK. "U.S. agencies get order: join McNamara's band". DAVIS, James W. (org.). *Op. cit.*

²¹ CAPRON, William M. "The impact of analysis on bargaining in government". *Ibidem*.

²² As classificações orçamentárias, por atividades e por programas, foram extraídas, respectivamente, de MOSHER, Frederick, *op. cit.* e de PROSCHAN, Arnold. *Programming system of the Department of Defense*. Santa Monica, California: RAND Corporation, may 1963.

O planejamento dos programas cobria um período de cinco anos (*five-year planning*).

Este planejamento permitia o relacionamento entre programas (orientados para produtos) e o orçamento anual (orientado para atividades), pois o processo decisório do Congresso ainda se realizava por meio de apropriações por funções.

As definições de elemento-programa e programa eram:

"Elemento-programa – combinação de homens, equipamentos e instalações, que juntos compõem uma capacidade militar identificada ou atividade de apoio. Exemplos: aviões B-52, divisões de infantaria e navios de combate.

Programa – um grupo de elementos-programa que servem a uma missão comum ou a um determinado conjunto de propósitos."²³

O conceito de orçamento-programa abrange elementos estruturais, analíticos e informacionais.

A **estrutura programática** é orientada para produtos e possui uma perspectiva de longo prazo.

O **elemento analítico** traduz-se pela ênfase dada à sistematização do exame e à seleção das alternativas de ação para o alcance dos objetivos estipulados.

O terceiro elemento, **informacional**, é o que provê a base para a seleção de alternativas e para o desenvolvimento das atividades de controle²⁴.

Um adequado fluxo informacional é necessário para:

– orientar a seleção de alternativas, considerando-se os recursos disponíveis e os objetivos predeterminados;

– para estimar o custo corrente e futuro das alternativas; e

– para avaliar o desempenho dos programas em curso²⁵.

"Planejamento, programação e orçamentação constituem o processo por meio do qual objetivos e recursos, e a interação entre eles, são avaliados a fim de que seja obtido, de forma coerente e abrangente, um programa de ação para o Governo como um todo."²⁶

Há dificuldades na aplicação do conceito.

Elaborar uma estrutura programática em que todos os programas expressem produtos finais é, na prática, uma tarefa impossível, em se tratando de grandes organizações. Além disso, não há uma forma única de estruturação.

Teoricamente, a melhor estrutura é a que

seja congruente com os objetivos estratégicos da organização e atenda, também, às necessidades de coordenação e controle.

No **PPBS**, o planejamento é entendido como um processo no qual são estabelecidos os objetivos da organização e indicadas as possíveis alternativas para alcançá-los.

A **programação** consiste na especificação das ações e no levantamento dos meios necessários à execução de cada alternativa, e posterior seleção.

A **orçamentação** consiste na especificação dos recursos necessários à execução da alternativa selecionada²⁷.

A melhor estrutura é a que seja congruente com os objetivos estratégicos da organização e atenda, também, às necessidades de coordenação e controle

23 PROSCHAN, Arnold. *Op. cit.*, p. 7.

24 STEINER, George A. "Problems in implementing program budgeting". NOVICK, David (ed.). *Op. cit.*

25 ANSHEN, Melvin. "The federal budget as an instrument for management and analysis". *Ibidem*.

26 SMITHIES, Arthur. "Conceptual framework for program budgeting". *Ibidem*.

27 NOVICK, David. "The Department of Defense". *Idem*, p. 91.

A definição de um programa não é uma tarefa trivial. Há certas atividades que contribuem, de forma variada, para que diferentes programas alcancem seus respectivos objetivos. Neste sentido, atribuir este tipo de atividade a um único programa isolado não é apropriado. A solução sugerida é a criação de um programa específico para abranger este tipo de atividade, podendo isto ser exemplificado pelos programas pesquisa e desenvolvimento, e apoio geral, contidos na estrutura programática inicial do Departamento de Defesa americano.

Charles J. Hitch, pesquisador da Rand Corporation, que por ocasião da introdução do PPBS no Departamento de Defesa exerceu o cargo de secretário-executivo, escreveu, em 1965, a obra *Decision Making for Defense*, na qual relatou a sua experiência com o orçamento de defesa norte-americano.

Segundo Hitch, a grande questão reside em, idealmente, o planejamento e a formulação de programas deverem ser classificados em termos de programas, enquanto a gestão do departamento dever ser executada, preferencialmente, em termos de classificação por atividades, além de ser feita também por meio da classificação baseada em programas²⁸.

As características desejáveis de uma estrutura orçamentária baseada em programas são as seguintes²⁹:

- facilitar a mensuração total dos custos que incorrem no alcance de um dado objetivo;
- possibilitar a comparação entre alternativas para o alcance dos objetivos;

- identificar os custos futuros relativos à implantação de um programa;

- prover informações necessárias à comparação entre produtos de um programa que seja executado, concomitantemente, por diversas unidades da organização;

- prover informações que possibilitem avaliar a efetividade de um programa;

- permitir que a apropriação de recursos entre as diversas unidades de uma organização seja claramente relacionada aos objetivos; e

- fornecer informações para os agentes econômicos do país, que assim podem melhor planejar as suas atividades.

O alinhamento entre estrutura programática e estrutura institucional é desejável

“Assim como uma ferramenta bem desenhada, o orçamento é mais que um instrumento para permitir o cumprimento de tarefas predeterminadas. Ele auxilia o crescimento, o fortalecimento

e a organização do processo decisório do gestor, dando apoio a sua habilidade de desempenhar novas tarefas e avaliar a sua exequibilidade e desejabilidade em relação às outras alternativas possíveis.

Uma boa estrutura orçamentária, em resumo, contribui significativamente para o desenvolvimento de um ambiente em que aqueles que controlam nossas instituições políticas podem, de forma consciente, avaliar e debater os grandes objetivos da sociedade e para o desenvolvimento de nossa habilidade de alcançá-los por meio de uma seleção adequada de atividades públicas e privadas.”³⁰

28 U. S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. *The Department of Defense's planning, programming, and budgeting system*. GAO/OACG-84-5. Washington, April, 1984.

29 SMITHIES, Arthur. *Op. cit.*

30 ANSHEN, Melvin. *Op. cit.*, p. 15.

Os teóricos do orçamento-programa consideram-no uma técnica orçamentária capaz de prover racionalidade ao processo decisório orçamentário. A seleção de alternativas é baseada em análises técnicas, sem haver a influência de considerações subjetivas: "uma boa estrutura orçamentária não lida com política".³¹ Esta concepção é contrária ao pensamento incremental.

O alinhamento entre estrutura programática e estrutura institucional é desejável, contudo é reconhecido que a reformulação do desenho organizacional é, em razão dos mais variados motivos, indesejável, uma vez que pode resultar em instabilidade. Logo, de acordo com a teoria do orçamento-programa, há que se buscar o estabelecimento de programas voltados para produtos, que cortem a organização na sua totalidade. Isto, todavia, não compromete a aplicação do PPBS, cujo propósito principal é fortalecer a capacidade de decisão para que sejam alcançados os objetivos organizacionais, podendo ser elaboradas ligações entre a estrutura programática e a estrutura organizacional.

Charles L. Schultze³² considera o PPBS tanto como um conjunto de objetivos como um sistema por meio do qual estes objetivos são alcançados.

Para ele, os objetivos de PPBS seriam:

- identificar e analisar os objetivos de cada atividade governamental;
- identificar os produtos de cada atividade, em face dos seus objetivos específicos;
- mensurar os custos totais que incorrem na implantação e na execução do programa, ao longo do tempo;

– formular programas que abranjam um período superior ao ciclo anual orçamentário – dimensão plurianual;

– analisar alternativas para escolher a que proporcione maior efetividade no alcance de um dado objetivo, da forma mais eficiente possível (menor custo); e

– integrar este processo ao processo orçamentário de forma sistemática.

O PPBS, ao integrar o processo orçamentário governamental, permite a comparação entre as contribuições das atividades executadas pelo setor público e as executadas pelo setor privado, para o alcance dos objetivos nacionais, como também permite que continuamente estes objetivos sejam revistos, baseados nas informações acumuladas sobre atividades passadas e informações sobre mudanças conjunturais.³³

Em razão do sucesso alcançado pela aplicação da técnica do orçamento-programa no Departamento de Defesa, em 1965, o Presidente Lindon Johnson introduziu-o no processo orçamentário federal, a fim de que fossem obtidos "novos métodos para fazer trabalhos mais rápidos, para fazer trabalhos melhores e para fazer trabalhos menos custosos"³⁴.

É interessante comparar esta declaração de objetivo com as contidas nas reformas propostas para a Administração Pública na década de 90.

A atual reforma norte-americana, por exemplo, possui como objetivo central a "criação de um governo que trabalhe melhor e que custe menos"³⁵.

31 *Ibidem, idem.*

32 SCHULTZE, Charles L. *Op. cit.*

33 SMITHIES, Arthur. *Op. cit.*

34 U. S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. *Performance budgeting: past initiatives offer insights for GPRA implementation. Op. cit.*

35 NATIONAL PERFORMANCE REVIEW. [Http://www.npr.gov](http://www.npr.gov).

ORÇAMENTO POR RESULTADOS

Na busca do **aperfeiçoamento das práticas orçamentárias**, há dois aspectos fundamentais.

O **primeiro aspecto** estabelece que planejamento governamental e orçamento público são intrinsecamente relacionados, cabendo tanto ao Poder Executivo quanto ao Poder Legislativo envidar esforços para integrá-los.

O estabelecimento de objetivos e o de níveis de desempenho não podem ser elaborados isoladamente pelo Executivo, devendo existir consenso entre os poderes, caso se deseje que efetivamente haja uma correspondência entre recursos alocados e resultados pretendidos.

O **segundo aspecto** é a contínua evolução do conceito de orçamento, desde a época

inicial, em que a ênfase era na eficiência na utilização dos recursos orçamentários (fase unidimensional), até a década atual, em que a preocupação maior é quanto à efetividade dos programas executados pela Administração Pública.

Atualmente, todos os países membros da *Organization for Economic Cooperation and Development* – OECD estão executando, em maior ou menor escala, reformas em suas administrações, a fim de atender às demandas de suas respectivas sociedades³⁶.

Gestão estratégica, orçamento baseado em resultados e *accountability* são questões comuns a todas as reformas. Agora, o foco é a obtenção de resultados, em substituição à ênfase processual-legal da tradi-

cional Administração Pública.

“Alcançar resultados de uma forma consistente com os valores e expectativas defendidas pelos cidadãos é o papel fundamental do governo.”³⁷

As reformas administrativas ocorridas nos diversos países durante a década de 90 são baseadas nos conceitos do *New Public Management* (Nova Gestão Públi-

ca). Nancy C. Roberts e Raymond Trevor Bradley³⁸ comparam esta corrente teórica com as práticas anteriormente vigentes na Administração Pública.

Suas conclusões são sintetizadas no quadro em sequência:

**A tempestividade, a
correção e a suficiência das
informações são
fundamentais para que o
processo decisório
orçamentário resulte em
uma alocação de recursos
que venha a satisfazer às
necessidades da sociedade**

36 No site da OECD ([HYPERLINK "http://www.oecd.org/puma"](http://www.oecd.org/puma) □ <http://www.oecd.org/puma/online.htm>) há uma vasta bibliografia disponível on line.

37 WINBERG, Alan. *Accountability and public organisations*. [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.oecd.org/puma/management/chair.htm>. Arquivo capturado em 10/01/1999.

38 ROBERTS, Nancy C & BRADLEY, Raymond Trevor. *Research Methodology for New Public Management*. [on line] Disponível na Internet via WWW. URL: [HYPERLINK "http://www.unisi.it/ricerca/dip/sas/Convegno/conference_papers.htm"](http://www.unisi.it/ricerca/dip/sas/Convegno/conference_papers.htm) □ http://www.unisi.it/ricerca/dip/sas/Convegno/conference_papers.htm. Arquivo capturado em 2/9/1999.

DIMENSÕES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TRADICIONAL	NOVA GESTÃO PÚBLICA
1. METÁFORA	máquina	rede de trabalho
2. AMBIÊNCIA	Ênfase nas leis e regulamentos, nas instituições e no processo político	Ênfase na competição de mercado
3. FATORES PARA O SUCESSO	Equidade, responsabilidade e relevância política	Eficiência, eficácia, satisfação do consumidor e adaptação à mudança
4. ORIENTAÇÃO: – valores	Interesse público, conflitos entre a burocracia e democracia, acentua a diferença entre o setor privado e o setor público	Preocupação com a qualidade dos serviços e com a <i>accountability</i> , minimiza a diferença entre público e privado
– liderança	Elites políticas e administrativas, separação entre as esferas política e administrativa	Contratos de <i>performance</i> dão autonomia aos gerentes
– planejamento	Especificação das restrições e justificação dos custos	Especificação da missão, da visão estratégica, dos objetivos e dos resultados
5. DESENHO ORGANIZACIONAL – estrutura	Hierarquia funcional e processo decisório centralizado	Redes de equipes auto-organizáveis e processo decisório descentralizado
– tarefas	Rotineiras, especializadas e formais	Multitarefa e redesenhadas para focarem resultados
– tecnologia empregada no trabalho	Baseada em procedimentos operacionais padrão e em processos sequenciais	Não-rotineira, personalizada, reengenharia baseada nos processos, terceirização e parceria público-privada
– sistema de recompensas	Baseado em normas e regulamentos	Incentivos baseados e dependentes do alcance das metas planejadas
– treinamento	Aprendizagem das regras	Desenvolvimento de habilidades
– informação	Baixa informatização	Gestão informatizada
– administração financeira, medidas e controles	Plano de despesas, modelos contábeis baseados no regime caixa, medidas baseadas em insumos, controles <i>ex-ante</i>	Centros de custos, custeamento por atividade, medidas de desempenho baseadas em produtos e resultados, controles <i>ex-post</i>
6. CULTURA	Risco mínimo, obediência às normas e procedimentos, manutenção da ordem e da estabilidade	Gestão do risco, identificação e solução de problemas, gestão e aperfeiçoamento da mudança

Na implantação de um **orçamento voltado para resultados, a gestão estratégica**, no contexto da nova gestão pública, é vista como uma tecnologia administrativa básica, cujos **pressupostos** são:

- Perspectiva de longo prazo, em oposição à tradicional forma de pensar dos decisores públicos, que somente vêem o processo decisório por meio de resultados a serem obtidos a curto prazo;

- Capacidade de responder às modificações ambientais, dentro de uma concepção sistêmica do papel do Estado. A globalização, as inovações tecnológicas e outros fatores compelem a Administração Pública a dotar-se de mecanismos ágeis de resposta às pressões ambientais;

- O consumidor como foco de toda a ação governamental. O estabelecimento de objetivos estratégicos explicita, para a sociedade, o que esperar da Administração Pública;

- Avaliação dos resultados das atividades governamentais, realimentando o sistema sobre a eficiência, a eficácia, a efetividade e o desempenho das políticas públicas a fim de corrigir/modificar os programas em curso. É o instrumento básico para se possuir *accountability*; e

- Mudança e desenvolvimento organizacional, em que os gerentes públicos preocupar-se-ão menos com os processos e mais com os resultados³⁹.

Nesse enfoque, um **processo orçamentário orientado pelos resultados** dos programas governamentais, isto é, pelos resultados que a execução deles efetivamente alcança, deve:

- "prover informação sobre os impactos das decisões a longo prazo, enquanto é capaz de reconhecer as diferenças entre

previsões de curto prazo, projeções de médio prazo e perspectiva de longo prazo;

- Prover informação e ser estruturado para focar importantes permutas entre macroobjetivos, como por exemplo, entre investimento e consumo;

- Prover informação necessária para se fazer permutas devidamente fundamentadas, em diversos níveis, como por exemplo, entre missões e entre ferramentas para implementá-las; e

- Ser compulsório, prover controle e *accountability*, e ser transparente."⁴⁰

A tempestividade, a correção e a suficiência das informações são fundamentais para que o processo decisório orçamentário resulte em uma alocação de recursos que venha a satisfazer às necessidades da sociedade. Necessidades da sociedade atual e da sociedade futura, na medida em que as decisões orçamentárias atuais afetam as gerações vindouras.

A **compulsoriedade** é a obrigação de o Executivo implementar e executar as decisões oriundas do processo orçamentário. Haja vista o orçamento ser uma peça confectionada técnica e politicamente, com a colaboração do Executivo e do Legislativo, é inadmissível que arbitrariamente o Executivo venha a alterá-lo, sem prévia consulta ao Legislativo e posterior autorização.

O **orçamento deve proporcionar** um conjunto de meios claros para que se possa compreender o que está sendo feito com o dinheiro arrecadado pelo Estado, **por que** está sendo feito e **para quem** está sendo feito.

Um orçamento estruturado por elementos de despesa ou por instituições não propicia tais respostas, sendo melhor, portanto, estruturar o orçamento por missões, de tal forma que mais facilmente se entenda o

39 PUMA. *Strategically oriented management and planning*. [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.oecd.org/puma/management/strategic.htm>. Arquivo capturado em 10/1/1999.

40 U. S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. *Budget Process: Evolution and Challenges*. GAO/T-AIMD-96-129. Washington, July, 1996.

propósito de cada ação e o impacto que a sua execução deve ter sobre a realidade socioeconômica, para que efetivamente se possa avaliar as propostas orçamentárias.

Donald F. Kettl assinala que a gestão por resultados não é simplesmente uma questão de estabelecimento de indicadores de resultados, o que a reduziria a uma gestão orientada para processos.

Gerir por resultados é, antes de tudo, "incrementar a qualidade de comunicação no sistema político. É a maneira por meio da qual melhor são expressos os resultados que os programas governamentais produzem e, conseqüentemente, de propiciar a tomada de melhores decisões sobre o que deve ser feito, quanto deve ser gasto para fazê-lo e como é que os programas poderiam melhor ser executados"⁴¹.

O orçamento por resultados trata também das questões de descentralização e de devolução da autoridade.

A descentralização diz respeito à capacidade de execução, quem exerce a atividade.

A devolução da autoridade implica capacidade de decisão, por meio da qual se estabelece a oportunidade de se executar determinada atividade.

Desta forma, pode existir devolução de autoridade às instâncias inferiores de uma organização e, ao mesmo tempo, a centralização de atividades.

Igualmente, pode ocorrer descentralização de atividades e concentração do processo decisório.

No orçamento por resultados, busca-se a descentralização das atividades e a devolução da autoridade.

O ORÇAMENTO BRASILEIRO ATÉ 1999

O orçamento público

"... é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos.

Apresenta múltiplas funções:

- de planejamento;
- contábil;
- financeira; e
- de controle.

As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual."⁴²

No orçamento por resultados, busca-se a descentralização das atividades e a devolução da autoridade

Ciclo orçamentário

Quanto ao ciclo orçamentário, ele é regulado por três leis:

- a Lei do Plano Plurianual (PPA);
- a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO); e
- a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Lei Do Plano Plurianual (PPA)

O projeto de Lei do Plano Plurianual é enviado pelo Presidente da República ao Con-

41 KETTL, Donald F. *Reinventing Government: a fifth-year report card*. Brookings Institution's Center for Public Management, september 1998 CPM 98-1, p.62.

42 BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. *Instrução para elaboração da proposta orçamentária da União para 1999 - Manual Técnico de Orçamento* (MTO-02). Brasília: Imprensa Nacional, 1998, p. 1.

gresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato. O Congresso devolve para a sanção até o encerramento da sessão legislativa (15 de dezembro).

Possui vigência de quatro anos: três anos do mandato presidencial em curso, mais um ano subsequente.

Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as **despesas de capital** e para as relativas aos **programas de duração continuada**.

Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei das Diretrizes Orçamentárias tem seu projeto enviado anualmente pelo Presidente da República até o dia 15 de abril e devolvido para sanção até o dia 30 de junho.

Estabelece as metas e prioridades da Administração Pública federal, bem como as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Estatui as diretrizes que orientarão a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), funcionando como um documento explicitador das políticas públicas, e estabelece a ligação entre o planejamento governamental e os orçamentos públicos.⁴³

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O projeto da LOA é enviado anualmente até o dia 31 de agosto e devolvido para sanção presidencial até o dia 15 de dezembro. É com base nas autorizações da LOA que as despesas federais, referentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, são executadas.

Engloba o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI)

No Brasil, a visão de longo prazo associada ao planejamento governamental foi introduzida por meio da Lei nº 4.320/64, que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração de um Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), que orientaria a alocação de recursos para um período de três anos.

Técnica do Orçamento-Programa

A utilização da técnica do orçamento-programa foi consagrada mediante a publicação do Decreto-Lei nº 200/67, cujo artigo 16 fixava:

"A ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, materializa-se através do orçamento, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período de tempo, o seu programa de ação, discriminando a origem e o montante de recursos a serem arrecadados, bem como dispêndios a serem efetuados."⁴⁴

Classificação Funcional-Programática

Possuiu especial importância na implementação da técnica de orçamento-programa no Brasil a edição da Portaria nº 9, do Ministro de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, de 28 de janeiro de 1974, que instituiu a classificação funcional-programática.

Esta classificação pretendia estabelecer a vinculação entre planejamento e orçamento, entre objetivos e dotações orçamentárias, possuindo dois propósitos principais:

⁴³ SANCHES, Oswaldo Maldonado. "Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de soluções". *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 29(3): 122-56; jul./set. 1995.

⁴⁴ BRASIL. *Decreto-Lei nº 200/67*.

– proporcionar informações quanto ao destino dos recursos orçamentários, agrupadas em áreas mais ou menos homogêneas; e

– fornecer uma estrutura programática para o planejamento das ações governamentais.

A classificação funcional-programática teve por **finalidade** “dar apoio definitivo à programação, requisito fundamental da técnica do orçamento-programa”⁴⁵. Por meio dela, intentava-se conciliar a classificação por funções, instituída pela Lei 4.320/64, e a classificação programática, voltada para produtos, base da técnica de orçamento-programa.

Após a sua introdução, o sistema orçamentário governamental podia ser visualizado como sendo tridimensional⁴⁶:

– A pergunta “**quem vai fazer?**” seria respondida pela classificação institucional, refletindo a estrutura organizacional na qual está inserido o sistema orçamentário.

– “**Com quanto fazer?**” traduziria a dimensão econômica da programação orçamentária, e é dada pela classificação econômica e por elemento de despesa, representando os recursos que serão necessários para a execução da ação governamental.

– Os objetivos seriam propiciados pela classificação funcional-programática, ao se responder a pergunta “**O que vai se fazer?**”.

Níveis de agregação

A classificação funcional-programática possuía quatro níveis de agregação:

- função;
- programa;
- subprograma; e
- projeto/atividade.

A **função** representava o maior nível de agregação, por meio do qual o Governo visava a alcançar um determinado objetivo nacional, em uma determinada área de atuação. As funções desdobravam-se em programas, que eram a integração entre o planejamento governamental e o orçamento.

Os **programas** representavam os meios e instrumentos de ação, organicamente articulados para o cumprimento das funções, constituindo os produtos finais da ação governamental.

Os **subprogramas** eram os desdobramentos dos programas.

Logo, a classificação funcional-programática era composta por:

– “**Um rol de funções**, representando objetivos mais gerais: o maior nível de agregação das ações, de modo a refletir as atribuições permanentes do Governo.

– **Um rol de programas**, representando produtos concretos. São os meios e instrumentos de ações organicamente articulados para o cumprimento das funções. Uma

A recente criação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG marca a reunião do planejamento, do orçamento, da avaliação e da gestão governamental sob um mesmo titular

45 AMADO, Antonio Augusto Oliveira. “A classificação funcional-programática como instrumento de programação orçamentária”. *Revista Associação Brasileira de Orçamento Público*, 15(2): 70-75, mai./ago. 1982, p. 72.

46 TRISTÃO, Gilberto. “Classificação funcional-programática: enfoque tridimensional”. *Revista Associação Brasileira de Orçamento Público*, 15(2): 77-88, mai./ago. 1982.

função se concretiza pela contribuição de vários programas.

– Um rol de subprogramas, representando produtos e ações parciais dos programas.”⁴⁷

Os subprogramas eram subdivididos em **projetos e atividades**, expressando o conjunto de ações cujo propósito era tornar reais os objetivos dos subprogramas e programas.

As definições de projeto e atividade eram, respectivamente:

“**Projeto** é o conjunto de operações limitadas no tempo, das quais, normalmente, resultam produtos quantificáveis física e financeiramente, que concorrem para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação governamental.”

“**Atividade** é o conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação do Governo.”⁴⁸

Resumidamente, funções eram as áreas de atuação governamental; programas e subprogramas expressavam os objetivos propostos para a atuação governamental; e os projetos e as atividades eram os meios através dos quais os objetivos seriam alcançados.

Crítica ao Orçamento Brasileiro até 1999

Todavia, a classificação funcional-programática não propiciou o surgimento de uma prática orçamentária congruente com a técnica do orçamento-programa.

A classificação por funções sobrepujou a classificação programática: “Na verdade, [a classificação funcional-programática] passou a significar um aglomerado de “caixas” onde as ações são agrupadas, sem maiores preocupações com o tipo da transação que está sendo classificada.”⁴⁹

Isto, por ocasião do planejamento das ações governamentais, implicou o distanciamento entre dispêndios governamentais e produtos ofertados à sociedade.

Enfim, planejamento deficiente e inexistência de *accountability*.

O NOVO MODELO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

Ao analisar o processo orçamentário brasileiro, **Oswaldo Maldonado Sanches**⁵⁰ apontou como uma de suas deficiências a reduzida capacidade de acompanhamento e controle, fazendo-se necessária a implementação de medidas que permitissem a avaliação do desempenho das atividades públicas com o propósito de melhor orientar a alocação dos recursos orçamentários. Por outro lado, a falta de transparência na utilização das atuais classificações, para o público em geral, torna a peça orçamentária inteligível somente para técnicos experientes no tema, o que a distancia da sociedade⁵¹.

47 BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. *Projeto de Lei Orçamentária para 1999 – resumo*. Brasília : SOF/DEGIN/CGCON, 1998.

48 BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Instrução para elaboração da proposta orçamentária da União para 2000; Manual Técnico de Orçamento (MTO-02)*. Brasília: Imprensa Nacional, 1999, p.32.

49 *Ibidem*, p. 12.

50 SANCHES, Oswaldo Maldonado. “Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de soluções”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 29(3): 122-56, jul./set. 1995.

51 BRASIL. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (COFF). *Sinopse da Execução Orçamentária*. Ano I, edição pioneira, junho de 1998. [on line] Disponível na Internet via WWW. URL: □ HYPERLINK http://www.camara.gov.br/orcament/sin1_01.htm □ □ http://www.camara.gov.br/orcament/sin1_01.htm. Arquivo capturado em 12/04/1999.

Entretanto, houve esforços em busca da otimização das práticas orçamentárias.

O documento que assinala esta mudança não possuiu repercussão adequada a sua importância, sendo classificado por **Márcio Moreira Alves** como "novidade invisível"⁵². Novidade, pois significa a introdução, no processo orçamentário federal, de experiências comprovadamente positivas obtidas no programa governamental Brasil em Ação⁵³; invisível, pois sua publicação passou despercebida, não suscitando, aparentemente, protestos por parte da classe política que vê o processo orçamentário de forma clientelista e paroquial, e que inexoravelmente terá, no futuro, a sua atuação prejudicada no processo orçamentário.

O documento em questão é o Decreto nº 2.829/98, que fixa normas para a elaboração do próximo Plano Plurianual (2000 a 2003) e orçamentos pertinentes.

Neste Decreto, busca-se consolidar as experiências positivas geradas no Brasil em Ação, que pode ser considerado o marco inicial da prática de orçamentos por resultados no Brasil⁵⁴, assim como as experiências advindas de reformas orçamentárias empreendidas por outros países, baseadas

na gestão por resultados e na avaliação do desempenho.

O Decreto introduz diversas inovações salutares no processo de planejamento e orçamento governamentais.

Uma delas é que o programa governamental que tenha por propósito uma ação finalística, isto é, que almeje a prestação de serviços e o fornecimento de bens diretamente à sociedade, passa a ter um único gerente. Este será o responsável pelo seu controle, independentemente de a execução

dos projetos e das atividades que integrem o programa serem realizados por várias unidades ou órgãos.

Somente esta diretriz já incrementará sobremaneira a *accountability* na gerência do programa, bem como diminuirá a possibilidade de inter-

venção política de má qualidade.

O artigo 2º estabelece que cada programa deverá ter:

II - "objetivo;

III - órgão responsável;

IV - valor global;

V - prazo de conclusão;

VI - fonte de financiamento;

VII - indicador que quantifique a situação que tenha o programa por fim modificar;

VIII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;

52 ALVES, Márcio Moreira. "Novidade invisível". *O Globo*, 1/11/98, p. 4.

53 Segundo o MPOG (□HYPERLINK "http://www.mpo.gov.br"□□ http://www.mpo.gov.br), "o Programa Brasil em Ação foi lançado em 1996, visando a promover o desenvolvimento sustentável do País nas próximas décadas. É um conjunto de programas e empreendimentos nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento social, estrategicamente escolhidos pela capacidade de alavancar investimentos produtivos e reduzir desigualdades regionais e sociais". Outras informações podem ser obtidas no referido site.

54 KANDIR, Antônio. "A recuperação da capacidade estratégica de planejamento e ação do Estado: a experiência do Brasil em Ação". *Parcerias Estratégicas*, 1(4): 27-38, dez./1997.

IX - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e

X - regionalização das metas por estado.”⁵⁵

A preocupação com o desempenho, com o alcance de resultados e com a questão da *accountability* é a nota distintiva do Decreto, o qual dispõe que todo o programa de ação continuada deverá ter metas de produtividade e de qualidade, devendo esta última ser medida por meio de instrumentos que captem a percepção da sociedade em relação ao programa.

Os resultados alcançados deverão ser avaliados anualmente, comparando-se os resultados obtidos com os objetivos declarados e as metas estabelecidas.

O planejamento estratégico da ação governamental deverá ser subsidiado por essas avaliações.

A Portaria nº 117/98

Em sequência à publicação do referido Decreto, houve a edição da Portaria nº 117/98, que extinguiu a classificação funcional-programática, instituída pela Portaria nº 9/74. Esta, conforme anteriormente exposto, não foi capaz de trazer ao plano concreto a vinculação entre planejamento e orçamento: na prática, a matriz de classificação não funcionou, permanecendo as áreas de atuação do Governo (funções) desvinculadas dos objetivos da ação governamental (programas), o que impedia a implementação de uma gestão voltada para o alcance de resultados.

Não houve uma ruptura total com a classificação anterior: permanece a classificação funcional que, “composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, servirá como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental, nas três esferas. Trata-se de uma classificação independente dos programas”⁵⁶.

Em razão de sua adoção ser obrigatória para todas as esferas de governo, ela possibilitará que os gastos públicos sejam apresentados de forma consolidada.

Estruturas programáticas

A classificação programática não mais existe: agora há estruturas programáticas, que são concebidas de acordo com o objetivo a ser alcançado e com o nível organizacional, e em consonância com o Plano Plurianual.

O programa passa a ser definido como o

“instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade”⁵⁷.

Passam a existir os seguintes **tipos de programas**:

– **Programas finalísticos** – produzem bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;

O vínculo entre planejamento e orçamento realiza-se por meio do programa

55 BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 2.829, de 29/10/1998. *Diário Oficial da União*. Brasília: Imprensa Nacional, nº208, 30/10/1998, p. 9-10.

56 BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Instrução para elaboração da proposta orçamentária da União para 2000: Manual Técnico de Orçamento (MTO-02)*. Op. cit., p. 14.

57 *Ibidem*, p. 39.

– **Programas de gestão das políticas públicas** – por meio deles são explicitadas as ações específicas de gestão governamental, tais como planejamento, orçamento, controle interno etc.;

– **Programas de serviços ao Estado** – produzem bens e serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para este fim específico; e

– **Programa de apoio administrativo** – provêem meios administrativos para que os programas finalísticos sejam implementados.

O vínculo entre planejamento e orçamento realiza-se por meio do programa.

O detalhamento do orçamento inicia-se com o programa. Desta maneira, os órgãos dos escalões inferiores da estrutura governamental possuem suas atividades ligadas aos objetivos do planejamento governamental.

O Plano Plurianual, documento básico do planejamento, é detalhado até o nível de programa.

Os produtos das ações governamentais, neste novo enfoque orçamentário, assumem especial relevância, pois por meio deles é que os impactos dos programas poderão ser avaliados.

Há que se lembrar que o orçamento baseado em resultados é uma evolução do orçamento-programa e que esta técnica implica projetos e atividades expressos em termos de produtos.

As novas definições de projeto e atividade são:

– **“Projeto:** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam num período limitado

de tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

– **Atividade:** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.”⁵⁸

Anteriormente, o ponto de partida do planejamento era a função (área de atuação governamental), que era desdobrada em subfunção, programa, projetos e atividades, ou seja, de área para problema a ser resolvido. Era um erro, pois há casos em que a solução envolve diversas áreas de atuação governamental.

No novo modelo, parte-se da realidade problematizada, e em razão dela são formulados os programas. A classificação em termos de função passa a ser a etapa final do processo de planejamento.

A Implementação do Novo Modelo

Assinale-se que as lições de **David Osborn e Ted Glaeber**⁵⁹ quanto à necessidade da adoção de um orçamento baseado foram assimiladas pelo Governo Federal.

No seu discurso de posse no extinto Ministério de Orçamento e Gestão, proferido em 4/1999, assim se expressou **Pedro Parente**:

“Os resultados pretendidos com a ação do governo muitas vezes não são sequer definidos, quanto mais avaliados. Programas que já se tornaram desnecessários são mantidos por absoluta inércia. Quando ocorrem crises fiscais, em

⁵⁸ *Ibidem*, p. 49.

⁵⁹ OSBORN, David e GAEBLER, Ted. *Reinventando o governo*. Brasília: Editora MH Comunicação, 1994. Segundo estes autores, o governo, na nova ambiência Estado-sociedade, possuiria dez características básicas: governo catalisador (navegar ao invés de remar); pertencente à comunidade; orientado por missões; governo de resultados; focado em clientes; empreendedor; governo preventivo; descentralizado e governo voltado para o mercado.

geral os cortes são feitos de forma aleatória, sem levar em conta os resultados de cada programa para a sociedade. (...) Hoje, os orçamentos estimulam o desperdício: se não gastar toda a dotação, os gestores perdem o saldo, e recebem menos no ano seguinte. (...) Os gastos com pessoal não estão sob o controle do gestor, e são assumidos como irredutíveis."⁶⁰

Em geral os cortes são feitos de forma aleatória, sem levar em conta os resultados de cada programa para a sociedade. (...) Hoje, os orçamentos estimulam o desperdício: se não gastar toda a dotação, os gestores perdem o saldo, e recebem menos no ano seguinte

Pedro Parente

É perfeita a análise da falência do modelo burocrático de planejamento e orçamento, que não permite a democratização da relação sociedade-Estado, posto que nele não está inserido o conceito de *accountability* governamental – os programas assumem vida própria, desligando-se da realidade para que foram originalmente criados.

São programas que controlam detalhadamente os processos nele desenvolvidos, entretanto incapazes de propiciar a avaliação dos seus impactos, assim como de atender às mudanças ambientais.

A adoção do orçamento orientado por resultados modifica esta situação, vinculando as dotações orçamentárias a metas a serem atingidas e propiciando flexibilidade aos gestores.

O papel do Legislativo no processo também é fortalecido, uma vez que passa a discutir questões substantivas rela-

tivas ao planejamento e ao orçamento governamental, isto é, quais os impactos que devem ser buscados por meio da utilização dos recursos dos contribuintes.

A recente criação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG⁶¹ marca a reunião do planejamento, do orçamento, da avaliação e da gestão governamental sob um mesmo titular. Uma possível causa desta modificação é a necessidade de o Governo maximizar o resultado

de suas ações, buscando conciliar estabilidade e desenvolvimento econômico.

O atual titular da pasta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fala em “revolucionar os métodos de gestão do

60 PARENTE, Pedro. Discurso de posse no extinto Ministério de Orçamento e Gestão, proferido em 6/4/1999. [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: □ HYPERLINK [Http://www.mpo.gov.br](http://www.mpo.gov.br)
□ □ [Http://www.mpo.gov.br](http://www.mpo.gov.br). Arquivo capturado em 10/8/1999.

61 Nos últimos dois anos, o Ministério responsável pelo orçamento federal possuiu três denominações diferentes, com atribuições igualmente diversas. Inicialmente, com a reforma administrativa realizada no primeiro governo Fernando Henrique, a antiga Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN foi transformada no Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, consoante o disposto na Lei nº 8.948/94. Por meio da Medida Provisória nº 1.795, de 1/1/1999, foi transformado em Ministério do Orçamento e Gestão - MOG. Esta mesma MP criou a Secretaria Especial de Planejamento e Avaliação. Por fim, em 10/6/1999, a MP 1.799-6 extinguiu o órgão especial de planejamento, criando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Estado para atingir o objetivo de fazer mais e melhor com menos recursos”⁶².

O enfeixamento das atividades de planejamento, de orçamento e de gestão em uma só pasta “teve como objetivo justamente colocar em uma única pasta os recursos e instrumentos estratégicos capazes de permitir a melhoria da qualidade do gasto público. Não há como dissociar planejamento e orçamento de práticas e avaliação permanente da gestão pública”⁶³.

“Avança Brasil”

Neste contexto foi elaborado o **Plano Plurianual (2000-2003)**, que recebeu o nome de “**Avança Brasil**”, cujas principais características são:

- a designação de um gerente para cada programa, que será o responsável pelo alcance das metas estabelecidas;

- indicadores predefinidos para a avaliação dos resultados obtidos por meio da execução dos programas, propiciando o controle por parte da sociedade (*accountability*); e

- foco em atividades cujos impactos maximizem o desenvolvimento econômico e social.

Em sua elaboração, foram perseguidos vários **objetivos**, dentre os quais são salientados:

- “organizar em programas – segundo o melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo – todas as ações do Governo Federal que resultem em bens ou serviços para atendimento de demandas da sociedade;

- assegurar que os programas estejam alinhados com a Orientação Estratégica do Governo e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos;

- proporcionar a alocação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano e com o desempenho obtido na execução dos programas;

- melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados;

- permitir a avaliação, pelos gerentes, do desempenho dos programas em relação aos objetivos e metas especificados no Plano;

- oferecer elementos para que as ações de controle interno e externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da atuação do governo; e

- dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e aos resultados obtidos.”⁶⁴

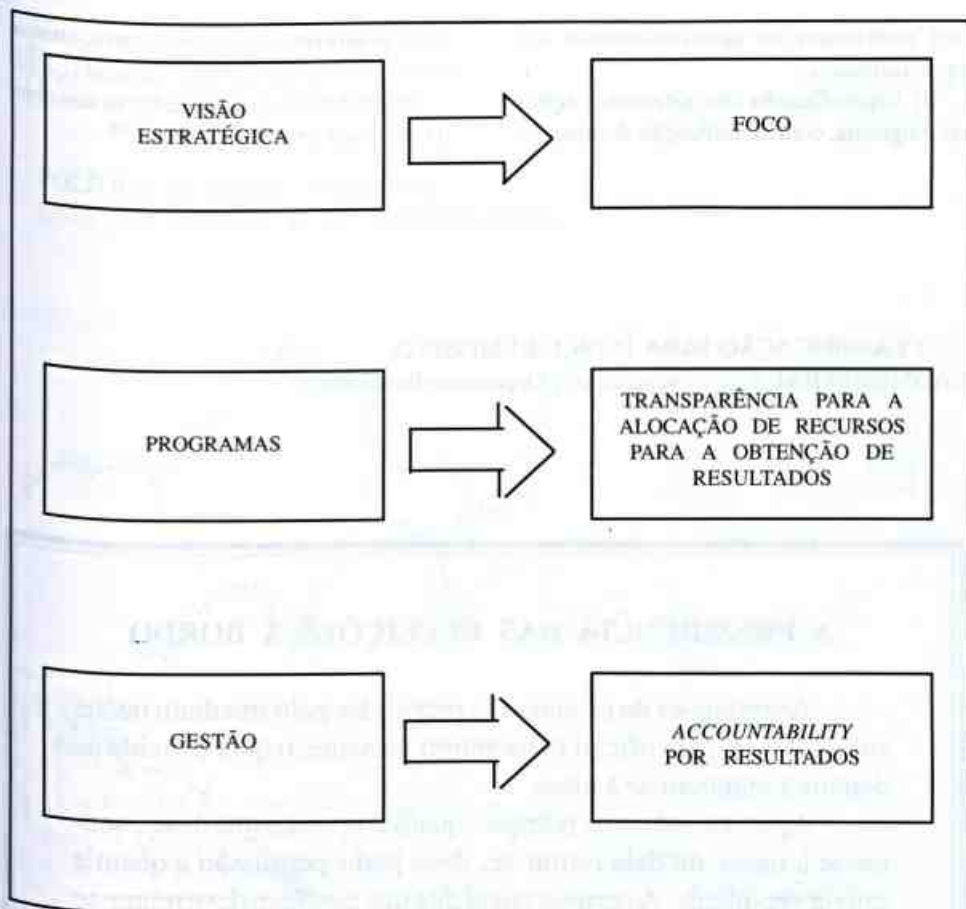
O planejamento e o orçamento federal, neste novo modelo de gestão, possuem a seguinte **lógica de concepção**:

Não há como dissociar planejamento e orçamento de práticas e avaliação permanente da gestão pública

62 TAVARES, Martus. Discurso de posse proferido em 11/6/1999 [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: □ HYPERLINK [Http://www.mpo.gov.br](http://www.mpo.gov.br) □ [Http://www.mpo.gov.br](http://www.mpo.gov.br). Arquivo capturado em 10/8/1999.

63 *Ibidem*.

64 BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. *Projeto de Lei Orçamentária para 1999 – resumo*. Op. cit., p. 2.



A visão estratégica da ação governamental está direcionada para a resolução dos problemas enfrentados pela sociedade; logo, a resolução de problemas é o objetivo de todo o esforço de planejamento.

A elaboração dos programas é delimitada pelos objetivos governamentais, ou seja, pelos problemas a serem resolvidos. Devem ser detalhados em projetos e atividades de tal forma que seja possível avaliar os resultados de sua execução e os custos envolvidos.

Os produtos da ação governamental devem ser geridos de maneira a promover a *accountability*, isto é, a responsabilização por custos e resultados.

Características do novo modelo orçamentário

Em suma, o novo modelo orçamentário brasileiro, pautado na gestão por resultados, passa a exibir as seguintes características:

a) Visão estratégica, com estabelecimento de **objetivos**;

b) Identificação dos **problemas** a enfrentar ou oportunidades a aproveitar, objetivando tornar realidade essa visão estratégica;

c) Concepção dos **programas** que deverão ser implementados, com vistas a atingir os objetivos que implicarão a solução

dos problemas ou aproveitamento das oportunidades;

d) Especificação das diferentes ações do programa, com identificação dos respec-

tivos **produtos**, que darão origem, quando couber, aos projetos e atividades;

e) Atribuição de **indicadores** aos objetivos, e aos produtos, metas.⁶⁵

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO> / Orçamento /; Orçamento brasileiro;

A PRESIDÊNCIA DAS REFEIÇÕES A BORDO

As refeições de oficiais são presididas pelo imediato ou, na sua ausência, pelo oficial mais antigo presente, o qual convida os demais a sentarem-se à mesa.

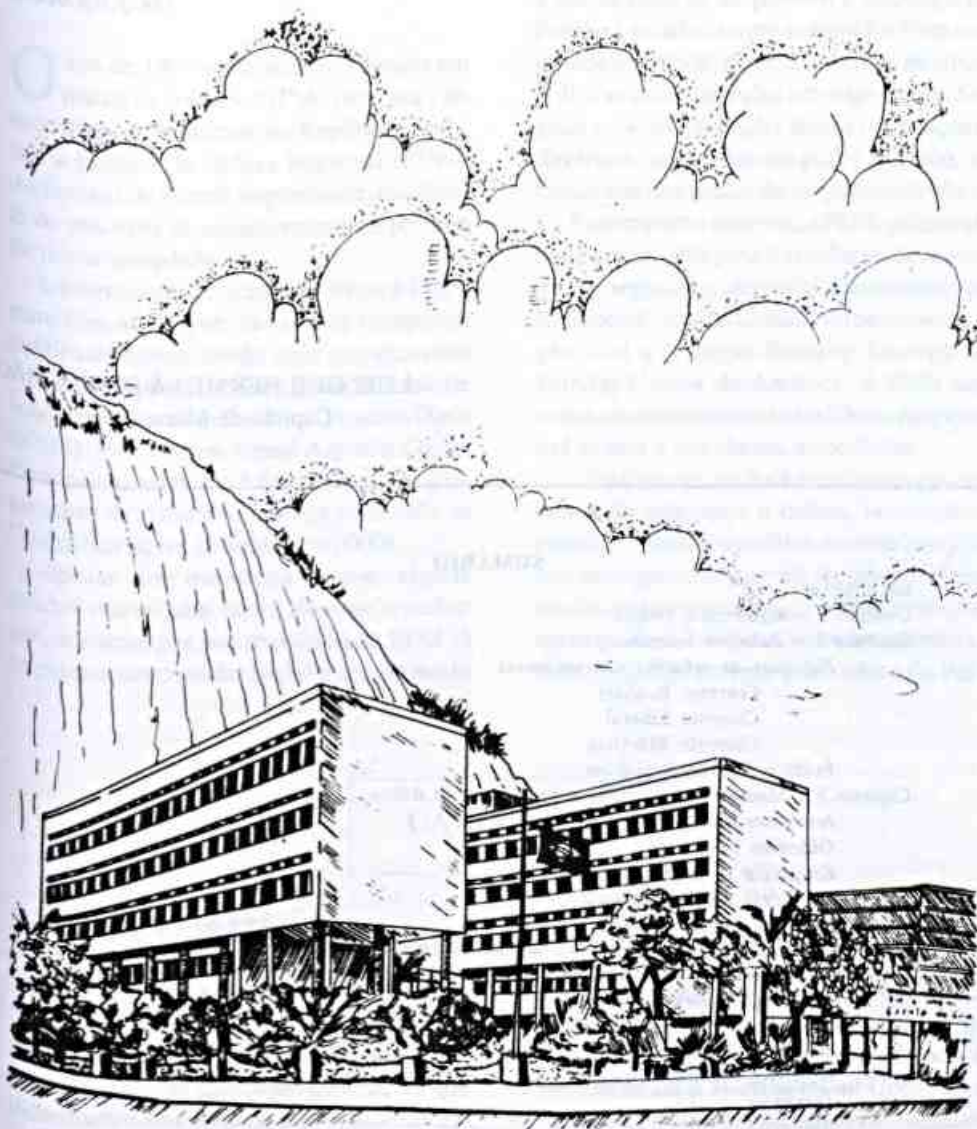
Após iniciada uma refeição, qualquer pessoa que deseje sentar-se à mesa, ou dela retirar-se, deve pedir permissão a quem a estiver presidindo. A cortesia naval dita que ninguém deve retirar-se da mesa antes do imediato ou do oficial mais antigo presente.

As refeições dos suboficiais e sargentos são presididas pelo mestre do navio. Compete ao mestre d'armas presidir as refeições dos cabos e marinheiros.

65 BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Instrução para elaboração da proposta orçamentária da União para 2000 - Manual Técnico de Orçamento (MTO-02)*. Op. cit., p. 12. Grifos no original.

SEÇÃO EGN

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA



POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA

LUIZ GUILHERME SÁ DE GUSMÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1 – Segurança e Defesa

Capítulo 2 – Relações Internacionais

Enfoques de relações internacionais

Corrente Realista

Corrente Liberal

Corrente Marxista

Política Externa Brasileira

Capítulo 3 – Modelo para formulação de política de defesa

Interesses nacionais

Objetivos nacionais

Estratégia de Segurança Nacional

Estratégia Militar Nacional

Ameaças / desafios / oportunidades

Aliados / nações amigas / instituições internacionais

Capítulo 4 – Política de defesa nacional: análise crítica e comparativa

Segurança e Defesa

Política externa e política de defesa

Interesses nacionais

Objetivos nacionais

Diretrizes

Ameaças

(continua)

Alianças

Relacionamento com outras políticas governamentais

Implementação

Grau de detalhamento

Capítulo 5 – Considerações finais

Anexo A – Diretrizes da PDN

Anexo B – Relação de entrevistas

Bibliografia

INTRODUÇÃO

O ano de 1996 pode ser considerado um marco na política do País, pois, em 7 de novembro, o Presidente da República aprovou a Política de Defesa Nacional (PDN), documento de grande importância, resultante do processo de amadurecimento político de nossa sociedade.

Inúmeras críticas têm sido feitas à PDN, entre elas as de que não é uma verdadeira política de defesa, sendo mais propriamente uma declaração de postura internacional, de acordo com Domício Proença e Eugênio Diniz (37:18). Para outros, como Antonio Carlos Pereira, seu resultado é fraco e confuso (comentário feito durante palestra na Escola de Guerra Naval, em 13 de abril de 2000).

Apesar dos questionamentos, alguns válidos outros nem tanto, deve-se ressaltar que, somente por sua existência, a PDN já representa um considerável avanço, de modo

a dar orientação ao preparo e emprego das Forças Armadas, o que sempre foi feito com grande seriedade; porém a partir de diretrizes políticas inferidas pelas próprias Forças Singulares. A explicitação dessas orientações e diretrizes, emanadas do poder político, em forma consolidada, é de inegável relevância.

Este trabalho analisará a PDN, utilizando-se de um modelo para formulação de requisitos de segurança nacional apresentado por Richmond Lloyd, validando-o pela comparação com a National Security Strategy dos Estados Unidos da América. A PDN será, então, comparada com o modelo, o que permitirá avaliar a sua clareza e coerência.

Inicialmente, serão estabelecidos os conceitos de segurança e defesa, bem como o enquadramento da política externa brasileira nos enfoques tradicionais de relações internacionais com prevalência no Ocidente, para, em seguida, identificar o relacionamento entre as políticas externa e de defesa do País.

CAPÍTULO 1

SEGURANÇA E DEFESA

É notório que em nosso País há pouco debate sobre questões relacionadas com a defesa e a segurança do Estado. Além disso, algumas palavras ganharam conotações que dificultam o seu emprego, devido a fatores históricos, fruto do embate ideológico que

vivemos em passado recente. Isso ocorre com a palavra “SEGURANÇA”, que, entre nós, ganhou significado, rejeitado no plano político nacional, já que alguns grupos sentem-se incomodados à sua menção, pois associam-na ou à Política ou ao Conselho de Segurança Nacional ou à Lei de Segurança Nacional, o que lhes traz más recordações.

Entretanto, no âmbito estadual, a palavra segurança é amplamente aceita e utilizada para se referir a ações de manutenção da ordem pública. É por isso que Domício Proença e Eugênio Diniz sugerem denominar as Secretarias de Segurança como Secretarias da Ordem Pública, expressão mais condizente com as tarefas que cabem a esses órgãos na vida democrática e, assim, sem qualquer conotação com a repressão a possíveis inimigos internos do Estado classificados como ameaças à sua segurança (37:58).

A discussão acima dá um colorido especial, brasileiro, a um debate, que não é somente nosso, sobre os significados de segurança e de defesa. Em termos amplos, segurança é uma concepção que vai além de considerações puramente militares, alicerçando-se na estrutura socioeconômica da sociedade, no indivíduo e em grupos de pessoas (21:10).

Uma definição bastante abrangente de segurança é a adotada pelo Instituto de Pesquisas sobre o Desarmamento da Organização das Nações Unidas.

“Segurança é uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque militar, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras” (3:1).

Observa-se que o conceito acima dá à segurança uma característica multidimensional: militar, política, econômica, social, tecnológica e ambiental. Cada uma dessas dimensões é interdependente, devendo o estado de segurança ser alcançado pelo con-

tínuo balanceamento e aperfeiçoamento de cada uma delas.

De forma mais sintética, o Vice-Almirante Armando Vidigal faz referência à segurança como um sentimento abrangente de um indivíduo, nação ou grupo de nações, relativo à inexistência de ameaças aos seus bens e valores (44:103). Já a Escola Superior de Guerra (ESG) considera que a defesa está relacionada com a segurança, sendo esta um estado e a defesa um ato dirigido a determinado tipo de ameaça, caracterizada e dimensionada. Na defesa nacional haveria uma ênfase nos aspectos militares da segurança e, correlatamente, na agressão externa (13:128).

Aqui aparece outro componente a ser discutido, ou seja, a origem da ameaça – externa ou interna. O Vice-Almirante Vidigal considera que a defesa nacional abrangeria tanto o relativo à defesa contra agressão externa como a manutenção, na forma constitucional, da ordem interna (44:104). Contudo, para Thomas Costa a defesa nacional envolveria apenas a preservação de interesses na cena internacional, o que só se configuraria em caso de agressão externa, sendo a seguinte a definição de Política de Defesa Nacional:

“Conjunto formado por princípios gerais, por processos de tomadas de decisão e de alocação de recursos e pela implantação de medidas para o preparo e o emprego das Forças Armadas como instrumento de ação do País na preservação ou na consecução de interesses na cena internacional” (21:12).

O inter-relacionamento entre Defesa e Segurança faz com que um estímulo a gastos com a defesa provoque benefícios para a segurança, ao dissuadir possíveis adversários de tomarem ações correspondentes. Os dispêndios com a defesa também podem contribuir para a geração de empregos na economia interna e para a produção de tecnologias com “efeito de arraste” (*spin-off*), com consequências benéficas em indústrias não militares (45:4).

Existe, porém, um outro lado nessa questão, que é conhecido como **DILEMA DA SEGURANÇA**, ou seja, a alocação de recursos para a defesa por um Estado poderá induzir a um ímpeto por maiores gastos nessa área por outros Estados, o que poderá levar a uma corrida armamentista desenfreada que, ao final, poderá vir a diminuir a segurança ao invés de aumentá-la (45:4).

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Enfoques de relações internacionais

Como vimos brevemente no capítulo anterior, a política externa tem influência na definição da política de defesa. Assim, é necessário conhecer como os formuladores da política externa irão enfocar as relações internacionais do País, em sua convivência com as demais unidades políticas do sistema internacional, antes de procedermos à análise da política de defesa.

Em sua clássica obra *The Anarchical Society*, **Hedley Bull** diz que tem existido três pensamentos tradicionais, na história dos Estados modernos, quanto às relações internacionais:

- os hobbesianos ou da tradição realista vêem a política internacional como um estado de guerra;
- os kantianos ou da tradição universalista vêem a política internacional funcionar como uma potencial comunidade da humanidade; e
- os grotianos ou da tradição internacionalista vêem a política internacional como tendo lugar dentro da sociedade internacional (16:24).

Gastos excessivos com a defesa também poderão provocar déficits orçamentários e diminuição de recursos para setores sociais, com a produção de desequilíbrios que, possivelmente, não serão úteis à segurança do País.

Vemos, desse modo, que a Política de Defesa está relacionada com outras políticas do Estado – externa, econômica, social –, o que exige um equilíbrio entre elas para se alcançar a segurança almejada.

O moderno sistema de Estados, de acordo com Hedley Bull, reflete a predominância ora de um, ora de outro desses enfoques. Na disputa de poder entre Estados, há elementos de conflito e guerra, assim como, em outras ocasiões, prevalece a solidariedade transnacional e a cooperação. Um deles irá predominar sobre os outros, em diferentes períodos históricos, em distintos teatros geográficos e nas políticas dos Estados e de seus estadistas (16:41).

Já para **Andrew Ross** são três as correntes principais de relações internacionais, desenvolvidas basicamente por pensadores ocidentais: realista, liberal e marxista (40:46). Dentre os grandes políticos do século XX, podemos citar como representantes de cada uma delas: Churchill e Nixon (realistas), Woodrow Wilson e Franklin Roosevelt (liberais) e Stalin e Mao Tsé-Tung (marxistas).

Vejam, resumidamente, cada um desses enfoques, segundo a classificação feita por Ross, os quais serão úteis adiante quando da análise da política externa brasileira e seu relacionamento com a política de defesa.

Corrente realista

De longa tradição, o realismo tem ampla aceitação e aplicação ao longo da História. Os realistas se preocupam com a manutenção da segurança nacional contra ameaças militares externas, sendo, portanto, a guerra seu principal foco de atenção (40:47).

Essa percepção deriva da constatação de que vivemos numa anarquia internacional, pois não há autoridade superior à do Estado. Dessa forma, para garantir a sua sobrevivência e preservar seus interesses, o Estado aplicará o poder nacional, em especial o seu componente militar, tendo em vista a inevitabilidade do conflito em um mundo anárquico.

As raízes dos permanentes conflitos entre Estados estão no conceito de soberania, desenvolvido por Jean Bodin, no século XVI, para justificar o absolutismo monárquico, ao dizer que a soberania do rei seria originária, ilimitada, absoluta, perpétua e irresponsável em face de qualquer outro poder temporal ou espiritual (30:47). Para Bodin, então, não havia limitação ao poder do soberano, o que passou a significar que o Estado, mais especificamente o seu soberano, tinha, internamente, direito de jurisdição dentro do seu território, assim como, externamente, direito de ser independente em suas relações com outros Estados (45:5).

A organização do sistema europeu, após a paz de Westphalia (1648), forneceu os alicerces sobre os quais cresceu o conceito de soberania, que ganhou grande impulso no século XIX. A expansão do colonialismo europeu levou a idéia de soberania aos demais continentes, universalizando a sua aplicação (45:5).

O enfoque realista centra-se na ação do Estado, sua unicidade e racionalidade como ator nas relações internacionais e na importância de sua segurança, acima de tudo, no contexto internacional.

Corrente liberal

Nas relações internacionais, o principal foco de atenção dos liberais é no "conflito e cooperação", ao invés da "paz e guerra" dos realistas. Para os liberais, existem outras formas de conflito que não somente a guerra, bem como diversas maneiras de os Estados cooperarem (40:50).

Na visão liberal, a natureza do Estado e a sua liderança política têm grande importância no seu posicionamento internacional. Por exemplo, é significativamente diferente a atual Alemanha, democrática e liderada por políticos esclarecidos, submetidos constantemente à aprovação popular, da nação nazista, totalitária, de triste lembrança, que inspirava em suas relações internacionais um sentimento de medo, hoje não mais existente.

O Estado também nem sempre se comporta racionalmente nem unitariamente, ou seja, Estado e Sociedade não atuam como se fossem um só, existindo mesmo certos atores sociais, com grande influência internacional, que adotam comportamento oposto ao do seu governo (por exemplo, partidos políticos, grupos de interesse, segmentos da mídia etc.).

Ao contrário dos realistas, os liberais consideram que o conceito de interesse nacional é ambíguo e pouco sólido. Segurança, para eles, não se refere, apenas, à proteção do país contra ameaças militares externas; ela é mais do que isso, sendo a estratégia econômica nacional tão importante quanto a estratégia militar (40:54).

Corrente marxista

Apesar do fracasso na última década de muitos Estados que adotaram a ideologia marxista, é inegável a solidez intelectual e, em consequência, a grande influência que o marxismo exerce, ainda hoje, sobre políticos e intelectuais. Sua força foi tamanha que atravessou continentes e deixou marcas profundas em muitas gerações.

A idéia básica do marxismo reside nas estruturas de dominação e subordinação, com capitalistas e trabalhadores situados em lados opostos da sociedade. A principal característica do sistema internacional e razão de sua anarquia e iniquidade é ser capitalista. Desse modo, todos – Estados, instituições internacionais, partidos políticos – só existem para servir aos interesses do capitalismo e às suas elites dirigentes. Os interesses nacionais são ditados pelos interesses dos possuidores dos meios de produção. Para os marxistas, as relações internacionais são um jogo de soma zero – o que um ganha o outro perde –, no que concordam com os realistas (40:56).

*
* *

Dentro de cada um dos enfoques descritos, há matizes que distinguem algumas variantes, apesar de a idéia central permanecer a mesma.

Assim, dos realistas temos os neo-realistas, que dão mais atenção ao papel dos fatores econômicos nas relações internacionais. Os liberais, por sua vez, subdividem-se nos enfoques transnacionalista ou globalista, pluralista e o idealista ou utópico.

Nas visões diferenciadas dos estadistas, podemos citar, se tomarmos como exemplo a política norte-americana, a dos realistas, na linhagem de Nixon e Kissinger, onde a ordem mundial é produto de uma distribuição de poder entre as maiores potências. Já para os liberais, na tradição de Woodrow Wilson e Jimmy Carter, as relações entre pessoas são tão importantes como as existentes entre os Estados.

Política Externa Brasileira

Ao iniciarmos a identificação da orientação da política externa brasileira, é necessário que façamos uma breve resenha das principais

decisões que, ao longo dos séculos, marcaram a posição do Brasil no cenário internacional.

A princípio, podemos adotar o conceito do Embaixador Teixeira Soares quando diz que a fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa (41:11). Desse modo, iniciaremos nossa análise com uma síntese da formação territorial do Brasil.

O grande, contínuo e compacto território que os portugueses nos legaram constitui extraordinária herança histórica que bem soubemos conservar, não sendo demais assinalar que a nossa expansão territorial deu-se no período colonial, inversamente do ocorrido, por exemplo, com os Estados Unidos, que cresceram territorialmente após a sua independência (41:25).

Assim é que, por ocasião do Tratado de Madri (1750), assinado entre Portugal e Espanha, o Brasil passa a ter conformação territorial próxima da que é hoje. Em 1777, em um grande retrocesso ao anteriormente alcançado, D. Maria I assina o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual viríamos a perder a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões, além de outras terras. As autoridades portuguesas no Brasil não aceitaram tal acordo e perseveraram na consolidação do que já havia sido conquistado.

D. João VI, ao chegar ao Brasil, declarou nulo o Tratado de Santo Ildefonso e tomou outras medidas muito importantes de política externa, como a abertura dos portos, a anexação da província Cisplatina e a invasão da Guiana Francesa, ocupada de 1809 a 1817 como resposta à invasão napoleônica de Portugal.

No período colonial, a preservação do território de sua mais importante colônia custou caro a Portugal, especialmente devido à fragilidade da fronteira marítima, tendo ocorrido muitos episódios de repulsão às invasões estrangeiras – francesas, no Rio de Janeiro e Maranhão; inglesas, em Santos e Itaparica; e holandesas, na Bahia e

Pernambuco – nos séculos XVI, XVII e início do século XVIII. Em muitas dessas ocasiões, além de portugueses, tivemos a participação de índios nativos, mamelucos, negros e brancos brasileiros na luta contra os invasores.

Em 1703, pelo Tratado de Metwen, Portugal e Inglaterra assinaram um acordo que, além de trocas comerciais, também previa a proteção da esquadra inglesa no litoral brasileiro, o que veio a dar tranquilidade à fronteira marítima do Brasil (32:47).

Foi a delimitação das fronteiras terrestres no Sul a maior questão enfrentada pela diplomacia brasileira no século XIX. A política do Império para a Bacia do Prata passou por várias fases: tentativa de cooperação e entendimento (1822-24), guerra (Cisplatina), neutralidade (1828-43), intervenção (1844-52), presença ativa (1851-64), retorno ao intervencionismo (1864-76) e retraimento vigilante, de 1877 até a Proclamação da República (20:97).

Logo após a independência, buscamos o entendimento com a Argentina, mas, herdeiros de antigos desentendimentos entre portugueses e espanhóis, os dois países foram à guerra, em 1825. O impasse nas campanhas naval e terrestre levou ambos contendores a solicitarem a mediação britânica, em 1828, que resultou na criação do Uruguai. Ao assinar o Tratado que garantia a independência uruguaia, o Brasil conseguiu adicionar uma cláusula que assegurava a livre navegação no Prata, no que é considerado como um triunfo de nossa diplomacia, dando início a um período de neutralidade brasileira nos assuntos platinos que irá até 1844.

Nas fases de intervenção, buscava o Brasil alcançar objetivos econômicos, políticos e estratégicos, sendo esses últimos o livre acesso a Mato Grosso, por navios de comércio e de guerra, assim como a definição jurídica e a segurança das fronteiras (20:105).

O conflito de maior intensidade foi a Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, quando o Império do Brasil agiu de acordo com a polí-

tica realista. A decisão de eliminar o ditador paraguaio Solano López do cenário sul-americano levou ao prolongamento da guerra e à impopular campanha da Cordilheira, o que vinha ao encontro de uma vasta gama de interesses daqueles que se beneficiavam do conflito, como era o caso de fornecedores, comerciantes, atravessadores e, também, do General Mitre – Presidente da Argentina –, que recebia recursos do Tesouro do Brasil, em parte obtidos junto à Casa Rothschild, na Inglaterra, indispensáveis para equilibrar as finanças argentinas (20:110).

A República recebeu do Império um legado de grande valor quanto à defesa da doutrina do *uti possidetis*, estabelecida pelo Tratado de Madri, a qual deu base jurídica ao Brasil na fixação de limites, transformando-se numa doutrina latino-americana de direito internacional público (20:89).

Entretanto, alguns litígios tiveram que ser resolvidos no período republicano: com a Argentina, pelo Território das Missões; com a França e a Inglaterra, devido às duas Guianas; e com Bolívia e Peru, pela região amazônica. Com a Argentina, França e Inglaterra as questões foram resolvidas por arbitramento internacional, com laudos favoráveis às nossas pretensões nos dois primeiros casos, porém com pareceres desfavoráveis à reivindicação brasileira no caso com a Guiana Inglesa. Apesar da decepção com essa última questão, o Brasil acatou o laudo, demonstrando sua boa vontade em resolver problemas fronteiriços, sempre muito delicados, por vias pacíficas e com respeito ao direito internacional. A “questão acreana” foi resolvida diretamente com a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis em 1903. Com o Peru, a regularização fronteiriça deu-se, também por tratado, em 1909.

Foi grande o legado do Barão do Rio Branco nas relações exteriores do País, pois, além da grande obra de regularização de fronteiras, ele também reorientou a nossa política, tendo promovido uma mudança de eixo de

nossa diplomacia, levando-nos a maior aproximação com os Estados Unidos.

Um grande desafio para a nossa diplomacia foi a Primeira Guerra Mundial. De uma posição inicial de neutralidade evoluímos para a de beligerante, em 1917, após termos tido nossa neutralidade violada, pelos alemães, com o afundamento de navios mercantes brasileiros (32:56).

A Segunda Guerra Mundial contou com maior participação brasileira do que a Primeira Guerra. Nossa aliança com os blocos vencedores, formados pelas grandes potências democráticas, deu-nos maior inserção internacional, tendo o Brasil participado como membro permanente da Conferência de Paz de Versalhes, após a Primeira Guerra, e sido um dos fundadores da Organização das Nações Unidas, ao término da Segunda Guerra.

Nos últimos 50 anos, o Brasil desenvolveu uma ativa diplomacia multilateral, com destacada atuação nos principais organismos internacionais, onde a liderança brasileira pode ser constatada quando um significativo número de países só vota após a delegação brasileira expressar o seu posicionamento, que, muitas vezes, é seguido por outras delegações, como comentado pelo Embaixador José Vicente Pimentel em palestra para o Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM) em 4 de abril de 2000.

A "satisfação" territorial de nosso País, alcançada pacificamente, como já vimos, deu-nos tranquilidade com os nossos vizinhos e, assim, permitiu-nos desenvolver, especialmente a partir da segunda metade do século XX, uma política externa voltada para a harmonia e cooperação internacionais, busca do desenvolvimento econômico e social e para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, neste último caso com ênfase nas duas últimas décadas. Este posicionamento recebeu a histórica definição do Embaixador Araújo Castro como 3D – Democracia, Desenvolvimento e Desarmamento.

O Brasil assinou os principais acordos e tratados internacionais, como os de proteção às vítimas das guerras, de controle de armamentos e da proliferação nuclear e de desenvolvimento econômico e social, dentre os quais podemos citar:

- Quatro Convenções de Genebra e seus dois Protocolos Adicionais;
- Convenção sobre Proibição de Armas Químicas e Biológicas;
- Banimento do uso de minas terrestres;
- Tratado de Tlatelolco (desnuclearização da América Latina);
- Tratado de Não-Proliferação Nuclear; e
- Convenção da Jamaica sobre o Direito do Mar.

É significativa, também, a contribuição brasileira às operações de paz da Organização das Nações Unidas, tendo a primeira ocorrido na Grécia, ainda na segunda metade da década de 40. Desde essa época, já integramos diversas operações, em missões de verificação, observação, assessoramento, ou integrados a Forças de Paz, com presença em todos os continentes (12:16-20):

- África (Angola, Congo, Moçambique, Ruanda e Luanda);
- Europa (Grécia, Iugoslávia, Croácia, Eslovênia);
- América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua);
- Ásia (Nova Guiné Ocidental, Timor Leste); e
- Oriente Médio (Suez).

De acordo com os enfoques anteriormente apresentados, podemos classificar a política externa brasileira como de cunho realista no século XIX, com alguns matizes liberais. A partir da República, o Brasil adquire uma conotação predominantemente liberal, com aplicação pontual de doses de realismo, e deve-se destacar, ainda, o posicionamento não-intervencionista, marco da diplomacia brasileira no século XX, de tal relevância que está inserido na Constituição Federal.

CAPÍTULO 3

MODELO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA DE DEFESA

Usaremos o modelo para formulação de requisitos de segurança nacional, apresentado por Richmond Lloyd, para definição dos elementos que devam ser considerados quando do estabelecimento de uma política de defesa. A National Security Strategy (NSS), dos Estados Unidos, será utilizada para fornecer os exemplos concretos dos conceitos teóricos apresentados e, deste modo, servirá como ferramenta para validação do modelo.

A abordagem será do tipo *top-down*, ou seja, de cima para baixo, a qual apresenta muitas vantagens, dentre elas a de ser um caminho sistemático para pensar a partir de uma perspectiva ampla, além de enfatizar o inter-relacionamento entre várias expressões do poder, cada uma das quais requer sua própria estratégia para alcançar-se os objetivos nacionais.

Como se pode ver na Fig. 1, a partir da identificação dos interesses e objetivos nacionais, procede-se às formulações das estratégias nacionais de segurança (National Security Strategy) e militar (National Military Strategy) para, então, chegar-se ao projeto de forças necessárias para fazer valer os interesses nacionais diante das ameaças e desafios do cenário internacional.

Nesse processo são consideradas, também, as possíveis alianças com nações amigas para fazer frente a inimigos comuns, bem como as restrições financeiras e tecnológicas ao desenvolvimento das forças armadas do País.

Ao final, é feita uma avaliação do risco envolvido diante das ameaças esperadas, considerando as forças que efetivamente estarão disponíveis para enfrentá-las.

Um outro tipo de abordagem é chamada de *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima.

Nesse caso, a capacidade militar irá orientar o planejamento das forças. A maior vantagem deste tipo é a sua ênfase no mundo real, apesar de, com isso, haver perda de uma visão abrangente (2:24).

A importância do tipo de abordagem está no fato de que a Política de Defesa irá orientar a Política/Estratégia Militar, que, finalmente, irá definir a composição das Forças Armadas.

Os Estados Unidos, por exemplo, adotaram, no Governo Clinton, a *Bottom-up Review*, resultado de uma reavaliação do ambiente internacional e das ameaças aos interesses nacionais norte-americanos, o que os levou a uma redefinição da estratégia a ser implementada, da estrutura de suas Forças Armadas, de seus programas de modernização, sua base industrial e das necessidades de infraestrutura.

Devido ao escopo deste trabalho, será dada maior atenção à metade superior da Fig. 1.

Interesses nacionais

São os mais importantes desejos e necessidades da nação. Normalmente são expressos em termos de sobrevivência nacional e bem-estar (29:5).

Aqui já surge um primeiro ponto de discussão, caso se adote um enfoque realista ou liberal nas relações internacionais.

Os liberais crêem que ética e moral são fatores importantes a serem considerados na identificação desses interesses; os realistas, entretanto, julgam que o aumento de poder deva ser o guia nessa questão.

Nos Estados Unidos, na década de 60, houve grande debate sobre esse ponto, com

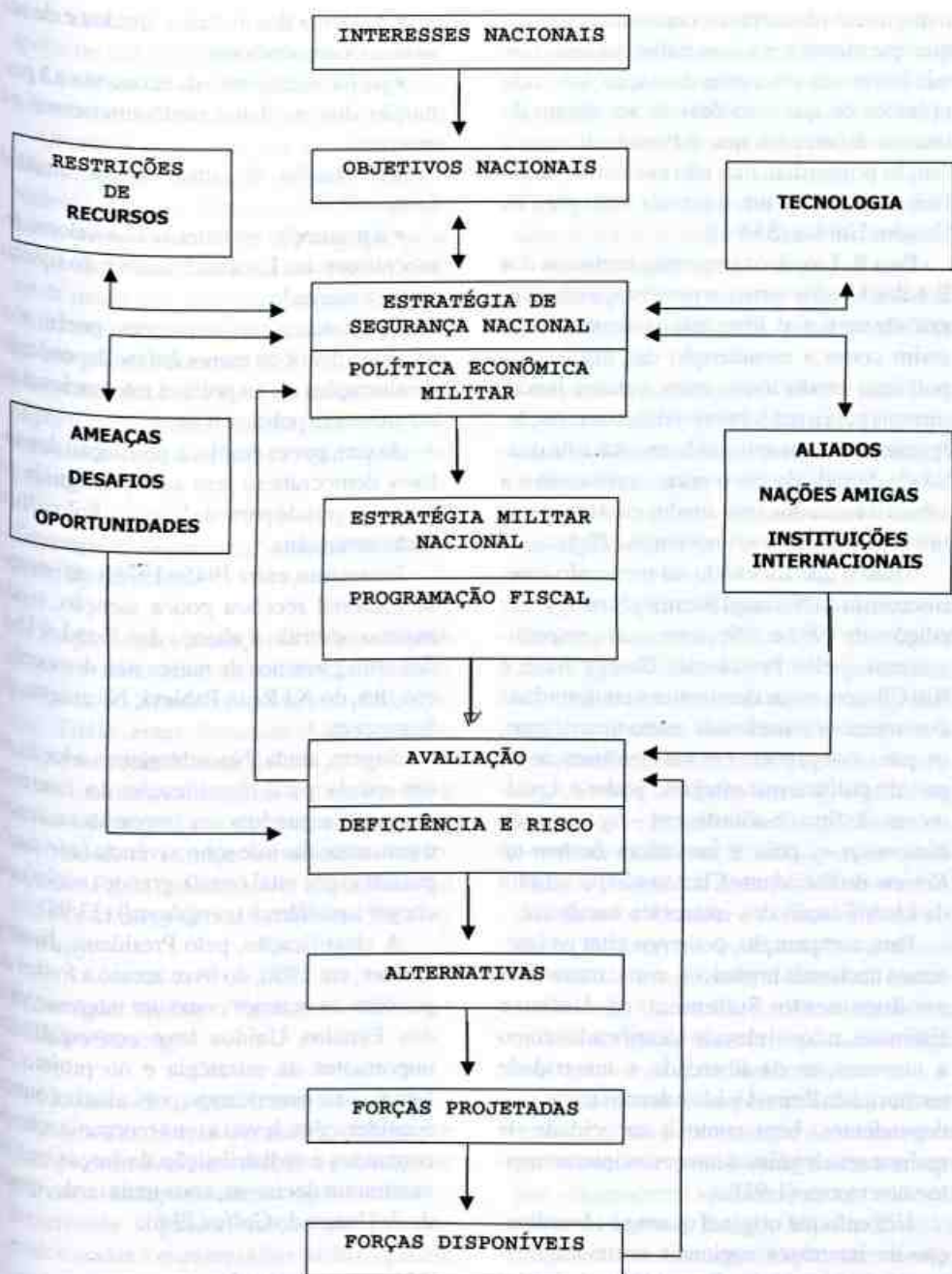


FIGURA 1

o surgimento da corrente "constitucionalista", que questionava a quem caberia identificar tais interesses em nome da nação, havendo opiniões de que isso deveria ser objeto de intenso debate, em que o Presidente teria a função primordial, mas não exclusiva, de definir o que seria um interesse vital para os Estados Unidos (33:94)).

Para R. Lloyd, os interesses nacionais dos Estados Unidos seriam a preservação da integridade territorial, liberdade e independência, assim como a manutenção das instituições políticas, sendo todos esses valores fundamentais para a sua sobrevivência como nação. Igualmente, a garantia do bem-estar e da qualidade de vida do povo norte-americano e a sobrevivência dos seus aliados configurariam importantes interesses nacionais (29:5).

Tudo o que foi citado no parágrafo anterior consta da National Security Strategy, nas edições de 1991 e 1996, aprovadas, respectivamente, pelos Presidentes George Bush e Bill Clinton, o que demonstra a continuidade dos interesses nacionais norte-americanos, os quais independem em sua identificação do partido político que esteja no poder e, igualmente, do tipo de abordagem – *top-down* ou *bottom-up* –, pois a inovadora *bottom-up Review* do Presidente Clinton não prescindiu da identificação dos interesses nacionais.

Para comparação, podemos citar os interesses nacionais britânicos, como transcritos no documento Statement of Defence Estimates, no qual eles são identificados como a manutenção da liberdade e integridade territorial do Reino Unido e de seus territórios dependentes, bem como a capacidade de realizar seus legítimos interesses internamente e no exterior (1:91).

Um enfoque original quanto à identificação de interesses nacionais norte-americanos é o apresentado por Donald Nuechterlein, no qual ele afirma que os quatro interesses mais duradouros ao longo de toda a história da nação seriam os relativos: (33:97):

- à defesa dos Estados Unidos e de seu sistema constitucional;
- ao fortalecimento da economia e à promoção dos produtos norte-americanos no exterior;
- à criação de uma ordem mundial favorável; e
- à promoção no exterior dos valores democráticos dos Estados Unidos e do sistema de livre mercado.

Tais interesses são perenes, porém têm recebido maior ou menor ênfase dependendo de alterações ou na política internacional ou no ambiente político interno.

Assim, por exemplo, a promoção dos valores democráticos tem sido perseguida ao longo de grande parte da história diplomática norte-americana.

Entretanto, entre 1945 e 1975, este interesse nacional recebeu pouca atenção, tendo mesmo ocorrido a aliança dos Estados Unidos com governos de países não democráticos (Irã, do Xá Reza Pahlevi; Nicarágua, de Somoza etc.).

Sugere, ainda, Nuerchterlein a adoção de uma escala para classificação do interesse nacional, segundo a sua importância, sendo o grau mais alto o de sobrevivência (*survival*), passando por vital (*vital*), grande (*major*) até chegar a periférico (*peripheral*) (33:98).

A classificação, pelo Presidente Jimmy Carter, em 1980, do livre acesso a fontes de petróleo no exterior como um interesse vital dos Estados Unidos teve consequências importantes na estratégia e no projeto de forças norte-americanos, pois, aliada a outras considerações, levou a uma reorganização de comandos e redistribuição de forças que se mostraram decisivas, anos mais tarde, quando da Guerra do Golfo (29:6).

Objetivos nacionais

Eles indicam aonde a nação está tentando chegar. São metas específicas que a nação

busca alcançar com o propósito de avançar, apoiar ou defender seu interesse nacional.

São descritos em três grandes categorias: políticos, econômicos e de segurança (29:6).

Quanto à segurança, por exemplo, mais relacionada com o teor deste trabalho, a National Security Strategy (NSS) explicita que a capacitação a ser perseguida pelas Forças Armadas dos Estados Unidos deve ser de modo que elas sejam capazes de vencer, juntamente com seus aliados, duas guerras em grandes teatros (43:5). Nesse ponto, cabe ressaltar que a estratégia norte-americana prevê como fundamental a participação de seus aliados nos conflitos em que o país vier a ser envolvido.

Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy)

É o plano para alcançar os objetivos nacionais por meio de uma combinação de meios políticos, econômicos, militares e psicológicos. Todas essas ferramentas são componentes do Poder Nacional (29:7).

As escolhas estratégicas indicam como a nação irá empregar todos esses instrumentos, visando a alcançar os objetivos nacionais. Na Fig. 1, podemos ver que a National Military Strategy deriva da National Security Strategy.

Estratégia Militar Nacional (National Military Strategy)

Ela deve dizer qual é a orientação para emprego das Forças Armadas, como, por exemplo: estratégia de coalizão x estratégia de guerra independente (*go-it-alone*); deterrence x guerra; forças previamente posicionadas x estratégia de uso de forças em reserva etc.

De acordo com R. Lloyd, a National Military Strategy, de 1992, previa:

- estratégia de deterrence e defesa;

- presença antecipada; e
- resposta à crise, entre outras estratégias.

Mais recentemente, a **National Military Strategy of the United States of America**, 1995, afirma que devem ser objetivos militares (29:10):

- promoção da estabilidade por meio de cooperação regional e interação construtiva; e
- prevenção à agressão por meio de deterrence e de grande capacidade de fazer a guerra (*deterrence and robust warfighting capabilities*).

Outras entradas no modelo em análise são as representadas pelos blocos de ameaças/desafios/oportunidades e de aliados/nações amigas/instituições internacionais.

Ameaças / desafios / oportunidades

As ameaças tradicionais continuam a ter importante papel no processo de definição de estratégias e de planejamento de forças, a par do surgimento de novas ameaças, representadas por armas de destruição em massa, terrorismo e tráfico de drogas.

A National Security Strategy alinha como ameaças aos Estados Unidos (43:5-6):

- as centradas em Estados que têm capacidades e desejos de ameaçar interesses vitais dos Estados Unidos, incluindo esforços na obtenção de armas de destruição em massa;
- as de categoria transnacional como o terrorismo, narcotráfico, tráfico ilegal de armas, migrações descontroladas de refugiados e danos ao meio ambiente; e
- as representadas pela existência de arsenais de armas de destruição em massa e sua proliferação, especialmente no caso em que tais armamentos venham cair em mãos de atores hostis aos Estados Unidos (Estados, grupos terroristas, organizações criminosas).

É evidente que os Estados Unidos, como superpotência com atuação global, têm um amplo espectro de conflitos com ameaças de toda ordem. Para aplicação do modelo em

análise ao caso brasileiro, deverá ser procedida uma cuidadosa avaliação das ameaças, pois muitas delas não estarão presentes, o que não invalida o modelo apresentado.

Aliados / nações amigas / instituições internacionais

A participação de aliados deve ser considerada, pois será importante tanto no aspecto político, quanto, mais especificamente, na contribuição militar ao esforço para fazer frente a adversários comuns.

A National Security Strategy prevê que as Forças Armadas dos Estados Unidos devam estar preparadas para responder a desafios representados por guerras curtas e, *em conjunto com amigos regionais e aliados* (grifo meu), vencer duas guerras em grandes teatros (43:5).

Os demais passos do processo até se chegar ao projeto de forças não serão aqui descritos, pois fogem ao escopo do trabalho.

O modelo apresentado por **Lloyd** é considerado válido, tendo em vista que o contrastamos com uma política amadurecida – a National Security Strategy – e ele se revelou perfeitamente coerente.

Um alerta, porém, deve ser dado.

Apesar da validade do modelo, pode-se esperar que, ao ser aplicado ao caso brasileiro, apresente necessidade de alguns ajustes, o que é perfeitamente natural e esperado.

Deve-se levar em conta que o Brasil optou por promulgar um documento intitulado Política de Defesa Nacional e não Estratégia de Segurança Nacional, o que, somente pela definição dos seus termos, já implica em visões diferenciadas da questão (Segurança x Defesa, Política x Estratégia).

No capítulo a seguir, analisaremos a Política de Defesa Nacional (PDN), considerando inicialmente os aspectos de segurança e defesa e relacionamento com a política externa brasileira para, então, verificar o seu enquadramento no modelo que acabamos de apresentar.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL (PDN): ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA

O Brasil optou por estabelecer uma política de defesa declaratória, na qual são explicitados objetivos, orientação estratégica e diretrizes. Na ocasião de seu lançamento, o Presidente da República enfatizou, entre outros aspectos, que a Política de Defesa Nacional (PDN) deveria servir de “orientação para uma Política Militar Brasileira e de guia para a adaptação de partes das políticas setoriais já existentes” (18:18).

Essa modalidade de política declaratória é encontrada em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos, conforme já vimos, apesar de a National Security Strategy não abordar somente temas concernentes à defesa, pois também prevê a aplicação dos poderes político e econômico da nação, além do militar, na busca da preservação de interesses e objetivos nacionais perfeitamente identificados (25:9).

Existem outros países em que a política de defesa deixa de ter um caráter eminentemente nacional para inserir-se em um espectro mais amplo, em uma aliança de defesa entre nações.

É o caso da Alemanha, cuja estratégia de segurança está indissolivelmente ligada, política e militarmente, à da União Européia e à da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendo, portanto, uma moldura européia e transatlântica, que é utilizada pelos alemães para afastar dos seus vizinhos quaisquer temores, porventura ainda existentes, quanto à repetição dos acontecimentos havidos na primeira metade do século XX (39:119).

A Política de Defesa Nacional (PDN) afirma que a defesa deverá estar voltada para ameaças externas e destina-se a orientar o preparo e a capacitação nacional, com participação dos setores civil e militar. Nesse ponto, é necessário enfatizar o direcionamento quanto à origem das ameaças – externas, nesse caso –, pois é de fundamental importância para a análise que se irá proceder.

Ainda em sua introdução, a PDN chama a atenção para os fundamentos da política externa brasileira, quais sejam a busca da solução pacífica das controvérsias e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais. A seguir, é feita uma análise sintética do cenário internacional para, então, chegar-se ao estabelecimento de objetivos, à orientação estratégica e às diretrizes.

Segurança e Defesa

Em conferência proferida aproximadamente na mesma época do lançamento da PDN, o ministro das Relações Exteriores afirmou que a primeira linha da defesa nacional seria o desenvolvimento social (27:41).

Isto também consta da parte introdutória da PDN, de modo mais abrangente, ao se relacionar a sustentabilidade da política de defesa a fatores como desenvolvimento, fortalecimento da democracia e redução de desigualdades sociais e de desequilíbrios regionais (15:4).

O que daí se depreende é a busca da correlação entre defesa e segurança, como discutido no Capítulo 1.

É evidente que baixo nível de desenvolvimento, desigualdades sociais e desequilíbrios regionais representam vulnerabilidades internas que poderão afetar a segurança nacional, chegando mesmo, em casos extremos, se não corretamente equacionadas, a ameaçar a própria sobrevivência do Estado.

Quanto ao fortalecimento da democracia, deve-se atentar que é dos fundamentos da nação brasileira constituir-se em um Estado Democrático de Direito, como consta do Art. 1º da Constituição Federal. Considerando, ainda, a posição do Brasil no atual contexto internacional, marcado, especialmente no Ocidente, pela permanente busca de preservação de valores democráticos, caso ocorresse um retrocesso em relação aos patamares já alcançados por nossa democracia, seriam inevitáveis as pressões externas sobre nós, não sendo possível, de antemão, prever-se em que nível de intensidade se configurariam; porém, sem sombra de dúvida, isso iria representar uma vulnerabilidade nossa no cenário internacional, além de instabilidade interna com indesejáveis e imprevisíveis consequências pela quebra de compromisso constitucional. Portanto, está bem colocado na parte introdutória esse chamamento para o relacionamento da defesa – e da segurança – com outros aspectos da vida nacional.

Por outro lado, sob o título *Orientação Estratégica*, a PDN diz que “o Estado brasileiro na área de defesa tem como fundamento a obrigação de prover segurança à Nação”, afirmativa inteiramente deslocada, pois não serve como orientação, nem é uma estratégia. A obrigação de prover segurança aos cidadãos é uma das justificativas para a existência do Estado, ou seja, constitui a delegação de poder originário do homem ao Estado em que, a partir de um vínculo de obediência, ele passa a receber proteção estatal, como teorizava John Locke em seu *Ensaio sobre o Governo Civil*, conforme citado por Sahid Maluf (30:85).

No preâmbulo à nossa Constituição Federal consta que o Estado deve garantir seguran-

ça aos cidadãos, sendo esse um dos valores supremos da sociedade brasileira, e, no Art. 21, é estabelecida como uma das competências da União a de prover a defesa nacional.

Assim, vemos que a afirmativa em análise é desnecessária e tende a confundir algo intimamente ligado à origem do Estado com a orientação a ser dada para alcançar objetivos – de defesa – de modo a prover segurança ao Estado brasileiro. Em suma, esse chamamento poderia fazer algum sentido se transferido para a parte introdutória da PDN, mas de modo algum deveria ser intitulado como “Orientação Estratégica”.

A falta de firmeza quanto à aplicação dos conceitos de segurança e defesa permeia toda a Política de Defesa Nacional, tendo como resultado a indefinição se ela é uma política de defesa ou de segurança. Muitos objetivos, orientações e diretrizes referem-se mais propriamente a uma política de segurança, como será visto nos tópicos a seguir.

Resta uma questão, já delineada no Capítulo 1, mas que ainda não terá uma resposta completa. Será que o embate ideológico que o País viveu nas últimas décadas, até o início dos anos 90, foi o fator determinante para designarmos como Política de Defesa um documento que, em muitos aspectos, se configura como uma Política de Segurança Nacional? Foi a rejeição, já comentada, à palavra segurança a responsável por isso?

Para ajudar a resposta às perguntas acima basta recordar a agitação produzida no meio político e na mídia pelo enquadramento de elementos integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST), em meados deste ano, na Lei de Segurança Nacional. Podemos, talvez, encontrar nesse resquício de confronto ideológico as razões que levaram os formuladores

da PDN à repulsa política ao emprego da palavra segurança.

A resposta completa a esse questionamento só poderá ser encontrada junto aos formuladores da PDN, o que está além do previsto para esta monografia, porém isso não deve inibir a busca da clareza e precisão indispensáveis na redação de um documento de política governamental do mais alto nível.

Política Externa e Política de Defesa

Os princípios em que se baseia a Política Externa brasileira constam do preâmbulo e do Art. 4º da Constituição Federal. São eles:

• no preâmbulo:

comprometimento com a solução pacífica

das controvérsias na ordem internacional e interna.

• no Art. 4º:

I. “independência nacional;

II. prevalência dos direitos humanos;

III. autodeterminação dos povos;

IV. não-intervenção;

V. igualdade entre os Estados;

VI. defesa da paz;

VII. solução pacífica dos conflitos;

VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX. cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X. concessão de asilo político” (4:2).

Tais princípios traduzem claramente a vocação do Brasil para uma postura de cooperação e harmonia entre Estados, num nítido enfoque em que predominam as idéias liberais. Essa disposição é apresentada na PDN – quadro internacional, item 2-10 –, onde são mencionadas várias iniciativas voltadas para a integração regional, fortalecimento de relações com vizinhos e cooperação com países africanos de língua portuguesa.

A falta de firmeza quanto à aplicação dos conceitos de segurança e defesa permeia toda a Política de Defesa Nacional

O enfoque realista, porém, também está presente nos itens seguintes – 2.11 a 2.13 – ao explicitar que ameaças aos interesses vitais e ao patrimônio do País poderão levar ao envolvimento em conflitos, ou seja, à aplicação da força para fazer valer a vontade nacional na defesa de interesses da nação brasileira.

Consoante a análise do cenário internacional e de acordo com os princípios constitucionais mencionados, a PDN estabelece duas orientações estratégicas de extrema importância (item 4.3):

- “valorização da ação diplomática como instrumento primeiro para solução de conflitos; e

- estabelecimento de uma estrutura militar de credibilidade capaz de atuar em sentido dissuasório” (15:4).

A orientação acima descrita chama a atenção para o fato de que o caráter defensivo não implica em que as Forças Armadas devam realizar apenas operações defensivas. Além do mais, determina que, ao repelir uma agressão armada, o País deva empregar todo o poderio militar necessário de modo a solucionar o conflito com um mínimo de danos e no menor prazo possível.

Assim, se considerarmos que a ação política tem dois elementos básicos, ou seja, objetivos a alcançar e meios a serem empregados, pode-se inferir que para solução de conflitos aplicaremos o poder em uma primeira linha de ação diplomática, respaldada por estrutura militar que lhe dê credibilidade e, desse modo, aja dissuasoriamente sobre atores que resolvam desafiar os interesses nacionais.

Caso falhe essa postura, evoluiremos para ações de caráter defensivo, que não implicarão apenas na realização de operações defen-

sivas, devendo, além do mais, ser aplicado o instrumento militar, de modo a resolver o conflito rapidamente e com mínimo de perdas.

Sem dúvida, essa é uma verdadeira orientação estratégica, suficientemente clara, fundamentada nos princípios constitucionais e consoante o posicionamento que o Brasil vem, historicamente, mantendo em suas relações externas no último século, como apresentado no Capítulo 2.

Interesses nacionais

Em conformidade com o modelo apresentado no capítulo anterior, devemos proceder à identificação dos interesses nacionais.

Apesar de a expressão “interesse(s) nacional(is)” ser citada em duas ocasiões, no item “objetivos”, na PDN, em nenhum momento ela é definida, nem são identificados quais seriam esses interesses. A dúvida também não é sanada se recorrermos ao discurso de posse do Pre-

sidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1998, quando dizia que: “Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais” (19:2).

O Almirante Mário Cesar Flores considera que na Constituição Federal estão explicitados, diretamente ou facilmente deduzíveis, os principais valores sobre os quais se assenta a sociedade brasileira, sendo eles: a soberania, a independência e a integridade nacional, a indissolubilidade da União, a ordem constitucional e legal, a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz e a prevalência dos direitos humanos.

Para solução de conflitos aplicaremos o poder em uma primeira linha de ação diplomática, respaldada por estrutura militar que lhe dê credibilidade

Em seguida, o Almirante Flores alinha como interesses brasileiros – ou nacionais, como ele próprio mencionará mais tarde – que poderão demandar atuação militar (22:122):

- integridade e unidade do território e a segurança dos cidadãos, bens e recursos materiais e valores culturais e ambientais nesse território;

- a soberania nacional;
- a ordem e a salvaguarda da vida humana, sempre que conflitos venham a ameaçar a tranquilidade e a segurança brasileiras ou em cumprimento a compromissos político-humanitários assumidos perante a comunidade internacional; e

- a vida econômica e social do País e a segurança física de bens e materiais.

O Deputado José Genoíno, em recente manifestação pela imprensa, considera que o País deveria defender os seguintes valores no contexto internacional: democracia; direitos humanos; não interferência; autodeterminação; solução pacífica dos conflitos; paz; desarmamento nuclear; controle internacional do comércio de armas; democratização das instituições nacionais; e política global de segurança (24:42).

A PDN não estabeleceu quais seriam os interesses nacionais, mas fixou como objetivos de defesa a garantia ou a preservação de alguns princípios fundamentais constantes da Constituição Federal.

São os seguintes os **objetivos da Defesa Nacional**:

- “a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;
- a garantia do estado de direito e das instituições democráticas;
- a preservação da coesão e da unidade da Nação;

- a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;

- a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;

- a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e

- a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais” (15:6-7).

Ao comentar tais objetivos em palestra na Escola de Guerra Naval, em 13 de abril de 2000, o jornalista Antonio Carlos Pereira classificou-os como “platitude”, pois não diriam absolutamente nada.

Esses objetivos estão muito próximos da definição da Escola Superior de Guerra (ESG) para Objetivos Nacionais, que diz: “são as

manifestações de vontade coletiva, de necessidades, interesses e aspirações vitais que, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural, a nação busca satisfazer” (13:23). No modelo que estamos

utilizando neste trabalho, os objetivos nacionais, como definidos pela ESG, corresponderiam aos interesses nacionais.

A impropriedade conceitual, citada no parágrafo anterior, levou os formuladores da PDN a grande equívoco na identificação dos objetivos de defesa.

Um exemplo candente desse desvirtuamento é o referente à “garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas”. Não temos dúvida em classificá-lo como uma vontade (ou aspiração) nacional, tendo sido inscrito na Constituição Federal como um dos seus princípios fundamentais. Entretanto, não vemos como isso seria um objetivo de defesa, em uma Política que se diz *voltada para ameaças externas*. Não identificamos qual-

A impropriedade conceitual levou os formuladores da PDN a grande equívoco na identificação dos objetivos de defesa

querameça, com origem no exterior, capaz de ameaçar o Brasil nesse aspecto. Muito pelo contrário, o nosso entorno internacional é formado por países que têm manifestado oposição a atitudes ou processos autoritários pouco democráticos. No campo interno, também é evidente que essa aspiração nacional pela ordem democrática não se constitui em um *objetivo de defesa* (grifos meus).

Ainda no item "objetivos", a PDN afirma que "prioridades estratégicas específicas" são decorrentes do "interesse nacional" e dos "objetivos básicos da defesa nacional". Adiante, a preservação dos interesses nacionais é relacionada como um dos objetivos da Defesa Nacional.

Com isso, algumas perguntas ficam sem respostas:

- Qual o significado de "prioridades estratégicas específicas", expressão citada apenas uma vez na PDN?
- Os objetivos básicos da Defesa Nacional em que diferem dos objetivos da Defesa Nacional?
- Quais são os interesses nacionais a serem preservados?

É necessário que as expressões citadas sejam perfeitamente definidas, pois a falta de clareza leva a indesejáveis interpretações diferenciadas, em um assunto em que a objetividade é primordial.

Podemos utilizar a definição de interesse nacional para, juntamente com o que já foi discutido até aqui, buscar identificá-los. Para isso, podemos servir-nos da Constituição Federal de modo a extrair do seu Título I – Dos Princípios Fundamentais – quais seriam os interesses nacionais brasileiros de caráter *perene*.

O que foi dito no parágrafo acima não significa que os interesses nacionais sejam imutáveis ou permanentes. Basta lembrar o que já dissemos, no capítulo anterior, sobre a inclusão do petróleo e do acesso às suas fontes como um interesse vital dos Estados

Unidos. Entretanto, reafirmamos, certos interesses têm maior grau de continuidade e permanência do que outros. Este é mais um motivo a exigir a sua identificação em um regime democrático, onde são comuns as divergências de opinião, o que faz com que ora uma corrente política ora outra prepondere, com sua legitimação sendo dada pelas eleições.

O pensamento acima também é compartilhado por Domício Proença e Eugênio Diniz, na crítica que fazem à definição de Objetivo Nacional Permanente (ONP), pois não é possível que uma sociedade como a brasileira tenha sempre as mesmas aspirações, necessidades e vontades, atribuindo-se a pecha de traidores da Pátria àqueles que não concordarem com os ONP estabelecidos (37:38). A resenha de Política Externa, que fizemos no Capítulo 2, bem demonstra como os interesses nacionais variaram em nossa História.

Por tudo o que foi analisado neste tópico, consideramos inteiramente inócuo o item 3 – objetivos – da PDN. Ao não se identificarem com clareza os interesses nacionais, perdeu-se o ponto de partida que possibilitaria um desenvolvimento coerente da Política de Defesa, imprecisão aumentada, ainda mais, pelo estabelecimento de objetivos de defesa que se aproximam de objetivos nacionais (segundo a ESG) ou de interesses nacionais, de acordo com definição utilizada nesta monografia.

Dessa forma, fica provada, mais uma vez, a validade do modelo adotado para análise, pois ao mesmo tempo que foi capaz de ser aplicado perfeitamente a uma política já amadurecida, como a norte-americana, também se prestou para evidenciar os erros de procedimento de outra política recém-promulgada.

Objetivos nacionais

A PDN não explicita os objetivos nacionais a serem alcançados, de acordo com o modelo apresentado no Capítulo 3, com a fixação de metas concretas e específicas a

serem atingidas. Entretanto, sob o título "Orientação Estratégica", é dito qual a capacitação que as Forças Armadas deverão possuir, como transcrito a seguir.

"O poderio militar deve estar fundamentado na capacidade das Forças Armadas, no potencial dos recursos naturais e das reservas mobilizáveis, com o propósito de inibir possíveis intenções de desrespeito às regras de convivência pacífica entre as Nações. As Forças Armadas deverão estar ajustadas à estatura político-estratégica da Nação e estruturadas de forma flexível e versátil, para atuar, com presteza e eficácia, em diferentes áreas e cenários" (15:8-9).

Assim, podemos ver que a PDN não prevê o auxílio de aliados para o País fazer frente a eventuais ameaças. Esta postura é coerente com a nossa política externa, que se tem caracterizado por procurar manter-nos afastados de alianças militares.

O único tratado de assistência militar de que o Brasil participa é o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que *não é* (grifo meu) uma aliança militar, pois, de acordo com o General Meira Mattos, não possui estrutura militar permanente. Após a agressão a um dos Estados membros é que se dá início a um processo político que necessitará do apoio de dois terços dos seus membros para começar a organizar a resposta militar (31:80).

Além do que foi dito acima, o TIAR perdeu muito de seu sentido depois do posicionamento do governo norte-americano em favor aos

britânicos por ocasião do conflito das Malvinas, ao considerar a Argentina como potência agressora e a Grã-Bretanha como agredida. Não é por outro motivo que o Embaixador Baena Soares disse ser o TIAR "um defunto ainda não enterrado", em palestra proferida na Escola de Guerra Naval, em 28 de fevereiro de 2000.

Vê-se, então, que, em princípio, o País enfrentará sozinho os desafios que se apresentarem, devendo, para isso, contar apenas com a sua capacidade: as Forças Armadas, os recursos naturais e os mobilizáveis. Nesse ponto, é significativa a menção à Mobilização

É significativa a menção à Mobilização como fator a compor o elenco de capacidades do poderio militar, aspecto importante a ser lembrado em um País que sequer possui uma Lei de Mobilização

como fator a compor o elenco de capacidades do poderio militar, aspecto importante a ser lembrado em um País que sequer possui uma Lei de Mobilização.

Como os interesses nacionais não foram claramente identificados, também o objetivo nacional que inferimos, colocado como orientação estratégica, é vago quanto à capacitação que se requer das Forças Armadas.

Diretrizes

Até aqui vimos as deficiências resultantes da inexistência ou da falta de clareza na identificação de interesses e objetivos nacionais. Serão analisadas a seguir as diretrizes estabelecidas pela PDN, ou seja, o que deverá ser feito de modo a alcançar-se os Objetivos Nacionais anteriormente definidos.

As diretrizes também padeceram de problemas semelhantes aos apontados anteriormente. É muito difícil entender como "aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional" chega a ser uma

diretriz coerente que permita às Forças Armadas orientar o seu preparo. Certamente, o equívoco encontra-se no parágrafo que enuncia as diretrizes, ao dizer que elas deverão servir para a consecução dos objetivos da PDN, os quais, como analisado, não estão bem definidos.

Dentre 20 diretrizes, 12 têm algum significado para as Forças Armadas, seis são orientações de política externa, uma de política de desenvolvimento e uma de política externa e científica especificamente para a região antártica. Elas estão descritas no Anexo A.

A diretriz q) estabelece que deverão ser fortalecidos os sistemas de transporte, energia e comunicações. É claro que isso terá influência em quase todos os setores da vida nacional – de defesa, econômico, social etc. – mas tem pouco significado quando encarado sob a ótica de uma diretriz de defesa, sendo uma orientação que diz respeito mais diretamente a outros segmentos do Poder Executivo do que à defesa.

Os posicionamentos de Política Externa poderiam – e até deveriam – constar da PDN em outro tópico, porém sob o título “Diretriz” perdem o sentido e confundem, apesar de serem importantes e merecerem constar de uma política de defesa pelos motivos já analisados anteriormente, quando vimos o relacionamento entre ela e a Política Externa.

Pode-se comparar o que estabelece a PDN com as diretrizes político-estratégicas propostas pelo Almirante Flores, as quais atendem ao requisito de abrangência que elas devem ter e voltam-se diretamente para a Defesa Nacional.

Para esse autor, o preparo das Forças Armadas deveria ser orientado pelas diretrizes a seguir, sendo admitida a participação regional ou mesmo de nível mais amplo, em cooperação e apoio às ações brasileiras, exceto na última delas, pois se refere ao campo interno (22:127-128):

- tornar menos atraente o recurso à pressão militar no contexto de contenciosos que

ponham sob juízo os procedimentos do Brasil em assuntos brasileiros considerados como críticos em nível global;

- dissuadir aventuras regionais;
- implementar e (ou) apoiar a estabilidade e a ordem e promover a salvaguarda da vida humana em países ou regiões conturbadas, quando envolvido interesse brasileiro importante ou compromisso internacional assumido;
- implementar e manter a ordem marítima, de acordo com os tratados internacionais e as leis nacionais, em águas que o direito internacional atribui à jurisdição territorial ou econômica brasileira;
- exercer o controle de áreas onde ocorram ações irregulares ou delituosas originadas de países vizinhos;
- garantir os poderes constitucionais, a indissolubilidade e a integridade nacionais e implementar e manter a lei e a ordem interna, de conformidade com a Constituição e as leis que regulam a matéria.

Ameaças

No tópico “Quadro Internacional”, a PDN enuncia que o País convive pacificamente no cenário internacional, com ausência de conflitos com seus vizinhos há mais de um século. Apesar disso, enfatiza que poderão ocorrer envolvimento em conflitos externos para defesa do patrimônio nacional e de interesses vitais. São, também, identificados dois pontos a “provocar preocupação”: a ação de bandos armados nos países vizinhos, nos lindes da Amazônia, assim como o crime organizado internacional. Dessa forma, a PDN optou por fazer uma referência bastante vaga a possíveis ameaças, somente sendo um pouco mais precisa em dois casos.

Nota-se um cuidadoso e diplomático emprego de palavras nas expressões “bandos armados” e “provocar preocupação”, certamente para não melindrar nossos vizinhos, evitando-se a utilização de termos como guer-

rilheiros, narcoguerrilheiros ou narcotraficantes, os quais atuam em países amazônicos, com ampla divulgação de suas atividades pela mídia. Tais grupos configuram uma ameaça ao País e não são, simplesmente, uma fonte de preocupação.

A especificidade quanto às ameaças não convencionais não é encontrada na caracterização das ameaças convencionais ou tradicionais, as quais têm origem na disputa de poder entre Estados. Isso é coerente com a política externa liberal que o Brasil adota, harmônica com o atual cenário internacional, onde as nações democráticas, especialmente no Ocidente, buscam cada vez mais a paz e cooperação. Deixa-se, porém, uma brecha ao enfoque realista ao ser mencionado que o País não está imune a desafios externos aos seus interesses.

A origem da ameaça é um ponto a merecer análise. Segundo o Almirante Flores, em resposta a questionamento do autor em palestra na EGN em 19 de abril de 2000, a PDN deveria considerar a ameaça interna. Ele mantém, dessa forma, o seu posicionamento, de 1992, quanto ao emprego das Forças Armadas na ordem interna, como previsto no Art. 142 da Constituição Federal, a exemplo do que já fizeram outras nações democráticas como os Estados Unidos, em 1969, nos conflitos raciais e, em 1992, nos distúrbios em Los Angeles, assim como a França nos conflitos nacionais de 1968 e a Itália em 1992, contra a máfia siciliana (22:124).

A utilização das Forças Armadas para controle de conflitos internos consta de outros diplomas legais, além da Constituição Federal.

O parágrafo 2º do Art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabelece que as Forças Armadas serão empregadas, de acordo com diretrizes baixadas pelo Presidente da República, para garantia da lei e da ordem, após esgotados os instrumentos previstos no Art. 144 da Constituição Federal, que trata da preservação da ordem pública.

A Medida Provisória nº 1.799-6 e o Decreto 3.080, ambos de 10 de junho de 1999, atribuem competência ao Ministério da Defesa quanto aos assuntos referentes à atuação das Forças Armadas na preservação da ordem pública, no combate a delitos transfronteiriços ou ambientais, na defesa civil e no desenvolvimento social.

O apresentado nos parágrafos anteriores dá o embasamento legal à atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, como previsto no texto constitucional.

A caracterização da PDN como voltada para ameaças externas e para a defesa interna, em casos excepcionais, de ameaças ao Estado de Direito e às suas instituições democráticas, propiciaria ao País dispor de um ordenamento coerente entre diplomas legais e política de defesa com grande vantagem quanto à clareza de orientação, para emprego de suas Forças Armadas.

Ressalte-se que tal utilização das Forças Armadas visa à manutenção da ordem pública em benefício da Segurança Nacional, *caso falem outros órgãos de controle* (grifo meu) – polícias federal, civil e militar e corpo de bombeiros –, como consta do Capítulo III da Constituição Federal. Isso é muito diferente de fixar-se como um dos objetivos de defesa a “garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas”, impropriedade já comentada.

Alianças

O posicionamento brasileiro de manter-se afastado de alianças militares permanentes dá ao País maior grau de liberdade em suas posições de política externa, ao contrário de outros Estados onde seus interesses estão enlaçados com os de uma aliança político-militar. A Grã-Bretanha, por exemplo, tem na OTAN um pilar de vital importância para garantia dos interesses britânicos na Europa (*British sees NATO with its transatlantic link as the key to its interests in Europe*), como citado por Jonathan Bailey (1:92).

O Almirante Flores relacionou como uma das diretrizes a orientar o preparo e emprego das Forças Armadas a participação do País em operações internacionais para implementar ou apoiar a estabilidade e a ordem, o que foi parcialmente recepcionado pela PDN na diretriz (e) – participar de operações internacionais de manutenção da paz – e sendo significativa a retirada do caráter impositivo em relação ao proposto por aquele autor, em razão da política não-intervencionista que o País adota.

O Deputado Federal José Genoíno entende que as alterações havidas no cenário internacional na última década, com o fim da Guerra Fria e o surgimento do fenômeno “globalização”, propiciariam um ambiente favorável para que o Brasil buscasse integrar-se a sistemas de segurança ³⁴ regionais, continentais e globais (24:42).

A opinião acima indica que a PDN poderia considerar a participação brasileira em alianças militares, o que, além da provável economia de recursos daí advinda, também traria significativo ganho político.

Não é demais, portanto, pensar, levando-se em conta apenas o cenário regional, em uma aliança de defesa que reunisse os integrantes do Mercosul, o que elevaria o nível de segurança dos países e afugentaria, ainda mais, velhas desconfianças, muitas delas resquícios de conflitos que ocorreram há mais de um século. Além disso, daria maior respaldo à iniciativa brasileira de ter o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, pelo envolvimento de países limítrofes do continente sul-americano em aliança formal com compromisso pela segurança regional.

Relacionamento com outras políticas governamentais

O Programa “Avança Brasil” estabelece, dentro do objetivo nº 4 – consolidar e aprofundar a democracia, promover os direi-

tos humanos –, o Capítulo IV, intitulado “A defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento”. É nessa parte do documento que se encontram as participações previstas para as Forças Armadas em outras políticas do governo. Um sumário é apresentado a seguir (17:286):

- ampliação e consolidação da presença do Estado na Amazônia, com atuação das Forças Armadas na vigilância da área e no auxílio, nas fronteiras remotas, à integração da população civil à cidadania;
- intensificação da participação das Forças Armadas na cooperação nos programas de desenvolvimento nacional, com atuação em áreas inóspitas e carentes, onde seja escassa a presença do Estado; e
- ampliação da participação das Forças Armadas nas operações de apoio à defesa civil e em defesa do meio ambiente. O mesmo apoio se dará aos órgãos legalmente incumbidos de combater o narcotráfico e os crimes transfronteiriços.

Outras metas para as Forças Armadas citadas no “Avança Brasil” são as seguintes (17:285-286):

- manutenção de seu poder dissuasório, baseado principalmente na qualidade de seus recursos humanos e vetores de modernidade;
- participação dos esforços de manutenção da paz mundial; e
- manutenção de forças versáteis para pronto emprego e de núcleos de modernidade.

O Programa Plurianual (PPA) traduz as metas do “Avança Brasil” em ações para os próximos quatro anos (2000 a 2003). No PPA, consta a Orientação Estratégica nº 4 – consolidar a Democracia e a Defesa dos Direitos Humanos – com seu macroobjetivo 27, “garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento”, do qual constam as seguintes diretrizes:

- manter o poder de dissuasão das Forças Armadas, baseado principalmente na quali-

dade de seus recursos humanos e no desenvolvimento tecnológico como principal vetor de modernidade;

- otimizar o sistema de Defesa Nacional, mediante o emprego combinado dos meios das três Forças Singulares;

- dar ênfase às atividades de defesa na Amazônia, ampliando e consolidando a presença do Estado, intensificando a vigilância e ajudando nas fronteiras mais remotas a integrar a população civil à cidade e, por extensão, à defesa nacional" (8:15-16).

Note-se que o Programa "Avança Brasil" é de 1998, posterior, portanto, à edição da PDN, tendo sido proposta de campanha política que, após a reeleição do Presidente, foi transformada em programa de governo.

Ao se contrastar o Programa Avança Brasil e o PPA com a PDN, verifica-se que nesses documentos estão correlacionadas a Política de Defesa e outras políticas governamentais, exceto pela referência direta, no "Avança Brasil", ao apoio das Forças Armadas às ações de combate ao narcotráfico e aos crimes transfronteiriços, que não constam da PDN.

Vimos como a PDN é vaga ao mencionar as ameaças citadas no parágrafo anterior, não havendo em suas "Diretrizes" qualquer orientação que esclareça como elas serão enfrentadas. Entretanto, na Medida Provisória 1.799 e no Decreto 3.080 (ver p. 206) está prevista a atuação das Forças Armadas no apoio ao combate a tais ilícitos, o que reflete uma mudança de política governamental ainda não absorvida inteiramente pela PDN, que, desde sua edição em 1996, ainda não foi modificada.

Exceto pelo mencionado, os vários documentos emitidos pelo governo mantêm coerência entre si. A ênfase em programas de desenvolvimento e de apoio social, como ações subsidiárias das Forças Armadas, é consentânea com o cenário internacional de paz e cooperação em que vivemos, em especial no âmbito regional, como salienta a PDN. Busca-se, também, envolver as Forças Armadas em ações sociais em locais de difícil acesso, onde a ausência do Estado poderá trazer óbices à inserção social de comunidades isoladas. As Forças Armadas, mais particularmente o Exército, têm representado tradicionalmente esse papel integrador, o que é

sobejamente demonstrado pela secular presença militar em nossas fronteiras. Nesse aspecto, deve ser salientada a participação militar no Programa Calha Norte, planejado para englobar ações de vários órgãos do governo, restrito, atualmente, a atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas, com a utilização dos pelotões de fronteira como verdadeiros agentes sociais, pelo atendimento que proporcionam às co-

munidades locais em termos médico-sanitário e educacional.

Implementação

A promulgação da PDN não foi suficiente para permitir a elaboração de uma Política Militar Brasileira, como constou do discurso presidencial quando do lançamento dessa política, bem como, é evidente, de uma Estratégia Militar que dela fosse decorrente.

Passados quase quatro anos da edição da PDN, o acontecimento mais relevante foi a

Passados quase quatro anos da edição da PDN, o acontecimento mais relevante foi a criação do Ministério da Defesa, em 1999, iniciativa prevista no Programa "Avança Brasil!", mas não na PDN

criação do Ministério da Defesa, em 1999, iniciativa prevista no Programa "Avança Brasil!", mas não na PDN.

A Estratégia Militar Brasileira (EMB) existente é um documento de 1998, aprovado pelos ministros militares da época, a qual guarda coerência com a PDN. Nele são estabelecidas as Hipóteses de Emprego (HE) para situação ou área de interesse estratégico. As Forças Armadas utilizam-nas em seus planejamentos, sendo dado por cada Força Singular o grau de prioridade de cada HE. É interessante observar que uma delas refere-se à garantia da lei e da ordem, que a PDN estabelece como um de seus objetivos, mas que não consta das Diretrizes, em mais um ponto a ser reavaliado. A Estratégia Militar Brasileira (EMB) está em revisão no Ministé-

rio da Defesa (as informações deste parágrafo foram prestadas em palestra do EMA para o C-PEM em 22 de março de 2000).

Grau de detalhamento

Há evidências de detalhamento exagerado, em uma política de defesa, quando uma Orientação Estratégica (item 4.7) diz que "é essencial manter o contínuo aprimoramento da integração das Forças Armadas, em seu preparo e emprego, bem como racionalização das atividades afins" (15:9). O mesmo ocorre com a diretriz **m** ao determinar que se deve "aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas" (15:10). Não há motivo para que ambas constem em um documento de nível tão alto como a PDN.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promulgação da Política de Defesa Nacional (PDN) representou um avanço para o País, em busca de ter-se uma política de defesa coerente e que orientasse o preparo e aplicação das Forças Armadas. Entretanto, ela possui algumas ambigüidades e conceitos mal definidos ou mal-empregados.

A PDN não é clara ao empregar os conceitos de segurança e de defesa, ficando-se em dúvida se realmente é uma Política de Defesa ou uma Política de Segurança. Não se conseguiu identificar até que ponto o confronto ideológico que o País viveu até recentemente foi o responsável por esse tipo de equívoco.

A PDN é coerente com a política externa liberal que o País desenvolve há mais de um século, mas também dá espaço para aplicação de uma política de cunho realista.

Duas orientações estratégicas enunciadas na PDN têm validade e marcam posicionamentos nacionais: valorização da ação diplomática e estabelecimento de estrutura militar de credibilidade para atuar em sentido dissuasório.

Dentre as expressões indefinidas está a referente aos "interesses nacionais". Ao contrário da National Security Strategy dos Estados Unidos, na PDN não se consegue identificar quais são tais interesses. O modelo comparativo utilizado para análise evidenciou essa falha, a qual se propagou nos objetivos e diretrizes da PDN.

Os objetivos apresentados aproximam-se da definição de Objetivos Nacionais da Escola Superior de Guerra (ESG) e, por isso, guardam pouca relação com objetivos de defesa. As diretrizes englobam outras políticas de governo e não apenas de defesa.

É urgente uma reanálise dessa parte, pois os objetivos não fazem sentido para a Política de Defesa e oito diretrizes dizem mais respeito a outras políticas governamentais. Também existe grau de detalhamento desnecessário em um documento de tão alto nível em uma orientação estratégica e uma diretriz.

A PDN deveria considerar a existência de ameaça no campo interno, de modo a dar coerência aos vários diplomas legais orientadores do preparo e emprego das Forças Armadas, na hipótese de ocorrência de distúr-

bios internos que venham a exigir a participação das Forças Armadas para a sua solução.

Os documentos que implementam outras políticas governamentais são coerentes com a PDN, exceto pela determinação para apoio das Forças Armadas no combate ao narcotráfico e a crimes transfronteiriços.

É recomendável que se iniciem estudos para a formação de uma aliança político-militar com os países do Mercosul, o que poderia trazer benefícios nos campos político, econômico e militar ao País.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Política de Defesa /; Defesa; Segurança;

ANEXO A

DIRETRIZES DA PDN

A PDN estabelece 20 diretrizes, as quais, ao nosso ver, podem ser grupadas em quatro conjuntos de orientações políticas: defesa, externa, desenvolvimento e externa e científica para a região antártica.

As que dizem respeito à defesa são:

(a) participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;

(b) intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas;

(c) manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento socioeconômico do País, em harmonia com sua destinação constitucional;

(d) proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;

(e) priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste;

(f) aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional;

(g) aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos órgãos envolvidos na Defesa Nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito;

(h) aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas

jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;

(i) garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;

(j) buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo que se minimize a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para sua defesa;

(k) aprimorar o Sistema de Mobilização para atender às necessidades do País, quando compelido a se envolver em conflito armado; e

(l) sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e dedicação à Pátria.

As diretrizes de política externa são:

(a) contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;

(b) participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;

(c) promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente;

(d) aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;

(e) contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;

(f) atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul.

A de política de desenvolvimento é:

(a) fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações.

A de política externa e científica para a região antártica é:

(a) promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino.

ANEXO B

ENTREVISTA REALIZADA

1. BITTENCOURT, Arnaldo Mesquita. Política de Defesa Nacional. Brasília, 2000. Entrevista concedida ao autor em 4 de abril de 2000.

BIBLIOGRAFIA

1. BAILEY, Jonathan. "British defense policy: beyond 2000". In: *The emerging strategic environment: challenges of the twenty-first century*. Westport, Conn. Praeger, 1999. p.86-105.
2. BARTLETT, Henry C, HOLMAN, G. Paul, SOMES, Timothy E. "The art of strategy and force planning". In: *Strategy and Force Planning*. 2 ed., Newport, RI: Naval War College, 1997. p. 16-28.
3. BITTENCOURT, Arnaldo M. *Planejamento de alto nível da defesa nacional* (mimeo), s/d.
4. BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
5. BRASIL. Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS - do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
6. _____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 1999.
7. _____. Medida Provisória 3.080, de 9 de junho de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 9.649 de 27 de junho de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
8. BRASIL. Programa Plurianual (PPA 2000). Orientação Estratégica do Presidente da República.
9. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215. *Guia para elaboração de ensaios e monografias*. Rio de Janeiro, 1998.
10. _____. FI-219 A. *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1992.
11. BRASIL. Estado-Maior da Armada. *Sistemática de Planejamento de Alto Nível da MB*. Rio de Janeiro: EGN, 2000. Palestra proferida na EGN em 22 de março de 2000.
12. BRASIL. Estado-Maior da Armada. *A ONU e as operações de paz*. Rio de Janeiro: EGN, 2000. Palestra proferida na EGN em 28 de fevereiro de 2000.
13. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, ESG, 1995.
14. _____. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1986.
15. BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.
16. BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. London. Mac-Millan Education, 1977.
17. CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança Brasil: proposta de governo*. Brasília, 1998.
18. _____. Discurso sobre Política de Defesa. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 1, n 2, p. 16-18, dez. 1996.
19. _____. *Pronunciamento do Presidente da República*. Posse no Congresso Nacional em 1º de janeiro de 1999. Texto obtido no endereço <http://www.mre.gov.br/sei/pronun.htm>.
20. CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: SP, Editora Ática S.A., 1992.
21. COSTA, Thomas Guedes da. *Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1994.
22. FLORES, Mario Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1992.
23. _____. *Enfoques e tendências do pensamento estratégico na nova ordem mundial: ilações para o Brasil*. Rio de Janeiro: EGN, 2000. Palestra proferida em 19 de abril de 2000.
24. GENOÍNO, José. "Acordo militar e política de defesa". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 2000, p. A2.
25. HAYS, Peter L. & VALLANCE, Brenda J. & VAN TASSEL, Alan R. "What is American Defense Policy?" In: *American Defense Policy*, 7 ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 8-17.
26. KORB, Lawrence. "The United States". In: *The defense policies of nations*, 3 ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994. p. 19-56.
27. LAMPREIA, Luiz Felipe. "O Brasil e o Mundo no século XXI". *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v.1, n. 2, p. 38-54, dez. 1996.
28. LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. "Segurança e Defesa no século XXI". *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 32, p. 7-26, jul. 1996.
29. LLOYD, Richmond M. "Strategy and Force Planning Framework". In: *Strategy and Force Planning*. 2 ed., Newport, RI: Naval War College, 1997. p. 1-15.

30. MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. 19. ed., São Paulo: Sugestões Literárias, 1988.
31. MATTOS, Carlos de Meira. "Atlântico Sul: sua importância estratégica". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 67(688), p. 73-90, mar-abr. 1980.
32. _____. "Esboço histórico da política exterior do Brasil Colônia, Império e República". *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, n° 37, p. 43-64, dez. 1983.
33. NUECHTERLEIN, Donald E. "America recomitted: United States National interests in a restructured world". In: *Strategy and Force Planning*, 2 ed. Newport, RI: Naval War College, 1997. p. 93-101.
34. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. "Política de Defesa Nacional e relações civis-militares no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso". *Premissas*. Campinas, caderno 17-18, p. 37-68, mai. 1998.
35. PEREIRA, Antonio Carlos. *Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: EGN, 2000. Palestra proferida na EGN em 13 de abr. 2000.
36. _____. "Por uma política de defesa". *Premissas*, Campinas, caderno 14, p.139-193, dez. 1996.
37. PROENÇA JUNIOR, Domicio, DINIZ, Eugênio. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
38. _____. "Considerações sobre uma Política de Defesa do Brasil". *Parcerias Estratégicas*. Brasília, v. 1, n° 2, p. 22-32, dez. 1996.
39. RESCHKE, Jörk-Eckart. "Germany's Defense Policy and Europe". In: *The emerging strategic environment: challenges of the twenty-first century*. Westport, Conn. Praeger, 1999. p. 107-129.
40. ROSS, Andrew L. "The theory & practice of international relations: contending analytical perspectives". In: *Strategy and Force Planning*, 2 ed. Newport, RI: Naval War College, 1997. p. 45-62.
41. SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.
42. UNITED STATES OF AMERICA. *A national security strategy of the United States*. The White House, August 1991.
43. _____. *A national security strategy for a new century*. The White House, May 1997.
44. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. "Integração sul-americana: segurança regional e defesa". *Premissas*, Campinas, caderno 14, p. 103-138, dez. 1996.
45. VIOTTI, Paul R. "International relations and the defense policies of nations: international anarchy and the common problem of security". In: *The Defense Policies of Nations: a comparative study*. 3 ed, Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1994. p. 3-16.
46. WIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SAUDAÇÃO DE NAVIOS MERCANTES E RESPOSTA

O navio mercante que passa ao largo de um navio de guerra cumprimenta-o, arriando sua Bandeira Nacional, fazendo o de guerra o mesmo, como resposta.

O mercante içará novamente sua Bandeira, depois que o de guerra o fizer.

Av. Alfred Agache, s/nº – Centro.
Aberto de terça a domingo, de 12h às 17h.
Entrada franca.



Lutei na 2ª Guerra, e hoje dou testemunho da participação do Brasil

Eu sempre gostei de aventuras. Singrar os mares foi o meu destino. Participei de acontecimentos históricos. Estive em ambientes hostis, onde realizei várias missões – de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zona de guerra; também participei de comboios. Tive uma vida repleta de emoções.

Sou um imigrante, mas hoje posso dizer que sou brasileiro. Era um garoto quando cheguei no Brasil, e aqui ajudei a fazer a história desse imenso país em mares distantes. Eu era da Marinha americana, mas em agosto de 1944 vim transferido para a Marinha do Brasil, e com ela lutei na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou o conflito, fui trabalhar na Flotilha de Contratorpedeiros, depois no Esquadrão de Avisos Oceânicos, onde continuei a cumprir importantes e diversificadas missões.

O tempo passou, foram 40 anos de atividade. Naveguei 295.405 milhas, 1.423 dias de mar. Mas me sinto ainda jovem, com muito por fazer. Por isso decidi não parar. Claro, tive que me adaptar aos novos tempos, fazer algumas mudanças.

Como bom marinheiro, gosto de contar histórias. E esta é a minha atividade hoje. Dou testemunho da contribuição brasileira à vitória dos Aliados. Se você quiser saber mais sobre mim e daquele que foi um dos mais importantes eventos do século XX, venha me visitar. Estou atracado no Espaço Cultural, esperando por você.

**Navio-Museu Bauru – uma Exposição Permanente sobre a
participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.**

CARTAS DOS LEITORES

Esta seção destina-se a incentivar debates, abrindo espaço ao leitor para comentários, adendos esclarecedores e observações sobre os artigos publicados.

As cartas deverão ser enviadas à *Revista Marítima Brasileira*, que, a seu critério, poderá publicá-las parcial ou integralmente.

Contamos com sua colaboração para realizarmos nosso objetivo, que é o de dinamizar a *RMB*, tornando-a um eficiente veículo para idéias, pensamentos e novas soluções, sempre em benefício da Marinha, mais forte e atuante.

Sua participação é importante.

A DIREÇÃO

OS ENCOURAÇADOS BRASILEIROS DE 1910

O PORQUÊ DO NAVIO-AERÓDROMO SÃO PAULO

(*Revista Marítima Brasileira* – 4^a trim/2000, p. 9 e

BMM (versão em inglês da *RMB*) p. 11)

Li com interesse, na edição em inglês da *Revista Marítima Brasileira*, o artigo intitulado *The reason for the aircraft carrier São Paulo*, de autoria do Almirante Yaperi Tupiassu de Brito Guerra, que manifesta a sua satisfação pelo novo *São Paulo*.

Parabenizando o autor, aproveito a oportunidade para colocar em evidência a seguinte frase do último parágrafo da página 11 (da *BMM*), ou final do primeiro parágrafo da p. 10 (da *RMB*):

"... at the time of her launching was the most powerful ship in the world..."^{*}

Sobre essa ativa colocação, de presença permanente nas freqüentes referências feitas ao *São Paulo*, encouraçado, e ao seu irmão gêmeo *Minas Gerais*, torna-se oportuno levar aos interessados no assunto uma outra opinião, a do *First Lord Mc Kenna*, que, em depoimento prestado ao Parlamento Inglês, manifesta-se contrariamente àquela colocação, bem como às observações e fatos relacionados por David Topliss às páginas 240 a 256 da sua obra *The Brazilians Dreadnought, 1904-1914*, existente no Serviço de Documentação da

* N.R.: Ver também *O poder naval no início do século*, na *RMB* do 1^o trimestre de 1987, p. 27.

Marinha, com sigla de classificação P 623.825 W 295.

Neste trabalho, Topliss revela os eventos marcantes:

- a assinatura pelo Almirante Júlio de Noronha do contrato de construção de três encouraçados com Sir W.G. Armstrong Whitworth and Co.;

- a entrada em atividade na Marinha inglesa do H.M.S. *Dreadnought*;

- as conseqüentes alterações introduzidas no *São Paulo* e no *Minas Gerais*, possibilitadas pelo fato de nenhum dos dois ter tido a quilha batida;

- a opinião desfavorável do *First Lord* Mc Kenna;

- uma comparação entre o *Dreadnought* e o *São Paulo* (*Minas Gerais*);

- os receios de Cammel Laird de que os navios não ficariam com o Brasil;

- as repercussões do advento do super *Dreadnought Orion*, e;

- a construção e venda do *Rio de Janeiro*.

São de Topliss² os seguintes trechos (os numerados de 1 a 5), que, a seguir, apresento traduzidos:

1 – No dia 23 de julho de 1906, o Almirante Noronha, Ministro da Marinha do Brasil, assinou o contrato com o Sir W.G. Armstrong Whitworth and Co. para a construção de três encouraçados. Estes navios receberiam os nomes de *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Rio de Janeiro*.

Nenhum encouraçado, e poucos navios de qualquer tipo, sofreram tantas alterações em seus planos antes da entrega; somente o *Rio de Janeiro* teve a sua quilha batida quatro vezes antes de, finalmente, ser vendido pelo país que o encomendara.

2 – O término da construção do HMS *Dreadnought* em dezembro de 1906 teve como conseqüência a imediata suspensão dos trabalhos dos encouraçados brasileiros. Ficou óbvio que o novo encouraçado inglês tornara obsoleto os brasileiros.

Por conseguinte, em 7 de janeiro de 1907, a firma Armstrong começou a desfazer os materiais que já estavam estocados e, ao mesmo tempo, começou a preparar novos planos para submeter às autoridades brasileiras. O novo projeto recebeu o número 494 A, foi aprovado, e o contrato refeito foi assinado em 20 de fevereiro de 1907 pelo Almirante Alexandrino de Alencar, que assumira o Ministério há quatro meses. O armamento original foi substituído por 12 canhões de 12 polegadas, e a disposição das torres foi alterada pela instalação de duas elevadas, e uma em cada bordo. A velocidade foi aumentada para 21 nós e o deslocamento acrescido de 4.500 toneladas.

3 – Apenas dois dos três encouraçados tiveram a sua construção começada em seguida. O *Minas Gerais* em Elswick e o *São Paulo* em Barrow, com a do terceiro (*Rio de Janeiro*) a ser iniciada após o lançamento ao mar do *Minas Gerais* (em Elswick).

O *Minas Gerais* teve a quilha batida em 17 de abril de 1907, foi lançado ao mar em 10 de setembro de 1908 e entregue ao Brasil em 5 de janeiro de 1910.

O *São Paulo* teve a quilha batida em 24 de setembro de 1907, foi lançado ao mar em 19 de abril de 1909 e a Mostra de Armamento realizou-se em 23 de agosto de 1910, quando foi formalmente entregue ao governo brasileiro.

4 – Durante a construção, os navios brasileiros foram fonte de especulação na imprensa e no Parlamento da Inglaterra. A possibilidade de que os navios fossem comprados pela Marinha inglesa, como meio de aumentar a sua esquadra, bem como de impedir que os navios caíssem em mãos de uma potência não amiga, foi levantada na Casa dos Comuns em 19 de março de 1908.

Entretanto, o *First Lord* Mc Kenna assinalou que as experiências de compras emergenciais não tinham sido felizes (pro-

vavelmente referia-se à compra pela Marinha inglesa). Além do mais, os navios brasileiros eram em muitos aspectos inferiores ao *Dreadnought*. Em particular a Marinha inglesa achava que a borda livre era

muito pequena, a couraça insuficiente, as máquinas obsoletas e que o projeto da artilharia não fora testado.

O *Dreadnought* e o *São Paulo* são comparados na seguinte tabela:

	<i>São Paulo</i>	<i>Dreadnought</i>
Comprimento	500 pés	490 pés
Boca	83 pés	82 pés e 1 pol.
Calado	24 pés 8 pol. $\frac{3}{4}$	26 pés e 6 pol.
Deslocamento	19.105 ton.	18.120 tons.
Borda-livre (meia-nau)	15 pés 6 pol.	16 pés e 6 pol.
Borda-livre (proa)	18 pés	28 pés
Couraça máxima	9 pol.	11 pol.
Canhões	12 – 12 pol.	10 – 12 pol.
Máquinas	2 eixos	4 eixos
	Alternativa de tripla expansão	Turbina

5 – As especulações (da venda) continuaram no Parlamento, e, em debate sobre a proposta de orçamento (*estimates*) para a Marinha de 13 de julho, Mr. Lee, o representante de Fareham, Hants, anunciou a sua crença de que o Brasil estava, meramente, especulando no mercado de navios de guerra, e que ele imaginava qual o destino final dos encouraçados. Lee esperava que o Ministério das Relações Exteriores inglês se assegurasse de que os navios brasileiros não terminassem em poder de potências não amigas.

O Primeiro Lord respondeu que ele não tinha motivos para acreditar que o Brasil não tencionasse mantê-los em seu poder. Mesmo assim, outros parlamentares não ficaram convencidos.

Em 27 de julho de 1908, o Diretor do Cammel Laird escreveu ao *First Lord*:

"... Estes navios, como o Sr. sabe, foram financiados pelos Rothshilds, que praticamente são os donos do Brasil... Brasil, naturalmente, nunca quis estes navios... e os Rothschilds usarão toda a sua influência

na imprensa para viabilizar a venda para o governo inglês..."

6 – Em 29 de novembro de 1909, a Marinha inglesa bateu a quilha do super dreadnought, HMS *Orion*, armado com 10 canhões de 13,5 polegadas e deslocando 22.000 toneladas.

Nesta ocasião, o *São Paulo* tivera a sua quilha batida, fora lançado ao mar e faltavam mais nove meses para o seu término e sua entrega ao Brasil. Para o *Minas Gerais*, em construção mais adiantada, faltavam apenas dois meses.

As alterações trazidas pelo super dreadnought HMS *Orion* foram direcionadas, exclusivamente, para o terceiro encouraçado, o *Rio de Janeiro*.

Ainda no final da administração do Almirante Alexandrino, em maio de 1909, o ministro comunicou à Armstrong que interrompesse os trabalhos e apresentasse novo projeto.

Com a saída de Alexandrino em 15 de novembro de 1910, assumiu o Almirante Marques Leão, que deu andamento à construção

do *Rio de Janeiro*, no que foi seguido pelo seu sucessor, Almirante Belfort Vieira.

Com o falecimento deste último, o Presidente Marechal Hermes da Fonseca convidou Alexandrino para ministro, que toma posse em 1º de agosto de 1913.

Quatro meses depois, por proposta de Alexandrino, o Brasil vendeu o *Rio de Janeiro* para a Turquia, passando-se este a chamar-se *Sultan Osman I*. A transferência formal deu-se a 29 de dezembro de 1913, ao preço de £ 2.720.000,00.*

Após as sucessivas alterações no seu projeto de construção, o *Rio de Janeiro* evoluiu sensivelmente, se comparado com os planos iniciais, apresentando finalmente as seguintes características:³

Comprimento – 668 pés

Boca – 89 pés

Calado – 27 pés

Deslocamento – 27.850 tons.

Borda-livre AV – 26 pés

Borda-livre – meia-nau – 23 pés e 10 ½ pols.

Armamento:

12 – 12 pol.

20 – 6 pol.

10 – 3 pol.

Couça – máxima de 9 pol.

Máquinas:

2 Turbinas Parsons

4 Eixos

Potência máxima – 34.000 SHP

Velocidade máxima – 22 nós.

O livro de registro da Barrow, para o dia 3 de agosto de 1914, apresenta a seguinte anotação:

“As autoridades navais inglesas assumiram a posse do navio.

E, no dia seguinte, a guarnição entrou a bordo.”⁴

Depois de ter a quilha batida quatro vezes, o encouraçado ganhou mais um nome,

o terceiro e último: HMS *Agincourt*.⁵ Foi incorporado ao 5º Esquadrão de Batalha da Grande Esquadra inglesa e participou da Batalha Naval da Jutlândia, em 1916.

7 – Os itens 1 a 5 apresentaram diversas considerações sobre a questão do *São Paulo* e do *Minas Gerais* terem sido os mais poderosos navios da sua época, principalmente a desfavorável opinião do *First Lord Mac Kenna*, e mais a breve comparação entre o *Dreadnought* e o *São Paulo* e o *Minas Gerais*.

CONCLUSÃO

É unanimidade, porém, que os dois encouraçados brasileiros cumpriram a sua finalidade, como proposta pelo Barão de Rio Branco, que necessitava de uma Marinha forte para apoiar a sua ação de política externa. Nessa ocasião, o Barão desenvolvia uma extensa atividade em questões de fronteira, com os países vizinhos, visando à afirmação final de nossos limites.

O *Rio de Janeiro* colabora com a sua presença nessa correspondência para evidenciar a oportunidade, não utilizada, de que a Marinha fosse reforçada com a incorporação de um terceiro encouraçado, o que deixou de acontecer com a sua venda para a Turquia, e sem que sucedesse uma alternativa compensatória. E, também, para contrabalançar a opinião desfavorável daqueles que se orientam principalmente por valores financeiros e desconsideram a importante missão que, no início da República, seus fundadores atribuíam à necessidade de uma Esquadra a altura dos interesses do Brasil.

Em 31 de março de 2002.

FRANCISCO CARLOS PEREIRA CASCARDO

Capitão-Mar-e-Guerra (Ref⁶)

* N.A.: A 4 de setembro de 1913 o Brasil devolveu o navio para o financiador, Rothshilds, que o pôs à venda. Interessaram-se Rússia, Itália, França, Grécia e Turquia.

REFERÊNCIAS

1. BRITO GUERRA, Yaperi Tupiassu de. "Our cover, the reason for the aircraft carrier *São Paulo*". *Revista Marítima Brasileira*, vol. 120 nº 120 10-12, out./dez., 2000, p. 11.
2. TOPLISS, David. *The Brazilian Drednoughts, 1904-1914*. Londres, Inglaterra, 1988, s.e., pp. 240 a 256.
3. Op. cit., 281 e 282.
4. Op. cit., p. 286.
5. Op. cit., p. 286.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Encouraçados /; *São Paulo*, Enc.; *Minas Gerais*, Enc.; *Rio de Janeiro*, Enc.;

*

* *

LUIZ FELIPPE MAGALHÃES

- O Marinheiro Compositor -

(RMB - 2º Trim/2002 - p. 123)

Lendo o artigo referenciado, observei que não foi mencionado o Hino do Colégio Naval, cuja música é de autoria do referido militar.

O Professor Guilherme Andrea Frota, no livro *Colégio Naval - 50 Anos*, na página 46, assim registra o lançamento do hino:

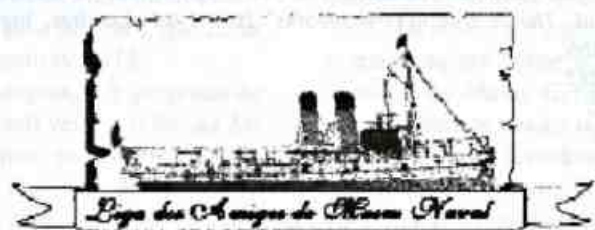
"O aniversário da instituição em 1959 marcou a incorporação de um novo elemento de vibração para os jovens alunos: o Hino do Colégio Naval, autoria do então Capitão-de-Corveta Luiz Felipe Menezes

de Magalhães, com orquestração do maestro Oswaldo Cabral e letra do professor João de Camargo, estando os dois primeiros presentes à cerimônia festiva. Nessa oportunidade, o estandarte do Colégio Naval foi agraciado com a Medalha do Mérito Tamandaré."

GUILHERME MATTOS DE ABREU

Capitão-de-Mar-e-Guerra

Comandante do Colégio Naval



Ajude a manter viva a nossa História!

Um Museu tem vida. Muitas vidas, contidas em um espaço que resgata a sensação de imortalidade. Muito mais que exposições, registro de fatos e de seus personagens, um museu traz para o nosso cotidiano a alma daqueles que traçaram os rumos da sociedade. Sem essa memória, continuaríamos como crianças a engatinhar pela História.

E para que uma parte importante da História do Brasil mantenha-se preservada, o Serviço de Documentação da Marinha está restaurando o Museu Naval. Você também pode fazer parte deste grande projeto. Seja sócio da Liga dos Amigos do Museu Naval. A Liga também tem o objetivo de contribuir para ampliar a ação do Espaço Cultural da Marinha, dos navios-museus e demais departamentos do Serviço de Documentação da Marinha.

Contribua para que a nossa História não caia no esquecimento. Associe o seu nome ou o de sua empresa à Liga dos Amigos do Museu Naval. Mais informações pelo telefone: (021) 3870-6926 ou na Internet: <http://www.mar.mil.br/~sdm>. O nosso e-mail é 01@sdm.mar.mil.br

ACONTECEU HÁ 100 ANOS

Esta seção tem o propósito de trazer aos leitores uma lembrança, uma notícia do que sucedia em nossa Marinha, no País e noutras partes do mundo há um século. Serão sempre fatos devidamente reportados pela nossa sesquicentenária *Revista Marítima Brasileira*.

É interessante mencionar que encontramos naqueles antigos exemplares a seção *Revista das Revistas*, que até hoje mantemos.

Com vistas à preservação da originalidade dos artigos, observaremos a grafia então utilizada pela *Revista Marítima Brasileira*.

EM PROL DA MARINHA

A questão do Acre sugere-nos ligeiras reflexões sobre uma das pretendidas conquistas da civilização moderna, uma das mais bellas doutrinas de direito, onde ainda mais uma vez procura-se provar que a *força do direito* sobrepuja o *direito da força*.

Mas, si pelo lado theorico a boa razão nos demonstra que, effectivamente assim deve succeder, julgamos que infelizmente, sob o ponto de vista pratico, ainda está bem longe de patentear-se semelhante evidencia.

É verdade que a historia das nações já traduz paginas brilhantes de luz, onde sérias questões internacionaes foram resolvidas, não no campo de batalha, por entre o medonho rugir dos canhões, vomitando a morte e o incendio, devastando, reduzindo a nada herdades e pomares, porém sim pe-

las provas convincentes do direito de uma nação sobre o da outra.

Haja em vista o edificante exemplo dado por nós mesmos, em que duas questões seculares foram resolvidas apenas com os argumentos indiscutíveis da supremacia do nosso direito sobre o territorio das Missões e o *Oyapock*, o qual foi lealmente confirmado pelo arbitro escolhido de motu proprio pelas respectivas partes litigantes.

Haja em vista até, para nossa gloria, vermos o nosso codigo fundamental instituir como basico a arbitragem obrigatoria para as disputas internacionaes.

Mas tambem não deixa de ser verdadeiro que assistimos, mui recentemente, o fracasso de um congresso de paz, cujas theorias são harmoniosas e encantadoras, mas, infelizmente a paz, é, por emquanto,

uma utopia; que vemos as nações empenhadas em acerrima lucta para a manutenção da supremacia dos armamentos, molestia contagiosa que depois de devastar a Europa se tem procurado aclimatar em todos os principaes paizes da America, com excepção do nosso Brazil.

São essas considerações que nos levam a perguntar: Não será necessario a existencia de uma força para garantir a efficacia desse *direito*?

Sim, julgamos a necessidade da força, porque as ambições e desejos de alargar os horisontes de prosperidades da Patria farão com que os Governos fortes, desconhecendo aquelles salutaes conselhos, imponham aos fracos a sua vontade, embora esta não seja escudada na justiça e na lei!

Sendo assim, é mister que toda nação possua uma força militar apta a garantir o seu *direito*, quando elle esteja ameaçado de não ser reconhecido por outra.

Porque, na actualidade, o *direito* é quasi lettra morta, moribunda; o que força tem o *direito* quando não é entoado pelas vozes das boccas de fogo?

Já é tempo do nosso glorioso Brazil proporcionar os meios para infundir um certo respeito, de modo a não consentir que o mais leve arranhão se pratique em seus direitos; acima de tudo está a dignidade nacional, e, para conserval-a immaculada, necessita estar sempre prompta a punir qualquer affronta, ou, pelo menos, a luctar no campo da honra.

Longe e bem longe está o tempo, em que o consenso unanime dos povos ha de resolver pacificamente as questões internacionaes.

Porque, é preciso que nos convençamos de que a guerra está perfeita harmonia com a natureza dos instinctos da raça humana; só deixará de existir, quando acabarem as contendias entre esta; a sua origem

é uma, só, embora apparentemente apresente causas mui diversas, a lucta pela existencia, principio incontestavel que domina, soberano, em toda serie animal, estabelecido por Darwin.

Conforme já se me offereceu occasião de mencionar mais acima, a febre dos armamentos tem assolado quasi todo o universo; uns armam-se para imperar, outros para conservar a sua independencia, e aquelle que pozer as armas de parte ao primeiro embate será esmagado.

Esse caso nos é allusivo, si não tratarmos, como a situação o requer, da reorganisação do nosso poder militar, muito principalmente na parte referente à Marinha, que tem por objetivo a defesa do paiz, sendo que não se deve adquiril-a somente para a guerra; em tempo de paz, comtudo, a sua missão é tambem muito importante, altamente nobre, humanitaria e civilisadora. E, convem dizel-o, não é sinão na paz que se prepara para a guerra.

Na paz adestram-se as guarnições, estudam-se os mais infimos detalhes dos navios, educam-se os artilheiros, incute-se nos officiaes o sangue frio, o golpe de vista e a decisão, tão reclamados na guerra naval.

Outros papeis cabe à Marinha desempenhar, principalmente em um paiz de extenso littoral como o Brazil; é assim que tem de exercer a policia em seus mares, velar pelo rigoroso cumprimento das leis do paiz, tratados internacionaes, medidas sanitarias do porto, etc., etc.

Não confiemos tanto na *força do direito*, conservando-nos immoveis, indifferentes, ante aquella terrivel epidemia que vae grassando em quasi todos os pontos do globo!!

Não resta duvidas que quantias avultadas são gastas em material de guerra, que, applicadas às muitas obras que o progresso aponta, seriam de uma utilidade incom-

paravelmente superior. Não desconhecemos que o militarismo consome, é verdade, não pequena parcella dos recursos das nações e rouba ao trabalho grande numero de braços, mas é também uma verdade que o povo que quizer manter os seus direitos, firmar o seu credito e progredir, ha de fazel-o pela força.

Já que o estado pecuniario da nossa Patria não permite a construção de esquadras poderosas, o faça em pequena escala, afim de estabelecer economicamente a defensiva, visando a protecção de nossa colossal costa.

Procuremos em ultima analyse imitar, já não digamos as grandes potencias, o que seria um pretencioso absurdo da nossa parte, mas as pequenas.

(...)

O Brazil tem feito muitos sacrificios, dos quaes alguns inuteis; de bom grado pôde fazer mais um, que será uma obra nacional, o primeiro passo para o seu rejuvenescimento, a criação de uma Marinha de Guerra, sufficiente, pelo menos, para tornar respeitado o nosso nome.

Urge, pois, à nação pôr acima de tudo a sua honra, a sua inviolabilidade, e mantel-a illesa, custe o que custar.

Antes, porém, de collocarmos um ponto final nestas ligeiras reflexões, folgamos em registrar que já mereceram, segundo se propala, as flotilhas a devida atenção dos poderes publicos, que vão ser dotadas do material necessario, afim de que suas guarnições possam num dado momento defender àquelas longinquas paragens ou, em outros termos, numa invasão territorial na nossa patria, soffrear o primeiro impeto do inimigo, e auxiliar assim a manter sempre illeso o pavilhão nacional.

24 de abril de 1902.

ALFREDO REGINALDO TEIXEIRA

2º Tenente

O ENSINO DO DIREITO NA ESCOLA NAVAL

Dos multiplos aspectos do assombroso trabalho de renovação social de que somos testemunhas, nenhum é mais digno de estudo do que aquelle que se refere ao problema do ensino. De par com as transformações politicas e economicas que se têm operado no seio das sociedades modernas, accentua-se como poderoso factor da evolução social a reforma pedagogica, que regenerou o ensino, distribuindo-o por novos moldes, orientando-o por novos methodos, fazendo-o obdecer ao impulso de novos systemas.

O mais simples incidente deste magno problema impressiona justamente quantos se interessam pela grandeza da patria e nenhuma questão mais intimamente do que esta se prende aos destinos nacionaes. A influencia que sobre o futuro de qualquer paiz exerce o seu systema de ensino, é um dos factos mais amplamente comprovados pela historia dos seculos e pela vida contemporanea das nações. Um exemplo, entre muitos, basta para illustrar a nossa affirmativa.

Quando em 1807 a bandeira franceza tremulava nas ruas de Berlim, em uma sala que regorgitava de gente, perante um auditorio agitado pelas mais encontradas emoções, um homem de grande patriotismo, que era ao mesmo tempo notavel philosopho e estadista, Fichte, ao ver o espetaculo de sua patria abatida por Napoleão Bonaparte, pronunciava estas palavras quasi abafadas pelo ruido dos tambores e pelo retinir dos sabres "está terminada a luta das armas; vamos começar a luta dos principios, dos costumes e dos caracteres."

Os acontecimentos posteriores incumbiram-se de tirar as consequencias da inflammada apostrophe do grande pensa-

dor, cujos vaticínios foram confirmados. O reverso da medalha pôde ser representado pela catastrophe de Sedan medonha *débauche*, magistralmente descrita pelo talento de E. Zola.

(...)

Deste modo o conjunto científico, que resulta dos programmes de ensino da Escola Naval, torna-se mais completo e systemático e aproxima-se do ideal supremo em materia de instrucção, que é tornal-a – theorica e pratica, scientifica e social. (...)

(...)

O conhecimento do direito em seus elementos, é nas sociedades democraticas, nos paizes de instituições livres, uma necessidade de primeira ordem. O preclaro professor e publicista Ed. Laboulaye observou com razão que se no seculo XVI todo mundo era theologo e no seculo XVIII philosopho, em nossa epocha todo cidadão deve ser jurista, isto é, deve conhecer o direito, que é o elemento constitucional das sociedades modernas.

(...)

O estudo do direito é util e necessario sob duplo ponto de vista; por meio delle não só se adquire o conhecimento das leis, dos codigos, das constituições, mas se desenvolve o senso juridico, se aperfeioa o sentimento do dever, se avigora a noção do justo e do injusto, que é uma condição essencial para o feliz desempenho da missão social do homem, qualquer que seja sua profissão. Ao lado das sciencias exactas o futuro official da Armada deve conhecer a sciencia social por excellencia, o direito; não ha entre estas duas ordens de conhecimentos humanos o menor antagonismo.

(...)

Os povos que não sabem obedecer a disciplina civilisadora do direito cedem fatalmente à disciplina brutal da força.

OPINIÕES DO IMPERADOR DA ALLEMANHA SOBRE ASSUMPTOS DE MARINHA

Do interessante numero especial consagrado à Allemanha pela revista franceza *Armée et Marine* extrahimos as seguintes opiniões, externadas pelo Imperador Guilherme em uma audiencia concedida ao Sr. Jules de Cuverville, official da Marinha franceza e representante da mesma revista.

Sobre a Escola Naval, de que se sente orgulhoso, disse S. Magestade: – “Em 1887 tinha somente 50 alumnos na Escola. Em 1900 tive 146 e agora perto de 200. O que eu quero principalmente vêr inculcar a esses moços no começo de sua carreira é este *esprit marin*, que só se adquire pela pratica. Assim, muita pratica, muita navegação, muitos exercicios... É preciso fazer com que elles criem musculos...”.

(...)

VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No dia 11 de junho corrente foram a Bibliotheca da Marinha e o Museo Naval honrados com a visita do Sr. presidente da Republica, acompanhados dos Srs. contra-almirante ministro da Marinha, marechal ministro da Guerra, marechal chefe do Estado Maior General do Exercito, almirante chefe do estado maior general da Armada, crescido numero de generaes e officiaes de mar e terra que haviam assistido no Arsenal de Marinha, com toda a solemnidade, à entrega das medalhas militares.

A visita começou pela Bibliotheca onde S. Ex. teve oportunidade de ver o seu valor em livros e a disposição das suas estantes. Em seguida foi mostrado a S. Ex. o trabalho de classificação e catalogação feito de accôrdo com o systema ideado pelo bibliophilo americano Dewey e acceito hoje

nos Estados Unidos e para cuja divulgação constituiu-se na Belgica um Instituto de Bibliographia.*

Viu mais S. Ex. que o trabalho tem sido feito com a maior regularidade e que já foram classificadas, até 30 de maio, 6378 obras.

Descendo ao pavimento inferior onde se acha o Museo S. Ex. admirou as bellas telas de Victor Meirelles e De Martino, todas representando episodios da nossa historia naval. Mereceu a attenção de S. Ex.

o centro em que acham-se as reliquias da Amazonas, a legendaria fragata, a roda de leme, a figura de prôa, e os retratos do almirante Barroso, do guarda marinha Greenhalgh e do marinheiro Marcilio Dias recentemente feito por subscrição na Marinha Nacional.

Percorrendo todo o museo, S. Ex. teve a oportunidade de apreciar as raridades e recordações historicas que elle possui.

(...)

O SINO DE BORDO

No período compreendido entre os toques de alvorada e de silêncio, os intervalos são marcados por batidas do sino de bordo, feitas ao fim de cada meia hora.

As meias horas são indicadas por uma batida singela, e as horas inteiras por batidas dobradas, uma para a primeira hora do quarto completada, duas dobradas para a segunda hora do quarto completada, três e quatro dobradas para as terceiras e quartas horas completadas.

* N.R.: Conselheiro Sabino Eloi Pessoa, fundador da *Revista Marítima Brasileira*, em meados do século XVIII, "organiza essa Biblioteca como nenhuma outra até então no Brasil. Em lugar de uma relação alfabética dos livros, em uso, elabora um catálogo metódico e sistemático, conforme Brunet". Veja *RMB*, 2º trim./2001, pág. 46.

O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL

As histórias aqui contadas reproduzem, com respeitoso humor, o que se contava nas conversas alegres da praça-d'armas e convés. Guardadas certas liberdades, todas elas, na sua essência, são verídicas e por isso caracterizam várias fases da vida na Marinha.

São válidas, também, estórias vividas em outras Marinhas.

Contamos com sua colaboração. Se desejar, apenas apresente o caso por carta, e-mail (sdm14@sdm.mar.mil.br) ou por telefone (Almirante Brígido ou Comandante Corrêa: (21) 2524-9460), que a RMB e seus colaboradores o transformarão em uma agradável leitura.

O GOLPE PARA O LICENCIAMENTO

Foi no tempo em que as licenças na Escola Naval eram concedidas somente aos sábados à tarde, após o almoço. Por isso qualquer saída no meio da semana era buscada por todos os meios: os legais e os ilegais. Havia um grupo que praticava remo no Piraquê, outro pertencia a um grupo literário da Maison de France, outros grupos praticavam diversos esportes em diferentes clubes.

A maneira de sair seguia um costume: o oficial de pernoite, responsável pelos aspirantes, cumpria a sua rotina de trabalho na parte alta da ilha, local onde vivem os aspirantes. De lá ele interfonava para o outro oficial de serviço na parte baixa (o que cuidava da parte administrativa: horário de conduções, recebimento de gêneros e materiais, licenciamento de praças, cerimonial de autoridades etc.), informando sobre qualquer

licença extra de aspirantes. Enviava também um comunicado assinado, com o timbre do Departamento Escolar.

Em uma determinada noite, o oficial de serviço da parte baixa recebeu uma ligação da parte alta da ilha, informando que um grupo de 14 aspirantes iria ser licenciado para assistir à ópera no Teatro Municipal. Identificou-se como Tenente Heitor e, como os aspirantes já estavam atrasados, solicitou a dispensa da relação e da papeleta. Pedia, ainda, que fosse providenciado o ônibus com alguma urgência, pois os aspirantes já estavam descendo a rampa do túnel. Perguntava se a condução não poderia deixá-los na porta do teatro.

O Tenente Eric, que estava de serviço, aguardou que os aspirantes chegassem.

Os aspirantes, todos do último ano, impecavelmente fardados, fizeram alto em frente à sala de estado. O mais antigo deu "es-

querda volver!". Apresentou o grupo com corretíssima saudação militar.

O Tenente Eric assumiu a formatura e deu a voz de comando: "Atenção Grupo! Direita volver!".

A turma pensou que fosse subir para o ônibus. O Tenente Eric deu nova ordem: "Meia-volta volver!".

"Em direção ao túnel. Marche!".

Os aspirantes nem sequer reclamaram.

O Tenente Heitor, seu companheiro de camarote do tempo de Escola, lá em cima os aguardava com 14 papeletas para justificativas e futuras audiências.

Só fez uma pergunta: qual deles tentou imitar sua voz.

Colaboração de:

MUNIR NAGIB HANNA ALZUGUIR

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

UM TOQUE DE PRESENÇA

O Navio de Assistência Hospitalar *Oswaldo Cruz* tem por missão apoiar as populações ribeirinhas da Amazônia, nelas incluídas as comunidades indígenas da região. Esse apoio consta da presença de serviços médicos e odontológicos, dentre outros de menor importância.

Em virtude de não falarem português, algumas comunidades indígenas apresentam dificuldades de comunicação. Esse era o caso dos índios tcuns, cuja aldeia fica localizada no alto Amazonas. Segundo o relatório, era a segunda vez que o NASH prestava-lhes serviços.

Naquela tarde, atracado na aldeia tcun, o NASH *Oswaldo Cruz* realizava, com sua tripulação, os atendimentos médico-odontológicos, os quais transcorriam dentro da normalidade. Por meio de gestos e desenhos, médicos, dentistas, enfermeiros e guarnição chegavam a um entendimento suficiente para o cumprimento da missão.

Tranquilo em seu camarote, despachando os expedientes de rotina, encontrava-se o comandante do navio. Eis que adentra à câmara (nome como é conhecido na Marinha o camarote do comandante) o imediato (como é chamado a bordo o oficial mais antigo, depois do comandante), para expor ao comandante um fato que acontecia naquele exato momento. Esbaforido, o oficial

relata que havia um grupo de índios, na popa do navio, bastante irritados, demonstrando, aos berros, atitudes potencialmente hostis, devido ao choro incontrolável de uma índia que acabara de ser atendida pelo dentista.

O comandante então questiona ao imediato se haviam aplicado anestesia na paciente, obtendo resposta positiva. Em seguida, o comandante determina ao imediato que retorne ao local de crise e lá aguarde sua chegada, porém ressalta que avise aos militares para perfilarem-se em continência ao comandante, no momento de sua chegada ao local, atitude que julgava impor respeito aos índios revoltosos, ao depararem-se com a presença do "chefe" branco.

Munido de um pequeno espelho, que retirou do armário do seu banheiro, para lá se dirigiu o comandante. Lá chegando, na popa do navio, conforme o combinado, oficiais e praças pararam suas tarefas, tomando posição de sentido, na direção do "chefe", fato que chamou a atenção dos índios, fazendo com que parassem, imediatamente, a algazarra que ainda provocavam.

Voltando-se para a indiazinha, que continuava em prantos sem parar, o comandante fez-lhe um leve afago na cabeça e, em ato contínuo, entregou-lhe o pequeno espelho. De posse do objeto, a menina olhou-se e,

com uma das mãos, acariciou seu próprio rosto, abrindo um largo sorriso na direção dos seus iguais, o que provocou verdadeiro alvoroço naqueles. Essa atitude, dessa vez de natureza positiva, estancou totalmente aquela possível nocividade existente.

A presença de espírito do comandante fê-lo concluir que o comportamento da indiazinha se devia ao simples fato de que, devido à anestesia aplicada, em vista da

necessária extração dentária, cuja reação normal provoca dormência na região facial, aquela criatura simplesmente imaginou que lhe tinham roubado todo o rosto.

O espelho foi o que deu-lhe a certeza de que estava enganada.

Colaboração de:

INALDO DUPRAT DUARTE

Capitão-de-Fragata (IM)

“MEU COMANDANTE, EU FIQUEI NA POSIÇÃO DE SENTIDO”

Estávamos em Brasília, em um sábado de 1959, Palácio da Alvorada!

Serenata com César Prates ao violão (ele sabia cantar o “Peixe-vivo”), com Bené Nunes, o pianista, que veio ao Rio muitíssimo bem acompanhado, e secretários do Gabinete Civil.

Nessa noite, foi requisitada a pequena lancha do Palácio, que era mantida, com sua guarnição (patrão e motorista), no acampamento da Represa de Paranoá.

Eles rigorosamente fardados, de branco, com a gola de dois frisos azuis e âncoras prateadas.

Nessa noite, o Presidente mandou que fizessem a serenata, sem a sua presença, na ponta da Península Norte, no cerrado!

Meia-noite, lua cheia.

Foram todos, em duas viagens de lancha.

O que impressionou as lindas mulheres presentes, já sob o efeito da champanhe francesa, não foi a farda bonita dos marinheiros, foi o porte atlético do motorista, alto, mulato dos olhos verdes, que ajudava gentilmente no desembarque!

Um fato inesperado aconteceu.

Ao descer da lancha, uma das moças perdeu o equilíbrio, caiu nos braços do marinheiro e... deu-lhe um prolongado beijo!

Ao luar, a cena foi presenciada por todos!

Um mês depois, o chefe do serviço de instalação da Marinha em Brasília recebe ofício do almirante diretor do Pessoal da Marinha: “Determino punição rigorosa ao marinheiro motorista”.

Mas não se pune ninguém, na Marinha, sem julgamento em que se dê ao indiciado o direito de defesa!

O motorista foi colocado no “livro de castigo” e trazido à presença do comandante.

– Meu comandante, eu fiquei na posição de sentido!

– Era lua cheia?

– Sim?

– Ela era bonita?

– Linda, cheirosa, tentadora!

E o comandante julgou, dentro do regulamento, e sentenciou:

– Considere-se elogiado! Pode se retirar!

E respondeu ao ofício: “O marinheiro foi julgado devidamente!”.

P.S.: Devido a certas circunstâncias, o ministro da Marinha soube do caso. Depois de devidamente esclarecido, manteve o elogio verbal.

Colaboração de:

ARTHUR DE AZEVEDO HENNING

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

O COMANDANTE E O LIVREIRO DO SEBO

O comandante é submarinista, apaixonado por livros. Hoje, além de reformado pela Marinha, está aposentado depois de muito trabalhar na vida civil. Foi jornalista, diretor de um jornal de grande circulação no Rio e no Brasil, diretor de hospital, escritor, correspondente no estrangeiro e ainda tocava seu piano de cauda.

Ao sair da casa grande em que morava no Humaitá, não pôde carregar seu piano de cauda. Na sala do apartamento em Ipanema, para onde mudara, ele não cabia.

Há muito buscava um livro cuja edição se esgotara. Alguém sugeriu um determinado sebo.

O sebo fica na Rua Ramalho Ortigão, no centro da cidade. É uma rua cheia de antigos sobrados do início do século passado. O livreiro mora lá e o sebo está no segundo andar. Sobe-se por uma escadaria de perobade-campos, que resiste bravamente ao ataque de cupins. De corrimão, um tubo de cobre azinhavrado nas junções, por ser utilizado, também, como canalização de água para o andar de baixo, criação engenhosa do construtor português. Na sala espaçosa, montes de livros em todos os cantos, empoeirados e sem nenhuma ordem. O computador ainda vai levar anos para chegar até lá.

O livreiro, senhor de meia-idade, usando óculos à Gepeto (o pai do Pinóquio), vive em um quarto nos fundos. Nem precisa de campainha, o barulho da escada anuncia o visitante.

Indagou do nosso comandante o que ele desejava, não sem antes dizer que já estava no ramo desde criança. O ponto pertencera a seu pai. Disse ter o exemplar que ele estava procurando e estar pronto a vendê-lo, mas teria de fazer um registro em livro próprio. Escreveu em uma agenda, bem antiga e com muitas anotações, o nome do comandante, o endereço, telefone, idade e indagou se era casado.

Aí, nosso submarinista já começou a achar estranho e mais se admirou quando o livreiro perguntou o nome da esposa, dos filhos e de dois amigos.

Não se contendo, o comandante pediu explicação para tanto questionamento: "Para que toda essa inquirição?".

O livreiro explicou que era a maneira prática de manter o seu estoque de livros sem precisar empregar muito capital. Acompanhava pelo obituário dos jornais o falecimento de seus clientes. Esperava pela missa de sétimo dia, procurava nos anúncios e, depois de algum tempo, apresentava-se à viúva dizendo saber que o marido tinha muitos livros bem usados e perguntando se ela não gostaria de se ver livre daquela velharia.

Normalmente, comprava-os todos por uma ninharia.

Seguia o exemplo do pai.

Colaboração de:

MUNIR NAGIB HANNA ALZUGUIR
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

OPERAÇÃO UNITAS – ANOS 70

A Operação Unitas, exercício naval realizado todos os anos, envolve navios de guerra das Marinhas do continente americano. A duração aproximada é de um mês, o adestramento ocorre nas 24

horas do dia e a simulação da batalha, à época, era basicamente de navios de superfície: navio-aeródromo, fragatas, contratorpedeiros e navios de apoio, *versus* submarinos.

Os submarinos tentavam destruir, com seus torpedos, o porta-aviões, seu alvo principal. Para isso tinham que penetrar no arco de defesa, formado pelas fragatas e contratorpedeiros. Os submarinos, se detectados por helicópteros ou aviões ou pelos sonares dos navios, seriam perseguidos, tornando-se alvos de bombas de profundidade, torpedos e mísseis.

A área de combate era o Oceano Atlântico, outras vezes o Pacífico. Do sul da América Latina até a costa do Canadá.

Eram também executados outros treinamentos, como reabastecimento no mar, entrega de correio e transbordo de pessoas de um navio para outro, sem utilização de embarcações.

A história que vamos contar refere-se ao desafio, quase pessoal, entre dois comandantes que tomavam parte em campeonatos opostos da luta. O primeiro, Capitão-de-Fragata John King, comandante da Fragata americana *Greer*, e o Capitão-de-Fragata Erick Hanna, comandante do Submarino brasileiro *Guarani*.^{*} Embora não se conhecessem pessoalmente, uma grande empatia gerou-se entre ambos, iniciada por um cumprimento por parte do americano, depois de um ataque a um periscópio detectado pelo radar, que o obrigou a deixar a cobertura. Era na verdade um tubo de alumínio fincado em um bloco de isopor, lançado como isca para a *Greer*.

Coincidência ou não, a Fragata *Greer* e o Submarino *Guarani* eram sempre destacados para os exercícios a dois. Em uma determinada ocasião, o submarino teria que se aproximar da fragata e ficar ao seu lado em uma distância aproximada de 50 metros, navegando paralelamente a ela. Mangotes de borracha, ligados a ambos os navios, transferiam combustível. É um tipo de treinamento que requer uma grande atenção

por parte das embarcações envolvidas. Uma pequena alteração de rumo de qualquer dos navios ocasionaria colisão, ou o desengate dos tubos.

O submarino já estava praticamente em posição. Na fragata, nenhum movimento, nenhuma viva alma no convés; parecia que o submarino tinha errado de navio ou o tipo de exercício. De repente, uma fumaceira no passadiço da fragata e uma loura esguia de minissaia a subir pela antena do radar, gritando por socorro que queriam estuprá-la. Enquanto a atenção do pessoal do submarino voltava-se para a loura, a guarnição da fragata surge, como por encanto, pronta e equipada, e inicia o lançamento dos cabos necessários à operação. Dessa vez o elogio foi da parte do comandante do submarino.

A loura era, na verdade, um dos oficiais da fragata travestido com peruca loura e minissaia, um artifício para desvio de atenção.

Os ataques à noite eram favoráveis ao submarino que, furando a cobertura sempre pelo través da *Greer*, lançava a salva de cinco torpedos contra o porta-aviões e enviava pelo telefone submarino a seguinte mensagem: "Acabei de passar pelo seu bombordo, e seu capitânia, o navio-aeródromo, foi a pique, favor recolher sobreviventes".

Ao amanhecer o dia, a balança pendia para o lado da fragata e o comandante do submarino recebia o troco pelo mesmo telefone: "Bom dia, Comandante Hanna, você já terminou o seu café da manhã?". E tome bombas de profundidade, que, embora sem carga explosiva, faziam um ruído aterrador.

Quase ao final da Unitas, os comandantes de todos os navios foram convidados para um almoço a bordo do porta-aviões. O Comandante King, da Fragata *Greer*, disse ao Comandante Hanna que o

* N.A.: Nomes fictícios, embora o caso seja verdadeiro.

seu helicóptero poderia transportá-lo. Oferta prontamente aceita. O comandante do submarino foi para o convés de popa, o helicóptero baixou um guincho e lá foi o Comandante Hanna, içado por sobre o Atlântico, até que fosse recolhido na aeronave. Sentaram-se juntos durante o almoço, bateram longos papos, contando piadas, riram bastante. No cafezinho, o Comandante Hanna agradeceu muito, mas dispensou o helicóptero.

Retornou de lancha.

Um mistério permaneceu na cabeça do comandante do submarino até o final da Unitas: por que a fragata sempre o localizava durante o dia, embora ele utilizasse to-

das as táticas possíveis para não ser detectado pelo sonar?

Ao término da Unitas, nem precisou perguntar.

O Comandante King indagou se ele sabia que um dos seus tanques de combustível tinha um furo bem pequeno, deixando um rastro brilhante de óleo no mar. Denunciava seu caminho para o helicóptero que, seguindo o rumo do *Guarani*, transmitia a posição para a *Greer*. Daí ser fácil para o Comandante King vir dar o seu bom-dia.

Colaboração de:

MUNIR NAGIB HANNA ALZUGUIR
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref⁹)

A GENTE DE BORDO

O comandante é a autoridade suprema de bordo. O imediato é o “oficial executivo do navio”, segundo do comandante; é o substituto eventual do comandante: seu substituto imediato.

A “gente de bordo” se compõe de comandante e tripulação (oficiais e guarnição). O imediato e oficiais constituem a oficialidade. Os demais tripulantes constituem a guarnição. As ordens para o navio emanam do comandante e são feitas executar pelo imediato, que é o coordenador de todos os trabalhos de bordo, exercendo a gerência das atividades administrativas.

DOAÇÕES AO SDM

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA DA MARINHA

Relação dos doadores do 4º trimestre de 2001

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) José Correia de Sá Benevides	391 volumes
Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo	3 volumes
Contra-Almirante (IM) Paulo Mário Beserra de Araujo	2 volumes
Contra-Almirante Max Justo Guedes	2 volumes
Vice-Almirante (Ref ^o) Luiz Edmundo Brígido Bittencourt	1 volume
Arquivo Nacional	1 volume

Relação dos doadores do 1º trimestre de 2002

Vice-Almirante (RRm) Estanistau Façanha Sobrinho	48 volumes
Almirante-de-Esquadra Domingos Alfredo Silva	33 volumes
Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	5 volumes
Coronel Cláudio Moreira Bento	2 volumes
Vice-Almirante (RRm) Hélio Leôncio Martins	1 volume
Vice-Almirante (Ref ^o) Luiz Edmundo Brígido Bittencourt	1 volume
Navio-Escola <i>Brasil</i>	1 volume
Arquivo Nacional	1 volume
Sr. Álvaro Pereira do Nascimento	1 volume
Sr. Fernando da Matta Machado	1 volume

PERIÓDICOS RECEBIDOS

ALEMANHA

- KTB Magazine* – jan./02
Naval Forces – nº 03/01; nº 4/01; nº esp./01
Planet Aerospace – out./dez. 01; jan./mar. 02

BRASIL

- O Anfíbio* – nº 20/01
Associação Nacional dos Veteranos da FEB – dez./01; fev. 02
Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba – set./out. 01

Blumenau em cadernos – nov./dez. 01; jan./fev. 02

Informativo Filático – dez. 01

Jornal Soamar Sorocaba – out. 01

A Macega – nov./dez. 01; jan./fev. 02

Mare Nostrum – nº 14/01

Nossos Dias – dez. 01

Notícia Bibliográfica e Histórica – dez. 01

Revista Symposium – jul./dez. 01

Thema – abr. 00

Veredas – fev./01

CHILE

Revista de Marina – set./out. 01; nov./dez. 01

EQUADOR

Bitacora – nº 47/01

Revista de Marina – dez./01

ESPANHA

Politica Exterior – jan./fev. 02

Revista de História Naval – nº 74/01

Revista General de Marina – out./01e sup.; dez./01; nov./01

ESTADOS UNIDOS

Politics & Policy – set./01

Proceedings – dez./01; jan./02; mar./02

Sea History – 2001/02

FRANÇA

Chasse-Marré – nov./01; dez./01

ITÁLIA

Rivista Militare – nov./dez. 01; jan./fev. 02

Rivista Marittima – out./01; Índice Anual 1997-2000

MÉXICO

Population Bulletin – mar./01

Revista Secretaria de Marina – maio/jun. 01

PORTUGAL

Anais do Clube Militar Naval – jul./set. 01

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa – jan./dez. 00

Confluência – 1ª sem./01

Mar Oceana – nº 09/01

Revista da Armada – jul. 01; ago. 01; set./out. 01; nov. 01; dez. 01; jan. 02; fev. 02; mar. 02

AGULHA E BÚSSOLA

O navio tem agulha, não bússola.

A origem é antiga. As primitivas peças imantadas, para governo do navio, eram, na realidade, agulhas de ferro, que flutuavam em azeite, acondicionadas em tubos, com uma secção de bambu. Chamavam-se *calamitas*. Como eram basicamente agulhas, os navegantes espanhóis consideravam linguagem marinheira a denominação de agulhas, diferentemente de bússolas, palavra de origem italiana que se referia à caixa – “bosso” – que continha as peças orientadas.

Laurindo

INFORMAÇÕES

(0XX-21) 2233.9165

Pitta

O navio que continua
a todo vapor



Ele participou da Primeira Guerra Mundial, realizando árduas tarefas de apoio. Sem dúvida, este foi o maior acontecimento na sua longa existência. São quase cem anos de atividade. Construído em 1910, na Inglaterra, por encomenda do Governo brasileiro, o Rebocador *Laurindo Pitta* prestou serviços até a década de 90.

Em 1997, a aposentadoria do *Laurindo* parecia irreversível. Atracado no cais da Base Naval, em Mocanguê, no Rio de Janeiro, estava imobilizado por obsolescência de suas máquinas. Mas a Marinha resolveu recuperá-lo. Para isso, contou com apoio e patrocínio da Liga dos Amigos do Museu Naval.

Hoje, ele está de volta à ativa, realizando passeios na Baía de Guanabara. A bordo, os passageiros podem visitar a exposição "A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial". Além de fotos e reportagens publicadas em jornais da época, a mostra expõe modelos de embarcações da Divisão Naval em Operações na Primeira Guerra Mundial e peças da coleção do Almirante Frontin.

Venha navegar com o *Laurindo Pitta* e faça um passeio inesquecível pela História, e pela Baía de Guanabara.



NOSSOS ARTISTAS

O Contra-Almirante (RRm) Ivan Simas de Oliveira é um dos "nossos artistas" e seu trabalho já foi apresentado pela Revista Marítima Brasileira do 1º trimestre de 1996, à p. 241.

Volta o nosso artista a mostrar um trabalho de grande interesse histórico, retratando todos os navios da Marinha que existiram no século que passou.

É uma série extensa que publicaremos aos poucos, em páginas especiais que permitam ao leitor, ou aos seus filhos, colecioná-las em um arquivo escolar comum e, assim, conhecer a sua Marinha. A primeira série é a dos submarinos.

SUBMARINOS – A ARMA ESTRATÉGICA DO SÉCULO XX

Texto e desenhos de: IVAN SIMAS DE OLIVEIRA
Contra-Almirante (RRm)

Por motivo de força maior, a segunda parte da série será publicada no próximo número.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA



A Família Real não saía sem ela



Ela navegava soberana pela Baía de Guanabara. Viveu dias de glória e pompa. A Família Real não passeava sem ela – a *Galeota Imperial*. Construída em 1808, em Salvador, na época da vinda de D. João VI para o Brasil, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

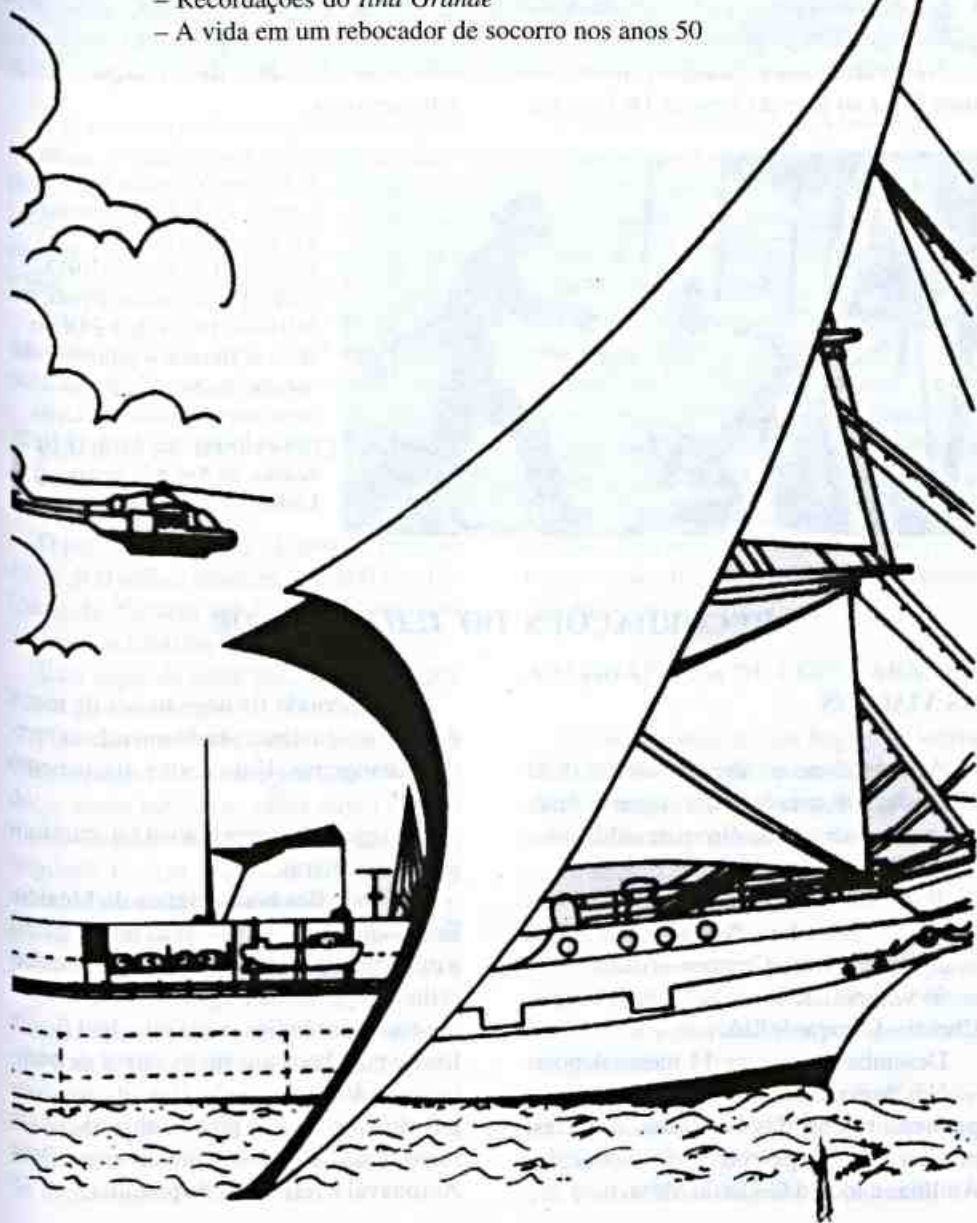
Modelo sem similar em toda a América, ainda conserva a sua realeza. A *Galeota Imperial* foi detalhadamente restaurada para compor o acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Av. Alfred Agache, s/nº Centro.
Aberto de terça a domingo, de 12 às 17h. Entrada franca.

A MARINHA DE OUTRORA

AS LIÇÕES DE ONTEM PARA A MARINHA DE HOJE E DE AMANHÃ

- Santos Dumont na Escola de Aviação Naval
- Recordações do *Ilha Grande*
- A vida em um rebocador de socorro nos anos 50



SANTOS DUMONT NA ESCOLA DE AVIAÇÃO NAVAL

(Revista Macega de jan-fev/2002)

Ocorreu em 25 de janeiro de 1917.

Receberam-no na ponte da Ilha das Enxadas os Comandantes Mascarenhas, diretor da Escola de Grumetes, e Américo José Cardoso, vice-diretor da Escola de Aviação Naval, além de pilotos e alunos.

Na oportunidade, Santos Dumont tomou lugar ao lado do Tenente De Lamare,

no hidroplano C-2, e sobrevoou diversos recantos da Baía de Guanabara.

Durante a sua visita, o "Pai da Aviação" teceu comentários de louvor quanto à orientação adotada pela Marinha de Guerra, objetivando desenvolver suas Escolas de Aviação e de Submersíveis.



O Tenente Virginius Brito de Lamare ajuda Santos Dumont a embarcar no Curtiss F matrícula C-2 em 25/1/1917. Cerca de dois meses depois, em 9/3/1917, De Lamare e Orton Hoover fizeram o primeiro vôo noturno da Aviação Naval nesse mesmo avião. (*Aviação Naval Brasileira 1916-1941*, 2ª edição, de Antonio Pereira Linhares)

RECORDAÇÕES DO ILHA GRANDE

AS VIAGENS

Apresentei-me no *Ilha Grande* em 19 de março de 1948, para fazer três viagens à América para transporte de óleo para caldeiras.

Foram elas:

1ª viagem: Rio – Port of Spain (Trinidad) – Aruba – Salvador – Santos – Rio.

2ª viagem: Rio – Curaçao – Aruba – Rio.

3ª viagem: Rio – Curaçao – Corpus Christi – Curaçao – Rio.

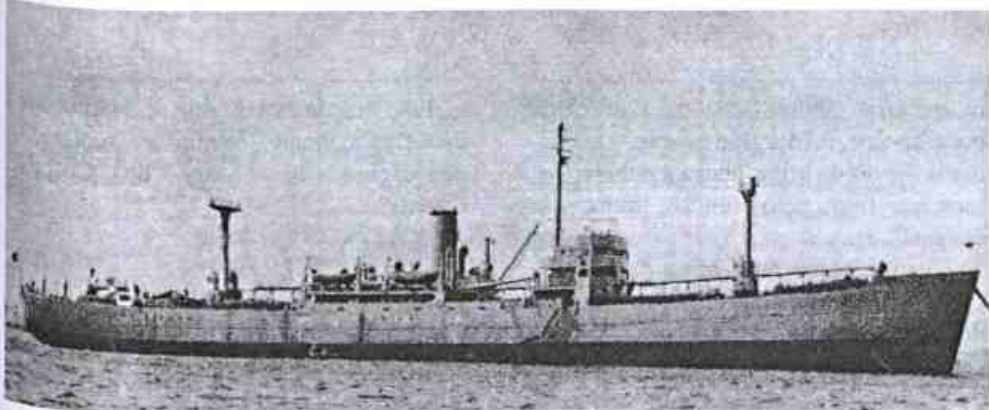
Desembarquei quase 11 meses depois.

Nas duas primeiras viagens percorri um pequeno trecho das Pequenas Antilhas, mas na terceira percorri todo o Mar das Antilhas e todo o Golfo do México.

Neste período fiz nove meses de mar e dois meses em terra, sendo um mês em terras estrangeiras. Um enorme afastamento do lar!

A viagem a Corpus Christi foi mais longa que as outras.

A cidade fica bem próxima do México. Era moderna, com imóveis de três andares; a rua principal, muita extensa, tinha perfeita iluminação e sinalização. Ao sinal de alarme contra incêndios, a rua principal ficava livre e por ela passavam os carros de bombeiros, a alta velocidade. Nas vitrines, roupas de *cowboys*, a preços absurdamente caros. Duas atividades importantes: Base Aeronaval e refinarias de petróleo.



A população pobre, na quase totalidade mexicana, é totalmente desprezada pelo americano e vive afastada da cidade, em uma favela de miséria total, muitas vezes pior que as do Brasil. Este recorde nós perdemos para o país mais civilizado do mundo!

Estive na favela, onde uma mãe, chorando, ofereceu-me a filha, de 13 anos, por 2 dólares. Justificativa: “É para matar a fome”!

A VIAGEM DE IDA, O CICLONE E A RECEPÇÃO

O percurso Trinidad – Canal de Yucatan é de 1.500 milhas náuticas ou 2.800 km. Do Canal de Yucatan até Corpus Christi são 700 milhas náuticas ou 1.300 km.

Esta segunda parte foi mais difícil por causa do mau tempo.

Ao entrarmos em contato com Corpus Christi pelo rádio, houve um fato inesperado: o nosso indicativo rádio sendo o mesmo do Cruzador *Bahia*, afundado no fim da Segunda Guerra Mundial, a Base Aérea americana mobilizou-se para receber um navio de guerra! Um cruzador! E, se não fosse pouco, tivemos que desviar de um ciclone!

Ainda bem que as informações de Corpus Christi nos indicavam o caminho que o ciclone percorreria e, assim, foi possível desviar da ameaça, embora enfrentando um temporal! Mar grosso de cobrir totalmente a proa do navio, com vagalhões de alguns metros de altura!

E depois da tempestade a bonança!

Para atingir o porto de Corpus Christi, percorremos muitos quilômetros de canais, abertos em dois grandes lagos e perfeitamente balizados, facilitando a navegação.

Para surpresa nossa, no cais estava formada uma companhia da Aviação Naval americana.

Subiram a prancha e vieram com a pergunta cretina: “Isso aí é um cruzador?”.

Quando informamos que, no final da Segunda Guerra Mundial, o Cruzador *Bahia* foi afundado, com a morte de 360 aliados, ficaram com “cara de tacho”, mas mesmo assim resolveram receber-nos como guarnição de um cruzador!

A MARIAZINHA DE COPACABANA

Durante aquela mesma Segunda Guerra Mundial, Copacabana foi invadida por militares americanos, adorados pelas mulheres pelo atrativo maior: o dólar. Foi assim que a Mariazinha conheceu um *sailor*, casou-se com ele e dias depois ficou viúva!

Ele viajou! E ela?

Mudou de nome para *Mary* e foi parar em Corpus Christi, onde a conheci. Nunca mais achou o marido! Mas conheceu muitos *popeyes*.

Graças à *Mary*, visitei um cabaré de marinheiros americanos! Daqueles onde saem brigas todos os dias! Tive a honra de dançar com a dona do estabelecimento! Os

marinheiros, todos fardados, com calça boca-de-sino. A Mary me avisou: "Dez minutos depois da briga, chega a polícia! Temos que fugir pelos fundos, antes dela chegar!".

Quando começou a briga pagamos a conta e fugimos. E assistimos da rua. Todos iam "em cana", até encher os quatro carros!

Ela, que já havia sido a Mariazinha de Copacabana, sentia-se realizada na figura da "Mary de Corpus Christi".

Colaboração de:

ARTHUR DE AZEVEDO HENNING
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

*
* *

A VIDA EM UM REBOCADOR DE SOCORRO NOS ANOS 50

ARTHUR DE AZEVEDO HENNING
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

Naqueles anos, a Marinha possuía três rebocadores de alto-mar, *Triunfo*, *Tritão* e *Tridente*, que revezavam a sede nos portos do Recife, Rio de Janeiro e Rio Grande.

As atividades de socorro eram muitas, e o tempo nos portos destinava-se apenas para reparos e cuidar do navio.

À noite havia oportunidade para uma moderada recreação: tomar sorvete numa confeitaria.

MINHA APRESENTAÇÃO

Desembarquei do Navio-Tanque *Rijo* em 23 de outubro de 1953 e apresentei-me no Rebocador *Triunfo* no mesmo dia. Suspendemos dois dias depois, não tendo tempo nem para me despedir dos meus pais.

O meu batismo no Rebocador *Triunfo* foi arrancar um cabo de manilha que esta-

va enroscado em um dos hélices do navio. Tive que mergulhar 20 vezes, com uma faca no cinto, e pôr a prova o meu fôlego de "grande mergulhador"! Tudo em água tão poluída que mal podia ver!

Naquela época, um rebocador de empresa privada cobrava valores muito altos para um salvamento, como também sobre o valor da carga alijada, da qual uma parte expressiva era destinada à guarnição do rebocador.

A Marinha, porém, nada cobrava dos navios salvos.

MOVIMENTAÇÃO NO PERÍODO

O quadro abaixo dá uma idéia da intensa movimentação que tivemos no período de meu embarque.

Nos tópicos seguintes comentarei as fainas.

DATA	SAÍDA	DATA	CHEGADA	Observações
25-10-53	Rio de Janeiro	28-10-53	Salvador	
30-10-53	Salvador	1 ^a -11-53	Recife	
8-11-53	Recife	9-11-53	Maceió	Reboque de barcos
9-11-53	Maceió	10-11-53	Recife	Acompanhando os barcos
17-11-53	Recife	18-11-53	Maceió	Reboque de barcos
18-11-53	Maceió	19-11-53	Recife	
4-12-53	Recife	5-12-53	Foz do Rio S. Francisco	Salvamento do <i>Juan Peron</i>
5-12-53	Foz do Rio S. Francisco	8-12-53	Recife	11 dias de Recife
19-12-53	Recife	20-12-53	Fernando de Noronha	Transporte de material
21-12-53	Fernando de Noronha	22-12-53	Recife	9 dias de Recife
1-1-54	Recife	2-1-54	Fundeado no local	Salvamento do <i>Juan Peron</i>
8-1-54	Local do salvamento	9-1-54	Recife	Horas no Recife
9-1-54	Recife	11-1-54	Ponta de Mururipe	Trabalho para Standard Oil
18-1-54	Ponta de Mucuripe	21-1-54	Recife	Horas no Recife
21-1-54	Recife	21-1-54	Local do encalhe	Desencalhe do N.T. <i>Gylfe</i>
23-1-54	Local do encalhe	23-1-54	Recife	8 dias no Recife
1-2-54	Recife	1-2-54	Foz do S. Francisco	Salvamento do veleiro <i>Juan Peron</i>
2-2-54	Foz do S. Francisco	2-2-54	Fundeou Aracaju à espera de maré	
2-2-54	Suspendeu da Barra	2-2-54	Aracaju	
3-2-54	Aracaju	6-2-54	Rio de Janeiro	9 dias no Rio de Janeiro
16-2-54	Rio de Janeiro	19-2-54	Rio Grande	Transferência de Base
26-2-54	Rio Grande	26-2-54	Rio Grande	Reboque de alvo

APOIO À REGATA

Largamos do Rio de Janeiro em 25 de outubro para o Recife passando por Salvador e chegando ao destino seis dias após.

Nossa primeira missão foi dar apoio aos barcos da Regata Ponta de Pedras (Maceió) – Recife, entre os dias 9 e 19 de novembro. Acompanhamos e rebocamos competidores.

SALVAMENTO DE UM VELEIRO

Em 4 de dezembro deixamos o Recife rumo à Foz do Rio São Francisco para a faina de salvamento de um veleiro argentino.

Localizamos o veleiro na margem esquerda, do lado do Estado de Alagoas, necessitando de reparos no casco.

O veleiro argentino *Juan Peron* era pilotado por um “navegador solitário”, que pretendia atravessar o Atlântico num cruzeiro Buenos Aires – Havre.

De tanto beber, embriagou-se e encalhou!

O nosso rebocador não podia amarrar à bóia existente, pois havia um banco de areia de mais de cem metros de largura, só podendo ficar fundeado. Era necessário lançar uma retinida em um foguete, para por ela passar o cabo de reboque para o veleiro. Foram feitas dezenas de tentativas para puxar o barco. O cabo se rompia e o barco não se movia. Era necessário aguardar preamar maior que fizesse o barco flutuar.

TRANSPORTE DE MATERIAL PARA A ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

Enquanto efetuam-se os reparos no casco do veleiro *Juan Perón*, transportamos material para a ilha de Fernando de Noronha. Suspendemos a 19 de dezembro do Recife, passando apenas cerca de 24 horas em faina no destino.



NT RASA

NT RIJO
irmão do NT
Rasa



Rebocador *Triunfo*



SERVIÇO PARA A STANDARD OIL

Após Fernando de Noronha, voltamos à foz do Rio São Francisco, onde passamos seis dias, voltando ao Recife no dia 9 de janeiro de 1954.

Mal chegamos a Recife, por ordem do Comando do 3º Distrito Naval, fomos para Fortaleza prestar serviço à Standard Oil, lá permanecendo de 11 a 18 de janeiro.

A Enseada de Fortaleza é formada por um grande quebra-mar artificial, que se lança da Ponta de Mucuripe. Ainda víamos o velho guindaste que transportou pedras para o local.

Apesar de toda aquela proteção, o cais é pouco abrigado, exigindo que o óleo diesel e a gasolina fossem descarregados pelos petroleiros amarrados em bóias, próximo à pontia.

O nosso trabalho era, depois de fundeados, puxar, pelo nosso possante guincho de popa, o oleoduto, que vinha dos grandes tanques da Shell. Eram soldadas em terra, seção por seção do duto, e arrastadas, uma a uma, pelo nosso guincho, na nossa direção.

Foi uma semana de trabalho gratuito para a maior empresa de petróleo do mundo e nem ao menos nos agradeceram!

SOCORRO AO HENRIQUE DIAS

No dia 18 de janeiro suspendemos da Ponta de Mucuripe para socorrer o Navio-Faroleiro *Henrique Dias*, da nossa Marinha, que estava à matroca.

Passamos o reboque dia 19 e o levamos para o Recife, onde chegamos a 21.

DESENCALHE DO NAVIO-TANQUE NORUEGUÊS

Neste mesmo dia, suspendemos para o local do Navio-Tanque *Gylfe*, de bandeira

norueguesa, que havia encalhado pela popa. Chegamos lá no mesmo dia.

O navio foi puxado pelo nosso cabo de reboque durante horas e não se moveu. Repetimos a operação por todo o dia 22, e nada aconteceu.

A carga era óleo diesel e não podia ser lançada ao mar. Passamos água potável para o *pick-tank* do navio (localizado na proa), para elevar a popa.

Dia 24 fomos ao Recife para receber mais água e voltamos ao local do encalhe. Com o *pick-tank* do navio cheio de água, tentamos o desencalhe por vários dias.

Por outro lado, lá nas Alagoas, a maré começava a ficar favorável para o salvamento do barco *Juan Peron*, e recebemos ordem para interromper os serviços no petroleiro e salvar o veleiro.

Fomos rendidos pelo Rebocador *Tritão*, que chegou acompanhado pelo Navio-Tanque *Ilha Grande*.

Assumiram a direção da operação.

O nosso navio-tanque recebeu toda a carga do petroleiro, impedindo que fosse lançada ao mar. Seria um grande desastre ecológico na costa de Pernambuco!

Enquanto continuavam o trabalho, estávamos rumando para a foz do Rio São Francisco.

DE VOLTA AO SALVAMENTO DO VELEIRO

À primeira vista poderia parecer um salvamento fácil. Mas não foi!

Por sorte nossa, recebemos a colaboração de um pescador, numa canoa.

Inicialmente deu-nos um susto: "Cuidado, seu dotô, tem peixe grande. Tem tubarão, tem barracuda!" E foi embora com sua canoa.

O *Triunfo* necessitava amarrar à bóia! Na hora de nadar até a bóia, todos os marinheiros ficaram com medo depois que ou-

viram a história do pescador. Não havendo outra alternativa, amarrei a retinida na cintura e me atirei ao mar. Subi à bóia, fiz a amarração e voltei para bordo, uma operação de minutos.

E ninguém soube que eu também estava com uma tremenda "paura".

Para passar a retinida, de bordo para terra, usei o pescador. Levamos a retinida atravessando todo o banco de areia e desci na arrebentação. Puxamos o cabo do reboque e pernoitei dentro de um jipe. Não tinha com o que me cobrir. Mosquitos aos milhares!

No dia seguinte retornei ao navio, na mesma canoa.

Na maré cheia, puxamos o barco e desencalhamos a embarcação.

Aproveitando o bom tempo e a calmaria, realizamos a faina mais trabalhosa: faina geral de pintura.

MUDANÇA DE ESTAÇÃO

Com apenas dez dias de Rio de Janeiro fomos para Rio Grande, onde chegamos a 19 de fevereiro.

No dia 26 suspendemos para rebocar um alvo.

A 22 de março fui promovido e a 2 de maio desembarquei.

Foi uma vida e tanto...

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Rebocadores/; *Triunfo*, RAM;

SAUDAR O COMANDANTE

É costume os oficiais saudarem o comandante na câmara, pela manhã, quando em viagem. À noite, a saudação é feita após o Cerimonial do Arriar a Bandeira.

Quando no porto, os oficiais formam para receber o comandante, cumprindo o Cerimonial de Recepção; e, da mesma maneira, formam quando ele se retira de bordo, no Cerimonial de Despedida. Se algum oficial chegar após o comandante, deve saudá-lo na câmara, bem como ao imediato. Se vai retirar-se de bordo antes do comandante, deve despedir-se dele na câmara, obtendo licença para retirar-se, não sem antes ter sido liberado pelo imediato.

NECROLÓGIO



**MAURÍCIO MAGGESI SUSINI
RIBEIRO**

★ 27/6/1924

† 14/1/2002

O Almirante Susini nasceu no Rio de Janeiro, fruto da união de Amadeu Susini Ribeiro e Zélia Maggesi Ribeiro.

Sentou praça de aspirante na Escola Naval de Villegagnon em 18 de abril de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial.

Foi declarado guarda-marinha intendente naval em 6 de janeiro de 1944, seguindo-se um estágio de quatro meses a bordo do Tender *Ceará*.

Sua promoção a segundo-tenente (11/8/44) coincidiu com a sua apresentação a bordo de seu primeiro embarque, o Contratorpedeiro de Escolta *Bracuí* (15/8/44), onde participou de comboios e patrulhas de guerra.

Foi promovido a primeiro-tenente em 9 de maio de 1946, a capitão-tenente a 29 de novembro de 1948, a capitão-de-corveta a 12 de abril de 1954, a capitão-de-fragata, por merecimento, a 7 de outubro de 1958 e a

capitão-de-mar-e-guerra, por merecimento, a 27 de abril de 1965.

Alcançou o almirantado a 5 de junho de 1970.

Por aviso de 2 de maio de 1973, foi posto à disposição da Companhia Docas da Guanabara e ao completar o tempo legal retirou-se do serviço ativo. Passou para a Reserva Remunerada por Decreto de 24 de junho de 1975, sendo desligado do Serviço Ativo da Marinha no dia 1º de setembro daquele ano.

Viveu seus primeiros anos de oficial intendente embarcado no Contratorpedeiro de Escolta *Bracuí*, de 15/8/44 a 30/10/46, e novamente de 7/10/47 a 2/2/48; no Contratorpedeiro de Escolta *Babitonga*, de 30/11/46 a 7/10/47, e no Contratorpedeiro *Mariz e Barros*, de 2/2/48 a 17/10/49.

Passou então para o Navio-Escola *Almirante Saldanha* como prêmio, para uma viagem de instrução de guardas-marinha, de 17/10/49 a 27/3/51.

Desembarcou então e passou a servir em várias OM de terra, a saber: Escola Naval, de 27/8/51 a 13/4/55; Centro de Instrução Almirante Tamandaré, o CIAT, em Natal, de 30/4/55 a 19/12/58; Diretoria de Intendência da Marinha, de 10/1/59 a 22/5/59; Imprensa Naval, como seu vice-diretor, de 22/5/59 a 28/9/61, sendo que no período de 7/3/61 a 6/4/61 foi seu diretor; Gabinete do Ministro da Marinha em Brasília, de 29/9/61 a 16/8/62; Escola de Guerra Naval, de 15/6/65 a 14/6/66, como instrutor de Logística; Estado-Maior da Armada, de 14/6/66 a 27/2/67, como assessor do EMA para assuntos de Logística e Finanças; Centro

de Controle de Estoque de Material, de 31/1/68 a 5/9/68, como vice-diretor.

Foi Tesoureiro Geral da Marinha de 9/10/62 a 27/8/64 e, como diretor, serviu no Depósito de Combustível da Marinha, como capitão-de-fragata, de 18/3/65 a 14/6/65; no Depósito de Material Comum, como capitão-de-mar-e-guerra, de 5/9/68 a 1º/9/70, quando foi promovido a contra-almirante, posto em que foi diretor-presidente da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha, de 1º/9/70 a 25/10/72.

Esteve também na Escola Superior de Guerra, onde fez o Curso Superior, de 2/3/67 a 18/12/67.

Pelos serviços prestados à Marinha recebeu as seguintes condecorações: Medalha de Serviços de Guerra com duas estrelas e Medalha da Força Naval do Nordeste; Ordem do Mérito Naval no grau de oficial (11/68) e Mérito Tamandaré (5/62); Serviço Militar de ouro com passador de ouro (30 anos) e Medalha de Cobre do Instituto de Socorros aos Náufragos, de Portugal, em 1954.

Além de cursos obrigatórios de carreira, o Almirante Susini acumulou, em seu currículo, os cursos de Técnica de Ensino (CIAW), feito em 1953, e o de Orçamento-Programa, em 1967.

O Almirante Susini era um excelente atirador, pelo que representou a Marinha no Campeonato de Tiro das Forças-Armadas, em fevereiro de 1971, e na Prova General Antônio Faustino da Costa, em novembro do mesmo ano.

À família do Almirante Susini, a *Revista Marítima Brasileira* apresenta as suas condolências.

SUSINI, MEU COLEGA DESDE O CURSO BARATA

Fomos colegas no Curso Barata, quando nos preparávamos para o exame de admissão à Escola Naval. Após o exame, ao sermos declarados aspirantes, ficamos no mesmo

camarote do 5º andar, juntamente com o Athayde, Olyr e mais tarde com o Sampaio.

Quando calouros do Curso Prévio, sua presença no camarote foi para nós, seus

companheiros, muito boa, pois os veteranos, nas célebres caçadas noturnas, respeitavam sempre a sua presença, em face dos seus dotes físicos já bastante conhecidos.

Como aspirante, sempre se destacou pela grande inteligência, principalmente na matemática.

Durante o curso na Escola Naval, dois fatos merecem destaque.

O primeiro foi uma luta de boxe organizada pela nossa turma.

Havia um colega que se vangloriava de ter lutado boxe num dos clubes na cidade. Escalamos o Susini para ser o adversário do *boxer* e a luta foi marcada para ser realizada num dos camarotes do 5º andar.

Luvas colocadas, torcida presente, juiz a postos, o sinal é dado e os contendores se aproximam para a formalidade dos cumprimentos.

A luta se inicia e o Susini desfechou no peitoral do adversário um potente soco, que fez com que o mesmo se projetasse na porta do armário, arrebatando-a e deixando-o entre as roupas lá dentro guardadas.

O estado crítico do atingido fez com que o juiz desse a luta por encerrada, considerando o Susini vencedor por nocaute técnico.

Foi a luta de “um soco só”.

O outro fato ocorreu quando eu e ele, num dia de exercícios livres, resolvemos navegar à vela, num *dingue* da flotilha da Escola Naval.

Na verdade, de vela, eu e ele entendíamos muito pouco, todavia, deu para que, inicialmente, aproveitando mar e vento de popa calmos, navegássemos sem problemas até a Enseada do Flamengo. Ao tentarmos fazer a volta por davante, para seguirmos novo rumo, a retransa, empurrada pelo vento, cambou rapidamente, fazendo com que os dois tripulantes, com o barco virado, fossem parar em cima da vela, na água.

Eu, no leme, gritava para o Susini: “Folga a escota, passa para o bordo oposto.”

Tudo em vão, ambos dentro d’água, seguros à borda da embarcação.

Fomos levados pela maré até quase a entrada da barra, perto da Fortaleza da Lage, quando um lancha da Escola Naval nos alcançou e nos rebocou de volta.

Ele sempre se referia ao fato culpando-me pelo ocorrido. É possível, todavia acho que a falha foi de ambos.

Ficou conhecida como a famosa virada “por da quilha”.

Terminado o curso, saímos guarda-marinha no início de 1944, em plena Segunda Guerra Mundial.

Viagem de Instrução nem sombra! Fui designado para o 3º Distrito Naval, no Recife, para onde segui a bordo do Cruzador *Bahia*, e ele ficou no Rio de Janeiro, na Flotilha de Submarinos, até que os DES foram entregues à Marinha do Brasil, na Base Naval de Natal, no segundo semestre de 1944. Ele foi designado para o Contratorpedeiro *Bracuí*.

Apesar de não servimos no mesmo navio (aliás, durante nossa vida naval nunca servimos juntos), estávamos sempre nos encontrando, quando o Contratorpedeiro *Bracuí*, fazendo parte de um comboio, atracava no Recife.

Lá então muitas festas, namoros, praias e muitos papos, seja na casa que eu tinha alugado em Boa Viagem ou no Restaurante Leite, para onde íamos todas as noites para um bom jantar.

Lembro-me bastante de um fato por ele contado.

Quando então recebeu os serviços do Contratorpedeiro *Bracuí*, foi ao comandante do navio (Capitão-de-Fragata Alberto Jorge Carvalhal), com o RSFA* na mão, fez continência e comunicou que estava pron-

* N.R.: Regulamento para o Serviço de Fazenda da Armada.

to para abrir os Livros de Incumbência de bordo. O comandante virou-se para ele e, com muita firmeza, disse: "Tenente, estamos em guerra, sua principal tarefa é abastecer o navio, com urgência, pois quero suspender logo que possível."

O Susini, entre desapontado e apreensivo, arregaçou as mangas e tratou de cumprir as ordens recebidas.

Foi ainda no Contratorpedeiro *Bracuí*, navio de tantas lembranças e que estava no seu coração, que, nos exercícios de tiro, em postos de combate, ele teve lesado seu aparelho auditivo, tendo ficado inteiramente surdo nos seus últimos anos de vida.

Foi também no Contratorpedeiro *Bracuí* que fez grande amizade com o então Primeiro-Tenente Vinícios Carvalho da Silva. Após uma convivência grande a bordo, os dois, apaixonados pelo xadrez, sentavam-se numa mesa e passavam horas jogando. Falar que é bom nada se ouvia.

Em 1950, como capitão-tenente (IN), embarcou no Navio-Escola *Almirante Saldanha*.

Segundo ele contava, a viagem de instrução foi muito boa, a não ser por um fato ocorrido quando o navio já estava fazendo as últimas visitas.

Estavam num porto da Noruega, prontos para suspender rumo à Inglaterra, quando um aviso de tempestade foi recebido.

Todos os navios permaneceram abrigados nos portos da região – Mar do Norte –, exceto o Navio-Escola *Almirante Saldanha*.

O comandante, preocupado em cumprir o programa, resolveu partir e foi alcançado pela tempestade, em pleno Mar do Norte, tendo, após muita luta, chegado a Newcastle com algumas avarias.*

Tiveram que lá permanecer por algum tempo, em reparos.

O Susini dizia que foi seu pior momento no mar. Ele chegou a temer pelo afunda-

mento do navio, tal a fúria do mar e a quebradeira geral a bordo.

O Susini foi o primeiro oficial da nossa turma a alcançar, na ativa, o posto de almirante.

Como almirante, foi diretor da Caixa de Construções de Casas. A Intendência ainda estava em fase de organização e as funções para almirante não eram totalmente satisfatórias, para aquilo que ele sonhava, tanto assim que, convidado para assumir o cargo de diretor financeiro da Companhia Docas do Rio de Janeiro, não teve dúvidas em aceitar, lá permanecendo por dois mandatos.

Deixou o serviço ativo em 1975.

Como advogado (formou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara em 1952), abriu um escritório no Rio de Janeiro e exerceu por alguns anos a profissão.

Trabalhou ainda no Banco Nacional da Habitação (BNH), Banco da Província e na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, como mordomo da tesouraria.

Foi um esportista muito aplicado.

Sua atividade preferida era a corrida de fundo. Participou, até cair doente, de inúmeras maratonas, ganhando muitos troféus e medalhas.

Também praticava o tiro ao alvo, tendo sido membro da Liga Brasileira de Tiro ao Alvo. Ganhou também muitas medalhas nas provas em que concorreu.

Gostava de luta livre, boxe, judô e todos os esportes que lhe exigissem mostrar seus excepcionais dotes físicos. Na sua casa, mantinha um verdadeiro ginásio no sótão, onde praticava os esportes de que gostava e os ensinava aos filhos.

Fomos amigos da entrada no Curso Barata até sua morte, isto é, mais de 60 anos!

Sua casa foi sempre o local preferidos dos colegas, que lá compareciam inúmeras vezes, acompanhados das es-

* N.A.: Veja foto do gurupés partido na *RMB* do 1º trim./1998, p. 226.

posas, para passarmos horas muito agradáveis, aproveitando a piscina, a sauna e a maravilhosa companhia de sua esposa Marisa, excepcional anfitriã, e de toda a sua família.

Estamos sentido falta de sua presença, meu caro Susini.

Se é verdade que outra vida existe do lado em que você se encontra, pode ir pre-

parando, com o Hélio, Pacheco, Deiró, Chico e outros mais que já partiram, uma mesa com uns chops, que, no futuro, os que aqui ficaram aí estarão, para juntos novamente recomermos uma nova trajetória.

Sonhar é muito bom.

ROBERTO SILVARES SERTÃ
Contra-Almirante (IM) (Ref^o)

BANDEIRA A MEIO-PAU

Nos navios da Marinha não se usam as denominações de “mastos” de bandeira, nem do jeque: a nomenclatura correta é nomeá-los o “pau da bandeira” e o “pau do jeque”, mesmo que sejam metálicos. O distinto, na Marinha, segundo a tradição, é que sejam de madeira e envernizados.

Desta forma, o termo bandeira a meio-pau é a expressão que corresponde à Bandeira Nacional içada a meio-mastro. O jeque acompanha a Bandeira Nacional, a meio-pau. É o sinal de luto.

O costume teve origem na antiga Marinha a vela. Era usual que os navios, como mostra de pesar pela morte de uma personalidade, desamantilhassem as vergas, de modo a deixá-las desalinhas e pendentes, em diferentes ângulos, e com todos os cabos de laborar, de mastro e vergas folgados e pendentes. A mostra de pesar consistia neste aspecto de desleixo, por tristeza. O Pavilhão também era arriado a meio-pau.

visite o

Museu do Corpo de Fuzileiros Navais

Localizado na Ilha das Cobras (RJ), o Museu do Corpo de Fuzileiros Navais está integrado ao sítio histórico da Fortaleza de São José, onde, em 1809, instalou-se a Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais.

O Museu está instalado em túneis que foram construídos para servir de ligação segura entre as fortalezas erguidas pelos portugueses, a partir do século XVII, naquela ilha. A curiosa ambientação, pouco comum em museus tradicionais, provoca uma proximidade do visitante com as peças expostas.



Na primeira galeria, estão reunidas peças de uniformes, medalhas, documentos, prataria e material arqueológico, além da maquete das fortificações que formavam o complexo de onde se originou a atual Fortaleza de São José. Ao longo do segundo túnel, ficam dispostos antigos armamen-

tos, sobressaindo-se uma espingarda de chumbeira, do ano de 1859.

São destaques do circuito expositivo uma motocicleta Harley-Davidson, modelo 1953, e a escavação arqueológica na qual o visitante pode observar parte do contra-forte da muralha da Fortaleza, construída no século XVIII.

Visitas podem ser marcadas pelo telefone (021) 2291-4441, ramal 224.

O museu está aberto de segunda a sexta-feira, de 12 às 16h15.

Entrada Franca



REVISTA DE REVISTAS

COLABORADORES

VA (Ref ^B)	Luiz Edmundo Brígido Bittencourt
CMG (Ref ^B)	Milton Sergio Silva Corrêa
CMG (RRm)	Carlos Alberto Almeida Pereira da Silva
FC	Deolinda Oliveira Monteiro
	Dorita Dias Couto Ribeiro

SUMÁRIO

ECONOMIA

GLOBALIZAÇÃO

O lado negro da globalização (256)

FORÇAS ARMADAS

FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

A Força Aérea Americana está se desarmando (256)

SUBMARINO

Submarino *Kursk*, um ano depois (257)

HISTÓRIA

HISTÓRIA DA MARINHA DO BRASIL

Lágrimas portuguesas pela tragédia do *Aquidaban* (258)

POLÍTICA

POLÍTICA

Um fenômeno do nosso tempo: o perdão (262)

O LADO NEGRO DA GLOBALIZAÇÃO

Proceedings, novembro/2001, p.43

Professores Eloise Malone e Arthur Rachwald*

Os autores fazem observações sobre as consequências dos atos terroristas de 11 de setembro no processo de globalização.

A globalização significa uma transição para um mundo com o predomínio total do sistema capitalista de livre mercado. Sem dúvida, criou vencedores e perdedores. Os Estados Unidos estão no epicentro do processo como seu principal vencedor e a globalização tornou-se sinônimo de americanização, o que provoca atritos com outros países. Assim, os cidadãos americanos, como os europeus e japoneses, estão numa era de prosperidade e liberdade que se traduzem em riquezas, poder e em senso de superioridade democrática.

Entretanto, o preço da globalização pode incluir uma necessidade de restringir

as liberdades individuais, um dos valores sagrados da civilização ocidental. Também existem hoje poderosas organizações criminosas, como os cartéis de drogas, que, desafiando com modernas tecnologias as sociedades sem fronteiras, desenvolvem atividades destrutivas.

O economista Joseph Schumpeter identificou a "destruição criativa" como resultado da globalização. Algumas civilizações não ocidentais, impossíveis de absorver a globalização, não conseguindo competir com o Ocidente, derivaram para o fundamentalismo e, algumas vezes, criaram organizações terroristas.

Os americanos devem, agora, procurar os meios de, controlando os efeitos destrutivos da globalização, prevenir a repetição de fatos como o ocorrido.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ECONOMIA> / Globalização /; Rev&Rev;

A FORÇA AÉREA AMERICANA ESTÁ SE DESARMANDO

Proceedings, novembro/2001, p. 81-83

Coronel (USAF) Ernest E. Ricciani

O autor aborda, de forma interessante e baseando-se em fatos, a atual redução de meios da Força Aérea Americana, em virtude do custo exorbitante que estão alcançando suas aeronaves, seja de aquisição ou de manutenção. O Coronel Ricciani se pergunta se este não será também o caso das forças aéreas de outros países.

Em 1967, um graduado funcionário do Departamento de Defesa concluiu que os militares estavam optando "pelo desarmamento unilateral ao adquirir armamento com

preços tão proibitivos, embora avançadíssimos tecnologicamente".

O autor apresenta alguns exemplos:

– A aeronave B-2, um avião *stealth*, ou seja, que não deve ser detectado pelo radar. Era planejada a encomenda de 150 unidades, ao custo inicial de US\$ 40 bilhões, mas só existem 20 aviões operativos, ainda dependendo de testes finais.

– Os mísseis *Phoenix*, ar-ar, a um custo de US\$ 1.9 milhões, tornaram-se tão caros que a produção foi muito pequena, não

* N.R.: Os autores são professores de Ciência Política na Academia Naval dos Estados Unidos.

obstante sua grande efetividade de alcançar o alvo.

— Os F-22, aeronaves projetadas para substituir os atuais modelos F-15 e F-16, a um custo inicial de US\$ 50 milhões, estão hoje custando US\$ 135 milhões, o que reduziu sua dotação de 800 aeronaves

para 333, 42% do sonho original da Força Aérea.

O Coronel Ricciani sugere a reflexão sobre o tema, uma vez que **a Força Aérea americana está se desarmando**, mercê das especificações definidas e **levando em conta um espaço aéreo sem real e efetiva oposição**.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Força Aérea dos Estados Unidos /; Rev&Rev;

SUBMARINO KURSK, UM ANO DEPOIS

Revista General de Marina (Espanha), novembro/2001, p. 539-549

Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Salgado Aláez

Neste artigo, o autor lembra o triste aniversário de 1 ano do afundamento do submarino russo 141, o *Kursk*, com a perda de 118 vidas.

Um consórcio de empresas holandesas içou o casco do submarino e transportou-o para o Arsenal de Roslyakovo, na região de Murmansk, na segunda quinzena de setembro de 2001. Para tal foi usado o navio de apoio de mergulho *Mayo* e o navio-pontão *Giant*.

Os ecologistas, como sempre, levantaram dúvidas sobre a “segurança ecológica” da operação, mas, de forma diferente do que aconteceu logo após o acidente, **as autoridades russas deram respostas a todos os questionamentos**.

Havia dúvida sobre os riscos advindos do corte da seção de proa, que não foi içada, pois o *Kursk* levava a bordo 24 torpedos (dois de exercício) na seção de proa e 22 mísseis Granit SS 19-N (Shipwreck, na terminologia da OTAN), colocados em contentores entre os cascos resistente e exterior, nos compartimentos 3 e 4. Preocu-

pava a possibilidade de atingir uma cabeça de combate dos torpedos ao cortar a seção de proa ou ocorrer algum acidente com os mísseis se houvesse a penetração de água em seus contentores, durante o içamento. **Todos os testes realizados descartaram estas possibilidades e afirmaram que, mesmo ocorrendo uma explosão, o reator nuclear não seria afetado**.

Uma provável causa do acidente, afirma o Comandante Aláez, pode estar no moderníssimo torpedo Shkval, que teve seu combustível sólido substituído por outro líquido, apesar da opinião contrária da Marinha russa.

Supõe-se que o torpedo atinja a velocidade de 250 nós.

Ao completar o trabalho, o Comandante Aláez informa que o *Kursk* (sem a proa) foi içado com êxito e os corpos de sua tripulação estavam sendo recuperados.

O submarino seria depois removido para outro estaleiro para proceder à operação de “defueling” do combustível nuclear.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Submarino /; Marinha da Rússia; *Kursk*; Rev&Rev;

LÁGRIMAS PORTUGUESAS PELA TRAGÉDIA DO AQUIDABAN

Revista da Armada (Portugal), março/2002, p.8-11

Capitão-de-Fragata Luís Jorge R. Semedo de Matos

A revista publica sensível matéria sobre a repercussão em Portugal da tragédia do naufrágio do couraçado brasileiro *Aquidaban*, ocorrida em 21 de janeiro de 1906, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. O artigo fala especialmente das notícias sobre o fato publicadas em jornais portugueses na época e do livro *Lágrimas Portuguesas*, confeccionado artesanalmente no mesmo ano do afundamento, contendo 76 mensagens de luto e solidariedade assinadas por intelectuais portugueses. **A obra (exemplar único) foi doada ao governo brasileiro e está até hoje guardada pela Marinha do Brasil.**

A referida matéria é iniciada com a transcrição do poema "O Mar", de Cândido de Figueiredo, escrito em 4 de março de 1906, e que faz parte do livro *Lágrimas Portuguesas*. Nesta reprodução, mantivemos a grafia em português da época:

"O Mar

– Minha mãe que voz é aquella,
que vem das bandas do mar?
– Meu filho, é a voz da procella,
são as ondas a chorar!

– Minha mãe, porque é que choram,
se ninguém lhes foi bater?
– Meu filho, é porque deploram
os que nellas vão morrer!

– Porque é que o mar se lamenta
hoje e ontem, sempre assim?
– Porque encerra e representa
prantos e mágoas sem fim,

os gemidos lancinantes
que aos lábios de filhos vêm,
pranto de irmãos e de amantes,
benditos prantos de mãe!"

Reproduzimos a seguir alguns trechos do artigo, considerando a expressividade de seu conteúdo, calcado no carinho, na solidariedade e na amizade que unem os dois países. Optamos por manter a grafia na língua portuguesa usada em Portugal.

"Lamentos dos que vão e dos que na praia ficam são lamentos de um destino que se repete sem fim. O choro das ondas é um canto de sereia, como muito bem sabem os portugueses, e as lágrimas derramadas no Atlântico um fado de séculos, daqueles que vale a pena, porque a alma não é pequena – como nos disse o poeta. Mas este pranto português – aqui agora expresso nos versos de Cândido de Figueiredo – não foi um pranto de quem viu velas a desaparecer no horizonte. Foram as *Lágrimas Portuguesas* derramadas em páginas de escrita expressiva, por alguns dos intelectuais mais brilhantes da nossa terra, a **quando do naufrágio do couraçado brasileiro "Aquidaban", que em 21 de Janeiro de 1906, se afundou num instante, após uma violenta explosão no paiol de pólvora.**

Em frente a Angra dos Reis, um pouco a leste do Rio de Janeiro e por dentro da Ilha Grande, três grandes navios brasileiros fundeavam depois de um dia de sondagens e observações com vista a um estudo para a implantação de um novo porto militar, com um Arsenal e demais instalações para a Marinha Brasileira. Eram eles o couraçado "Aquidaban" e os cruzadores "Tiradentes" e "Barroso", onde estava embarcado o Ministro da Marinha, Vice-almirante Júlio César de Noronha. As perdas em vidas são imensas como pode calcular-se. **A guarnição do navio acidentado é de cerca de 400 homens e a rapidez com que tudo se deu, não permitiu salvar a maioria dos naufragos.**

No dia 22, os jornais de Lisboa dão uma notícia lacónica: "Tragédia no Brasil. Explosão em navio couraçado arrasta para o fundo mais de 300 vítimas". Mesmo ao lado anunciava-se as representações de "Vénus", com Palmira Bastos, no teatro Rainha D. Amélia (actual S. Luís). Portugal estava perplexo com os telexes e esperava mais notícias do Rio de Janeiro. Mesmo no Brasil, só pela tarde desse dia, com a entrada do "Barroso" em Guanabara, desembarcando o Ministro, alguns oficiais da comitiva e muitos feridos, é que se apuravam alguns pormenores. O jornal *O Paiz* que tinha um repórter a bordo do "Tiradentes" publicava um relato trágico que viria a ser transcrito no *O Século* de dia 8 de Fevereiro:

'A bordo do Tiradentes entreteriam-se em alegre palestra o capitão de fragata Adelino Martins, capitão de corveta Sousa Franco, capitão-tenente Carlos Frederico de Noronha, ajudante de ordens do almirante Huet Bacellar, diretor da Escola Naval, e o repórter especial do Paiz, sr. Gomes da Silva. Eram 10 horas e 45 minutos da noite. A conversa versava interessante, sobre a excursão que às primeiras horas do dia de ontem [seria o dia 22 de Janeiro] que o ministro e demais oficiais deviam fazer a cavallo, nos arredores de Jacuacanga, para estudos topographicos.

N'esse momento ouviu-se um rumor abafado, em que parecia haver ao mesmo tempo um profundo arrastar de grandes massas pesadas, fortes trovões longínquos e desmoronamentos sucessivos de construções colossaes.

- Que será isto? Exclamou o nosso companheiro, saltando para o tombadilho. D'ahi gritou para a câmara do comando, em baixo:

- Venham, venham depressa ... Que horror!...

O "Aquidaban" estava envolto numa bola de fogo que, em cerca de cinco minutos, desapareceu nas águas do Atlântico,

restando apenas 'um ininterrupto clamor de agonia, sem solução de continuidade, mais de cem vozes bradando por socorro, algumas lancinantes de dores, outras supplicas, quasi apagadas na extrema fraqueza, outras claras, vibrantes, dos ileso da explosão e que nadavam firmes, desembaraçados'. Embarcações foram lançadas à água, mas salvaram pouca gente. 'O silêncio caiu pesadamente sobre o mar; só elle e a escuridão da noite sinistra se estendiam em torno. No céu coberto nem uma estrela brilhava. Só o silêncio, a treva, só a dolorosa expectativa e o indizível terror da catástrophe. O mar tinha a quietude de um túmulo e a escuridão era como um negro manto da morte.' A pouco e pouco, com o passar dos dias, sabe-se o número exacto de mortos - eram 212 - e chegava a verdadeira noção do inferno vivido pelos homens do "Aquidaban" e do profundo drama que envolvia a Marinha Brasileira.

Em Portugal as notícias vão-se sabendo ao ritmo do telex, cada vez mais pormenorizados e mais horríveis. O país está em choque. A 23 de Janeiro o governo português recebe o primeiro telegrama oficial de Petrópolis:

'Hontem às dez horas e meia da noite, o cruzador "Aquidaban", que tinha saído numa divisão conduzindo o ministro da marinha, fez explosão no paiol da pólvora, voando o navio.

De todas as pessoas que se achavam a bordo, só se salvou o médico.

Já se encontraram mais de trezentos cadáveres.

Morreram três almirantes, o filho do ministro da marinha e vários representantes da imprensa. Com estes horrível desastre o Brazil perde mais filhos que na batalha de Riachuelo.

O ministro da marinha, de bordo do cruzador "Barroso", presenciou a medonha catástrophe.'

Todos os dias, os jornais acrescentam mais qualquer coisa, e o naufrágio do “Aquidaban” foi manchete durante bastante tempo, comovendo os portugueses com a desventura das famílias enlutadas e sem consolo. O Brasil representava para a generalidade do povo português algo de diferente de qualquer outra nação, distante ou próxima – ali se falava a mesma língua, para ali emigravam muitos portugueses, ali todos tinham um familiar ou um amigo –, **de forma que aquele acidente soou como se tivesse acontecido aqui mesmo ao pé, como se o navio tivesse explodido logo ali a seguir a Cascais, um pouco para lá da linha do horizonte, e como se os naufragos viessem dar às nossas próprias praias.** A intelectualidade, em geral, olhava o Brasil como um filho da pátria portuguesa, numa comunhão, de língua, de raça, de ideias e de ideais. Passado que fora o período de luto, após a independência de 1822, a sociedade culta, fervilhante de ideias e sonhos de modernidade, não guardava qualquer ressentimento para com o Brasil. Para eles, **o novo país apresentava-se como uma espécie de matéria-prima sem defeitos, a massa fresca pronta a ser moldada nos padrões de uma “nova sociedade”.** Por isso, não admira, que os intelectuais tenham estado na primeira linha das respostas ao apelo de solidariedade com o Brasil magoado.

Em Portugal crescem, pois, as manifestações de toda a ordem e, de imediato, se formou uma *Comissão de manifestações a prestar ao Brasil* com a função de receber todos os donativos, centralizar a organização de eventos e tomar iniciativas próprias relacionadas com o desastre. De entre as várias realizações, a *Comissão* promoveu a celebração de *solenes exéquias* na igreja de S. Domingos, a 23 de Fevereiro, e lançou um apelo aos intelectuais portugueses, para que escrevessem, de seu próprio punho, uma mensagem de luto e solidariedade. Para o

efeito foram distribuídas folhas de papel próprias que registrariam os manuscritos, e seriam encadernadas num livro a enviar ao governo do Brasil. **A 16 de Março de 1906, teve lugar uma récita no Teatro D. Amélia (hoje S. Luís), cuja receita reverteu a favor das famílias das vítimas:** aí foram lidas algumas das mensagens já escritas, e concluiu-se o livro a que foi dado o título de *Lágrimas Portuguesas*. Setenta e seis mensagens manuscritas pelo punho dos seus próprios autores, envolvendo nomes como Abel Botelho, Afonso Lopes Vieira, Angelina Vidal, Anna de Castro Osório, António Batalha Reis, Branca de Gonta Colaço, Bulhão Pato, Conde d’Arnos, Conde de Sabugosa, Cândido de Figueiredo, Fialho de Almeida, Ferreira do Amaral, Gomes Leal, Henrique Lopes de Mendonça, João da Câmara, Júlio Dantas, Manuel d’Arriaga, Sousa Viterbo, Teixeira de Queirós (Bento Moreno),... – e estou a citar apenas alguns dos mais conhecidos, desculpando-me da injustiça de não os citar todos, porque seria impossível fazê-lo nos limites de um artigo deste tipo. **Este livro ficou religiosamente guardado pela Marinha Brasileira – que não esqueceu o carinho português num momento tão dramático – e quando da visita a Portugal do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante Chagasteles, no último dia da Marinha, ofereceu ao Almirante CEMA uma cópia desta preciosidade.** É assim que os textos manuscritos voltam a atravessar o Atlântico para nos dar a conhecer um momento difícil, mas de grande solidariedade entre portugueses e brasileiros. São recordações que fariam felizes os que na altura verteram lágrimas, e ao pensarmos neles sentimo-nos felizes também.

As mensagens foram colocadas por ordem alfabética dos seus autores, e a primeira é de António Zeferino Cândido, português nascido na Sertã, doutorado em Matemáticas pela Universidade de

Coimbra, entusiasta de uma reforma da instrução pública (...).

No resto do livro é importante registar a presença de alguns belos poemas – como o de Cândido de Figueiredo – e salientar um aspecto importante do sentimento comum expresso por muitos dos autores. Se o desastre do “Aquidaban” tivesse ocorrido na sequência de um temporal, ou de uma batalha naval, o choque não teria sido tão violento. Seguramente que nenhum afundamento no mar com mais de duzentas vítimas nunca seria acolhido com normalidade, mas houve aqui algo de mais brutal e mais terrível. O navio poderoso, como uma verdadeira fortaleza flutuante (o “Aquidaban” já tinha estado em Lisboa por duas vezes), afundando-se num ápice por causa de uma explosão da sua própria pólvora, era algo que deixava toda a gente prostrada. (...)

(...)

(...) Mas não deixarei de chamar a atenção para as palavras de Gomes Leal:

‘(...)

Se eu – que tenho a honra de divergir da opinião da maioria dos homens do meu século – devo especificar o Brasil com um afecto particular, tal afecto não terá nunca por móvel unicamente as afinidades de raça e de sangue, ou a fecundidade e a pompa do seu solo, de sua fauna, ou da sua flora; mas sim por [que] ali subsiste uma raça nova, onde medram ideias novas, e se constituiu uma pátria digna de lá morarem almas, como a do austero estóico romano – *Patria ubi justitia.*’

A personalidade de Gomes Leal é conhecida e sabe-se o preço que pagou por ter sido um homem que divergiu ‘da opinião da maioria dos homens do seu século’. Mas a

forma como se refere ao Brasil não é diferente da que assume a intelectualidade do seu tempo. As afinidades de raça e sangue são – como já dissemos – um argumento recorrente, mas Gomes Leal realça que o seu afecto não vem daí. A sua simpatia vai para o carácter da ‘nação nova’, e eu saliento que essa atitude foi a que mereceu a simpatia dos artistas, poetas, escritores e outros intelectuais desse tempo, quase sempre de cariz republicano. De um modo geral todos eles tinha a ideia de que a Europa é um mundo decadente que se esgotaria por si própria – numa visão darwinista da sociedade – caso não conseguisse uma regeneração, para que reclamavam a acção da ciência, cujos resultados práticos eram vistos com enorme fascínio. **Mas o Brasil não tinha nenhum dos males do “Velho Continente” e surgia cheio de vida, com tudo para construir e com os modelos claros e definidos (julgavam eles), para cuja realização bastava o trabalho e dedicação dos seus cidadãos.** E a recente implantação da república reforçava-lhes esta convicção. O colosso da América do Sul, que falava português e que todos gostavam de ver como o filho dilecto da nação lusitana, preenchia plenamente todas as condições para dar vida ao imaginário da geração que vivera a humilhação do *Ultimatum*, que se manifestara nas ruas durante alguns anos, que tinha feito crescer o republicanismo mais radical, mas que vira arrefecer todo esse ímpeto, desfazendo-lhe os sonhos até se acomodar com a lapidar conclusão de que na Europa tudo era velho, tudo era decadente e não havia solução para nada.

Assim foras as *Lágrimas Portuguesas* de 1906, com um pouco de sensibilidade dos artistas desse tempo.”

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História da Marinha do Brasil /; Cruzador *Aquidaban*; Rev & Rev;

UM FENÔMENO DO NOSSO TEMPO: O PERDÃO

GIUSEPPE WALTER MACCOTTA

Rivista Marittima (Itália), 12-2001, p. 5-11

O autor discute o tema analisando que, entre os fenômenos do nosso tempo, existe um que, sem ter a relevância e a consequência dos outros, reveste-se, todavia, de notável importância e de efeitos políticos. Refere-se ao uso crescente de ser exposta, pública e oficialmente, a repulsa e a condenação, acompanhadas da apresentação de desculpas e pedido de perdão, por fatos e comportamentos inconvenientes e condenáveis pela mentalidade ou sensibilidade atual, ainda que não o fossem no momento em que aconteceram. Desconhecendo palavra para representar a idéia, o autor propõe que seja **perdonismo**.*

O articulista cita, entre os casos mais representativos, o do chanceler alemão, nos gabinetes de Varsóvia, e o do Sumo Pontífice, que, durante o Ano Santo, reconheceu a situação por que passa, hoje em dia, a Igreja.

A Alemanha e os judeus

No primeiro caso referiu-se ao genocídio dos judeus no 3º Reich, quando o chanceler reconheceu a Alemanha como herdeira do acontecimento, uma irracionalidade que justificava o pedido de perdão e o reconhecimento da responsabilidade coletiva dos alemães. No caso, julga Maccotta que sua gravidade justifica o *perdonismo* pela Alemanha e pelo Ocidente em geral, incluindo-se os Estados Unidos, que, entre 1939-1945, não fizeram muito a favor dos judeus.

O perdonismo e a Igreja

A decisão de João Paulo II em expressar as desculpas da Igreja esbarrou nas compreensíveis oposições da Cúria e de parte da hierarquia.

Entre os acontecimentos mais citados estão a Inquisição, a condenação de Galileu e a atitude do Papa Pio XII. O primeiro foi um fantasma de tirania e intransigência, com origem na luta contra as heresias que golpeavam a unidade da Igreja. Quanto a Galileu, sua condenação não estava prioritariamente ligada às suas idéias, mas à recusa de submeter-se à autoridade religiosa, o que contrariava o princípio hierárquico no qual se fundamentava a Igreja.

Já em relação a Pio XII, o perdonismo deveu-se ao fato do Pontífice ter faltado ao seu dever de cristão e Supremo Pastor da Igreja na abstenção de condenação ao nazismo pela perseguição aos judeus.

A escravidão

Legalmente aceita por muitos séculos, tinha suas bases em razões econômicas. Passou a ser proibida e combatida quando a evolução do pensamento, dos hábitos e da própria economia tornou-a inútil, além de vergonhosa. Em recente conferência contra o racismo em Durban, África do Sul, alguns governos africanos pediram reparações econômicas pelo tratamento dado aos negros no passado. Argumento discutível quando se sabe que a escravidão existiu legalmente até 1888 no Brasil e as discriminações seguiram pelo século XX, não só na África do Sul como também nos Estados Unidos.

O colonialismo

Opina o articulista que o complexo balanço da colonização europeia é ambíguo e apresenta aspectos positivos e negativos. As potências coloniais instituíram nas colônias regimes muitas vezes severos e

* N.R.: Em italiano, *perdonismo*, que em português parece ser o pedido de perdão.

opressivos, visando, exclusivamente, a seus próprios benefícios. Por outro lado, trouxeram ordem, melhoria nas condições de saúde, abertura religiosa e, em alguns casos, como na Grã-Bretanha e na França, impulsionaram melhorias na instrução.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Rússia e os Estados Unidos foram responsáveis pela destruição dos impérios colonialistas europeus e de suas influências, substituindo-os pelas suas próprias visões políticas e econômicas, muito menos visíveis que as dos colonizadores.

Atualmente, todos reconhecem que, com a descolonização praticamente ultimada, ela venha a ser incluída entre os grandes eventos positivos do século XX.

O caso da Itália

Em 1935 já se observavam movimentos de luta pela independência de algumas colônias. Neste ano, a Itália foi a última potência européia a conquistar uma colônia através das armas. Foi um momento de exaltação nacional para os italianos, mas, do ponto de vista objetivo, uma violação do direito internacional. No pós-guerra, sua postura frente à descolonização permitiu-lhe conduzir uma política de abertura, principalmente econômica, com os descolonizados.

Um julgamento sobre o colonialismo italiano não deverá divergir muito do de outros países; certamente não faltaram atos de violência, cometidos na Líbia ou Etiópia, mas o temperamento italiano evitou que estes se prolongassem.

O Ocidente e o Islã

A partir do século XIV, aconteceu a expansão otomana, tendo a França como ali-

ada do Sultanato. Uma contra-ofensiva cristã, após o assédio a Viena, ficou a cargo dos habsburgos, do império russo e, por fim, dos franceses e britânicos.

A reação árabe aconteceu com Nasser e a nacionalização do Canal de Suez.

Os recursos petrolíferos contribuíram moderadamente para o desenvolvimento dos países árabes; a tentativa séria de desenvolvimento industrial em país islâmico custou o poder ao Xá do Irã.

Por último, não se deve negligenciar o fenômeno de uma crescente presença política, territorial e demográfica dos islâmicos na Europa, mesmo sendo difícil sua assimilação e integração.

O neocolonialismo e os acontecimentos entre brancos e índios

A tese conclusiva é que o *perdonismo* não pode ser aplicado ao colonialismo como um todo. Hoje, é frequentemente substituído pelo neocolonialismo, fator de penetração e influência política, cultural e econômica sustentado pelas potências militares. Igual tratamento merece o comportamento das populações "brancas" nos confrontos com os "nativos" no continente americano e na Oceania.

Conclusão

O autor conclui que o perdão é uma belíssima virtude humana e cristã, mas, paralelamente à gratidão, não se aplica ou se aplica mal no campo da história e da política. No seu entendimento, o "perdonismo" deveria ser aplicado resgatando-se todas as atitudes do passado, no bem e no mal, no tempo das luzes e das sombras.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA> / Política /; Rev & Rev;

O passeio à Ilha ocorre de quinta a domingo, às 13h, 14h30min e 16h, saindo do cais do Espaço Cultural da Marinha, à Av. Alfred Agache s/nº, na Praça XV.



O Último Baile da Ilha Fiscal

A orquestra tocava animada. Belas mulheres desfilavam pelo salão, ostentando vestidos suntuosos. Os homens, trajando casacas ou elegantes uniformes, falavam sobre política, histórias de guerra, batalhas navais. Lá fora, o som das ondas do mar complementava os acordes dos violinos. O cenário era perfeito. A Ilha Fiscal, construída com requinte para servir como posto alfandegário, recebia com pompa a oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*.

Ninguém poderia imaginar que aquele seria o "Último Baile do Império". Alguns dias depois, era proclamada a República. Uma nova era na História do Brasil se iniciava.

A Ilha fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado. Em 1913 foi adquirida pela Marinha em troca do Vapor *Andrada*. Décadas se passaram e o castelinho, que testemunhou tantos fatos históricos, é hoje uma das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro. Aberto à visitação, inclui em seu roteiro o Torreão, a Ala do Cerimonial e exposições permanentes. Venha conhecer este símbolo dos últimos dias do Império, e muito mais, como a participação e os projetos da Marinha na Antártida!

Informações:
(0xx-21)
2233-9165

NOTICIÁRIO MARÍTIMO

Esta seção destina-se precipuamente a divulgar os eventos importantes da Marinha do Brasil e do exterior, dar aos leitores inativos informações sobre a Marinha da atualidade, e permitir aos pesquisadores do futuro visualizar a Marinha de outrora.

Colaborações serão bem-vindas, em forma de notícias sobre eventos ocorridos em suas OM's, como exercícios, operações, formaturas, comemorações, se possível ilustradas com fotografias em preto-e-branco.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

COMEMORAÇÃO

20º Aniversário da Empresa Gerencial de Projetos Navais (269)

Batalha Naval do Riachuelo (270)

INCORPORAÇÃO

Marinha recebe Cais da Mortona (272)

POSSE

Assunção de cargos por almirantes (272)

Chefe do Estado-Maior da Armada (293)

Comandante de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação (302)

Diretor de Engenharia Naval (313)

Diretor de Hidrografia e Navegação (311)

Diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (307)

Diretor do Sistema de Armas da Marinha (290)

Diretor-Geral do Pessoal da Marinha (304)

Secretário-Geral da Marinha (300)

PROMOÇÃO

Promoções de almirantes (273)

PUBLICAÇÃO

Arte Naval, de Maurílio Fonseca – 6ª edição (274)

Lançamento de *A Marinha oceânica do século XXI*, de E. Ítalo Pesce (288)

Lançamento de livro técnico sobre decisão gerencial (274)

VISITAÇÃO

Visitas ao setor cultural (307)

APOIO

ABASTECIMENTO

NAe São Paulo recebe cargas em paletes (275)

ATIVIDADE MARINHEIRA

MODELISMO NAVAL

Concurso de plastimodelismo (275)

OCEANOGRAFIA

Comissão Oceano Leste (275)

SINALIZAÇÃO NÁUTICA

Apoio ao radiofarol do Arroio Chuí (276)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ARMAMENTO

Despistadores de mísseis (276)

PESQUISA

Programa Arquipélago realiza 100ª expedição científica (276)

REPARO

Corte do casco resistente do Submarino *Tamoio* (292)

CONGRESSOS

CONFERÊNCIA

Conferência do Ministro da Defesa na EGN (277)

ENCONTRO

Encontro Internacional de Diretores de Revistas Marítimas (277)

EXPOSIÇÃO

Descobrimento do Rio de Janeiro (278)

EDUCAÇÃO

ESCOLA TÉCNICA

Reativada a Escola Técnica do Arsenal de Marinha (279)

ESPORTE

Regata Eldorado-Brasília (280)

Regata Volvo Ocean Race (281)

Resultados esportivos (281)

QUALIFICAÇÃO

Qualificação de equipes de convão – Fragata *Abolição* (283)

TREINAMENTO

Treinamento de escape para aeronaves submersas (283)

FORÇAS ARMADAS

ADESTRAMENTO

Treinamento com recursos de realidade virtual (283)

AVIAÇÃO NAVAL

Aviação lança 1º míssil ar-ar da Marinha do Brasil (284)

OPERAÇÃO

Dragão XXXVI (284)

Intensificadas as operações no NAe *São Paulo* (286)

Unitas XLII (285)

HISTÓRIA

HISTÓRIA DA AVIAÇÃO NAVAL

Recuperação do Patrimônio Histórico da Aviação Naval (286)

INFORMÁTICA

COMPUTADOR

Alerta de segurança para redes de computadores (298)

PSICOSSOCIAL

CULTURA

Feira do Livro na Escola de Guerra Naval (287)

LITERATURA

Lançamento de romance de Nélcio Marques da Silva (298)

Lançamento de *Um Segredo em Fernando de Noronha*, de Egberto Sperling (299)

MÚSICA

Hinos pátrios pela Banda de Fuzileiros Navais (287)

PROSA

Prosa e poesia do Almirante Otacílio Cunha (316)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Príncipe de Gales é transportado por helicóptero da Marinha (287)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

Oficial brasileiro eleito Membro de Comissão da ONU (299)

SAÚDE

EVACUAÇÃO

Helicópteros realizam evacuação aeromédica (287)

VIAGENS

VISITA À MARINHA

Governador do Acre visita o NAsH Dr. Montenegro (288)

VISITA DO MINISTRO

Ministro da Defesa visita Alcatrazes (289)

VISITA DO PRESIDENTE

Presidente visita NaPaFlu Raposo Tavares (289)

20º ANIVERSÁRIO DA EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) completou, no dia 7 de junho último, 20 anos de existência. Por ocasião da comemoração, o Vice-Almirante (EN-RRm) Marcílio Boavista da Cunha, presidente da empresa, editou a ordem do dia que reproduzimos a seguir.

“A Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron – é uma organização especial para a Marinha do Brasil e algumas de suas características a tornam distinta das demais. Trata-se da única empresa estatal sob controle e orientação direta do Comando da Marinha e, diferentemente das demais estatais, a Emgepron não se destina à exploração de um determinado setor de materiais ou de serviços (como a Petrobras ou o Banco do Brasil), mas sim ao atendimento das necessidades de nossa Instituição maior: a Marinha do Brasil.

De fato, pela legislação que a criou, a Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982, a Emgepron tem como finalidades principais o gerenciamento de projetos de interesse da Marinha e a promoção da Indústria Militar Naval Brasileira (IMNB), cujos componentes mais significativos são as próprias Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS) da Marinha.

Como consequência da constante e correta orientação da Marinha, a Empresa orgulha-se, nos seus 20 anos de existência hoje comemorados, de nunca ter recebido provisão de recursos orçamentários e de nunca ter apresentado prejuízo em seus balanços anuais.

Os civis e militares que trabalham na Emgepron orgulham-se das atividades que a empresa vem exercendo por solicitação da Marinha, todas previstas em lei. Assim é que a empresa desenvolve ações de

gerenciamento executivo de projetos (como a fabricação de munição e a modernização de fragatas), de apoio técnico e operacional (ao CTMSP, AMRJ, DSAM, CETM, CAM, IPqM, SECIRM, CASNAV, SDM, DPC), comerciais (venda de produtos e serviços da IMNB em Forças Armadas e empresas do País e do exterior), de fomento e promoção comercial, sobre acordos de cooperação (*offset*), técnicas e de desenvolvimento, de catalogação, de apoio logístico, e de destinação de excessos de sobressalentes, máquinas, equipamentos e meios navais.

Com o passar desses 20 anos, uma forte capacitação técnica e gerencial vem sendo naturalmente construída e acumulada na Emgepron, nos seus elementos organizacionais constituídos pelos departamentos e unidades operacionais. Cuidamos e apoiamos as atividades que envolvem a detecção, as informações táticas, o controle de armas, a guerra eletrônica, os simuladores e os sistemas de controle e monitoração; as armas de artilharia, as submarinas, os mísseis e a munição em geral; e a construção, o reparo e a modernização de navios de superfície, submarinos e embarcações.

A Emgepron também se envolve com atividades nas áreas de engenharia costeira e oceânica, recifes artificiais e monitoramento da poluição marinha; no apoio logístico, planejando a catalogação, a manutenção, o suprimento de sobressalentes e itens de consumo; trabalha ainda com a destinação de excessos e com a documentação e o preparo de pessoal.

Certos de estar sempre ao lado da Marinha, especialmente no apoio à sua administração diante dos reflexos causados pela atual e difícil situação orçamentária do País,

os componentes da Emgepron se sentem animados a prosseguir no ritmo implantado, tentando tornar realidade os sonhos dos que construíram esta empresa.

Agradecemos o trabalho de todos e a competência dos que nos antecederam.

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

Foi comemorado, no último dia 11 de junho, o 137º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Na ocasião, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, emitiu a seguinte Ordem do Dia:

“Manhã de um domingo, dia 11 de junho de 1865. A Esquadra brasileira fundeada no Rio Paraná, próxima à desembocadura de um pequeno riacho, o Riachuelo, conduz atividades de rotina. Seus integrantes sabem que o bloqueio daquela via estratégica é vital para o destino do conflito há pouco deflagrado, que ficará conhecido como a Guerra da Tríplice Aliança.

As dificuldades são muitas. Os meios navais e o treinamento prévio são próprios para as operações em mar aberto, mas a geografia da área apresenta um rio estreito e águas rasas, restringindo e dificultando a manobra dos navios. A distância das bases é enorme, tornando o apoio logístico duvidoso e raro. Os marinheiros sabem que serão postos à prova e que nada será fácil, mas a escola do mar os ensinou a perseverar e os tornou afeitos aos desafios. Além disso, têm eles consciência de que com seus corações pulsam também a confiança e a esperança da jovem nação brasileira, agredida pela ambição do ditador Solano López.

Nove horas. Na vanguarda de nossos navios, a Canhoneira *Mearim* constata o surgimento da força naval oponente em formação de ataque, que buscará romper de surpresa o bloqueio naval estabelecido. O

Parabéns aos idealizadores e aos orientadores da Emgepron. Parabéns, também, aos que têm o privilégio de hoje nela trabalharem, mantendo-se fiéis ao propósito original de sempre atuar em benefício da Marinha.”

sinal “inimigo à vista” é içado. A bordo da Fragata *Amazonas*, o Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva percebe a gravidade da situação. A dinâmica dos movimentos delineia um quadro inicial desfavorável, que necessita ser revertido. Sem demora, é emitida sua primeira ordem – “preparar para o combate”; mas, é com o sinal “O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever” que se ouvem entusiasmos vivas à Nação, contagiando as ações a bordo. Ainda em faina de suspender, inicia-se o duelo de artilharia.

O oponente é tenaz e as lutas são cruentas. A determinação do Comandante brasileiro se estampa na ordem de “atacar e destruir o inimigo o mais perto que puder”. Os momentos de decisão se sucedem e vão revelando a coragem e a bravura de nossos marinheiros. Homens comuns como o Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh e o Imperial Marinheiro Marcílio Dias, desprezando a morte, defendem nosso pavilhão a bordo da Canhoneira *Parnaíba*, mesmo em grande inferioridade numérica. O sangue oferecido não será em vão; cobrirá de honra e orgulho a Pátria. Destemidos combatentes, a grandeza de seus feitos os eternizará.

A luta prossegue, mas os resultados ainda se escondem sob as brumas do acaso. Eis que a insólita situação tática abre o espaço para o gênio criador do chefe naval, que faz das guerras também uma arte. Barroso decide reviver a antiga tática do ariete

e a aplica, com seu capitânia, contra os navios inimigos mais próximos, que não resistem às avarias e soçobram, um após outro. Seu sinal "Sustentar o fogo que a vitória é nossa" prenuncia o desfecho do encontro. Antes do pôr-do-sol, a força naval oponente está destruída e a batalha finalmente decidida a nosso favor.

Naquele dia, já 137 anos distante, nossos marinheiros escreveram uma página gloriosa para nossa história. **Reunimo-nos anualmente nesta mesma data para reve-**

renciar e homenagear aqueles que, com elevado senso de dever e espírito de sacrifício, souberam superar as adversidades e corresponder à confiança neles depositada pelo povo brasileiro. Aqueles feitos nos honram, inspiram e estimulam.

Hoje nos deparamos com os desafios de um novo tempo, sobretudo o de aprestar e modernizar o poder naval brasileiro e mantê-lo apto a cumprir suas destinações constitucionais, em meio a incertezas e limitações que se interpõem entre o que necessitamos e o que podemos fazer. Se em Riachuelo fomos capazes de sobrepujar deficiências materiais por meio de determinação, criatividade e improviso, sabemos que no século XXI não bastará apenas o esforço, mesmo que sobre-humano, de se fazer o melhor possível com o que se tem: o distanciamento do estado da arte nos sistemas de combate deixará sem alternativas os menos preparados, os tecnologicamente defasados.

Por esse motivo a Marinha vem buscando incessantemente desenvolver capa-

cidade tecnológica autóctone por meio de projetos arrojados na área de construção naval, na área de propulsão nuclear e na área de sistemas de comando e controle, entre outras. Projetos que elevarão o poder dissuasório nacional a um novo nível e melhor instrumentarão nosso sistema de defesa. O êxito desses empreendimentos muito depende da nossa capacidade e persistência, mas, fundamentalmente, condiciona-se à aplicação racional e continuada de recursos.

Como patriotas, compreendemos que a realidade nacional exige medidas econômicas severas, dolorosas, que demandam esforços e sacrifícios de todos. Caminhando em sintonia com a sociedade, a Marinha sempre foi partícipe desses esforços, que têm o fim maior de manter a economia estável e atenuar as desigualdades sociais que tantos males produzem.

Essas medidas vêm alcançando a nossa Força sob a forma de duros contingenciamentos orçamentários, que ora atingem patamares inéditos e nos impõem contundentes desafios. Para defrontá-los, nestes tempos de paz, faz-se necessária a união de todos, com a solidariedade e a determinação dos tempos de guerra.

Meus comandados!

Ao renovarmos nosso compromisso com a Nação, espelhamo-nos nos exemplos de abnegação e de superação que emanam dos heróis de Riachuelo, referenciais que nos estimulam a perseverar na tarefa de desenvolver uma Marinha sempre pronta a defender os interesses do Brasil."

A Marinha vem buscando incessantemente desenvolver capacidade tecnológica autóctone por meio de projetos arrojados na área de construção naval, na área de propulsão nuclear e na área de sistemas de comando e controle

MARINHA RECEBE O CAIS DA "MORTONA"

Foi assinado, no dia 30 de janeiro último, o Termo de Entrega para a Marinha do imóvel denominado "Mortona", localizado próximo ao armazém 39 do Porto de Santos.

A assinatura aconteceu na Gerência Regional do Patrimônio da União em São Paulo, com a presença do procurador patrimonial da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo, Elias Bauab; do gerente regional do Patrimônio da União no Esta-

do de São Paulo, Newton Ferreira de Andrade, e do comandante do 8º Distrito Naval, Vice-Almirante Ronaldo Fiuza de Castro.

O cais da "Mortona" ocupa uma área de 25.552 m² e será destinado à construção das novas instalações da Capitania dos Portos de São Paulo, com facilidades de atracação para os navios da Esquadra. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

ASSUNÇÃO DE CARGOS POR ALMIRANTES

Nos meses de março, abril e maio de 2002, tomaram posse em novos cargos os seguintes almirantes:

Março

– Contra-Almirante Terenilton Souza Santos, como Diretor do Centro de Inteligência da Marinha, no dia 31.

Abril

– Contra-Almirante Eurico Wellington Ramos Liberatti, como Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais, no dia 2;

– Contra-Almirante (EN) César Pinto Corrêa, como Diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no dia 4;

– Contra-Almirante Tibério César Menezes Ferreira e Contra-Almirante Jair Alberto Ribas Marques, como, respectivamente, Subchefe de Operações do Comando de Operações Navais e Subchefe de Organização do Comando de Operações Navais, no dia 4;

– Contra-Almirante Marcos Martins Torres, como Comandante do Centro de Instrução Almirante Alexandrino e Presidente da Comissão de Desportos da Marinha, no dia 5;

– Vice-Almirante Júlio Soares de Moura Neto, como Diretor de Hidrografia e Navegação, no dia 8;

– Contra-Almirante Ricardo Sergio Paes Rios, como Comandante da 2ª Divisão da Esquadra, no dia 8;

– Contra-Almirante Edson Baltar da Silva, como Diretor do Centro Logístico de Saúde, no dia 8;

– Contra-Almirante Marcélio Carmo de Castro Pereira, como Comandante da Escola Naval, no dia 9;

– Contra-Almirante Antônio Alberto Marinho Nigro, como Subchefe de Comando e Controle do Estado-Maior de Defesa, no dia 10;

– Vice-Almirante Napoleão Bonaparte Gomes, como Diretor de Portos e Costas, no dia 10;

– Contra-Almirante (FN) José Carlos Ribeiro da Silva, como Comandante da Tropa de Reforço, no dia 11;

– Contra-Almirante Edison Lawrence Mariath Dantas, como Chefe do Estado-Maior da Esquadra, no dia 11;

– Contra-Almirante (Md) Helton José Bastos Setta, como Diretor do Hospital Naval Marcílio Dias, no dia 12;

– Contra-Almirante (EN) Alan Paes Leme Arthou, como Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, no dia 12;

– Vice-Almirante Euclides Duncan Janot de Matos, como Comandante-em-Chefe da Esquadra, no dia 15;

– Vice-Almirante (EN) Lauro Reis Salgado, como Diretor de Engenharia Naval, no dia 15;

– Vice-Almirante José Antônio de Castro Leal, como Comandante do 4º Distrito Naval, no dia 16;

– Contra-Almirante (IM) Alexandrino Cervo Machado, como Diretor de Abastecimento da Marinha, no dia 16;

– Contra-Almirante (FN) Pedro Wanderley de Freitas, como Comandante da Divisão Anfíbia, no dia 17;

– Contra-Almirante Newton Cardoso, como Diretor do Pessoal Civil da Marinha, no dia 18;

– Contra-Almirante Marcelo Victor de Uzeda e Contra-Almirante Luiz Fernando Palmer Fonseca, como, respectivamente, Subchefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior da Armada e Subchefe de Organização do EMA, no dia 18;

– Vice-Almirante José Eduardo Pimentel de Oliveira, como Comandante do 5º Distrito Naval, no dia 19;

– Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, como Diretor de Sistemas de Armas da Marinha, no dia 19;

– Contra-Almirante Marcus Vinícius Oliveira dos Santos, como Comandante da Força de Superfície, no dia 19;

– Contra-Almirante (IM) Antonio Manoel Vasques Gomes, como Diretor de Contas da Marinha, no dia 22;

– Contra-Almirante (IM) Silvio Artur Meira Starling, como Presidente da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, no dia 23;

– Contra-Almirante (IM) Luiz Antônio da Silva Lima, como Diretor de Finanças da Marinha, no dia 24;

– Vice-Almirante Kleber Luciano de Assis, como Diretor de Ensino da Marinha, no dia 26;

– Vice-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa, como Comandante do 8º Distrito Naval, no dia 26;

– Contra-Almirante Fernando Eduardo Studart Wiemer, como Comandante da Força de Submarinos, no dia 29;

– Contra-Almirante Artur Francisco Hoffmann Tozzini, como Comandante do 6º Distrito Naval, no dia 30.

– Contra-Almirante (FN) Paulo Cesar Stingelim Guimarães, como Chefe do Estado-Maior da Força de Fuzileiros da Esquadra, no dia 30.

Maio

– Vice-Almirante (IM) Flavio Lucio Cortez de Barros, como Diretor de Administração da Marinha, no dia 7;

– Almirante-de-Esquadra Mauro Magalhães de Souza Pinto, como Secretário-Geral da Marinha, no dia 9;

– Contra-Almirante Luiz Umberto de Mendonça, como Comandante da 1ª Divisão da Esquadra, no dia 10;

– Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, como Chefe do Estado-Maior da Armada, no dia 10;

PROMOÇÕES DE ALMIRANTES

Foram promovidos, por Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, os seguintes oficiais da Marinha do Brasil:

Do Corpo da Armada

– ao posto de Almirante-de-Esquadra, o Vice-Almirante Mauro Magalhães de Souza Pinto;

– ao posto de Vice-Almirante, os Contra-Almirantes Napoleão Bonaparte Gomes, José Antônio de Castro Leal e Lucio Franco de Sá Fernandes;

– ao posto de Contra-Almirante, os Capitães-de-Mar-e-Guerra Terenilton Souza Santos, Luiz Fernando Palmer Fonseca, Antonio Alberto Marinho Nigro e Jair Alberto Ribas Marques.

Do Corpo de Engenheiros

– ao posto de Contra-Almirante (EN), os Capitães-de-Mar-e-Guerra (EN) César Pinto Corrêa e Alan Paes Leme Arthou.

Do Corpo de Fuzileiros Navais

– ao posto de Contra-Almirante (FN), o Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Paulo Cesar Stingelin Guimarães.

Do Corpo de Intendentes

– ao posto de Vice-Almirante (IM), o Contra-Almirante (IM) Flavio Lucio Cortez de Barros;

– ao posto de Contra-Almirante (IM), os Capitães-de-Mar-e-Guerra (IM) Antonio Manoel Vasques Gomes e Silvio Artur Meira Starling.

Do Corpo de Saúde

– ao posto de Contra-Almirante (Md), o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) Edson Baltar da Silva. (Do *BONO* nº 171, de 27/3/2002)

ARTE NAVAL

Foi lançado no dia 9 de maio último, no Espaço Cultural da Marinha, Rio de Janeiro, a 6ª edição da publicação *Arte Naval*, de Maurílio Magalhães Fonseca, em dois volumes, totalmente revisada e atualizada. O livro aborda temas ligados a marinharia, estruturas navais e tecnologia. O patrocínio da edição foi da Fundação Estudos do Mar (Femar), com apoio da Liga dos Amigos do Museu Naval (LAMN).

O livro pode ser adquirido no Departamento de Publicações e Divulgação do Serviço de Documentação da Marinha, na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, ao preço de 60 reais (os dois volumes).



LANÇAMENTO DE LIVRO TÉCNICO

Foi lançado no dia 16 de abril de 2002, na sede da Editora Atlas, Rio de Janeiro, o livro *Tomada de Decisão Gerencial*. A obra foi desenvolvida pelo seguintes especialistas no assunto: Capitão-de-Corveta Carlos Francisco Simões Gomes, doutor em Ciências da Engenharia de Produção e gerente de Projetos do Centro de Análises de

Sistemas Navais da Marinha (Casnav); Professor Doutor Luiz Flávio Autran Monteiro Gomes, coordenador do Mestrado Executivo do IBMEC e possuidor da Medalha Amigo da Marinha; e Professor Doutor Adiel Teixeira, coordenador do mestrado e doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco.

O livro, certamente, contribuirá para que sejam atingidas as metas estabelecidas para o Casnav pelo Contrato de Autonomia e Ges-

tão. O prefácio da obra é assinado pelo Vice-Almirante Lúcio Franco de Sá Fernandes, diretor do Casnav. (Do *Bono* nº 185, de 4/4/2002)

NAE SÃO PAULO RECEBE CARGA EM PALETES

Nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro, o Depósito de Material Comum da Marinha no Rio de Janeiro e o Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro realizaram os primeiros fornecimentos de carga em paletes ao Navio-Aeródromo *São Paulo*.

Por ocasião da faina pioneira, foram entregues sete paletes (plataforma de madeira sobre a qual se empilha carga a fim de transportar em bloco grande quantidade de material) de material comum e cerca de 31

toneladas de gêneros secos e frigorificados, tendo sido alcançada uma redução de 50% no tempo e na mão-de-obra necessários à realização da faina de abastecimento do navio.

A continuidade do fornecimento de material em paletes contribuirá para o rápido aprestamento do meio, elevando o padrão de qualidade de atendimento pelo Sistema de Abastecimento da Marinha (Do *Nomar* nº 719, de 30/3/2002).

CONCURSO DE PLASTIMODELISMO

Nos dias 25, 26 e 27 de janeiro do corrente ano, realizou-se, no Centro Cultural da Marinha em São Paulo, o 2º Concurso de Plastimodelismo do Grupo Sul-Paulistano de Modelismo. O evento teve o apoio do Comando do 8º Distrito Naval e contou com a presença de 150 participantes, que apresentaram 639 trabalhos, e recebeu cerca de 3.000 visitantes.

Embarcações dos mais diversos tipos, civis e militares, aviões, automóveis, motos, caminhões e até naves espaciais dos filmes de ficção puderam ser apreciadas, em todos os seus detalhes, pelos visitantes. Participaram do evento plastimodelistas de São Paulo, Campinas, Jundiaí, Mirasol, Mogi-Mirim, Peruíbe, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Rio de Janeiro e Porto Alegre. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/02)

COMISSÃO OCEANO LESTE

O Navio Oceanográfico *Antares* encerrou, em dezembro passado, a comissão Oceano Leste I, que teve como propósito a coleta de dados de oceanografia física para a caracterização da região oceânica adjacente à costa brasileira, entre Maceió (AL) e Vitória (ES), estando inserida no Plano de Desenvolvimento do Programa Oceano.

Participaram da operação estagiários da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

(UERJ) e equipes científicas da Universidade Santa Úrsula.

Para a realização de estações oceanográficas, o *Antares* utilizou-se do estado da arte em termos de equipamentos de obtenção de dados em Oceanografia Física, coletando informações de altíssima qualidade, equiparadas às aquelas obtidas pelos melhores navios oceanográficos em todo o mundo. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

APOIO AO RADIOFAROL DO ARROIO CHUÍ

Com a finalidade de transportar pessoal e material para efetuar reparos no Radiofarol do Arroio Chuí, do Serviço de Sinalização Náutica do Sul, foi realizada, em março último, a Operação Farolex. Participou da operação o 5º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral. O referido radiofarol está localizado no ponto extremo sul do País, fronteira entre o Brasil e o Uruguai. (De *A Macega* nº 3, 2º bimestre/2002)



DESPISTADORES DE MÍSSEIS

Com a fabricação dos primeiros despistadores de mísseis de fabricação no País, em 1986, surgiu a necessidade de avaliar o seu desempenho. Entretanto, testes reais envolvendo um míssil antinavio poderiam acarretar riscos à segurança do navio e à sua tripulação.

Para realizar a avaliação, a Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) decidiu empregar uma aeronave que viesse a simular a incidência de um míssil sobre um meio de superfície dotado de lançador de nuvem de Chaff.

Para tanto, foi empregado um radar experimental, desenvolvido pela Força Aérea Brasileira (FAB), que apresenta características similares a um radar da cabeça de guiagem de um míssil superfície-superfície.

O cenário foi idealizado de forma a conferir se o radar da aeronave, ao aproximar-

se de um navio, seria despistado por meio de uma nuvem de Chaff.

O radar empregado foi o SCP-01, um protótipo em fase de aceitação pelo Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da FAB, órgão de direção setorial que coordena e supervisiona as atividades de pesquisas espaciais do Comando da Aeronáutica.

A parceria foi efetivada com base no interesse de ambas instituições em testar seus equipamentos e sistemas.

Os testes foram executados na área litorânea compreendida entre Rio de Janeiro e São Sebastião (SP), no período de 23 a 26 de outubro de 2001. Participaram do evento as Fragatas *Bosísio* e *Niterói*, a Corveta *Júlio de Noronha* e uma aeronave UH-13. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

PROGRAMA ARQUIPÉLAGO REALIZA 100ª EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA

O Programa Arquipélago realizou sua 100ª expedição científica em dezembro de 2001, após três anos e seis meses de atividades. Nesse período, contou com a parti-

cipação de 188 pesquisadores, que desenvolveram, no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, na altura da costa do Rio Grande do Norte, 21 projetos de pesquisas nas

áreas de oceanografia, biologia, recursos pesqueiros, meteorologia, sismografia, geologia e geofísica.

No momento, a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo é ocupada permanentemente por três ou quatro pesquisadores pertencentes às diver-

sas instituições acadêmicas do País, sendo substituídos a cada 15 dias.

O desenvolvimento de pesquisas científicas naquele importante espaço marítimo, com a presença permanente de pesquisadores, reveste-se de enorme importância para o País. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DA DEFESA NA EGN

No dia 15 de março último, a Escola de Guerra Naval recebeu a visita do ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão, que, acompanhado do comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, proferiu conferência sobre o tema "A atuação do ministério da Defesa".

A conferência foi dirigida aos alunos dos cursos de Altos Estudos Militares, das três Forças Armadas, totalizando mais de 200 ouvintes.

Presentes à Conferência estavam, ainda, o chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo, e o Diretor-Geral do Departamento de Ensi-

nho de Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Fernando de Almeida Vasconcellos, entre outras autoridades das Forças Armadas. (Do *Nomar* nº 719, de 30/3/2002)



ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIRETORES DE REVISTA DE MARINHA

A *Revista General de Marina*, da Espanha, em sua edição de novembro de 2001, publicou notícia sobre o Encontro Internacional de Revistas de Marinha, realizado no Rio de Janeiro de 12 a 14 de setembro daquele mesmo ano, por ocasião das comemorações dos 150 anos da *Revista Marítima Brasileira*. A matéria tece comentários sobre o ambiente cordial e de entendimento entre os participantes do evento.

Reproduzimos a seguir alguns trechos da notícia da *Revista General de Marina*:

"O tema central do encontro proposto pelo país anfitrião foi 'As revistas de Mari-

nha na formação da opinião pública. O pacifismo e o antimilitarismo'. O tema, entretanto, serviu de motivação para o intercâmbio de idéias e experiências entre os participantes, que debateram, entre outras coisas, o presente momento pelo qual passa a comunicação mundial, onde a evolução tecnológica nas áreas de informática, transportes e telecomunicações permite imediata integração dos habitantes dos mais longínquos países, que tem como consequência a conformação de padrões de pensamento e que, em certas ocasiões, a opinião pública constitui-se em resultados de cam-

panhas de comunicação destinadas a sensibilizá-la, para apoiar ou rechaçar determinada causa.

Neste cenário globalizado, as revistas de Marinha não constituem um meio de comunicação de massa, mas sim dirigidas aos profissionais do mar e aos leitores interessados em assuntos navais e marítimos, mas, de qualquer forma, tais publicações têm se constituído em ferramentas fundamentais para promover e preservar a consciência marítima dos seus países, daí a importância que sejam distribuídas aos dirigentes do Poder Executivo e do Legislativo, às bibliotecas públicas, universitárias e de centros culturais.

Apesar do tempo apertado, dividido entre sessões pela manhã e à tarde, onde os participantes expuseram suas idéias, seguindo-se trabalhos para a redação e aprovação das atas do Encontro, houve tempo, graças à magnífica organização do programa, para visitar a Escola Naval, o Arsenal de Marinha, o remodelado Porta-Aviões *São Paulo*, o Espaço Cultural da Marinha e a Base Naval do Rio de Janeiro, realizando-se a travessia da Baía de Guanabara a bordo do Rebocador *Laurindo Pitta*, único remanescente da Marinha do Brasil que partici-

pou da Primeira Guerra Mundial, e que se manteve perfeitamente conservado e operativo para missões de representação. O passeio foi concluído com uma visita à Ilha Fiscal, onde existe um 'castelinho' de estilo gótico-provençal e famoso por ali ter sido realizado o último baile do Império, alguns dias antes da proclamação da República. O local foi recentemente restaurado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.

Por estas páginas, desejamos à nossa fraternal e admirada *Revista Marítima Brasileira* muitas felicidades ao completar tão celebrado aniversário e sua límpida trajetória ao longo de 150 anos, 'difundindo tudo quanto tem podido contribuir para o melhoramento e progresso da Marinha de Guerra e Mercante do Brasil', tal como afirmava o fundador da publicação, o Primeiro-Tenente Sabino Elói Pessoa, em seu primeiro número, publicado em 1ª de março de 1951. Estas felicitações estendemos ao diretor do Serviço de Documentação da Marinha – órgão responsável pela publicação da revista –, Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Roberto Oliveira Mesquita Spränger, excelente anfitrião, e a toda a equipe de profissionais que fazem a *Revista Marítima Brasileira*."

O DESCOBRIMENTO DO RIO DE JANEIRO

Com o objetivo de comemorar os 500 anos de descobrimento da Baía de Guanabara (que, àquela época, 1502, ainda não era assim chamada), foi aberta, em 9 de maio último, no Espaço Cultural da Marinha, RJ, a exposição "O Descobrimento do 'Rio de Janeiro'". Tendo como perspectiva a história marítima, a mostra narra o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos no Ocidente até o descobrimento da baía do "Rio de Janeiro", bem como a evolução de sua cartografia no período colonial brasileiro. Também é estabelecido um

paralelo entre o ontem e o hoje na geografia da Baía de Guanabara.

Com farta apresentação de documentos, são abordados tópicos/módulos sobre a influência da visão ptolomaica do mundo na cartografia ocidental; o trato da Coroa de Portugal para com a informação cartográfica (o sigilo); Gonçalo Coelho, o real descobridor do "Rio de Janeiro" e as expedições do período; e a evolução da cartografia da Baía de Guanabara, inaugurada com Hans Staden, chegando-se até os dias atuais.

Assim, tendo por base esses 500 anos de história do “Rio de Janeiro”, o Espaço Cultural da Marinha expõe, dentre outros registros, réplicas dos mapas-múndi de Fra Mauro, Henricus Martellus e Juan de la Cosa, o globo de Martin Behain, a carta de Pedro Reinel, a carta-portulano de Jorge Aguiar, o Planisfério de Cantino, a Carta Atlântica de Piri Reis, o Roteiro de Todos os Sinais, a Carta 10 da Costa do Brasil de Diogo Soares, além de litografias e fotos panorâmicas da Baía de Guanabara (séculos XVIII-XXI).

Mas os festejos dos cinco séculos do descobrimento da portentosa baía não param por aí. Para a garotada, está sendo desenvolvido o Projeto “Conhecendo e Brincando” no Espaço Cultural da Marinha, que encenou em maio a peça “O Descobrimento do Brasil” e, em junho e julho, passou a apresentar “O Descobrimento do ‘Rio de Janeiro’”. As sessões ocorrem aos sábados e domingos, às 13h30 e às 15 horas, com oficina de arte após a segunda apresentação. (Do Informativo Cultural da DPHCM/SDM nº 9)



REATIVADA A ESCOLA TÉCNICA DO ARSENAL DE MARINHA

O comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, juntamente com o ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão, e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reinauguraram a Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM), no Rio de Janeiro, reestruturada pelo MEC por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), com investimentos de R\$ 2 milhões.

Criada em 18 de agosto de 1923, a ETAM teve sua história marcada pela forte liga-



ção com o Arsenal de Marinha e com as atividades de construção, manutenção e reparo naval, que sempre exigiram uma qualificação de mão-de-obra nem sempre disponível no mercado de trabalho.

Para a reativação da ETAM, o Ministério da Educação assinou convênio com a Marinha em abril de 1999, financiando a construção do prédio de quase 3 mil m² e dos equipamentos de sete laboratórios. A escola tem, ainda, uma biblioteca e um auditório.

A ETAM, desativada em 1992, voltou a ministrar cursos técnicos para profissionais civis. São 160 vagas anuais, que, até 2007, chegarão a 520. A escola oferece, tam-

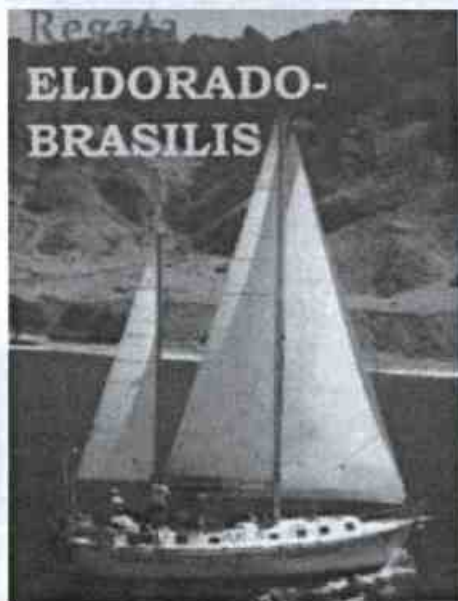
bém, 480 vagas em 30 cursos de qualificação e requalificação em nível básico de Educação Profissional. Há a previsão de dobrar a capacidade em cinco anos.

Atualmente, ministra cursos para profissionais civis de Estruturas Navais, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecânica de Motores Navais, Desenhista de Estrutura Naval, Desenhista Mecânico Naval, Desenhista Eletricista Naval e de Edificações de Estruturas Navais.

Em princípio, todos os profissionais que se formarem serão aproveitados no próprio Arsenal como funcionários civis. (Do *Nomar* nº 719, de 30/3/2002)

REGATA ELDORADO-BRASILIS

Foi realizada, no período de 19 a 31 de janeiro de 2002, a 3ª edição da Regata Eldorado-Brasília, no percurso Vitória-Ilha da Trindade-Vitória. Participaram 14 veleiros oceânicos, dentre eles o *Quiricomba*, da Escola Naval.



Esta é a regata de maior percurso realizada no Brasil, abrangendo um total de 1.260 milhas náuticas. Por ocasião da passagem da flotilha pela Ilha da Trindade, foi colocada uma placa em homenagem ao velejador neozelandês Peter Blake, figura ilustre da comunidade náutica.

O Rebocador de Alto-Mar *Triunfo* participou ativamente da regata, realizando apoio logístico aos veleiros e mantendo um acompanhamento das posições da flotilha, garantindo, assim, a segurança e a tranquilidade das tripulações.

Durante a regata, um repórter da Rádio Eldorado FM/AM, da cidade de São Paulo, embarcado no Rebocador *Triunfo*, realizou várias entrevistas ao vivo, via satélite, com o comandante do navio sobre o apoio prestado pela Marinha, bem como sobre as atividades diárias de bordo.

O trabalho da Marinha na Eldorado-Brasília foi bastante elogiado e reconhecido, tanto pela imprensa como pela comissão organizadora do evento. (Do *Nomar* nº 719, de 30/3/2002)

Regata "Volvo Ocean Race"



REGATA VOLVO OCEAN RACE

Foi realizado no dia 9 de março de 2002, às 13h30, o Tiro de Largada da 5ª Etapa, Rio de Janeiro-Miami, da Regata Volvo Ocean Race, pelo Navio-Veleiro *Cisne Branco*, fundeado nas proximidades da Escola Naval, no Rio de Janeiro.

Para o evento foi montado, na Marina da Glória, um estande institucional sobre a Marinha do Brasil. Houve, ainda, uma apresentação da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais.

A Capitania dos Portos do Rio de Janeiro coordenou a segurança marítima e a inspeção naval, empregando nove embarca-

ções, um helicóptero e, aproximadamente, 70 militares, além do Navio-Patrolha *Guaporé*, que acompanhou a regata até o final da tarde.

Participam da regata oito veleiros classe VO 60 (Volvo Ocean de 60 pés): o *Amer Sports One* e o *Amer Sports Too* (ambos da Finlândia/Itália), *Assa Abloy* (Suécia), *Djuice* (Noruega), *Illbruck Challenge* (Alemanha), *News Corporation* (Austrália), *Team Seb* (Suécia) e *Tyco* (Bermudas). Cada veleiro é tripulado por 12 homens, exceto o *Amer Sports Too*, que possui apenas mulheres na sua tripulação. (Do *Nomar* nº 719, de 30/3/2002)

RESULTADOS ESPORTIVOS

Foi realizada, em 19 de março de 2002, a **I Regata Aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, do II Circuito Poder Marítimo de Remo em Escaler**. O evento aconteceu na Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro, com a participação de várias OM da Marinha, dos clubes de Remo do Rio de Janeiro e da Transpetro.

A Banda do Corpo de Fuzileiros Navais fez várias apresentações durante as competições e houve, ainda, exposição de equipamentos e armamento do CFN.

Foi o seguinte o resultado geral da Regata:

– Prova Feminina: 1º lugar – Flamengo; 2º lugar – Diretoria de Engenharia Naval (DEN); 3º lugar – Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA); 4º lugar – Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM); 5º lugar – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e 6º lugar – Botafogo.

– Prova Masculina: a) Veteranos: 1º lugar – Clube de Regatas Piraguê; 2º lugar – Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN); 3º lugar – Flamengo; 4º lugar – Botafogo; 5º lugar – Centro de Ins-

trução Almirante Wandenkolk (CIAW) e 6º lugar – DSAM; b) Masculino Aberto: 1º lugar – CGCFN; 2º lugar – Flamengo; 3º lugar – CIAA; 4º lugar – CIAW; 5º lugar – Escola Naval (EN); 6º lugar – Botafogo; 7º lugar – CIAGA; 8º lugar – DSAM.

O II Circuito de Remo Escaler apresenta, até o momento, o seguinte resultado:

– Prova Feminina: Flamengo – 10 pontos; DEN – 7 pontos; CIAA – 5 pontos; DSAM – 3 pontos; CIAGA – 2 pontos e Botafogo – 1 ponto.

– Veteranos: Piraquê – 10 pontos; CGCFN – 7 pontos; Flamengo – 5 pontos; Botafogo – 3 pontos; CIAW – 2 pontos e DSAM – 1 ponto.

– Masculino Aberto: CGCFN – 10 pontos; Flamengo – 7 pontos; CIAA – 5 pontos; CIAW – 3 pontos; EN – 2 pontos e Botafogo – 1 ponto.

A equipe que representou a Marinha no 1º **Campeonato Sul-Americano de Orientação do Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)**, composta pelos Primeiros-Sargentos (FN) Medeiros e Ludgério e pelo Terceiro-Sargento (FN) Santana, foi a primeira colocada na prova de revezamento, chegando à frente das equipes do Chile, do Equador e da própria equipe do Brasil. O campeonato foi realizado em Guarapuava, Paraná, de 19 a 25 de abril último. A representante feminina da Comissão de Desportos da Marinha, Terceiro-Sargento (EF) Penny, obteve o 4º lugar individual, dentre nove participantes.

A Marinha participou também do **XL Campeonato Brasileiro de Tiro das Forças Armadas 2002**, realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro, de 29 de abril a 3 de maio. Foram os seguintes os resultados da competição: 1º lugar geral – Exército, com 8.782 pontos; 2º lugar geral – Marinha, com 8.011 pontos; e 3º lugar geral – Aeronáutica, com 6.529 pontos.

No Rio de Janeiro, foram realizados, de 16 a 18 de maio, o **XXXI Campeonato Brasileiro de Judô** e o **XXXII Campeonato Brasileiro das Forças Armadas de Natação**.

Na modalidade de Judô, a Marinha obteve, por equipe, o 2º lugar (o Exército ficou com o 1º e a Aeronáutica com o 3º) e destacaram-se individualmente o Segundo-Sargento Alexandre, da BNRJ (bronze/pesado), o Terceiro-Sargento Jinkings (bronze/absoluto), o Cabo Aldo, do Navio-Hidrográfico *Sirius* (bronze/leigo) e os Marinheiros Cleiberton, do CEFAN (prata/meio leve); Califa, da BNRJ (bronze/meio leve) e Xavier, do SDM (bronze/meio-médio).

Na modalidade de natação, a Marinha obteve o 1º lugar com sua equipe feminina (a Aeronáutica ficou em 2º e o Exército em 3º), com as seguintes atletas: Primeiros-Tenentes Vanessa, da EAMES, 1º lugar nos 50 metros peito e nos 50 metros livre (recorde nas duas provas), e Josinete, da PNNSG, 3º lugar nos 50 metros livre, e Capitão-Tenente Natália, do CIAMA, 3º lugar nos 50 metros peito. A equipe da Marinha obteve, ainda, o 1º lugar no revezamento 4 x 50 metros livres (recorde) com a Capitão-Tenente Regina, do SDM; Capitão-Tenente Natália; Primeiro-Tenente Josinete e Primeiro-Tenente Vanessa.

Já a equipe masculina de natação da Marinha obteve o 3º lugar (a da Aeronáutica ficou em 1º e a do Exército em 2º). Destacaram-se os seguintes atletas: Primeiro-Tenente Padilha, da DSAM, 3º lugar nos 200 metros *medley* e nos 100 metros peito; Segundo-Sargento John, do CIAMA, 3º lugar nos 100 metros livre e nos 50 metros livre; e Soldado (FN) Daniel, do CIASC, 2º lugar nos 400 metros livre.

(Dos *Bonos* nºs 167, de 26/3/2002; 260, de 9/5/2002, e 303, de 29/5/2002)

QUALIFICAÇÃO DE EQUIPES DE CONVÔO - FRAGATA ABOLIÇÃO

Foi incorporada recentemente ao Centro de Instrução Almirante Adalberto Nunes (CIAAN) a Fragata *Abolição*, que será empregada como importante recurso instrumental em apoio à qualificação das equipes de convôo das unidades de superfície da Marinha.

O seu convôo em tudo se assemelha aos das fragatas classe *Niterói*. A *Abolição* é dotada de hangar, redes de proteção e outros dispositivos, a fim de possibilitar o trei-



namento, o mais próximo possível da realidade, das equipes de orientação, manobra e crache. (De *A Macega* 01/02-2002)

TREINAMENTO DE ESCAPE PARA AERONAVES SUBMERSAS

Muitas Marinhas, entre elas a do Brasil, adotaram a prática de treinamento para o escape de aeronaves submersas. Isso porque os registros de acidentes com helicópteros no mar (crache ou pouso forçado na água) mostram que muitos tripulantes morrem não em consequência de traumatismos, mas por afogamento, durante a imersão da aeronave.

O Centro de Instrução Almirante Adalberto Nunes (CIAAN) possui uma unidade de treinamento para o escape, cujo módulo principal consiste em uma réplica de cabine de helicóptero de porte médio, que atende não somente os aeronavegantes da Marinha, como também o pessoal de outras instituições militares e civis, inclusive do exterior. (De *A Macega* 01/02-2002)

TREINAMENTO COM RECURSOS DE REALIDADE VIRTUAL

Foi inaugurado recentemente, por ocasião do "Ground School 2002" para os novos pilotos da Força Aeronaval, o CBT (Computer Basic Training), que vem permitir melhor aproveitamento dos alunos, em função dos recursos audiovisuais disponíveis, além da substancial redução da carga horária dos instrutores.

Integrado ao CBT, o emulador, simulador de emprego tático da aeronave, tem apresentado excelentes resultados, trazidos pelo aumento do rendimento dos pilotos durante o voo e redução de horas de voo necessárias à manutenção do nível de adestramento.

AVIÃO AF-1A LANÇA 1º MÍSSEL AR-AR DA MARINHA DO BRASIL

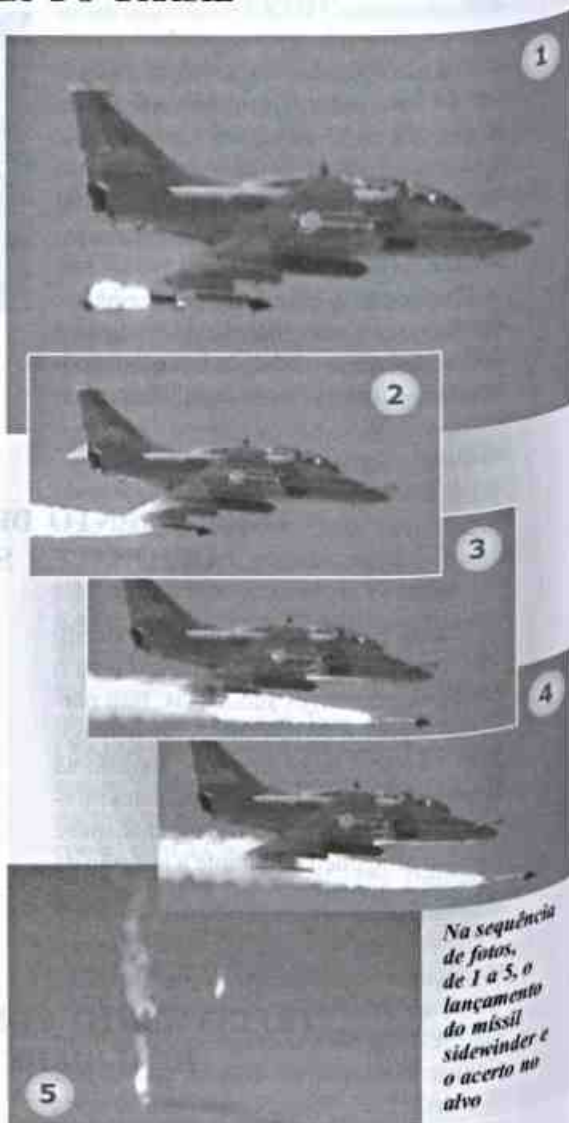
A aeronave N-1002 efetuou com sucesso, em 6 de dezembro de 2001, o primeiro lançamento de um míssil ar-ar da história da Marinha, dando continuidade à ascensão operacional do 1º Esquadrão de Aviação de Intercepção e Ataque (VF-1).

O lançamento do míssil Sidewinder AIM-9H foi realizado no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), localizado em Natal, Rio Grande do Norte. Trata-se de um míssil supersônico, com propulsão a combustível sólido e projetado para combates aéreos a curta distância.

No evento, foram empregadas duas aeronaves AF-1A, que se deslocaram, sem escalas, de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro, para Natal, e um SH-3, que prestou apoio logístico e alerta SAR.

Para o êxito desse empreendimento, a colaboração da Força Aérea Brasileira (FAB), destacando-se o apoio da Divisão de Ensaios em Voo do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e do Comando Aéreo de Treinamento (CATRE), onde as aeronaves ficaram baseadas.

O propósito maior do evento foi o de testar os lotes de Sidewinder, adquiridos juntamente com a aeronave, após terem sido submetidos a um processo de revitalização em firmas nacionais, sob a supervisão da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) e do Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha (CMASM). (De A Macega 01-02/2002)



OPERAÇÃO DRAGÃO XXXVI

Foi realizada no período de 1 a 12 de dezembro de 2001, na região de Itaoca (ES), a Operação Dragão XXXVI. Participaram o Navio de Desembarque-Doca *Rio de Janeiro*, o Navio de Desembarque de Carros

de Combate *Mattoso Maia*, os Navios-Transportes de Tropas *Custódio de Mello* e *Ary Parreiras* e o Rebocador de Alto-Mar *Tridente*, além de quatro helicópteros, quatro aeronaves AT-27 da Força Aérea

Brasileira (FAB) e uma Unidade Anfíbia de Fuzileiros Navais.

O Comando da Força-Tarefa Anfíbia ficou a cargo do comandante da Primeira Divisão da Esquadra e o comando da Força de Desembarque coube ao comandante da Divisão Anfíbia.

O exercício teve como propósito manter o grau de prontidão da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) e adestrar uma organização-por-tarefas, no valor de uma Unidade Anfíbia, na execução do assalto anfíbio, buscando um constante entrosamento entre os navios e as unidades da FFE.

A operação contou com a participação de cerca de 3.500 militares, distribuídos pelas diversas unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais presentes na região. O exercício contou, ainda, com a presença de observadores do Ministério da Defesa e das Marinhas da Inglaterra, Guiana, México, Uruguai e Venezuela.

Além do desenvolvimento do exercício, a Marinha do Brasil realizou as operações de assistência cívico-social (ACISO), que compreenderam palestras sobre as diversas modalidades de ingresso na Marinha, a recuperação estrutural de escolas da rede

municipal de ensino e da Praça Marinha do Brasil, a realização da Olimpíada da Juventude Amiga da Marinha e de um concurso de redação para os alunos das escolas locais. Foi realizada, ainda, a distribuição de roupas para a população carente e a entrega da Medalha Amigo da Marinha para personalidades regionais, além do já tradicional atendimento médico e odontológico aos moradores das localidades de Marataízes, Barra do Itapemirim e adjacências.

Esse atendimento enfatizou as medidas preventivas e foi prestado por meio das clínicas de pediatria, oftalmologia, ginecologia, médica e odontológica.

Os postos móveis de atendimento circularam por fazendas e bairros do interior, atendendo aos funcionários dessas fazendas e à população carente. Foram distribuídos medicamentos e kits de higiene oral.

Participaram médicos e enfermeiros de diversas organizações militares, além dos acadêmicos de medicina e odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especialmente convidados para conhecer um pouco mais das atividades da Marinha. Foram realizados cerca de 4 mil atendimentos à população local. (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

OPERAÇÃO UNITAS XLII

O Grupo-Tarefa 138-2, formado pelas Fragatas *Dodsworth* e *União* e pelo Navio-Tanque *Gastão Motta*, participou, no período de 6 a 19 de novembro de 2001, da Operação Unitas XLII, em conjunto com outros 11 navios de guerra da Marinha dos Estados Unidos, do Uruguai, da França e da Espanha. O Grupo-Tarefa contou, ainda, com o Submarino *Tapajó* e aeronaves.

A Operação foi realizada no Uruguai e teve como um de seus propósitos elevar o nível de adestramento dos navios da Esquadra, com a integração de uma força-tarefa multinacional e o estreitamento dos

laços de amizade com as Marinhas dos países participantes.

Durante a fase de mar, foram conduzidos exercícios de ações de superfície, transferência no mar, operações aéreas, guerra anti-submarino e trânsito com oposição de submarinos, durante as fainas de reabastecimento. Nesse último exercício, o elevado desempenho apresentado pelo Submarino *Tapajó* mereceu nota publicada na coluna especializada em defesa do jornal da cidade de Norfolk, nos Estados Unidos.

A Operação Unitas XLII foi encerrada no Porto de Montevidéu, Uruguai. (*Nomar* 718)

INTENSIFICADAS AS OPERAÇÕES NO NAe SÃO PAULO



A Força Aeronaval intensificou suas atividades com as operações ARAEX e URUEX, realizadas em conjunto, respectivamente, com as Marinhas da Argentina e do Uruguai. Foram embarcados quatro AF-1 *Skyhawk*, dois UH-12 *Esquilo Monoturбина*, um UH-14 *Super Puma* e um AH-11A *Super Lynx* (embarcado na F-49).

A ARAEX tem como propósito contribuir para o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e a Argentina e a elevação do grau de prontidão operativa das unidades envolvidas.

Com esse propósito, a Armada Argentina operou a bordo do Navio-Aeródromo *São Paulo* com aeronaves *Super Etendard*, *Tracker* e helicópteros. (De *A Macega* nº 3)

RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA AVIAÇÃO NAVAL

A aeronave N-7010 está sendo recuperada pela Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro, num trabalho que visa a enriquecer o acervo de aeronaves históricas do Museu da Aviação Naval. Este avião se encontrava, até fevereiro de 2001, sob a custódia do Museu Aeroespacial, da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos.



As primeiras aeronaves S-55 Whirlwind, carinhosamente chamadas de "Vaca", chegaram a bordo do Navio-Aeródromo Ligeiro *Minas Gerais* em 1961. Esses meios, orgânicos do navio, pertenciam ao Destacamento Aéreo Embarcado, subordinado ao Departamento de Aviação. Juntamente com as aeronaves

S-51 Widgeon, constituíram posteriormente o 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral. (De *A Macega* nº 01/02-2002)

FEIRA DO LIVRO NA EGN

No período de 20 a 25 de abril de 2002, foi realizada a I Feira do Livro da Escola de Guerra Naval (EGN). O evento aconteceu na Biblioteca da EGN, no bairro da Urca, Rio de Janeiro.

A Feira reuniu diversas editoras com o propósito de expor e vender livros nas áreas de Ciência Militar, Contabilidade, Estrat-

tégia Militar, História do Brasil e História Geral, História Naval, Política Internacional, Ciência Política, Administração Pública, Direito Internacional, Geografia Econômica, Poder Marítimo, Relações Internacionais, Liderança, Administração, Economia, Psicologia, História Militar, Poder Naval, Ética e Lógica. (Bono 204 de 16/4)

HINOS PÁTRIOS PELA BANDA DOS FUZILEIROS NAVAIS

O Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, por intermédio de sua Assessoria de Relações Públicas, iniciou a distribuição para todas as OM, via Centro Postal da Marinha, do CD *Hinos Pátrios*. O referido CD é fruto da parceria da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais

com o Coral do Centro Universitário do Triângulo (UNIT) e a PlayArte Music.

Este trabalho visa ao desenvolvimento do civismo junto ao público em geral e também ao apoio à realização de cerimônias. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (0XX21) 3870-6627 ou 8110-6627.

PRÍNCIPE DE GALES É TRANSPORTADO POR HELICÓPTERO DA MARINHA

Por ocasião de sua visita ao Estado de Tocantins, em 5 de março último, o Príncipe Charles e sua comitiva foram transportados pelo helicóptero *Super-Puma*, da Marinha brasileira. O transporte foi feito a pedido do governador do Estado de Tocantins, Siqueira Campos.



Este acontecimento aumentou o rol de passageiros ilustres transportados pelo Esquadrão HU-2, que já conta com o nome

do Papa João Paulo II, de alguns presidentes e de diversas outras altas autoridades. (De *A Macega* nº 3, 2º bimestre/2002)

HELICÓPTEROS REALIZAM EVACUAÇÃO AEROMÉDICA

No dia 13 de dezembro de 2001, a aeronave *Lince N-4004*, a partir da *Fragata União* (F-45), resgatou um tripulante com princípio de

enfarte do barco pesqueiro *Auster*, de bandeira hondurenha, que se encontrava a cerca de 900 milhas náuticas (MN) da costa brasileira.

No dia 26 de dezembro, o Esquadrão HA-1 realizou outra missão de evacuação aeromédica, desta vez com a aeronave *Lince N-4013, embarcada no Contratorpedeiro Pernambuco*, resgatando um tripulante do navio pesqueiro *Pescarosa Primeiro* acometido de acidente vascular cerebral. O recolhimento foi efetuado a 65 milhas náuticas do navio-mãe, que se encontrava a cerca de 400 MN do Farol de São Tomé. Já por ocasião da Operação ATLASUR V, realizada de 7 de mar-

ço a 13 de abril, um militar da *Fragata Biséio* foi evacuado para o aeródromo de Walvis Bay, na Namíbia, distante cerca de 40 milhas do local onde o navio navegava, após ser encontrado inconsciente na praça de máquinas. A ação de socorro foi realizada com sucesso pela tripulação do N-7068 do Esquadrão HU-1. Algumas horas depois, a aeronave regressou para bordo trazendo o militar em bom estado de saúde. (De *A Macega* nº 2 e 3, 1º e 2º bimestres/2002)

LANÇAMENTO DE “A MARINHA OCEÂNICA DO SÉCULO XXI”, DE EDUARDO ÍTALO PESCE

Recebemos o livro do nosso colaborador emérito Professor Eduardo Ítalo Pesce – “De Costas para o Brasil – A marinha oceânica do século XXI”, editado pelo próprio autor em abril deste ano.

A obra, como tantas outras matérias do Professor Pesce, representa o alerta à Nação sobre a gravidade do enfraquecimento das Forças Armadas. Há muitos anos o Prof. Pesce tece considerações sobre estratégia militar. Do resumo feito por ele, publicamos:

“O Brasil necessita superar a visão histórica voltada para dentro, e assumir seu devido lugar no mundo, como potência média que aspira a tornar-se uma grande potência no futuro. No contexto amplo de uma estratégia nacional com orientação marítima, o Brasil necessita de uma Marinha de águas profundas, capaz de representar seus interesses no exterior, além de servir como protótipo de uma verdadeira

Marinha oceânica no futuro. Em tempo de paz, tanto em períodos de normalidade como durante as crises internacionais, uma Marinha de porte médio, com alguma capacidade oceânica, pode ser empregada na defesa dos interesses nacionais em águas relativamente distantes. A Marinha do Brasil atual poderá evoluir no sentido de tornar-se uma força naval oceânica, com capacidade de projeção de poder, constituída por uma Esquadra balanceada, nucleada em um ou mais navios-aeródromos e integrada por navios de combate de superfície, submarinos de ataque nucleares e convencionais e uma força anfíbia adequada. Estes meios deverão ser projetados e construídos no País. Para isso, será necessário reativar a indústria nacional de construção naval militar com encomendas para um Programa Naval de emergência. Além disso, o valor dos investimentos no setor de defesa deveria ser elevado.”

GOVERNADOR DO ACRE VISITA O NASH DOUTOR MONTENEGRO

O Navio de Assistência Hospitalar *Doutor Montenegro* recebeu, no dia 19 de janeiro, a visita do governador do Estado do

Acre, Jorge Ney Vianna Macedo Neves, acompanhado da secretária de Saúde do Estado, Greice Mônica Rocha. O evento

aconteceu na cidade de Cruzeiro do Sul, marcando o início dos acontecimentos da Comissão Asshop Pólo Acre 2002, que tem como propósito prestar assistência hospitalar às populações ribeirinhas do Alto Juruá, concentrando-se, principalmente, nas cidades de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, no período de janeiro a maio, coincidindo com a época da cheia do Rio Juruá.

Durante a estadia em Porto Walter, foram realizados vários atendimentos médicos, odontológicos e procedimentos de enfermagem, bem como palestras sobre saúde e higiene. A equipe médica embarcada reali-



Governador do Acre a bordo do "Doutor Montenegro"

izou três partos a bordo do navio. (Do *Nomar* nº 719, de 30 de março de 2002)

MINISTRO DA DEFESA VISITA ALCATRAZES

O ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão, presenciou, nos dias 4 e 5 de fevereiro último, as manobras militares realizadas na Ilha de Alcatrazes, ao largo do Estado de São Paulo, pelo Grupo-Tarefa 801.2, composto pela Fragata *Liberal* e pelo Navio-Desembarque Doca *Ceará*, sob o comando do ComEsqdE-1. Na ocasião, acompanharam o ministro o chefe do Estado-Maior de Defesa, Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos e os senhores Jadir Dias Proença e João Brígido Bezerra Lima.

O ministro visitou o Posto de Observação (PO) da Raia de Tiro de Alcatrazes e acompanhou, a bordo da Fragata *Liberal*, a realização do EXOPFC-84, tiro direto sobre alvo da Ilha.

Na fragata, teve, ainda, a oportunidade de conhecer a operação do novo Sistema de Combate das fragatas da classe *Niterói* (SICOMFRAG).

A comitiva pernitoou no NDD *Ceará* e, na madrugada do dia 5, acompanhou o lançamento de dois carros-lagarta anfíbios (CLAnf) nas proximidades da Base Naval do Rio de Janeiro. (Do *BONO* nº 718, de 28/2/2002)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA VISITA NPFlu RAPOSO TAVARES

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com a esposa, d. Ruth Cardoso, filhos, netos e convidados, passou o período de 9 a 11 de fevereiro último visitando a Estação Ecológica de Mimirauá, localizada nas proximidades da foz do Rio Jupará, no Estado do Amazonas. A Marinha prestou apoio com o Na-

vio-Patrolha Fluvial *Raposo Tavares*, onde pernitoaram e puderam presenciar diversas fainas marinheiras. Esse apoio constou, ainda, do Navio de Assistência Hospitalar *Carlos Chagas*, no tocante à parte de saúde, da Lancha *Mutirum 3*; da Delegacia Fluvial de Tabatinga, e da Lancha *Rio Iça*, da Agência Fluvial de Tefé, que prestaram

apoio ao controle de embarcações, transporte e segurança.

Após o embarque da comitiva, que ocorreu nas proximidades da localidade de Tefé, onde os navios estavam fundeados, iniciou-se o trânsito para a área da reserva ecológica. Durante o deslocamento, o Presidente pôde presenciar alguns aspectos peculiares da navegação fluvial e constatar as facilidades, limitações e características dos navios e embarcações que operam nas patrulhas dos rios da Amazônia.

O convívio com a tripulação despertou nos convidados grande interesse pela rotina de bordo e, principalmente, pelas atividades desenvolvidas pelos navios na área do CNAO.

Durante a estadia, foi realizado um vôo panorâmico sobre a área da reserva, utilizando-se de uma aeronave do 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral.

Momentos antes de desembarcar e retornar a Brasília, o Presidente expressou seus sentimentos de gratidão e reconhecimento, deixando a seguinte mensagem no Livro do Navio: "Foi com imenso prazer que testemunhei a perícia, a dedicação e o patriotismo da tripulação do *Raposo Tavares*. É assim que se garante a Amazônia Brasileira e se atende às populações da região. Grato, ademais, pela atenção constante que o comandante e a tripulação dispensaram a minha família e a mim". (Do *Nomar* nº 718, de 28/2/2002)

POSSE DO DIRETOR DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

O Vice-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa transmitiu, em 19 de abril de 2002, o cargo de Diretor de Sistemas de Armas da Marinha ao Vice-Almirante Ronaldo Fiuza de Castro.

PALAVRAS DE DESPEDIDA DO ALMIRANTE PIERANTONI

"Prezado Almirante Fiuza

Tenho a certeza de que Vossa Excelência pôde vivenciar, nas duas últimas semanas, o agitado dia-a-dia da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha. A complexidade, variedade e a profundidade com que são tratados os assuntos afetos à DSAM, que de maneira sintética podem ser resumidos naqueles que lidam com o último argumento da vontade nacional, são cativantes e motivadores.

Valho-me então de meu primeiro comandante, Almirante Darly Corrêa, para apresentar alguns aspectos de como foi gratificante dirigir os Sistemas de Armas da Ma-

rinha. O Almirante Darly, em sua ordem de serviço de despedida do serviço ativo, empregou, ao iniciar as sentenças de sua fala, a expressão "valeu a pena".

Valeu a pena receber a cada dia o "bom-dia" das ascensoristas e dos militares e civis da DSAM. Mais do que um gesto de educação, eles demonstravam o apreço e o carinho para com o diretor.

Valeu a pena acompanhar e participar das competições de remo e vela no Escalor *Elétron*, e ter a certeza de que os esportes náuticos uniram e motivaram não só a Diretoria como também outras OM e clubes cariocas.

Valeu a pena, em estreita parceria com a Emgepron, o Consórcio Integrador e as empresas fornecedoras de equipamentos, verificar os progressos do Empreendimento Modular – ModFrag. Estamos atrasados em relação ao cronograma inicial, que, apesar de detalhadamente confeccionado, pelo ineditismo do trabalho, não poderia contemplar todas as variáveis. Estamos, porém, certos de que não existem óbices tecnológicos

intransponíveis e que chegaremos a bom termo. Duas fragatas já se encontram com todos os equipamentos instalados e em testes no mar. A ModFrag é hoje reconhecida nacional e internacionalmente.

Valeu a pena constatar os progressos do Sistema Torpédico de Armas 2000, empreendimento onde a Marinha coloca um seleto grupo de engenheiros navais para acompanhar cada detalhe do desenvolvimento. Os Torpedos 2000 são hoje uma realidade e, ao final do ano, estaremos recebendo o primeiro lote, com amplas possibilidades de nos tornarmos fornecedores de componentes ao parceiro sueco.

Valeu a pena o diálogo franco e aberto com os representantes das empresas fornecedoras de material de defesa, e muitas vezes com seus próprios dirigentes. A troca de idéias implementou os conhecimentos da Diretoria, trouxe experiência administrativa aos oficiais, engenheiros civis e técnicos e foi mantida em nível adequado aos interesses mútuos. Como brasileiro reitero a política adotada de apoiar a indústria de defesa naval, visando a uma gradual e contínua independência no setor, não só em equipamentos como também em conhecimentos.

Valeu a pena constatar a excelência dos trabalhos produzidos nos Centros de Mísseis, Armas, Eletrônica e na Fábrica de Munição Almirante Jurandyr da Costa Müller de Campos. Nos Centros, primeira linha de apoio aos meios combatentes da Marinha, como na Fábrica de Munição, observa-se com clareza amor ao trabalho, criatividade na busca de soluções e vontade de um contínuo aprimoramento. Nessas Organizações, onde nosso Centro é nossa vida, onde mora a eficácia e onde o trabalho bem feito produz resultado perfeito, homens e mulheres projetam, produzem, reparam e instalam munição e equipamentos ligados diretamente à razão de ser de uma Marinha de Guerra.

Valeu a pena a discussão sadia com os técnicos a cada projeto, receber o apelo por mais verba de cada agente, constatar o aprimoramento do controle de armas e munições alicerçado em um SPD motivado, apreciar o trabalho das equipes de catalogação e nacionalização, apreciar o entusiasmo da Faxina do Mestre e dos servidores civis na organização dos eventos envolvendo a Diretoria. Como aprendemos a cada dia.

Valeu a pena o convívio diário e o intercâmbio de conhecimentos entre os Setores Operativos, de Ensino, o Corpo de Fuzileiros Navais, as demais Diretorias Especializadas, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas da Marinha e o CPN. Liderado nestes dois últimos anos pelos Excelentíssimos Senhores Almirantes-de-Esquadra Longo e Mac Dowell, o Setor do Material, em especial a DSAM, via no DGMM um farol que nos proporcionava a rota segura em meio à complexidade de ventos, correntes e marés que muitas vezes nos causavam dúvidas. Incluo neste parágrafo meus agradecimentos aos Excelentíssimos Senhores Almirantes que partilhavam conosco do salutar convívio em nossas refeições diárias neste mesmo andar, Almirantes Façanha, Brígido e Queiroz.

Almirante Fiuza, muitas outras coisas valeram a pena. Como resumir dois anos e quatro meses em dez minutos? Tenho a certeza de que, como eu, o amigo experimentará esta inexorável sensação de perda na passagem deste inesquecível, cativante e motivador cargo de diretor de Sistemas de Armas da Marinha.

Concluímos aqui a metade do nosso "*Pos Juliett*", e espero que o nosso navio tenha manobrado a contento. Estou desengajando e demandando São Paulo para completar a manobra.

Que o senhor seja muito feliz."

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE FIUZA

Sejam minhas primeiras palavras como diretor de Sistemas de Armas da Marinha de agradecimentos e confiança.

Agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, pela indicação de meu nome para tão honroso e almejado cargo, a que me dedicarei, no limite de minha competência, para continuar a obra de ilustres antecessores.

Agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Material da Marinha, Almirante-de-Esquadra Jerônimo Francisco Mac Dowell Gonçalves, por presidir esta cerimônia, dando-lhe um especial significado. É uma honra voltar a servir sob as ordens de Vossa Excelência, privilégio que pretendo responder com a minha lealdade irrestrita.

Agradecimento ao amigo, há mais de 40 anos, Vice-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa, pela forma clara, objetiva e transparente com que me passou suas funções. Tenho plena consciência da enor-

me tarefa que terei para conseguir manter a mesma eficiência conseguida por Vossa Excelência, nos trabalhos desta Diretoria Especializada; resta-me o consolo de conhecer bem as formas de encontrar-lhe em São Paulo.

Agradecimento aos antigos chefes, autoridades, companheiros, amigos do Rio e São Paulo, pelas suas presenças e manifestações de carinho e apoio; este é o estímulo honesto que nos empolga a superar obstáculos e adversidades.

Agradecimento a minha família pelo exemplo, apoio e refúgio que sempre encontrarei. Vocês são a razão primeira de todo meu amor, esforço e dedicação.

Agradecimento a Deus por ter me dado a saúde de poder chegar a este dia de alegria e plena realização profissional.

Confiança na tripulação desta Diretoria Especializada e de suas OM subordinadas de que não me faltarão com esforço e lealdade, para juntos conseguirmos tornar melhores, mais eficazes e baratos os sistemas de armas de nossas Forças Navais e de Fuzileiros Navais."

CORTE DO CASCO RESISTENTE DO SUBMARINO TAMOIO

No dia 20 de março último, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) realizou o corte do casco do Submarino *Tamoio*, que se encontra docado no Dique Almirante Schieck, realizando o seu primeiro Período de Manutenção Geral (PMG). O êxito obtido no corte do casco resistente consolida o domínio da tecnologia de reparo de submarinos desenvolvida no AMRJ.

O corte do casco permite a retirada de vários equipamentos de bordo, que são enviados para as oficinas e submetidos às diversas rotinas de manutenção em condições mais favoráveis ao trabalho, acarretando uma redução do tempo necessário à execução do reparo do submarino.

É a terceira vez que o AMRJ realiza o corte do casco resistente de um submarino. A primeira separação de seções foi realizada durante o primeiro PMG do Subma-



rino *Tupi*, em 1998. A segunda aconteceu por ocasião do reparo de meia-vida do Submarino *Santa Cruz*, da Armada Argentina, em 2000.

Cabe destacar que o Brasil, desde a década passada, inclui-se no seleto grupo de países que detêm a tecnologia de corte e união de seções de submarinos.

TRANSMISSÃO DO CARGO DE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O Almirante-de-Esquadra Aírton Ronaldo Longo passou, em 10 de maio último, o cargo de chefe do Estado-Maior da Armada ao Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo.

AGRADECIMENTOS, DESPEDIDA DO SERVIÇO ATIVO DA MARINHA E BOAS-VINDAS DO ALMIRANTE LONGO

“Ter sido chefe do Estado-Maior da Armada foi uma grande satisfação e uma honra. O curto e rápido período de cerca de quatro meses em que exerci este expressivo cargo não impediu que o trabalho fosse intenso e profícuo, com participação significativa no aperfeiçoamento de documentos de alto nível da Marinha e do País. A maneira como a Marinha do Brasil é organizada tornou possível, em tão pouco tempo, adicionar contribuições doutrinárias, administrativas, estratégicas, orçamentárias e de controle financeiro em prol da Instituição.

Os sete anos e meio, ao longo da carreira, em que servi nesta grande escola de Marinha – o Estado-Maior da Armada –, empenhado na elaboração dos principais planos, publicações e documentos da Marinha, permitiram-me dirigir com tranqüilidade os integrantes desta importante Organização Militar de Direção Geral da Marinha e dar o melhor de meus esforços para bem assessorar o comandante da Marinha.

Agradeço ao vice-CEMA, Vice-Almirante Loesch, aos subchefes, Contra-Almiran-

tes Uzêda, Wiemer, Casaes, Newton, Pires Ramos e Palmer, aos oficiais, praças e funcionários civis do Estado-Maior da Armada o auxílio que me prestaram.

Da mesma forma, lembro a contribuição e atenção prestadas pelos titulares das Organizações Militares subordinadas, Vice-Almirantes Braga, na Seconcitem, e Lúcio, no Casnav, e Contra-Almirantes Juliano, na Comissão de Promoções de Oficiais, e Afonso, na Escola de Guerra Naval.

Também registro o convívio cordial havido com o Estado-Maior do Exército, da Aeronáutica e do Ministério da Defesa, com as secretarias desse Ministério e com as demais autoridades governamentais com as quais tratei assuntos de interesse comuns.

Dentro de poucos minutos estarei encerrando a chefia do último cargo que exerci em minha carreira no serviço ativo da Marinha. Foi uma longa jornada de mais de 47 anos, mas para mim também passou rápido!

Sem procurar fugir do “lugar-comum” dos justos agradecimentos, peço, de antemão, desculpas pelos inevitáveis esquecimentos.

Ingressei no Colégio Naval em março de 1955, aos 16 anos de idade, compondo uma turma de pouco menos de 200 jovens, com muitos sonhos e algumas incertezas.

Superadas as dificuldades iniciais de adaptação, logrei a conclusão do curso daquele estabelecimento, passando, em seguida, ao desafio dos três anos da Escola Naval, e encerrei o período de formação acadêmica com a Viagem de Instrução no Navio-Escola *Custódio de Mello*, em 1960.

Este intervalo de tempo caracterizou-se pela lapidação do preparo técnico-profissional e pelo polimento de valores morais, os quais, graças à educação que recebi de meus pais, já encontravam-se completamente absorvidos. Mas a Marinha é atenta à formação de seu pessoal. Assim, além de pequenos cursos operativos e de manutenção, aperfeiçoei-me em Eletrônica e completei os Cursos de Comando e Estado-Maior e de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, ou seja, de Mestrado e Doutorado em Ciências Navais. Em termos acadêmicos, ainda fui graduado como bacharel em Administração de Empresas.

Minha trajetória como oficial reservou momentos inesquecíveis como encarregado de Divisões a bordo de navios, em especial da de Eletrônica do Navio-Aeródromo *Minas Gerais*; instrutor e encarregado do Curso de Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais; comandante de três navios – o Patrulha *Piraquê*, o Reboador *Tritão* e o Desembarque de Carros de Combate *Duque de Caxias* – e de Forças Navais – a Força de Apoio e o Comando do 8º Distrito Naval; chefia do Estado-Maior do Comando do 1º Distrito Naval e imediatice do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; promoção ao ciclo de almirantes, sendo o único representante da Turma Elmo a ser promovido a almirante-de-esquadra; subchefe do Estado-Maior da Armada e do Comando de Operações Navais; titularidade de Diretorias Especializadas – de Ensino, de Aeronáutica e de Sistemas de Armas –, de órgãos de Direção Setorial – Diretoria-Geral do Material, Diretoria-Geral de Navegação e Comando de Operações Navais – e do órgão de Direção-Geral da Marinha, o Estado-Maior da Armada.

Tive, ainda, a oportunidade de, entre 1979 e 1982, representar o País como membro da delegação brasileira na Terceira Con-

ferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, período para o qual reservei um espaço especial em minha memória, mercê da importância internacional desse evento e da satisfação e orgulho pessoal de ter dele participado, tendo estado, inclusive, presente à histórica sessão em que foi votado o trabalho final, que se transformou na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção de Jamaica, e, entre 1981 e 1983, de servir no Comando da Esquadra do Atlântico da Marinha dos Estados Unidos da América.

Como comandante do 8º Distrito Naval, comandante de Operações Navais e chefe do Estado-Maior da Armada, pude estreitar o relacionamento com a comunidade civil e tive o privilégio de conhecer profissionais que são verdadeiros expoentes dentro das atividades que desempenham, além de cidadãos exemplares. Foi um prazer conviver com os Amigos da Marinha e, de maneira especial, com os Soamarinos do Estado de São Paulo e com integrantes da Sociedade Paulista.

A partir de um quadro heterogêneo e aparentemente desconexo, consegui uma formação eclética, servindo nos setores de Pessoal e Ensino, de Operações e Navegação, de Material e no Estado-Maior da Armada, o que me permitiu chegar ao mais alto cargo que poderia almejar como oficial do Corpo da Armada na ativa, com uma visão completa da Marinha. A Marinha ainda premiou-me de forma “mais que proporcional”, especialmente com elementos intangíveis. O respeito a superiores e subordinados, sempre recíproco, o culto aos símbolos nacionais e o exercício diário de valores éticos e morais constituíram motivos de permanente aprimoramento pessoal, os quais, por características pessoais e por dever funcional, procurei transmitir aos mais jovens.

Deixo o serviço ativo com inúmeros motivos para orgulhar-me.

Somos detentores de um planejamento administrativo comprovadamente eficiente e eficaz, ancorado em alto grau de competência e criatividade e capaz de enfrentar e superar cenários crescentemente desfavoráveis.

No plano estratégico, prosseguimos com realismo e consciente audácia, mantendo objetivos finais e intermediários muito bem definidos. Isto, em parte, deve-se ao grande esforço empreendido no sentido de mantermos o nosso Plano Estratégico e documentos decorrentes atualizados e em estreita harmonia com os interesses do País e da Marinha. É um grandioso e permanente trabalho, discreto e anônimo, e que contribui para a consolidação dos principais sustentáculos de toda a Instituição.

A sorte também me fez companhia em diversos momentos, como, por exemplo, na época em que estive à frente da Diretoria-Geral do Material da Marinha, quando participei de perto do retorno da aviação de asa fixa à Marinha, proporcionando os lançamentos e pousos de aeronaves AF-1 no NAeL *Minas Gerais*, da aquisição do Navio-Aeródromo *São Paulo*, da modernização das fragatas da classe *Niterói*, do reparo do Submarino *Santa Cruz*, da Armada Argentina, e do prosseguimento, com realismo, das atividades relacionadas ao Projeto Nuclear. Da mesma forma, quando comandante de Operações Navais pude acompanhar as operações das aeronaves AF-1 no NAe *São Paulo*. Experimentei, nesse período, um sentimento de extrema realização profissional.

Dentro desse contexto, a presente cerimônia, na qual tenho a honra de receber nobres convidados militares e civis, antigos chefes, parentes e amigos, emoldura, de forma brilhante, um crepúsculo que, num primeiro momento, pode parecer nostálgico, triste e quase melancólico, mas que, na verdade, representa para mim a melhor maneira de despedir-me, no serviço ativo, de

uma Instituição que me é e sempre será tão cara, e de lembrar o apoio e incentivo dos que não puderam estar presentes.

Agradeço aos membros do Almirantado o apoio e incentivo a mim prestados durante o período em que participei deste seletor colegiado. Foi um prazer trabalhar com todos os seus integrantes.

Agradeço também a presença do ministro da Defesa, Dr. Geraldo Quintão, neste importante evento de minha carreira. Ao comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, apresento meu reconhecimento pela confiança, amizade e orientação com que sempre me distinguiu. Muito me honra vê-lo presidindo mais uma transmissão de cargo da qual faço parte, a oitava nos últimos oito anos. Sempre lhe dediquei minha total lealdade em todas as comissões em que fui seu subordinado direto.

Ao prezado amigo Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, companheiro de longa data, e para quem pela segunda vez passo um cargo no Estado-Maior da Armada, formulo os mais sinceros votos de felicidade na importante chefia que ora assume, mais uma etapa de sua brilhante carreira.

Finalmente, renovo minha gratidão aos meus familiares. Ao meu pai, pela confiança e orgulho de ver seu filho atingir os mais altos postos e cargos da Marinha. É um homem bom! À minha mãe, pela orientação e incentivo, pelo pulso forte de fazer de todos os seus filhos bons estudantes, num dos melhores colégios existentes no Brasil nos anos 50, o Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas. Em decorrência, tive que ser muito responsável já a partir dos dez anos de idade. Mais uma vez peço desculpas aos meus filhos, Fernando, Eduardo e Maurício, por não ter podido estar presente em todos os momentos de suas vidas. Agradeço ao mais velho, Fernando, sua presença neste momento, representando toda a família.

É hora de homenagear uma pessoa especialíssima, companheira, amiga e que esteve ao meu lado desde os tempos em que admirava os magníficos “amanheceres” da Enseada Baptista das Neves, em Angra dos Reis, época em que já ocupava fortemente os meus pensamentos. Com o passar dos anos, revelou-se importante e firme conselheira e forneceu-me um apoio sempre crescente para eu alcançar tantas conquistas pessoais e profissionais.

Obrigado, Ligia. Obrigado por me acompanhar neste último pôr-do-sol. Amanhã iniciaremos mais uma viagem (de mãos dadas, como sempre fizemos), imersos em paz, felizes, prontos a receber o mais novo membro da família, Arthur, acompanhados da proteção divina que nunca nos faltou e na certeza de que, para a nossa história, não haverá ponto final...”

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO COMANDANTE DA MARINHA, ALMIRANTE-DE-ESQUADRA SERGIO CHAGASTELES

“Após um breve mas profícuo período, passa hoje o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada o Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo.

Oficial dotado de elevados atributos morais e de reconhecida capacidade profissional, soube o Almirante Longo conduzir com notável competência as desafiantes atribuições do Estado-Maior da Armada, dando continuidade à formulação e à consolidação de políticas e diretrizes associadas ao poder marítimo e ao poder naval brasileiro.

Sua habilidade e sua fineza de trato, esta uma característica toda especial de sua personalidade, permitiram que fosse mantido um produtivo relacionamento não somente com os diversos setores da Marinha, mas com outras instituições nacionais

e internacionais com as quais interagimos em decorrência de nossas atribuições.

O amor e a dedicação à Marinha, sempre demonstrados em suas ações, o fizeram um incansável defensor dos interesses maiores da Força e, sobretudo, um valiosíssimo assessor do comandante da Marinha.

Almirante Longo! No momento em que Vossa Excelência deixa o cargo de CEMA e encerra uma brilhante carreira de mais de 47 anos de efetivos e bons serviços, ao longo da qual conquistou merecidamente a admiração e o respeito de seus chefes, pares e subordinados, por favor aceite as homenagens de toda a Marinha, como símbolo de gratidão daqueles que tiveram o privilégio de desfrutar de sua companhia e de sua amizade. Reiteramos, assim, nossos agradecimentos e formulamos a Vossa Excelência e excelentíssima esposa, D. Ligia, os melhores votos de felicidades na nova fase de vida que iniciam.

Dou as boas-vindas ao Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, que ora assume a chefia do Estado-Maior da Armada, manifestando minha certeza de que Vossa Excelência repetirá neste cargo o sucesso alcançado em todos os que exerceu.”

PRIMEIRAS PALAVRAS DO ALMIRANTE LEAL

“Vivo um momento a me remeter de forma arrebatadora para o 8 de Março de 1956, quando, em trajes civis, cerca de 140 jovens, num arremedo de formatura militar, vimo-nos agrupados no pátio frontal do Colégio Naval. Os cariocas eram maioria; os estrangeiros, também. Grande parte com 15 anos, mal sabíamos da aventura iniciada. Estávamos entrando na Marinha. Sucederam-se inúmeras experiências a aperfeiçoarem o caráter e formarem a carreira.

Recapitulando a vida, considero-me afortunado, tantas foram as alegrias compartilhadas com muitos amigos, graças a Deus, sejam superiores, pares ou subordinados. Por isso creio ser a felicidade uma viagem, não um destino.

Cabe ao chefe do Estado-Maior da Armada assessorar o comandante da Marinha na Direção-Geral da Marinha do Brasil e coordenar e controlar os órgãos de Direção Setorial. Entre outras tarefas, o EMA formula o Plano Estratégico, a Política Básica, a Doutrina Básica e o Programa de Reparelhamento da Marinha; dirige o Sistema do Plano Diretor e supervisiona o Sistema de Planejamento de Pessoal, bem como a Logística Naval.

Com tal amplitude de atuação, o EMA oferece aos oficiais, a meu ver, a mais completa e diversificada escola de formação profissional, e assim, para eles, deve representar.

O título "Chefe do Estado-Maior da Armada" pode parecer inadequado por não refletir na íntegra essas amplas e densas responsabilidades a ele inerentes. Provavelmente o é. Mas trata-se de denominação muito antiga: surgiu em 1890, na transição entre a Monarquia e a República. A Marinha, intransigente guardiã de suas tradições, jamais cogitou alterar o nome ...

Todo oficial do Corpo da Armada tem o legítimo direito de sonhar em ser o CEMA. Daqueles tantos que chegaram em 1956 a Angra dos Reis, três atingiram o posto máximo. Hoje, o destino me reserva estreitar o cargo. Daí, também, esta grande emoção.

Corroborando características da nossa Marinha, recebo um Estado-Maior da Armada melhor do que o conhecido por mim nas duas ocasiões em que aqui servi. A correção e a excelência das apresentações das subchefias, do Centro de Análises de Sistemas Navais, da Comissão de Promoções de Oficiais e da Escola de Guerra Naval, complementadas pela atuação da Se-

cretaria de Ciência de Tecnologia da Marinha, são bem características do titular que ora me passa o cargo. Nada me surpreendeu. Conheço e admiro o Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo faz 46 anos. Lembro-me muito bem de Sua Excelência quando era aluno e de quem fui calouro ao entrar na Marinha. Seu temperamento permanece rigorosamente o mesmo. Entre as inúmeras qualidades, ressalto a integridade moral, educação, inteligência, competência profissional, ponderação, objetividade, firmeza e tenacidade. Em duas prazerosas ocasiões, nossas vidas se cruzaram: juntos, em 1976, fizemos o então Curso de Comando e Estado-Maior; e, em 1991, dele recebi a Subchefia de Organização do EMA. Todos esses anos e, especialmente, esses dois felizes reencontros construíram entre nós, caro Almirante, uma amizade sempre a me honrar.

Nesses últimos dias, Vossa Excelência vem cumprindo os derradeiros e pungentes protocolos do Cerimonial da Marinha, em decorrência da saída do serviço ativo. Mas creia, amigo, haver sido fulgurante sua carreira naval pelas reconhecidas realizações que a marcaram. Ao agradecer a Vossa Excelência a fidalguia da recepção e a forma impecável para me expor, pessoalmente, o Estado-Maior da Armada, peço aceitar, num afetuoso abraço, os votos de muita felicidade junto a sua esposa Lúgia e a seus pais e filhos.

À minha tripulação, desejo dizer o quanto confio em todos os integrantes. A Marinha sempre nos ensinou isso. É um privilégio servir no EMA. Vamos juntos continuar o profícuo trabalho de meu antecessor.

Estimado Almirante Chagasteles: novamente, de viva voz, reafirmo minha absoluta lealdade e a mais completa disposição para, em qualquer hora, poder auxiliar Vossa Excelência na Direção-Geral da Marinha. Muito agradeço os bons votos formulados.

Acolheram o convite para essa cerimônia elevado número de autoridades, chefes navais, membros do Almirantado, companheiros e amigos, alguns vindos de outros Estados, espelhando a importância singular da solenidade. Assim, princípio meu agradecimento ao Excelentíssimo Sr. Dr. Geraldo Quintão, ministro da Defesa. Sentimo-nos muito honrados com a presença de Vossa Excelência. Estendo a gratidão a todos os demais a dividirem comigo esses momentos de profundo significado para mim.

Nesta hora, penso em meus ex-comandantes, a quem tanto devo, e a eles

muito agradeço pelos ensinamentos, pela orientação e pelos bons exemplos transmitidos.

Penso também em meu pai e em sua emoção se ainda estivesse entre nós. Penso em minha mãe. No Rio de Janeiro, nesse instante, com certeza, faço parte de suas orações. Penso em minha família – filhos (a me surpreenderem, agora, com suas presenças) e netos – e, especialmente, na minha Sandra, testemunha da minha escolha profissional e cúmplice total de toda a minha vida. Finalmente, penso em Deus e Lhe invoco proteção.”

ALERTA DE SEGURANÇA PARA REDES DE COMPUTADORES

O alerta feito pela Diretoria de Telecomunicações da Marinha (DTM) no Boletim de Ordens e Notícias (BONO) nº 291, de 21 de maio de 2002, retrata uma época em que precauções precisam ser tomadas para evitar ações de pessoas e empresas inescrupulosas. Os fatos que usualmente têm ocorrido aconselham que sejam tomadas providências tais como o “Alerta de Segurança” que a seguir é transcrito.

“Alerto que algumas pessoas ou empresas privadas de renome nas áreas de telecomunicações e segurança da informação

vêm oferecendo serviços gratuitos para realização de “testes de vulnerabilidades” ou “testes de invasão” nas redes de computadores de diversos órgãos públicos e privados. Em face do exposto, recomenda-se não autorizar as realizações, por pessoal externo à Marinha do Brasil, de testes de vulnerabilidade ou invasão, gratuitos ou não, nas redes da Marinha, até se finalizar uma publicação específica e normativa, atualmente em fase de elaboração no setor do Material, que irá regulamentar esse tipo de atividade.”

LANÇAMENTO DE ROMANCE DE NÉLIO MARQUES DA SILVA

“O autor teve a gentileza de submeter-me, para leitura, os seus originais. Pode então transportar-me, como num tapete mágico, para o cenário em que se desenvolve este romance.

... Fortes paixões amorosas e políticas estão por completo neste romance, elevadas ao seu mais alto ponto de fusão, como se fossem estereótipos de compensações bem aquém dos sofrimentos.”

Esse trecho é do prefácio escrito por Murilo Melo Filho, da Academia Brasileira de Letras, para o livro *O Fino Manto do Amor e do Poder*, de Nélio Marques da Silva.

O Capitão-de-Fragata (IM) Nélio prossegue na sua carreira, agora de escritor, brindando seus leitores com mais uma obra. Da orelha do livro retiramos:

"Após conquistar poder e glória, um homem ambicioso e inteligente se desilude ao conhecer os meandros da política, com suas alianças e seus acordos realizados em prol de interesses pessoais e partidários.

O lado cruel do ser humano foi o fio condutor para a criação do panorama dos bastidores políticos. Os personagens não

possuem nomes e a trama não se restringe a uma época ou país.

O enredo privilegia também a força do amor, que aflora sem barreiras, preconceitos ou tabus, e consegue conviver com a torpeza e a hipocrisia.

Ah... a indecifrável vida e seus seres contraditórios: atos sublimes... vilania..."

OFICIAL BRASILEIRO ELEITO MEMBRO DE COMISSÃO DA ONU

O Capitão-de-Fragata (RRm) Alexandre Tagore Medeiros de Albuquerque, da Marinha do Brasil, foi eleito, no dia 21 de abril último, membro da Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), obtendo 116 votos num plenário de 134 países. O Capitão-de-Fragata Tagore terá um mandato de cinco anos e já comporá a subcomissão de sete membros que avaliará os limites da plataforma continental da Rússia, primeiro país do mundo a submeter seus trabalhos à citada comissão.

A experiência adquirida pelo Comandante Tagore poderá contribuir para os trabalhos finais realizados pelo Brasil na análise do levantamento da nossa plataforma

continental, trabalho este que poderá ser encaminhado para avaliação da referida comissão da ONU no final deste ano ou, mais tardar, em 2003.

A delegação brasileira que trabalhou com a ONU na eleição do Comandante Tagore foi composta pelos seguintes membros: Almirante-de-Esquadra José Alberto Accioly Fragelli; Conselheiro Marcel Biato, do Ministério das Relações Exteriores; Comandante Walter Sá, da Petrobras; Capitão-de-Fragata Davi Santiago de Macedo, da Secirm; Capitão-de-Fragata João Carlos Corrêa de Albuquerque Feijó, do Estado-Maior da Armada, e do Sr. Ronald, 2º secretário do Ministério das Relações Exteriores. (De carta da Missão Brasileira na ONU)

LANÇAMENTO DE UM SEGREDO EM FERNANDO DE NORONHA

Foi lançado, na Biblioteca do Clube Naval (RJ), em 19 de junho último, o livro *Um segredo em Fernando de Noronha*, de Egberto Sperling, publicado pela Editora Revinter. A seguir, um comentário sobre a obra, feito pelo Vice-Almirante (RRm) Fabio Soares Carmo:

"Uma estória que mistura, em doses equilibradas, mistério, emoção, romance, suspense, cenários internacionais e ope-

rações navais. Nesse cadinho, em que são misturados todos esses ingredientes, Egberto Sperling nos conduz através da narrativa de uma aventura que tem seu início nos últimos dias da Alemanha nazista, na Segunda Guerra Mundial, quando um submarino alemão, carregado com barras de ouro, levando a bordo uma famosa personalidade do III Reich, é afundado nas proximidades do Arquipélago de Fernando

de Noronha. Quatro décadas após, um oficial superior da Marinha do Brasil toma conhecimento, acidentalmente, da existência desse tesouro submerso. Todas as emoções que vive, em sua vida profissional e em sua vida particular, além das peripécias e perigos por que passa desde que se envolve na trama, nos são apresentados pelo autor de uma forma que mantém o leitor eletrizado até a última linha.

O autor, capitão-de-mar-e-guerra da Reserva da Marinha, ingressou no Colégio Naval em 1954, sendo um dos componentes da famosa Turma Dedo. Ao longo de seus

35 anos de efetivo serviço, desempenhou diversos cargos e funções, em sua maioria de embarque em navios de nossa Armada.

Durante sua narrativa, nos revela seu amor à Marinha, nos transmite a sua experiência pela descrição das operações navais, dos usos e costumes, do linguajar e da terminologia dos componentes da Marinha do Brasil e nos permite conhecer as alegrias, tristezas e emoções que podem ser vividas por um homem que, como o personagem central da estória, põe sua honra, sua dignidade, seu profissionalismo e seu amor à carreira que abraçou acima de tudo!"

POSSE DO SECRETÁRIO-GERAL DA MARINHA

Assumi, no dia 9 de maio de 2002, o cargo de secretário-geral da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Mauro Magalhães de Souza Pinto, em substituição ao Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo.

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE SOUZA PINTO

"Assumo o cargo de secretário-geral da Marinha cômico das responsabilidades e das dificuldades que o momento nos impõe, mas com a firme determinação de conseguir sobrepujá-las e conduzir a Secretaria-Geral da Marinha a um porto seguro, moderno e eficiente, à altura de seus destinos.

Sei que a missão será difícil, mas conto com uma equipe profissional, competente, leal e altamente consciente de suas responsabilidades, que me ajudará no cumprimento das diversificadas, complexas e importantes tarefas que temos a executar.

Tive a oportunidade de conhecer algumas OM que têm parcela ponderável na execução dessas ações e elas me transmitiram a tranqüilidade de que homens e mulheres altamente qualificados, preparados e motiva-

dos saberão sugerir e apresentar soluções de modo que o setor SGM possa prover os meios necessários para que aqueles que executam a atividade fim da Marinha cumpram suas missões, com eficiência e eficácia.

Considero vital e sei que existe um bom relacionamento profissional e pessoal entre os responsáveis pela área econômica na Marinha e os diversos segmentos envolvidos nas esferas do Ministério da Defesa, nos ministérios e secretarias civis e nos Comandos do Exército e da Aeronáutica, para que tenhamos sucesso nesse desafiante e gratificante trabalho.

Agradeço ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, pela confiança em mim depositada e por presidir esta cerimônia militar; ao Almirantado o meu reconhecimento pela escolha para dele fazer parte e a certeza do meu integral empenho em melhor contribuir para que possamos sugerir linhas de ação visando às decisões do Comandante da Marinha.

Aos familiares e amigos, que com suas presenças abrilhantam esta singela cerimônia, os meus agradecimentos; muitos deixaram suas cidades para prestigiarem este amigo, que reconhece a gentileza e o significado do gesto.

Ao Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, os meus agradecimentos pela maneira fraterna, profissional e gentil com que me recebeu. Desejo-lhe muito sucesso no honroso cargo de chefe do Estado-Maior da Armada, que em breve assumirá.”

DESPEDIDA DO ALMIRANTE LEAL

“Tenho imensa honra de haver sido o secretário-geral da Marinha nesses quase dois anos e meio. Há motivos para isso.

Aqui já chegara com grande respeito pelo Corpo de Intendentes da Marinha. Faz tempo, o sentimento é de profunda admiração.

O papel da SGM é rigorosamente discreto. Ao incauto, pode até parecer imperceptível. Afinal, ela é pouco citada nos nossos rotineiros e formais relatórios. Entretanto, análise mais acurada vai constatar sua presença em todas as atividades navais, sejam do dia-a-dia ou não. De forma inexorável, todas dependem de orçamento, finanças e abastecimento...

Sendo oficial do Corpo da Armada, a Secretaria me abriu um mundo novo. Costumo afirmar nunca haver dependido tanto de tantas pessoas, às quais, por isso mesmo, serei para sempre grato.

Não desejo falar sobre dever cumprido. Soa-me obra concluída. Tenho a nítida impressão de sermos sempre devedores. Afinal, raramente conseguimos realizar todo o planejado. E, se o fazemos, poderíamos ter sido um pouco mais rigorosos conosco, ampliando as metas originais. Prefiro acalmar-me apenas com a certeza de me haver dedicado inteiramente ao serviço, cômico de minhas limitações, que não são poucas.

Na verdade, fui muito auxiliado. Sempre contei com a atuação competente e concertada das Diretorias Especializadas (Administração, Abastecimento, Finanças e Contas), da Caixa de Construções de Casas e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural.

Nessa lista, incluo o Centro de Controle de Inventário da Marinha e as demais Organizações Militares subordinadas.

Mas a atuação da Secretaria não se resume só aos seus tentáculos. Assim, registro com imenso júbilo o chamado relacionamento básico, isto é, o entrosamento diuturno, fundamental e indispensável entre a SGM, o Estado-Maior da Armada e o Gabinete do Comandante Marinha, harmonia essa responsável pela justaposição das ações de cada um.

Transcendendo nossa instituição, inúmeras, agradecido, alguns órgãos que cooperam conosco. Entre eles a Advocacia-Geral da União, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria Federal de Controle, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Tribunal de Contas da União, as Secretarias de Economia e Finanças do Exército Brasileiro e da Aeronáutica e, sobretudo, a Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, pelo relacionamento franco, constante e produtivo.

Ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, a quem devo a indicação para o cargo, resalto meu preito de gratidão por reconhecer em V. Exa., estimado Almirante, a orientação segura, precisa, clara, objetiva e amiga.

Corro os olhos e vejo este salão pleno de autoridades, chefes navais, companheiros e amigos aos quais muito agradeço pela gentileza de virem aqui. Concluo o agradecimento a meus familiares, presentes ou não, e em especial à minha mulher Sandra, pelo infinito que sempre representou em minha vida.

Prezado Almirante Souza Pinto, companheiro desde 1957: V. Exa. acaba de transmitir o Comando-em-Chefe da Esquadra, nosso mais elevado comando no mar. A recente promoção ao mais alto posto da carreira é o coroamento de seu prestígio entre nós. A nomeação para ser o secretário-geral da Marinha, creia, é o prenúncio

de dias extremamente felizes. Estou convencido e desejoso de seu êxito.

Finalmente, umas palavras à minha querida, dedicada e diminuta tripulação de Brasília e do Rio de Janeiro, composta de oficiais, praças, servidoras e servidores civis, e da qual, certamente, em pouco tempo, se orgulhará meu sucessor. Em seus olhos reconheci diariamente não apenas os liames hierárquicos mas - sempre - a satisfação em me servir. Leverei comigo esse afetuoso sentimento, já transformado em benfazeja saudade. Que Deus os proteja e os abençoe."

AGRADECIMENTO DO ALMIRANTE CHAGASTELES, COMANDANTE DA MARINHA

"Após dois anos e quatro meses de intensas e proveitosas atividades, passa hoje o cargo de secretário-geral da Marinha o Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo.

Oficial de reconhecida competência profissional, soube o Almirante Leal conduzir com dinamismo e eficiência as complexas atribuições inerentes à Secretaria-Geral da Marinha, ao longo de um período especialmente marcado por um difícil quadro orça-

mentário. Sua valiosa assessoria contribuiu substancialmente para as difíceis decisões que tiveram de ser tomadas pela administração naval, no sentido de fazer frente aos desafios conjunturais de nosso tempo e atenuar seus reflexos sobre o preparo e o aprestamento do poder naval brasileiro.

No plano administrativo, suas seguras orientações permitiram dar prosseguimento e avançar no processo de modernização e racionalização dos sistemas gerenciais da Força, cuja eficácia e qualidade elevam o nome da Instituição em âmbito nacional e internacional.

É, pois, com satisfação, que apresento o nosso reconhecimento e os nossos agradecimentos ao Almirante Leal, na certeza de poder contar com a qualidade de seu trabalho no cargo de chefe do Estado-Maior da Armada.

Ao empossar o Almirante-de-Esquadra Mauro Magalhães de Souza Pinto no cargo de secretário-geral da Marinha, é com muita satisfação que lhe dou as boas-vindas. Seu recente ingresso no Almirantado bem reflete a elevada confiança que a administração deposita em Vossa Excelência. Seja feliz e boa sorte."

POSSE DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES NAVAIS E DIRETOR-GERAL DE NAVEGAÇÃO

O Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho assumiu, em 20 de dezembro de 2001, os cargos de comandante de Operações Navais e diretor-geral de Navegação, substituindo o Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo.

PALAVRAS DO ALMIRANTE GUIMARÃES CARVALHO

"Com imenso orgulho e satisfação profissional retorno ao Setor Operativo, para

mais uma vez nele servir, desta feita como seu comandante.

Com os mesmos sentimentos assumo, também, o cargo de diretor-geral de Navegação.

Tenho perfeita noção da enorme responsabilidade que a partir de agora pesará sobre os meus ombros, pois os dois órgãos de Direção Setorial que ora assumo englobam cerca de 90% das Organizações Militares da Marinha, e um percentual quase igual do seu pessoal. Além disso, lidam com o que existe de mais nobre na carreira que abraça-

mos: o preparo e aplicação do Poder Marítimo, nos assuntos da alçada da Marinha, e o aprestamento e aplicação do componente militar daquele Poder, o Poder Naval.

Certo de que contarei com a ajuda e participação ativa de todos os titulares das Organizações Militares subordinadas, bem como de todos os militares e funcionários civis dos dois setores, expresso o meu compromisso de dar continuidade aos trabalhos iniciados pelos meus antecessores, perseguindo a execução dos programas e projetos, previstos no Plano de Ação, relativos às atividades do CON e da DGN.

Avalio como primeira prioridade o cumprimento do PGACON e do PROGEM, bem como a execução das diversas atividades afetas ao setor da DGN, pela sua importância no contexto nacional.

Estou perfeitamente ciente das dificuldades e desafios que me esperam, principalmente no que se refere às agruras orçamentárias com as quais a Marinha tem tido que conviver, mas estou confiante e motivado para enfrentá-los.

Agradeço ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, que preside esta cerimônia, a confiança ao indicar-me para tão importantes cargos.

Registro as presenças honrosas de antigos chefes, almirantes, companheiros do Exército e da Força Aérea, representantes da comunidade marítima, oficiais, amigos, colegas de turma, e de meus familiares, em especial de minha mulher, presenças estas que me transmitem entusiasmo e dão um brilho todo especial a esta cerimônia.

Ao Almirante-de-Esquadra Ailton Ronaldo Longo apresento os meus agradecimentos pela maneira atenciosa, detalhada e profissional com que me transmitiu os cargos, aproveitando para renovar os melhores votos de felicidades e realizações na chefia do Estado-Maior da Armada, que em breve irá assumir."

DESPEDIDA E AGRADECIMENTOS DO ALMIRANTE LONGO

Após uma curta, não obstante intensa, jornada de aproximadamente cinco meses de profícuo trabalho, despeço-me do Comando de Operações Navais e da Diretoria-Geral de Navegação.

Neste período, tive a oportunidade de acompanhar de perto os principais problemas e realizações da Marinha nas áreas dos Distritos Navais, da Esquadra, da Força de Fuzileiros da Esquadra e da Navegação, agregando elementos que certamente constituiram valiosa matéria-prima para o desempenho do cargo que exerci e que ainda serão importantes para minha próxima comissão como chefe do Estado-Maior da Armada.

Assim, não poderia deixar de registrar que, após ter participado intensamente, como diretor-geral do Material da Marinha, da aquisição, recebimento e preparo do Navio-Aeródromo *São Paulo* para entregá-lo ao Setor Operativo, tive a grata satisfação de, como comandante de Operações Navais, vê-lo operar com nossas aeronaves A-4, tornando-se o acontecimento mais marcante ocorrido durante esse comando.

Início as despedidas aos meus comandados, na esperança de ter contribuído para a consolidação de alguns aspectos do doutrinação naval, não só sob os enfoques operativo e de navegação, mas também nas modalidades administrativa, estratégica e de material. Os anos que passei em todos esses setores permitiram-me poder realizar proveitosa troca de idéias visando a manter as tradições e rumos de nossa Marinha.

Agradecimentos são muitos e se fazem necessários.

Ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, reafirmo a gratidão pela oportunidade que me concedeu quando da indicação para este honroso cargo. Particu-

larmente, este período representou o coroamento da minha carreira operativa. Agradeço ainda ao Comandante da Marinha e aos membros do Almirantado todo o apoio e incentivo, e a destinação de parcela substancial de nosso orçamento para a manutenção e emprego dos meios navais e de fuzileiros navais.

Ao Vice-Almirante Moura Neto, meu chefe de Estado-Maior, agradeço o assessoramento correto, oportuno e incansável que me permitiu a tomada de decisões adequadas.

Tais agradecimentos são extensivos aos Contra-Almirantes Rios, Max e Lawrence, meus subchefes; aos diretores subordinados, Vice-Almirantes Arêas e Janot; aos comandantes da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra, Vice-Almirantes Souza Pinto e Dobbin; aos comandantes dos Distritos Navais, Almirante-de-Esquadra Rayder, Vice-Almirantes Mendes, Davena, Kleber, Sabóia, Fiúza e Saraiva e Contra-Almirantes Correia e Mendonça; ao diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, Contra-Almirante Fava; ao comandante do Controle Naval do Tráfego Marítimo, Capitão-de-Mar-e-Guerra Falcão; ao meu chefe de Gabinete, Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Cesar; aos oficiais, praças e servidores civis do Comando de Operações Navais e da Diretoria-Geral de Navegação, com os quais tive o prazer de vivenciar o cotidiano do maior dos órgãos de Direção Setorial de nossa Marinha.

Agradeço às tripulações de todas as Organizações Militares deste setor pela manutenção diuturna do “fogo sagrado”

que nos tem permitido, apesar dos poucos recursos que nos são destinados, manter a Marinha da melhor maneira possível.

Reservo este instante para congratular-me com todos os presentes a esta cerimônia. Tratam-se de ex-chefes navais, colegas de turma, parentes, autoridades civis e militares e estimados companheiros “Soamarinos” que, com suas presenças, abrilhantam este evento.

Faço, também, uma referência especial aos meus antecessores. Empreguei todos meus esforços para bem continuar o trabalho que todos desenvolveram quando estiveram ocupando este cargo. Espero ter contribuído com uma pequena parcela para a grande obra por eles realizada ao longo de toda a história do Comando de Operações Navais e da Diretoria-Geral de Navegação. Suceder, neste Comando, oficiais exemplares que integram a galeria dos que alcançaram o ápice da carreira operativa foi para mim motivo de honra, justo orgulho e um desfecho inimaginável para um jovem friburguense que aos 16 anos ingressara no Colégio Naval.

Ao prezado Almirante-de-Esquadra Guimarães Carvalho desejo um feliz período no seu comando, na certeza de que suas qualidades morais e profissionais, sobejamente reconhecidas no decorrer de mais de 45 anos de serviço, são a garantia de um rumo seguro para o Setor Operativo e de Navegação.

Finalmente, agradeço mais uma vez a minha querida esposa Ligia, onipresente há mais de 40 anos, seja fisicamente, seja em meus pensamentos, o apoio e a compreensão demonstrados em mais esta fase de nossas vidas, e a Deus por ter iluminado nossos caminhos.”

POSSE DO DIRETOR-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA

Nomeado por Decreto Presidencial de 23 de novembro de 2001, o Almirante-de-Esquadra Rayder Alencar da Silveira

assumiu, em 14 de dezembro de 2001, o cargo de diretor-geral do Pessoal da Marinha.

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE RAYDER

“Ao assumir a direção-geral do setor de Pessoal da Marinha, que sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento.

Ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, que preside esta cerimônia, pela confiança ao indicar-me para o cargo. Ela será o estímulo permanente para enfrentar os desafios que teremos pela frente. Desde já, assumo o compromisso de que todo meu trabalho será direcionado no sentido de bem cumprir a missão da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, no limite da minha capacidade, dando continuidade ao realizado pelos que me antecederam.

Aos membros do Almirantado, externo o meu reconhecimento por me terem concedido a honra de integrá-lo.

Às autoridades presentes e representadas, antigos chefes, almirantes, colegas de turma, demais oficiais, amigos e familiares, e em especial a minha mulher, o meu muito obrigado pelo privilégio de suas presenças, que me transmitem orgulho e entusiasmo e dão especial brilho a esta cerimônia.

Um agradecimento especial aos amigos que vieram de Salvador e São Paulo exclusivamente para compartilhar comigo deste importante momento da minha carreira.

Ao Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o meu reconhecimento pela maneira fraterna e profissional com que me transmitiu o cargo e os meus renovados votos de felicidades no Comando de Operações Navais, que assumirá em breve.

Aos meus subordinados, externo meu orgulho e satisfação em poder dirigi-los. Apresento-me com a confiança, determinação e o entusiasmo necessários aos que se deparam com um novo desafio, particularmente quando é de peculiar complexidade, por tratar de atividades relacionadas à

carreira, ao preparo e qualificação, à saúde, à assistência social e a higidez física do pessoal, nosso maior patrimônio. Para superá-lo conto com a lealdade e o empenho de todos os senhores.

Finalmente, elevo meu pensamento a Deus para agradecer tudo aquilo que Ele nos tem reservado e pedir, mais uma vez, que nos ilumine para que nossas decisões, que serão sempre orientadas no sentido de preservar os interesses da alta administração naval, não venham frustrar expectativas e anseios da família naval.”

DESPEDIDAS DO ALMIRANTE GUIMARÃES CARVALHO

Ao assumir, há cerca de dois anos, o cargo que hoje transmito, expressei na minha Ordem de Serviço de posse os sentimentos e idéias que me tomavam no momento, algumas das quais julgo oportuno relembrar:

— Mencionei a minha convicção de que o setor do Pessoal, conforme o seu próprio nome indica, lida com as pessoas da Marinha, seu bem mais precioso. Acrescentei, ainda, estar ciente de que aquelas pessoas, conforme ocorre em qualquer outra grande organização, têm anseios e direitos, mas também deveres e obrigações. Expressei então o meu compromisso de tentar perceber e entender os anseios, a até procurar atendê-los se legítimos; de reconhecer os direitos amparados pela legislação; e de motivar e exigir o cumprimento dos deveres e obrigações. Hoje, posso afirmar que mantenho aquela convicção, e que procurei, em todas as horas de cada dia, cumprir aquele compromisso.

— Falei da certeza que tinha em contar com a ajuda e participação ativa dos titulares das Organizações Militares subordinadas, bem como de todos os militares e funcionários civis do setor, o que em nenhum momento me faltou.

– Por fim, fiz minhas as palavras de um ex-chefe, que ao assumir a DGPM assim se expressou: “Tenho a consciência de que assumo a manobra de um navio de grande tonelagem, lento a atender as ordens de máquina e de leme, e mais lento ainda para corrigir tendências e reagir às correções, o que exige ponderação na manobra e extrema agilidade para perceber a tempo as correções exigidas”. Mantenho a frase, apenas acrescentando que procurei dotar este grande navio com uma proa bulbosa, de forma a aumentar, ainda que pouco, a agilidade da manobra e que, quando manobrando, não fizesse muita marola.

Busquei sempre o trabalho em equipe, não implementando ou propondo qualquer medida, sem que a Diretoria Especializada pertinente participasse do processo. Desta forma, todas as possíveis realizações do setor do Pessoal, durante o período em que tive a honra de ser o seu diretor-geral, não devem ser creditadas a possíveis méritos pessoais isolados, mas sim ao conjunto.

Em respeito, e até por gratidão a esse conjunto, cito algumas dessas realizações:

– Na área de pessoal militar foi feita a adequação das nossas Tabelas de Lotação aos limites do Efetivo Fixado em Lei e, também, aos do Efetivo Autorizado, o que implicou, reconheço, em algumas medidas duras que tiveram que ser adotadas; o Plano de Carreira dos Oficiais foi revisto, buscando-se um plano mais perene, flexível e com uma escala crescente de rigor, já tendo sido aprovado pelo Comandante da Marinha; o Plano de Carreira de Praças também foi revisto, com o mesmo enfoque dado ao dos Oficiais, mas, infelizmente, não houve tempo de encaminhar a proposta de revisão do PCPM, pois ainda existem alguns detalhes a serem acertados, inclusive os decorrentes do recente Decreto Presidencial que dispõe sobre as promoções das praças da Marinha.

– Na área de saúde perseguiu-se a melhoria no atendimento à família naval e o aprimoramento da aplicação da sistemática OMPS nos nossos hospitais; foi dada continuação a uma batalha ainda não totalmente vencida, no que se refere à redução dos prazos para marcação de consultas; e iniciou-se um plano plurianual, dentro da nossa realidade orçamentária, visando à modernização de equipamentos nas nossas unidades hospitalares.

– Na área de ensino, além do encaminhamento ao EMA de proposta de atualização da Lei de Ensino da Marinha, destacou a revisão de currículos, o investimento em recursos instrucionais e a continuação das obras de modernização da Escola Naval, garantida através de um outro plano plurianual com recursos orçamentários, já que foi esgotada a possibilidade de executá-la com aportes externos.

– Na área de assistência social, em paralelo com a manutenção dos seus programas e projetos, a Casa do Marinheiro foi totalmente reformulada, tendo sido disponibilizada para as nossas praças, na área de maior concentração do nosso pessoal, uma instalação modelo de lazer, incluindo um hotel de trânsito, facilidade não disponível anteriormente. Todo esse conjunto já está pronto, e até já funcionando parcialmente, devendo ser inaugurado brevemente pelo Comandante da Marinha.

– Na área de pessoal civil, infelizmente, as realizações concretas foram poucas. Várias propostas de medidas foram encaminhadas pela Marinha, mas esse importante componente da nossa força de trabalho é regido por legislação de outros órgãos do governo federal, que nem sempre aceitam ou entendem as peculiaridades dos funcionários civis das Forças Armadas, de uma maneira geral, e da Marinha, em particular.

Por toda a ajuda que tive, não poderia deixar de agradecer àqueles que estiveram ao meu lado, sejam almirantes, diretores,

comandantes, oficiais, praças e servidores civis, que comigo viveram todos os momentos, quer de mar calmo ou de mar agitado. Destaco, em especial, todos os componentes da minha tripulação na DGPM.

Sou também agradecido ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, bem como aos demais membros do Almirantado, pelas deferências e apoio que nunca me faltaram, no desempenho do cargo que hoje transmito.

Manifesto também gratidão à minha família, em especial à minha mulher, pela compreensão, e até mesmo pela paciência, em entender e aceitar os momentos, que foram

vários, em que levei para casa as minhas preocupações funcionais.

Por fim, agradeço a Deus, por toda a sua proteção, que não foi pouca, durante este período.

Almirante Rayder, esta é a terceira vez que lhe transmito um cargo que vinha exercendo. Espero que, tal como aconteceu nas duas outras oportunidades, V. Exa. seja muito feliz. A sua recente promoção ao último posto da carreira é uma demonstração inequívoca da confiança do Almirantado, o que nos permite ter a certeza de muito sucesso e realizações na nobre missão de conduzir a nossa querida DGPM."

VISITAS AO SETOR CULTURAL DA MARINHA

Durante os meses de abril e maio de 2002, 3.947 pessoas de 75 instituições fizeram visitas programadas ao Espaço Cultural da Marinha, Navio-Museu *Bauru* e Submarino-Museu *Riachelo*, no Rio de Janeiro. Dentre essas instituições, 41 são escolas públicas (municipais e estaduais) e o

restante escolas particulares e instituições diversas, como creches e centros comunitários. Registrou-se, ainda, visita à Ilha Fiscal e passeio marítimo no Rebocador *Laurindo Pitta* realizados pela Escola Alemã Corcovado e Escola Modelar Carnaúba, com a participação de 103 alunos.

POSSE DO DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

O Contra-Almirante César Pinto Corrêa assumiu, em 4 de abril de 2002, o cargo de diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em substituição ao Vice-Almirante Lauro Reis Salgado.

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE PINTO CORRÊA

"Inicialmente gostaria de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, pela confiança em mim depo-

sitada ao me indicar para esse honroso cargo de diretor do Arsenal de Marinha.

Embarquei pela primeira vez no Arsenal de Marinha em 1979, após ter servido por três anos, como oficial do Departamento de Máquinas, no Cruzador *Tamandaré* e terminado o curso de Engenharia Naval na Universidade de São Paulo.

Nessa época, como capitão-tenente, tive a oportunidade de trabalhar na oficina de máquinas do Arsenal e posteriormente na oficina de hidráulica, recém-criada, onde comecei a aplicar os conhecimentos obti-

dos na universidade e a forjar minha vida profissional ao lado de engenheiros, mestres, técnicos e operários de alta qualificação técnica.

Em seguida a essa experiência em oficina, pude desenvolver atividades nas áreas de projeto, gerência, contrato e financeira na Diretoria de Engenharia Naval e atividades na área universitária, na Universidade de São Paulo, como diretor do Centro de Coordenação e de Estudos da Marinha em São Paulo.

Ao retornar ao Arsenal em 1999, para ser vice-diretor, pude colocar à prova toda a experiência que obtive ao longo de minha carreira na Marinha. Fui recebido com confiança por todos e fiquei muito feliz ao constatar que ainda persiste a mesma abnegação dos militares e servidores civis que aqui servem em ver a tarefa bem feita, concluída com qualidade, apesar das dificuldades financeiras e da limitação de recursos humanos e materiais.

O Arsenal é uma Organização Militar de grande porte com dimensão compatível com o potencial de mobilização esperado pela Marinha, cujo objetivo é manter, reparar, modernizar e construir os meios de superfície e submarinos da Marinha. Todos nós, militares e servidores do Arsenal, devemos estar plenamente envolvidos e comprometidos com este objetivo.

Continuarei com o mesmo entusiasmo que tenho tido em minha carreira, dedicando-me com afinco a todas as atividades que terei que desenvolver, visando a obter os resultados que a Marinha espera de mim. Conclamo a todos os meus subordinados a assumir essa mesma postura de modo a juntos cumprirmos a nossa missão, que é o pronto atendimento às necessidades da Marinha.

Gostaria de agradecer ao Almirante-de-Esquadra Jeronimo Francisco Mac Dowell Gonçalves pela honra e privilégio que me

concede em presidir esta cerimônia e lhe oferecer o meu total empenho e lealdade.

Agradeço também às autoridades, aos amigos e familiares que, com suas presenças, abrilhantam esta cerimônia.

Aos meus pais agradeço o carinho, apoio e solidariedade em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ainda a minha esposa, que sempre está ao meu lado em todas as ocasiões, que muito me incentivou para permanecer na Marinha e que, com seu carinho, companheirismo e compreensão, me traz felicidade e paz para que eu possa desenvolver minhas atividades profissionais com total disponibilidade, serenidade e equilíbrio.

Agradeço a Deus por tudo que sou e peço que ilumine o meu caminho para que eu possa tomar decisões corretas, justas e oportunas.

Ao Vice-Almirante(EN) Lauro Reis Salgado, com o qual tive o prazer e a honra de trabalhar como seu vice-diretor por dois anos e três meses, sou muito grato pela orientação que recebi neste período e pela maneira cavalheira e amiga com que sempre me tratou, e desejo-lhe felicidades e sucesso no importante cargo, para o qual foi designado, de Diretor de Engenharia Naval."

DESPEDIDAS E AGRADECIMENTOS DO ALMIRANTE SALGADO

O momento da despedida, apesar de ser rotina em nossa vida profissional, traz um sentimento de perda e vazio, compensado pelas lembranças e realizações vividas e pelas expectativas das novas experiências profissionais que revestem as mudanças de função. Vem a ser também a oportunidade para reflexões e agradecimentos.

Os navios da Marinha são o fulcro da existência do Arsenal, e é por eles e para eles que todos nós trabalhamos nesta ilha.

Por outro lado, a determinação na busca por resultados igualmente se reveste de importância na definição de metas e das prioridades relativas aos projetos e atividades em execução.

Estes conceitos, na sua essência, representam o óbvio, muito embora sua formulação para o uso interno e disseminação não sejam tão simples. Difundidos e consolidados continuamente, transformaram-se no alicerce de nossa administração. Permitiram uma melhor e indispensável integração entre as equipes do Arsenal e dos navios, fortalecendo a sensação de que todos são parte do navio, como uma família, visão esta expressa em muitas oportunidades por seus próprios comandantes, o que vem a ser muito positivo. Com isso foi possível a reordenação das normas da organização de forma a dar maior flexibilidade, descentralização e responsabilidade às decisões operacionais, preservando-se os instrumentos de controle central, sem inibir a agilidade das providências gerenciais.

Os exemplos e ensinamentos de ex-chefes e a convivência de muitos anos no ambiente das oficinas e dos núcleos de gerenciamento de projetos, buscando soluções para uma grande diversidade de problemas, foram essenciais para o meu entendimento da importância da compreensão desses conceitos por todos os integrantes desta organização militar.

As prioridades para os navios e para os resultados foram sendo gradativamente absorvidas e tiveram como consequência realizações importantes aos longo desses cinco anos, das quais tive o privilégio de participar na Direção desta competente equipe que aqui trabalha.

No contexto industrial, foram cumpridos os projetos previstos no PROGEM, atendidas as solicitações em emergência nos navios da Marinha, no País ou no exterior, executados diversos serviços extra-MB, em

especial para Marinhas amigas, e dado prosseguimento ao programa de construção naval. Destaco, sem desmerecer a importância das demais obras, por suas características peculiares:

- o reparo do Submarino *Tupi*, pela inédita tecnologia de corte e união do casco resistente durante sua docagem, que trouxe importantes e positivos desdobramentos no âmbito regional;

- o reparo do Navio-Aeródromo Ligeiro *Minas Gerais*, pela complexidade técnica e importância para a consolidação de nossa aviação naval, reativada com a aquisição de aeronaves A-4, que, no início de 2001, pousaram e decolaram de seu convés;

- a fabricação e instalação de novas portas de popa para os Navios de Desembarque-Doca *Rio de Janeiro* e *Ceará*;

- o reparo bem-sucedido da Fragata *Niterói* em 12 meses, o que demonstra serem possíveis prazos mais curtos quando as peças sobressalentes estão disponíveis;

- a manutenção anual do Navio-Escola *Brasil* e do Navio de Apoio Oceanográfico *Ary Rongel*, que, pelos compromissos internacionais e exiguidade dos prazos alocados, exigem um planejamento e acompanhamento dos trabalhos com a meta de zero erro;

- o PMG da Corveta *Inhaúma*, o primeiro da classe desde sua construção, que foi concluído após serem vencidas inúmeras dificuldades, trazendo experiências valiosas para os próximos navios planejados;

- a conclusão e entrega do Submarino *Tapajós*, em dezembro de 1999, o terceiro construído no Arsenal, que hoje está em operação e vem prestando bons serviços à Esquadra;

- a continuação da construção do Submarino *Tikuna* e da Corveta *Barroso*, cujas obras têm sido executadas na velocidade compatível com os recursos financeiros

alocados, sem qualquer interrupção, mantendo-se a qualidade exigida pelos projetos;

– o reparo de meia-vida do Submarino ARA *Santa Cruz*, cujas negociações foram por nós iniciadas em maio de 1998 e suas obras efetivamente começadas em 1999, com a docagem para a substituição de equipamentos, período no qual foram realizados o corte e união do casco resistente. A “Fase Brasil” do reparo foi concluída em junho de 2001, com o regresso do navio à Argentina, navegando mergulhado. No próximo dia 12 de abril, serão iniciadas as provas finais de mar, com a entrega do navio para o setor operativo da Armada argentina prevista para a primeira quinzena de maio em Mar del Plata, momento em que o projeto será considerado encerrado; e

– a retubulação total das caldeiras 10 e 20 de Navio-Aeródromo *São Paulo* e substituição das unidades 1 e 4 do aparelho de parada, assegurando a operacionalidade requerida para as operações aéreas.

Foi possível, também, recompor a área administrativa, considerada como ponto de grande fragilidade da organização.

– O orçamento anual, instrumento indispensável para a condução de uma OMPS-I, foi reestruturado e passou a ser parte de um plano plurianual de despesas, fixadas em função das necessidades setoriais, das receitas estimadas e das prioridades definidas para o exercício.

– O Regulamento, o Regimento, as Ordens Internas e as Instruções Departamentais foram revistas e atualizadas.

– Os principais Processos Organizacionais foram mapeados e normatizados.

– Foi criado o Plano Diretor de Informática, que passou a fazer parte do plano plurianual.

– O Conselho de Administração passou a participar diretamente da fiscalização do comportamento financeiro da OMPS.

A infra-estrutura industrial foi contemplada com investimentos significativos, reconstruindo-se o sistema de ar comprimido e gases industriais, recuperando-se telhados e fachadas, criando nova subestação de energia estabilizada, recuperando grande parte do cais leste e sul interno, entre outros.

No contexto social foram priorizadas as áreas de saúde, alimentação e ensino.

– O Hospital do Arsenal foi objeto de importantes reformas, com a modernização dos laboratórios, com a aquisição de novos equipamentos hospitalares para as diversas clínicas, em especial, pelo seu custo, a radiologia, com a criação de um setor de medicamentos em conexão com a DSM para atender aos servidores civis e seus dependentes na aquisição de remédios a preços melhores, à semelhança do SEDIME, entre outras. Foi criada a Coordenadoria de Preservação da Saúde, que tem por objetivo principal desenvolver programas de mapeamento da saúde dos servidores, de melhorias das condições do meio ambiente e campanhas esclarecedoras sobre os temas mais atuais da saúde pública e profissional.

– Prosseguimos com a reforma do nosso rancho, seguindo o projeto elaborado há cerca de 10 anos e que vem sendo implementado paulatinamente, assegurando qualidade das refeições servidas e dignidade para os que lá trabalham e para os comensais.

– Os cursos de formação técnica foram reativados, em março de 2002, nas novas dependências da ETAM. Este projeto foi viabilizado pelo convênio assinado com o MEC, que possibilitou não somente a construção das novas instalações, no edifício 35, como a estruturação dos cursos dentro dos conceitos mais modernos da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino Profissional.

Esses resultados só foram possíveis graças à participação dos servidores civis e militares deste Arsenal de Marinha, que,

com seu empenho, dedicação e lealdade à Instituição, transformaram planos em realidade e problemas em soluções.

A impossibilidade de renovação de pessoal levou a um crescimento da terceirização de serviços, que hoje abrange as áreas produtiva e de apoio. Destaco a parceria com a Engeprom, que permitiu assegurar a preservação do conhecimento em áreas sensíveis dentro do âmbito da Marinha.

Por outro lado, foi necessário um esforço pessoal da Direção na tentativa de resgatar justas aspirações de nossos servidores. Isto foi possível em face da participação espontânea de alguns servidores, sob a eficiente coordenação do Departamento de Pessoal, na elaboração de estudos que subsidiaram as ações formadas pela DPCvM junto ao órgão central de recursos humanos do MPOG. Alguns resultados foram atingidos, outros ainda se encontram em evolução, com perspecti-

vas favoráveis. Destaco aqui a atitude profissional e sensata da grande maioria dos servidores, que entenderam a dificuldade em se obter resultados em assuntos cuja decisão está fora do âmbito da Marinha, deixando de lado as vozes que, por interesses pessoais diversos, tentam semear a dúvida e a discórdia em nosso meio, e aderindo ao princípio de que somente através do trabalho disciplinado é que se consegue alcançar os objetivos.

Enfatizo meu reconhecimento e agradecimento a toda a equipe de civis e militares que servem no Arsenal de Marinha, pela dedicação, competência e profissionalismo. Agradeço àqueles ocupantes das difíceis funções das chefias imediatas, cuja colaboração foi indispensável para a estabilidade e eficácia da organização."

Seguem agradecimentos aos chefes, aos seus pares, aos subordinados, às autoridades presentes e aos familiares.

POSSE DO DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

O Vice-Almirante Ivan Pereira Arêas transmitiu, em 8 de março de 2002, o cargo de diretor de Hidrografia e Navegação ao Vice-Almirante Júlio Soares de Moura Neto.

ÚLTIMAS PALAVRAS DO ALMIRANTE ARÊAS

"Divulgados os atos de exoneração e nomeação, melhor seria, como já foi prática antiga, que me fosse permitido, em silêncio, o desembarque pelo caminho mais curto e, ultrapassando o portão desta inesquecível "Repartição Hidrográfica", deixar o serviço ativo.

Não cabe nesta cerimônia qualquer expressão de tristeza ou pesar. Estamos aqui reunidos para festejar um novo tempo, a chegada do Vice-Almirante Júlio Soares de Moura Neto, a quem entrego não um cargo,

mas esta mais do que centenária instituição. Esse novo tempo, antevejo-o de trabalho, muito trabalho, mas marcado por realizações notáveis. Ficará assinalado pelo previsível êxito que será a sua passagem pela Diretoria, rumo a desafios ainda mais elevados.

Não parece oportuno, portanto, falar do que nos foi possível juntos realizar, nesses dois anos que tão rapidamente passaram; nem do muito que se faz necessário para recolocar a DHN na posição de prestígio que logrou alcançar no passado entre os mais eficientes e atualizados serviços congêneres.

Deixo de externar também, como seria de justiça, os agradecimentos que neste instante alagam o meu coração e que certamente embargariam e fariam calar a minha voz. Seriam por demais extensos, já que tenho a noção do tanto que devo a tantos.

Na Marinha que tudo me deu e quase tudo me permitiu, resumo o meu pleito de gratidão. Lembrando Fernando Pessoa, em “Abdicação”, com indevida licença, como quase sempre fiz:

*“...Ela me fez um soberano
Que não voluntariamente abandono
O meu trono de sonho e cansaços.*

Minha espada, pesada a braços lassos,
Em mãos viris e calmas entreguei
E meu cetro e coroa – eu os deixei
Lá na *Câmara*, feitos em pedaços.

Despi a realeza, corpo e alma
E *regresso* à noite antiga e calma
Como a paisagem ao morrer do dia.”

Finalmente, desço para o meu cais de recordações e de lembranças inolvidáveis. O navio continuará, sob o novo comando, a sua viagem ininterrupta.

Deste cais que já é uma “saude de pedra”, como um marinheiro que sempre procurei ser, desejo a todos que permaneçam a bordo nessa singradura maravilhosa simplesmente: Boa Viagem!”

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE MOURA NETO

“Ao assumir um cargo de titular de Organização Militar da Marinha, sempre pareceu-me de extrema importância analisar bem a sua missão, pois ela indicará as metas a serem alcançadas. Ao fazê-lo, com respeito à DHN, foi fácil constatar os seus propósitos: apoiar a aplicação do Poder Naval, contribuir para a segurança da navegação na área marítima de interesse e nas vias navegáveis interiores e colaborar para a execução de projetos nacionais de pes-

quisas em nossas águas e daqueles resultantes de compromissos internacionais.

Assim, é com muita satisfação que sinto-me voltando ao mar, razão de ser desta casa e que está indelevelmente inserido em seus 126 anos de história, iniciada em 1876, quando era criada a Repartição Hidrográfica. Aqui, respira-se o ar salgado que emana das atividades conduzidas pela Diretoria, exemplo de dedicação e lugar em que marinheiros sentem-se muito à vontade.

Nesses tempos de vertiginoso progresso tecnológico, com influência direta na utilização dos oceanos, podemos constatar que a DHN, com uma correta visão prospectiva, teve o mérito de se manter atualizada, acompanhando o estado da arte e desenvolvendo atividades extremamente atuais.

A Diretoria segue navegando no rumo certo, traçado pelos antecessores que, em boa hora, perceberam a necessidade de imprimir grandes esforços para que estivesse apta a contribuir para o uso do mar pelo Brasil, uma clara necessidade para um país com uma extensa fronteira marítima.

No entanto, sabemos que, cada vez mais, teremos que enfrentar as águas tormentosas das dificuldades financeiras. Como já vem ocorrendo, os recursos, sempre escassos, deverão ser utilizados com critério e criatividade. A DHN, fruto de seu patrimônio técnico-científico e do nível de excelência de seus trabalhos, desfruta de uma reconhecida credibilidade, sendo um canal que faculta a interação com outras instituições. Assim, com o aval do diretor-geral de Navegação, envidarei os maiores esforços na busca de fontes alternativas, aproveitando as oportunidades que surgirem para não só aumentar o prestígio da nossa Marinha, como também minorar as restrições orçamentárias.

Estando com a mente e o coração abertos para absorver o espírito muito próprio

dos hidrógrafos que aqui labutam, assumo este cargo com justificado orgulho, fruto da plena consciência do enorme potencial da Diretoria, o que, em contrapartida, redundará na grande responsabilidade que passa a pesar sobre os meus ombros. A convicção que poderei contar com a colaboração, a dedicação ao serviço e o entusiasmo daqueles que aqui servem e nas OM subordinadas permitem-me antever que realizaremos um esforço conjunto e harmonioso, para que seja dada continuidade aos trabalhos até então realizados.

Ao Almirante-de-Esquadra Sérgio Gitiirana Florêncio Chagasteles, Comandante da Marinha, agradeço a confiança em mim depositada, indicando-me para este honroso cargo.

Ao Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, diretor-geral de Navegação, expresso os meus agradecimentos pela honra que concede ao presidir esta cerimônia. A Sua Excelência reafirma a minha lealdade e consideração e o meu respeito.

Aos antigos chefes, aos quais muito devo pelo exemplo que deixaram e pelos ensinamentos e orientações; aos ex-diretores

de Hidrografia e Navegação, cujo trabalho, em determinadas épocas, permitiu que se evoluísse para a Diretoria de hoje; aos almirantes e autoridades presentes ou que se fizeram representar; aos hidrógrafos, não somente os cursados em Hidrografia, mas todos que amam a DHN; aos colegas da Turma Mendes; aos amigos; aos oficiais e demais convidados, demonstro o meu reconhecimento pela gentileza de aqui comparecerem.

À minha família, de quem só tenho recebido permanente incentivo, apoio, amor e dedicação, registro a minha emoção e felicidade em tê-los sempre a meu lado.

Ao Vice-Almirante Ivan Pereira Arêas, apresento a minha gratidão pela maneira profissional, detalhada e, acima de tudo, amigável com que me passou o cargo, transmitindo, com sua conhecida competência, a considerável experiência de oficial hidrógrafo que, durante muitos anos, aqui serviu. No momento em que V. Ex.^a inicia uma nova singradura por mares pouco conhecidos, nós, da Diretoria de Hidrografia e Navegação, desejamos que a estrela guia lhe indique o melhor caminho. Seja feliz, Almirante Arêas, e que Deus o proteja, Dona Marlene e toda a sua família!"

POSSE DO DIRETOR DE ENGENHARIA NAVAL

O Contra-Almirante (EN) Roberto da Silva Legey transmitiu, em 15 de abril de 2002, o cargo de Diretor de Engenharia Naval ao Vice-Almirante (EN) Lauro Reis Salgado.

DESPEDIDA E AGRADECIMENTO DO ALMIRANTE LEGEY

"Ao longo de nossas carreiras, habituamo-nos a presenciar muitas cerimônias de passagem como esta. Elas representam a renovação natural das administrações, que propiciam às nossas OM pros-

seguir no cumprimento de suas missões com as novas idéias dos que chegam e a consolidação dos trabalhos dos que as deixam. Para mim, entretanto, a cerimônia de hoje tem um significado muito especial, pois representa o marco final de minhas atividades no serviço ativo após mais de 40 anos. É chegado, então, o momento de me despedir.

Ingressei na Marinha no final de minha adolescência, onde fui acolhido com o respeito e a dignidade que caracterizam a vida naval, trazendo a preciosa bagagem de prin-

cípios que meus queridos e saudosos pais me legaram, de profundo respeito a todos, de lealdade, honestidade e claras e profundas noções de cumprimento do dever. Desde logo, no convívio sadio e alegre com meus companheiros mais próximos e com a orientação firme e segura dos chefes mais antigos, aqueles princípios basilares se aprimoraram e minha formação foi consolidada, a par com os conhecimentos profissionais que me foram ministrados.

Assim, neste momento de despedidas e agradecimentos, em que trajo pela última vez este uniforme branco, que tanto orgulho sempre me trouxe, dirijo os meus mais sinceros agradecimentos à instituição Marinha do Brasil, que me acolheu tão bem, e por tudo o que me proporcionou, pelo aprimoramento constante e pelas amizades que fiz. Pela oportunidade de realizar o meu curso de graduação em Engenharia Naval em uma das mais renomadas escolas de engenharia do País, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e assim, por mais de 30 anos, me permitir participar dos programas de reparo e construção naval da Marinha. Orgulha-me ter participado da construção das Fragatas *Independência* e *União*, dos navios de assistência hospitalar, do Navio-Escola *Brasil*, das Corvetas *Inhaúma* e *Jaceguai*, dos navios-patrolha classe *Grajaú* e dos submarinos *Tamoio*, *Timbira*, *Tapajó* e *Tikuna*. Creio que consegui cumprir e honrar uma afirmação de que me recordo, gravada em algum lugar nas paredes da Escola Naval nos meus tempos de aspirante, e que dizia: "A Marinha nos educa e nos instrui para ser por nós fielmente servida".

A todos os chefes que tive ao longo de minha carreira agradeço a orientação, firmeza e paciência que tiveram comigo, mormente quando ainda muito jovem julgava ter a solução para tudo. Seus ensinamentos foram fundamentais, para que mais tarde me fossem

concedidas as estrelas de almirante. Agradeço ao Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, ministro da Marinha por ocasião de minha promoção ao posto de contra-almirante e que me indicou para os cargos de coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha, de subchefe de Ciência e Tecnologia do então Estado-Maior das Forças Armadas e de diretor do Instituto de Pesquisas da Marinha, pela confiança em mim depositada pelas honrosas indicações. Ao Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, Comandante da Marinha e meu primeiro chefe na Diretoria-Geral do Material da Marinha, logo após a minha promoção em 31 de Março de 1996, e que me indicou para ser o diretor de Engenharia Naval, o meu muito obrigado pelas orientações seguras, pela confiança e por contínuas manifestações de apreço. Agradeço, ainda, aos Almirantes-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho, Luiz Fernando Portella Peixoto e Ayrton Ronaldo Longo, meus chefes na DGMM no decorrer desses últimos anos, pela amizade, cortesia e liderança serena e firme no nosso dia-a-dia. Ao Almirante-de-Esquadra Jeronymo Francisco Mac Dowell Gonçalves, meu atual e último diretor-geral, agradeço a gentileza com que sempre me distinguiu e a honra por presidir esta cerimônia.

Nas lides diárias da engenharia naval, sempre aprendi com os muitos oficiais e funcionários civis com quem tive o privilégio de trabalhar ao longo de todos esses já saudosos anos, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no Centro de Armas da Marinha, no Instituto de Pesquisas da Marinha e finalmente na Diretoria de Engenharia Naval. A todos o meu muito obrigado por tudo, principalmente pela lealdade, dedicação, carinho e pelos valiosos conhecimentos que me transmitiram. Nas atividades de engenharia, para que se tenha êxito, é fundamental o trabalho em equipe, humildade e confiança mútua. Ninguém faz

nada sozinho. Sou, portanto, muito grato a todos os que comigo um dia trabalharam, pelo muito que me ensinaram e pelo respeito que me dedicaram. Estou certo que poderei contar com a amizade de todos e saibam que desde já estou à disposição.

Desejo registrar ainda os meus mais profundos agradecimentos ao Capitão-de-Corveta (T-RRm) Edison Batista de Souza, meu primeiro assistente, e ao Capitão-de-Fragata (T) Paulo Taniguti, meu assistente atual, e a todos que um dia pertenceram ao meu Gabinete, pela dedicação, lealdade, trabalho incansável e, principalmente, pela amizade.

Finalmente, desejo registrar que tudo teria sido muito mais difícil, quiçá impossível, não fora o carinho, a paciência, a compreensão e o amor de minha família. Muito obrigado é muito pouco para expressar a minha gratidão por tudo o que devo à minha querida esposa, Eliane Maria, por ter sido o meu verdadeiro pilar ao longo de todos esses anos, sempre ao meu lado e mostrando o caminho a seguir, quando para mim os obstáculos pareciam se tornar quase intransponíveis. O amor e o carinho dos meus filhos, Marcelo e Heloisa, foram sempre poderosos alimentos para revigorar o meu espírito.

Ao Vice-Almirante Lauro Reis Salgado, companheiro e colega desde os tempos de menino no Colégio Militar do Rio de Janeiro e que comigo trilhou os mesmos caminhos desde os idos de 1962, quando ingressamos na Escola Naval, desejo muitas felicidades na direção da DEN. As suas mais do que reconhecidas qualidades profissionais, muito enriquecidas com a recente direção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, aliada à excelência da equipe de oficiais, engenheiros e demais funcionários da Diretoria, são a garantia do seu sucesso.

A Deus agradeço ter estado sempre ao meu lado e iluminado o meu caminho."

PALAVRAS INICIAIS DO ALMIRANTE SALGADO

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, pela confiança ao me indicar para tão honroso e gratificante cargo de diretor de Engenharia Naval.

Esta é a primeira vez que tenho a oportunidade de poder prestar minha colaboração no ambiente de uma Diretoria Especializada. Como é de conhecimento de todos, minha experiência profissional conta com muitos anos de trabalho na interface estaleiro-navio, onde os problemas e as soluções têm, como condição de contorno, os parâmetros de prazo, custo e qualidade, o que acaba criando a obstinação pelo resultado e pela rapidez nas decisões.

Pude observar, com satisfação, o cuidado e seriedade com que militares e civis, muitos já meus antigos conhecidos, tratam os difíceis e diversos assuntos da Diretoria, dando uma demonstração inequívoca da preocupação em atender às demandas da Marinha, com a prioridade voltada para o aprestamento dos navios. Tenho a certeza de contar com a mesma dedicação e empenho de minha tripulação nas tarefas sob nossa responsabilidade. É importante assegurar a indispensável continuidade na correta condução de todos os trabalhos, sejam de gerenciamento dos projetos, de relatores de planos básicos, técnicos-normativos, de garantia de qualidade ou de apoio logístico, tendo sempre como foco o que for melhor para o navio.

A meu chefe, o Almirante-de-Esquadra Jeronymo Francisco Mac Dowell Gonçalves, sou grato pelo privilégio e pela honra que me concede ao presidir esta cerimônia e ofereço meu total empenho e irrestrita lealdade.

Agradeço aos almirantes, autoridades, amigos e familiares aqui presentes o que

para mim representa uma manifestação de incentivo e apoio, além de conferir um brilho especial a este evento.

A meus pais, meu reconhecimento pelo amor e por sólidos valores morais. A minha mulher e meus filhos, sou grato pelo carinho e solidariedade que me proporcionam no lar, onde renovo minhas energias para o trabalho.

O Almirante Legey é meu amigo de infância. Iniciamos nossa jornada em 1955, quando nos apresentamos no Colégio Militar. Nossos caminhos sempre nos colocaram muito próximos, fortalecendo essa amizade e estreitando os nossos laços familia-

res. Considero um especial privilégio receber este cargo de diretor de Engenharia Naval de suas mãos e agradeço a transparência e precisão com que me passou os assuntos que vem conduzindo com habilidade e inteligência. Todos nós, um dia, chegamos a esse momento em que devemos nos afastar do serviço ativo. Desejo a Vossa Excelência muitas felicidades e muita paz no seio de sua família, junto a sua esposa Eliane, seus filhos e netos, na certeza de que novas realizações pessoais e profissionais vão ocorrer, o que é mais do que merecido.

A Deus peço Sua benção e proteção."

PROSA E POESIA DO ALMIRANTE OTACÍLIO CUNHA

A *Revista Marítima Brasileira* publicou, no 2º trimestre/2000, o registro do Centenário de Nascimento do Almirante Otacílio Cunha. A matéria publicada foi obtida do caderno organizado por seu genro, Capitão-de-Mar-e-Guerra Hilton da Silva Sobrinho, que se empenhou para condensar, além da biografia detalhada, várias crônicas, contos e poesias escritas pelo almirante desde antes o seu ingresso na Marinha, em 1918.

A *RMB* sentiu-se no dever de divulgar mais algumas obras do renomado oficial, em face da singeleza, propriedade, domínio da língua e beleza literária.

Sedução na primavera

O guarda que rondava as imediações da rua "X" não viu um vulto cauteloso que galgou, apressado, as grades do jardim da casa número 56. Eram 2 horas da madrugada. Numa sonolência desoladora, as luzes afogadas pelo nevoeiro empalideciam, empalideciam.

O homem, chapéu enterrado sobre os olhos e a gola do paletó levantada, atravessou lentamente o jardim, evitando fazer cantar sob os seus pés o cascalho fino do caminho. Jasmins constelavam o escuro da folhagem, embalsamando a atmosfera; e rosas vermelhas despetalavam-se, silenciosas, à carícia demorada da brisa. Era a primavera com toda a sua vida a rebentar em flor pelos galhos e a explodir renovações pelos troncos.

O vulto esgueirou-se por entre as folhagens, admirado de sentir prazer em absorver a largos haustos aquela atmosfera impregnada de perfumes, como se tivesse vindo para fluir de uma noite da estação das flores num jardim bem cuidado. E o fino nevoeiro que caía, aljofarando as folhas largas das palmas, cobria-lhe os ombros com o orvalho frio que molhava a relva.

A casa 56 perfilava-se muito branca e silenciosa no meio de roseiras e oiticicas, como embriagada pelo perfume que andava em volta. Uma escadaria branca, dos lados da qual vigilavam duas lâmpadas a tecer nas

paredes, sombras fantásticas de arvoredos e colunas, levava até a larga porta de entrada. Mas o homem não ia, com certeza, bater nela pelo modo por que entrara, e contornou a casa cosendo-se com as paredes.

Parou diante de uma varanda lateral, onde uma trepadeira atrevida se enroscava pelas colunas acima, salpicada de cachos de flores vermelhas. O homem considerou por um instante e, em seguida, se pôs a grimpar por uma das colunas, rebentando com os pés os galhos da trepadeira.

Havia uma janela no alto. O vulto tirou do bolso um pé-de-cabra e começou a forçá-la. Quando o ferrolho cedeu ao seu trabalho silencioso, empurrou devagarinho a janela e galgou o peitoril, afastando as cortinas que caíam indolentes no interior.

Dentro era tudo escuro. O seu olhar, a princípio, nada distinguiu; depois foram, como que por encanto, surgindo as coisas, primeiro indecisas, depois tomando formas, definindo-se lentamente. A um canto uma cama cerrava caprichosa os cortinados sobre um vulto de mulher.

A atmosfera calma do quarto bebia com sofreguidão o perfume forte do jardim, que entrara com o ladrão, e estava ali a imperar como lá fora, no aroma dos jasmims e no hálito das rosas. Uma embriaguez suave tomava o homem que se encontrava admirado de se achar no quarto de uma mulher.

Uma grande curiosidade de vê-la tomou-o. Aproximou-se, cauteloso, do leito e apartou os cortinados. Ela era uma loura de uns 20 anos, com cabeleira de ouro caindo em ondas pelo travesseiro e um busto branco, muito branco, que um lençol negligente mal cobria, resvalando flexuoso por sobre as duas curvas atrevidas dos seios que se agitavam deliciosamente com a respiração pausada da moça.

As grandes pálpebras caídas sobre o sombreado das olheiras escondiam os sonhos doces que a faziam entreabrir os lábios vermelhos num sorriso feliz.

O homem contemplou-a por longo tempo. A primavera misteriosa e forte embriagava-o naquela noite calma, trazendo-o traiçoeiramente a um quarto de mulher bonita. Um grande silêncio noturno pesava sobre tudo aquilo, e as sombras do aposento davam os sons de uma intimidade provocante. Ele se curvou para vê-la mais de perto. O seu hálito confundiu-se com a respiração serena da moça; ela sorria, enquanto a brisa, descerrando indiscretamente as cortinas da janela, entrava travessa para fazer cair mais um pouco o lençol branco de sobre os botões de rosa dos seios pequeninos.

O ladrão, tonto naquela cilada primaveril, os sentidos embriagados de perfume, ofegante, as narinas dilatadas, numa expansão súbita de sensualismo indomável, tomou nos braços aquela mulher que o tentava, e os seus lábios sufocaram o espanto da moça mal desperta. Foi um beijo brutal, demorado, longo, na boca delicada que sorria pouco antes.

Ela se pusera a debater, mordendo-lhe a mão grosseira que ele pusera sobre a boca, não tão rapidamente que um grito estridente não cortasse o silêncio da noite.

— Socorro!...

Era preciso fugir. O homem largou-a e galgou a janela. De um salto estava a correr pelo jardim, enquanto os gritos lhe feriam os ouvidos e luzes apareciam pelas janelas da casa em rebolejo.

Correu até o portão. Os passos rápidos de policiais fizeram-no voltar. Criados andavam agora com lanternas percorrendo o jardim. Escondeu-se na moita onde os jasmims tombavam silenciosos a perpetuar a brisa e amaldiçoou-os intimamente e a toda primavera. Fora ela, sim, a maldita estação que o pusera naquela situação. Quem, a não ser tanto perfume e tanto aroma de vida, poder-lhe-ia dar aquela idéia?

Pular uma grade, arrombar uma janela, servir-se de um pé-de-cabra, e para quê? Para roubar um beijo!

E foi pensando naquele estranho encanto que lhe fez mal a noite primaveril, que, quando os seus perseguidores o retiraram desanimado do meio dos jasmineiros constelados de flores, ele disse abanando a cabeça:

— A gente faz cada “besteira”!

(14/1/1923)

Ilha Grande

Uma noite de luar na Ilha Grande. Luminosos olhares dos navios de guerra cravam na treva douradas reticências de descanço. Piscam holofotes inquietos.

Da proa de meu navio, o Contratorpedeiro *Mato Grosso*, vem um magoado soluçar de violão, com uma toada triste, que uma voz rouca de marujo lança no ar para a voracidade dos ecos. É a alma brasileira, sempre inclinada a essa tristeza ingênita, onde rompem, às vezes, como chispas ofuscantes de uma explosão insólita, as súbitas florações de um humorismo são.

À ré, um grupo de homens respondia a enfadonha chamada dos cabos de quarto, e vigias rendiam o serviço.

Recortam-se n'água lágrimas luminosas da noite. Aquela cantiga de saudade me traz também a nostalgia do ignorado, essa moléstia aguda que tortura a gente, e que o inglês chamou de *spleen*.

Levam-me os passos para o passadiço às escuras. Inclino-me para a proa. Um grupo de fogueiras ajeita-se em volta do violão tangido toscamente pelo fiel de torpedos. Quem canta é um carvoeiro, cuja alma simples diz modinhas brasileiras, todas elas tristes, falando em dor, angústias humanas, onde a mulher é a causa e, ao mesmo tempo, a finalidade:

— “Muié de minha paixão,

Pru mais que sejas crué,

Si eu fosse dono do mundo

O mundo punha aos teus pé...”

Um desafinadíssimo acorde calçou o último “pé” do verso.

— Bonita moda, resmungou o Severino.

— E esse Pitanga canta que nem o Eduarda das Neves! — apoiou outro, lembrando a última chapa ouvida no cruciante gramofone do vizinho, lá em Olaria...

(1925)

Lenda de guerra

À noite sobreveio a batalha, apagando no recôndito das distâncias o troar descontraído dos canhões.

Agora, mercê da calma que lhes proporcionava a treva, as esquadras se refaziam em formaturas caprichosas, vultos silenciosos a se esgueirarem pelas sombras. Uma ou outra vez cruzavam com outras sombras, desnorreados fantasmas de navios mortos, que iam à matroca, restos flutuantes de uma batalha sem tréguas.

No mar, porém, o combate e a vitória não são o epílogo dos sacrifícios. Aqueles mesmos homens feridos, exaustos, reduzidos, que se haviam batido horas seguidas como leões, do control às torres, do passadiço às máquinas, continuavam o exaustivo e enervante serviço de vigilância.

Os artilheiros, olhos cravados no mar, continuavam a viver as horas de angústia, junto aos canhões meio destroçados, onde ainda não houvera tempo para apagar as manchas de sangue.

A certeza de um dever bem cumprido não os podia aliviar da rude tarefa; havia outros deveres a cumprir, e lá estavam a postos alguns que não tinham se sujeitado ao calmo recolhimento às enfermarias e apresentavam como gloriosas condecorações as manchas de sangue, que ainda corria debaixo das gazes e ataduras.

Na escuridão a que todos os olhos estavam habituados, faziam-se agora as dolorosas revistas de presença. Aos no-

mes lançados à meia-voz na sombra, respondiam indicações, vagas umas vezes, outras, penosas reticências.

Depois, foram as últimas honras prestadas aos companheiros mortos.

Na popa se alinhavam, silenciosos, cabeças descobertas, todos os marujos que o podiam. Os outros, nos postos de vigília, abriam mais os olhos, procurando ver um vulto que ia sumir no oceano, e apuravam os ouvidos para distinguir um nome numa lista de bravos; nome, talvez de um amigo, de um irmão, de um companheiro da mesma torre, que ele havia visto cair horas antes, no meio da peleja, substituindo-o sem pestanejar, e cuja lembrança fazia, na sua grandiosa alma de marujo, crescer a maré cheia de emoção, transbordando em lágrimas grossas pelas faces rudes.

A custo os enfermeiros haviam retido os feridos mais graves; os outros lá estavam, sangrando, pálidos, a se apoiarem nos indenes, para a última continência, aquela que se faz mais com a alma e o coração do que com o chapéu que tomba.

Na popa, a bandeira, hasteada em funeral, umedecia-se ao contato da noite, como se a Pátria chorasse as frias lágrimas de orvalho; e se desdobrava à brisa fresca, como que lançado sobre os filhos mortos a bênção gloriosa do futuro.

E os corpos, um a um, mergulharam no oceano e no passado, deixando imorredouro o exemplo daqueles que souberam cumprir o dever de marinheiros e de patriotas. Depois foi o silêncio, o terrífico silêncio das escutas, que o sono e a vigília povoam de rumores e de sustos.

Súbito, tiniram as campainhas de alarme. Comandos breves caíram de chofre das estações diretoras e os vultos negros dos canhões moveram-se escancarados à procura do inimigo.

A luz de um projetor rasgou a noite, e uma sombra muito branca, muito tênue, apa-

receu no mar, com as suas velas levemente enfunadas ao sopro da brisa. E o que não fizera a aparição do inimigo fez a vista daquela visão de calma. Um arrepio correu a maruja da esquadra: o navio fantasma!

Sim, era ela, a velha nau de outros tempos, onde se entreviam várias ordens de canhões, trazendo a carangueja um pavilhão, cujos detalhes não se distinguiam.

Era a nau fantasma da tradição, aquela em cujo seio os almirantes desaparecidos vinham tomar parte nas lutas da grande Marinha Britânica. E a uma, sem ordem de ninguém, por um sentimento religioso que os ligava àquele passado de glórias, a maruja da esquadra levou a mão ao chapéu, numa continência tocante de heróis.

E muitos daqueles homens sentiram que aquele gesto era o prolongamento da cerimônia fúnebre de ainda há pouco, porque os bravos que o oceano acolhera já tinham, com certeza, entrado para sempre para a guarnição daquele veleiro fantasma, que era a nau da tradição, o navio do passado.

O vulto iluminado no círculo de prata do projetor cumprimentou, ariando a bujarrona. Depois, foi-se afastando lentamente, desmaiando à proporção que saía da réstia de luz, e ficou para trás, como uma sombra indecisa a dançar ao compasso das ondas.

No tombadilho do veleiro, Nelson considerou com orgulho a linha de encouraçados e os grupos de torpedeiros, sombras escuras que se ativaram velozes para o seio da treva e da distância.

Ao seu lado, a sombra de Hardy sorria.

Mais além, os vultos dos bravos capitães se inclinavam para o mar. Eram todos heróis da Marinha inglesa que tinham vindo assistir à vitória de seus navios. Tinham estado em Coronel, onde Cradock, agora um deles, confirmara mais uma vez o valor do marinheiro britânico. Nas Falklands, haviam passado entre as linhas de combatentes, e o Almirante Sturdee, para evitar

ao veleiro branco os golpes alemães, não titubeara em mudar de rumo, num gesto digno dos tempos de cavalaria. Por toda parte onde o combate chamava a Marinha Britânica, o velho veleiro surgia. Velha nau da tradição de um povo que preza o seu passado mais do que tudo, é bem possível que, apesar da lenda, ela só exista nos seus corações patrióticos.

Mas não. Ela esteve em Coronel, nas Falklands, na Jutlândia, por toda parte onde fluuava o pavilhão britânico. E a prova é que, quando a luz do projetor se apagou,

um sussurro da brisa levou para o alto-mar as palavras que a sombra de Hardv murmurava ao ouvido de Nelson:

– Almirante, neste veleiro, ainda trabalhamos pela Inglaterra. A tradição completa a lenda...

E Nelson, pensativo, apagando-se numa névoa com as formas de seu veleiro, murmurou num sopro:

– É preciso crer no passado para ser forte...

Em *A Galera* – Novembro de 1926.

Paisagem

Venta. Enfuna-se o pano. A enxárcia ringe e, como
Tristonha barcarola, a água verde escachoa
Pela esteira. No ocaso, o sol semelha um pomo
Sazonado a rolar num vergel de garoa...

Rebenta a floração das vagas contra a proa.
Arfa e caturra a nau. Geme e silva ao assomo
Do sueste o massame. E a espuma sobre o domo
Das vagas baila e estoura e em renda se esboroa...

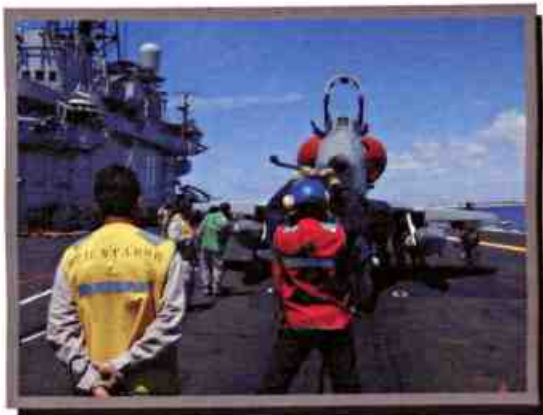
Abre as asas de pano a nave ardente e em torno
Bailam os mergulhões, pelo poente morno,
Numa ronda abismal espiralando no ar...

E como a reticência estranha resumindo
A tragédia do ocaso, estrelas vão surgindo,
Recordando faróis a queimar... a queimar.

28/11/1921

O VÔO DO FALCÃO CINZENTO

A REALIZAÇÃO DE UM SONHO SEMPRE SONHADO




SIMTECH

KAY AND ASSOCIATES, INC.

ISO 9002

Rua do Mercado, 17 14 andar Centro Rio de Janeiro, RJ Brasil 20010-120
Tel.: 55 (xx) 21 2532-2801 Fax: 55 (xx) 21 2240-1242 e-mail: simtech@simtech.com.br



O CONSÓRCIO NACIONAL POUPEX REALIZA O SEU SONHO

A FHE/POUPEX saiu na frente e lançou, em novembro de 2001,
o **Consórcio Nacional POUPEX** - imóvel, carro e moto.
Um consórcio que já nasceu forte e seguro.
Pronto para atender você*.

CONSÓRCIO IMÓVEIS	CONSÓRCIO NACIONAL POUPEX	CONSÓRCIO VEÍCULOS	CONSÓRCIO NACIONAL POUPEX
VALOR DO BEM	144 meses**(1)	VALOR DO BEM	60 meses**(2)
30.000,00	246,80	18.156,00	342,97
60.000,00	493,62	23.826,00	450,08
90.000,00	740,42	28.264,00	533,92
120.000,00	987,22	36.000,00	680,05

* Militares da ativa/reserva, Pensionistas e Servidores Civis das Forças Armadas.

** Valor total da parcela, já inclusas taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

(1) Parcela reajustável uma vez por ano, com base na variação do INCC.

(2) Parcela só reajustável quando houver aumento no preço do bem.

Consulte www.bcb.gov.br



O ÚNICO COM A GARANTIA FHE

0800 61-3040

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni - 3º Andar - Praça Duque de Caxias - 25
Centro - 20221-260 - Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 e 2253.0102
Fone e Fax (21) 2253.0860



www.poupepx.com.br